

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente
Grupo de Ordenamento do Território

CENTROS HISTÓRICOS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO EM ÁREAS METROPOLITANAS

por

ANA FILIPA RIBEIRO RAMALHETE

Dissertação apresentada para obtenção
do Grau de Doutor no ramo de Engenharia do Ambiente,
Universidade Nova de Lisboa,
Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Orientador: Professor Doutor João Reis Machado

Lisboa

2006

n.º de arquivo

“copyright”

Agradecimentos

Ao Professor João Reis Machado, pela impecável e rigorosa orientação e pela estima e compreensão que me dedicou nos últimos dez anos.

Ao Professor José Luís Ferreira Mendes, pelo acompanhamento enquanto coordenador do Grupo de Ordenamento do Território.

À Professora Filomena Silvano, pelo apoio no âmbito da Antropologia do Espaço e pela disponibilidade e amizade que sempre demonstrou.

À Dra. Dalila Araújo, pela oportunidade de, no âmbito da pesquisa realizada para a dissertação, levar a cabo o *Inventário Geo-referenciado do património da área metropolitana de Lisboa* e também pela disponibilização de toda informação disponível no Sistema Metropolitano de Informação Geográfica.

Ao Professor José António Tenedório, pela coordenação científica e apoio, no âmbito do inventário do património.

Ao Arq.º Miguel Melo, pela prontidão com que acedeu ao nosso pedido de uma entrevista e pelas informações sobre o centro histórico Guimarães.

Ao Professor Eduardo Brito Henriques, pela disponibilidade para dialogar e pela bibliografia fornecida.

A todos os entrevistados, das nove câmaras municipais, e àqueles que responderam aos inquéritos, pelas informações preciosas recolhidas e pelo tempo que dispenderam para as fornecer.

À Graça Carrilho, pela competência e simpatia com que sempre ajudou a ultrapassar os problemas burocráticos.

À Saudade Pontes, pela ajuda preciosa na realização da cartografia e pela amizade, dedicação e boa vontade com que acompanhou este trabalho.

Ao Pedro Costa e à Carla Rocha Gomes, pela revisão dos textos, e pelas sugestões para o melhorar.

À Cíntia Sousa, pelo auxílio com a tradução para inglês.

Ao Francisco Silva e ao Centro de Arqueologia de Almada, pelas informações, troca de experiências e cedência de imagens do seu arquivo.

Ao Miguel Miguens Pedro, pela digitalização de imagens, boa disposição e companhia.

À Ana Ramos, pelo auxílio com as imagens e pelo incentivo constante.

Ao Jorge Rocha, ao Luís Marques e à Ana Isabel Veiga, agradeço as muitas pequenas, e grandes, ajudas que foram fundamentais para dar continuidade ao trabalho.

Ao Rogério Ferreira Lourenço, pela amizade e pelo apoio na logística da impressão.

À Jesus, à Sónia, à Carla, à Mira, ao Paulo, à Paula Pedro, à Paula Mega e ao João Mega, pelas diversas ajudas e por constituírem um apoio constante.

À Graça, pela discussão de ideias e conceitos, por estar sempre presente e pela amizade absoluta.

Aos pais, avós, Joana e Ricardo, por tudo e mais ainda por me ajudarem a gerir o escasso tempo entre o trabalho e a família, por terem feito de mim quem sou e acreditarem sempre.

Ao João, à Rita e ao André, por serem a principal razão para continuar, pelas muitas horas roubadas ao nosso tempo e pelo amor incondicional que nos une.

Sumário

O património é, sem dúvida, um dos aspectos do ordenamento do território que mais reflecte no espaço a história e a cultura das comunidades e o seu estudo constitui um dos passos essenciais para a elaboração de políticas e práticas de desenvolvimento regional.

A noção de centro histórico advém do alargamento territorial do conceito de património. Implica que a noção de valor patrimonial se estenda para além do monumento isolado, abrangendo também a sua envolvente. Compreende, também, a atribuição de um valor patrimonial a elementos de cariz vernacular, em especial a espaços arquitectónicos com funções residenciais, de comércio e de serviços, trazendo para uma nova esfera o papel dos indivíduos anónimos e do seu saber na construção do território.

O objectivo central desta dissertação é contribuir para a política de gestão do ordenamento dos centros históricos em Portugal, nomeadamente em contextos metropolitanos. Para tal, foi levado a cabo um enquadramento histórico e legislativo e feita uma caracterização dos centros históricos, dos seus principais problemas e das principais soluções e modelos de gestão para eles adoptados, tendo como base a análise de centros históricos localizados numa área de expansão metropolitana, a Península de Setúbal.

A caracterização efectuada permitiu elaborar uma reflexão sobre o papel dos centros históricos em territórios inseridos em áreas metropolitanas, assim como elaborar diversas propostas de ordenamento, fundamentadas no estudo de caso, tendo em conta o papel destes conjuntos no contexto da Área Metropolitana de Lisboa.

Abstract

The heritage is, without any doubt, one of the aspects of land-use planning that best reflects a community's history and culture. The study of heritage is an essential step towards developing regional development policies and practices.

The concept of historic centre derives from a territorial extension of the concept of heritage. It implies that the notion of a heritage value extends beyond the isolated monument so as to also encompass its surroundings. It further implies conferring a heritage value to vernacular elements, particularly where architectural structures have residential, commercial and service-providing functions. Hence, there is a new emphasis on the role of anonymous individuals and on their know-how in land-use planning.

The main purpose of this dissertation is to contribute to the policy of land-use management of historic centres in Portugal, particularly in a metropolitan context. To this end, a historic and legislative framework has been provided, as well as an insight into historic centres so as to identify their main problems, the solutions and management models applied, based on a specific metropolitan expansion area: the Setúbal Peninsula.

As well as shedding light on the role of historic centres in metropolitan areas, this dissertation also puts forward land-use proposals based on conclusions drawn from the case study.

Índice de Matérias

Introdução.....	1
Parte I. Centros históricos e ordenamento do território: enquadramento teórico e estado da arte.....	10
I.1 O património e a problemática dos centros históricos.....	11
I.1.1 O património: da herança familiar à “palavra-chave da tribo mediática”. A noção moderna de património.....	11
I.1.2 O papel dos documentos internacionais. O património mundial.....	15
I.1.3 A noção de centro histórico.....	22
I.2 Identidade cultural e centros históricos.....	29
I.2.1 Memória social e identidade.....	29
I.2.2 A patrimonialização.....	31
I.2.3 O papel dos rituais e sua espacialização nos centros históricos.....	32
I.3 A influência do turismo e do lazer no património e nos centros históricos.....	38
I.4 Centros históricos em contextos de áreas metropolitanas.....	47
I.5 Portugal: o estado da arte.....	50
I.5.1 Do contexto internacional ao caso português.....	50
I.5.2 Do monumento ao conjunto. Do século XIX aos anos 80 do século XX.....	51
I.5.3 Os anos da intervenção: motivações e problemas.....	55
I.5.4 Representações conceituais e espaciais do património e centros históricos.....	57
I.5.5 Enquadramento legislativo nacional.....	61
I.6 Ordenamento do território e modelos de gestão em centros históricos.....	65
I.6.1 As funções da administração central.....	65
I.6.2 Instrumentos de gestão territorial.....	67
I.6.3 A gestão de conflitos e o papel das câmaras municipais.....	73
Parte II. Os centros históricos no território: o caso de estudo da Península de Setúbal.....	75
II.1 A Área Metropolitana de Lisboa e a Península de Setúbal.....	76
II.1.1 A Área Metropolitana de Lisboa: a designação e a instituição.....	76
II.1.2 Área Metropolitana de Lisboa: enquadramento territorial.....	77
II.1.3 A Península de Setúbal.....	86
II.2 O património edificado da Península de Setúbal. Os elementos de património.....	98
II.2.1 Metodologia de inventário.....	98
II.2.2 Informação inventariada.....	100
II.3 Os centros históricos: caracterização.....	104
II.3.1 Implantação territorial.....	106
II.3.2 População e edificado.....	109

II.3.2.1 Metodologia de análise.....	109
II.3.2.2 População.....	111
II.3.2.3 Edificado.....	116
II.3.3 Fichas de caracterização dos centros históricos.....	120
II.4 Centros históricos: nascimento e ciclo de vida.....	121
II.4.1 A decisão do nascimento.....	121
II.4.2 A designação.....	126
II.4.3 Limites geográficos.....	127
II.5 Centros históricos: ordenamento e modelos de gestão.....	131
II.5.1 Problemas identificados e soluções apontadas.....	131
II.5.1.1 Descaracterização.....	131
II.5.1.2 Espaços comerciais.....	133
II.5.1.3 População envelhecida vs gentrificação.....	134
II.5.1.4 Mobilidade e estacionamento.....	134
II.5.1.5 Insegurança.....	135
II.5.1.6 Outros problemas.....	135
II.5.2 Criação de instrumentos de gestão territorial.....	141
II.5.3 Outras iniciativas de gestão e promoção.....	142
II.6 Uma península ou um conjunto de pequenos grupos?	150
Parte III. Centros históricos da Península de Setúbal: discussão.....	154
III.1 Centros históricos: mitos e realidade.....	155
III.1.1 População.....	155
III.1.2 Edificado e habitação.....	157
III.2 Modelos de gestão no contexto metropolitano.....	159
III.2.1 População nova ou edifícios velhos?.....	159
III.2.2 O “bilhete-postal” dos cidadãos?.....	161
III.2.3 O papel dos técnicos e os planos.....	163
III.2.4 As grandes intervenções.....	163
III.2.5 Intervenções de continuidade: o exemplo de Guimarães.....	164
III.3 Espaço público.....	167
III.4 Identidade regional ou identidade metropolitana?.....	169
III.5 Vantagens e desvantagens de pertencer a uma área metropolitana.....	170
III.6 Síntese.....	172
Conclusões e propostas.....	173
Bibliografia.....	178
Outras fontes.....	184

Anexos.....	186
-------------	-----

Índice de Figuras

Figura I.1.1 – Número de classificações como património mundial, por categoria e por ano 1978/2005.....	21
Figura I.1.2 – Total de classificações como património mundial, por regiões do mundo (número absoluto e percentagem) em 2005.....	21
Figura I.1.3 – Centros históricos classificados como património mundial, por regiões do mundo (número absoluto e percentagem) em 2005.....	25
Figura II.1.1 – Divisão administrativa da Grande Área Metropolitana de Lisboa 2006.....	77
Figura II.1.2 – Evolução da população da Área Metropolitana de Lisboa Norte 1960/2001.....	80
Figura II.1.3 – Evolução da população da Área Metropolitana de Lisboa Sul 1960/2001.....	80
Figura II.1.4 - Tipologia do comportamento demográfico na AML 1960/2001.....	81
Figura II.1.5 – Acessibilidade a Lisboa 1998.....	82
Figura II.1.6 – Clusters da GAML 2001.....	84
Figura II.1.7 – Entradas diárias em Lisboa, provenientes de outros concelhos da AML.....	85
Figura II.1.8 – Concelhos e freguesias da Península de Setúbal.....	87
Figura II.1.9 – Reserva Ecológica Nacional na Península de Setúbal 2003.....	88
Figura II.1.10 – Áreas protegidas da Península de Setúbal.....	89
Figura II.1.11 – Cidades da Península de Setúbal.....	90
Figura II.1.12 – Aglomerados urbanos da Península de Setúbal.....	92
Figura II.1.13 – Rede viária da Península de Setúbal.....	93
Figura II.1.14 – Uso do solo da Península de Setúbal.....	94
Figura II.1.15 – Índice de vegetação (NDVI) da Península de Setúbal 2000.....	96
Figura II.2.1 – Património edificado e arqueológico da Península de Setúbal.....	99
Figura II.3.1 – Centros históricos da Península de Setúbal.....	105
Figura II.3.2 – Centro histórico de Setúbal, com elementos de património.....	106
Figura II.3.3 – Classes de uso do solo adjacentes aos centros históricos (<i>buffer</i> de 500m): Almada, Seixal e Barreiro.....	107
Figura II.3.4 – Classes de uso do solo adjacentes aos centros históricos (<i>buffer</i> de 500m): Moita, Montijo e Alcochete.....	108
Figura II.3.5 – Classes de uso do solo adjacentes aos centros históricos (<i>buffer</i> de 500m): Palmela, Setúbal e Sesimbra.....	108
Figura II.3.6 – Selecção das subsecções estatísticas para integrar o estudo.....	110
Figura II.3.7 – Densidade populacional da Península de Setúbal.....	111
Figura II.3.8 – População residente nos centros históricos.....	112
Figura II.3.9 – Estrutura etária 2001.....	113
Figura II.3.10 – Indivíduos por classe etária.....	113
Figura II.3.11 – Famílias clássicas e número de indivíduos por família.....	114

Figura II.3.12 – Situação face ao trabalho 2001.....	115
Figura II.3.13 – População trabalhadora por sector de actividade.....	115
Figura II.3.14 – Escolaridade dos habitantes.....	116
Figura II.3.15 – Densidade habitacional da Península de Setúbal.....	116
Figura II.3.16 – Densidade do edificado da Península de Setúbal.....	117
Figura II.3.17 – Época de construção dos edifícios.....	118
Figura II.3.18 – Uso dos edifícios.....	118
Figura II.3.19 – Ocupação dos alojamentos.....	119
Figura II.4.1 – Centro histórico de Setúbal, sobre ortofomapa.....	127
Figura II.4.2 – Centro histórico de Monte de Caparica, sobre ortofomapa.....	128
Figura II.4.3 – Centro histórico da Atalaia, sobre ortofomapa.....	129
Figura II.5.1 – Imagens promocionais da Costa Azul.....	143
Figura II.5.2 – Imagem promocional do Barreiro.....	144
Figura II.5.3 – Imagem promocional da Moita.....	144
Figura II.5.4 – Imagem promocional de Palmela (castelo).....	145
Figura II.5.5 – Imagem promocional de Palmela (rural).....	145
Figura II.5.6 – Imagem de postal do Montijo.....	146
Figura II.5.7 – Folheto sobre a Siderurgia Nacional, Seixal.....	146
Figura II.5.8 – Folheto da Casa Bocage, em Setúbal.....	147

Índice de quadros

Quadro I.1.1 – Quadro I.1.1 – Centros históricos classificados como património mundial, por regiões do mundo e por país em 2005.....	26
Quadro I.5.1 – Conceitos associados à noção de centro histórico.....	59
Quadro I.6.1 – Instrumentos de Gestão Territorial.....	69
Quadro II.1.1 – População residente na Área Metropolitana de Lisboa, por concelho, face ao total do país 2001.....	78
Quadro II.1.2 – Evolução da população da Área Metropolitana de Lisboa.....	79
Quadro II.1.3 – Áreas protegidas da Península de Setúbal.....	88
Quadro II.1.4 – Percentagem do uso do solo da Península de Setúbal.....	95
Quadro II.2.1 – Número de elementos de património por concelho e por tipologia.....	101
Quadro II.2.2 – Tipologia dos elementos classificados da Península de Setúbal.....	103
Quadro II.3.1 – Identificação dos centros históricos da Península de Setúbal.....	104
Quadro II.5.1 – Problemas e soluções na gestão dos centros históricos.....	136
Quadro II.6 - Análise SWOT dos centros históricos da Península de Setúbal.....	172

Introdução

“José Arcádio Buendía, que era o homem mais empreendedor que jamais se veria na aldeia, dispusera de tal modo a posição das casas, que de todas se podia chegar ao rio e fazer o abastecimento de água com igual esforço, e traçou as ruas com tão boa orientação que nenhuma casa recebia mais sol do que outra à hora do calor. Em poucos anos, Macondo tornou-se numa aldeia mais ordenada e laboriosa que qualquer das outras até então conhecidas pelos seus trezentos habitantes.” Gabriel García Marquez in *Cem anos de solidão*.

Elaborar uma dissertação é, necessariamente, um exercício de ruptura, mas também de consenso, de continuidade. Se, por um lado, há que romper com o que já existe, com investigações anteriores para, de algum modo inovar, há também que, após um ponto de partida que se deseja inquisitivo, fazer uma reflexão que permita chegar a uma síntese, que permita formular propostas que garantam alguma continuidade com o futuro.

O ordenamento do território é também uma expressão deste conflito. Se se pretende que ele seja “a expressão espacial das políticas económica, social, cultural e ecológica de toda a sociedade” (Carta Europeia do Ordenamento do Território 1988), não há dúvida que este ordenamento se fará com sucessões de rupturas, de novas ideias que, no fundo, não procuram mais do que criar uma linearidade entre o passado e o futuro.

Neste contexto, o património é, sem dúvida, um dos aspectos do ordenamento do território que mais reflecte no espaço a história e a cultura das comunidades e o seu estudo constitui, no nosso entender, um dos passos essenciais para a elaboração de políticas e práticas de desenvolvimento regional. E embora remonte ao século XIX o aparecimento da noção de património (em especial de património construído) como parte fundamental da construção da identidade cultural, regional e nacional, a relação das políticas de património com outras mais vastas, em especial com as políticas de ambiente e de ordenamento do território é bastante mais recente, e nem sempre tem sido feita de uma forma realmente integrada.

A legislação portuguesa vigente considera que “Assegurar a defesa e valorização do património cultural e natural” é um dos fins do ordenamento do território (Lei de Bases do Ordenamento do Território, Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto) e que “O reforço das acções e medidas de defesa e recuperação do património cultural, quer natural, quer construído” é um dos objectivos da Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 11/87 de 7 de Abril).

A noção de património como um dos elementos de uma realidade mais vasta, e não como um fim em si, é algo que se implantou nos últimos anos, a par com uma outra tendência, a de considerar que os elementos isolados não fazem sentido por si sós, sendo necessário ter em conta toda a envolvente que os rodeia, quer seja urbana ou rural.

“Il est essentiel aussi de noter l’élargissement considérable de la notion de patrimoine ces dernières années, pour ne dire pas son éclatement. C’est ce que l’on appelle le « tout patrimoine ». Dans la conscience contemporaine, on est passé des témoins architecturaux aux sites, de la patrimonialisation de la ville à celle de la nature et de l’environnement, ou encore de la protection d’un edifice à la mise en réserve des territoires. Il ne faut pas oublier non plus les langues locales, les savoir-faire, les traditions, etc.” (Audrerie 2003: 13-14)

Justifica-se, assim, a importância crescente atribuída aos conjuntos monumentais e aos centros históricos. Os centros históricos são por excelência os locais onde podemos observar, através de registos arquitectónicos, sociais e culturais, o passado, o presente e os desejos futuros de uma população.

Encontramo-nos, actualmente, na presença de um novo registo de leitura do património, que tem de ser visto à luz das novas tendências do turismo internacional, nomeadamente em relação ao turismo sustentável. Novos elementos são patrimonializados: a natureza, as paisagens, as tradições culturais (como, por exemplo, a gastronomia) adquirem valor de negociação nas estratégias dos diversos actores, face a territórios em constante mudança ao nível do desordenamento do território. Surge, assim, uma nova maneira de ver o território, de um perceber, e de o representar. Surgem, na mancha por catalogar, espaços a que são atribuídos novos valores – o valor da tradição e da memória.

Neste contexto, pensamos que os centros históricos localizados em áreas metropolitanas possuem algumas especificidades, resultantes da coexistência, num espaço supostamente uno, de múltiplos territórios, urbanos, rurais e peri-urbanos.

Objectivos

O objectivo central desta dissertação é contribuir para a política de gestão do ordenamento dos centros históricos em Portugal, demonstrando que:

- o atraso nas políticas de património em Portugal, não obstante alguns exemplos de inegável interesse, mas que constituem ainda casos isolados, se tem reflectido com especial relevo nos centros históricos;

- apesar do trabalho de investigação e acompanhamento existente, levado a cabo por técnicos especializados, a falta de uma articulação consistente tem dificultado a passagem à prática dos conceitos e das tendências mais inovadores, pelo que se torna necessário caracterizar os centros históricos portugueses, para compreender os critérios subjacentes ao seu reconhecimento, à sua delimitação e às políticas aplicadas;

- saberes tradicionalmente menos associados ao ordenamento do território, como o da antropologia do espaço, podem ajudar a constituir políticas mais integradas.

Para atingir o objectivo geral a que nos propusemos foram estabelecidos três objectivos intermédios fundamentais. Os dois primeiros têm sobretudo a ver com os meios necessários à caracterização da situação em estudo e o terceiro com a apresentação de resultados, com base na análise efectuada:

- 1) Conhecer e avaliar a problemática do ordenamento dos centros históricos em Portugal, através do enquadramento histórico e legislativo;
- 2) Conhecer os centros históricos, os seus principais problemas, as principais soluções e modelos de gestão adoptados para os centros históricos em Portugal, tendo como base a análise de centros históricos localizados numa área de expansão metropolitana, a Península de Setúbal; para atingir este objectivo, foi necessário desenvolver uma metodologia de análise do território, na qual foi fundamental o recurso às Novas Tecnologias de Informação, nomeadamente aos Sistemas de Informação Geográfica, de modo a poder cruzar os dados estatísticos disponíveis com a base territorial seleccionada.
- 3) Elaborar algumas propostas, tendo como estudo de caso os centros históricos da Península de Setúbal, tendo em conta o papel destes elementos para o desenvolvimento sustentável desta região.

Deste modo, esta dissertação pretende, de alguma forma, inovar (criar uma forma de caracterizar os centros históricos) mas também propor linhas estratégicas de acção que proporcionem uma harmonia de desenvolvimento com a realidade cultural e patrimonial portuguesa.

Se cada utilização do espaço tem subjacente uma apropriação diferente desse mesmo espaço, reflectindo algo sobre o tempo em que se está a agir e sobre os agentes da intervenção, aquilo que se pretende, no fundo, é observar o modo como as políticas de actuação nos centros históricos se inserem nas estratégias de patrimonialização, e também de que modo é que estes dados poderão ser conjugados, de forma a estruturar políticas de ordenamento do território

sustentáveis e que, simultaneamente, vão ao encontro das expectativas e representações da população.

Possuíamos, à partida, um conjunto de premissas que careciam de reflexão e tratamento para posterior confirmação ou rejeição, relacionadas com o papel dos centros históricos na sociedade global em que vivemos, nomeadamente num contexto metropolitano. Pareceu-nos possível que estes se encontrassem no centro de estratégias de afirmação e consolidação de identidades locais, em especial em locais tradicionalmente considerados com pouco valor, por não possuírem património de cariz mais monumental. Por outro lado, deparávamo-nos frequentemente com um conjunto de representações culturais associadas ao conceito de centro histórico (como o facto de os edifícios serem muito antigos e maioritariamente habitados por inquilinos idosos e de fracos recursos financeiros, o que estaria na origem da degradação) que não nos pareciam corresponder exactamente à realidade estudada. Havia ainda outra questão, relacionada com os instrumentos de ordenamento do território e urbanismo, que se afiguravam insuficientes para fazer uma gestão coerente dos centros históricos. Por fim, queríamos também averiguar se, de facto, tal como tínhamos adiantado num trabalho anterior, a Península de Setúbal correspondia a uma unidade com especificidades próprias, com uma identidade que poderia ser o ponto de partida para futuras políticas de património. A validade destas premissas foi, tal como iremos apresentar ao longo da dissertação, testada através do estudo de caso, que se revelou essencial para construir as várias hipóteses de trabalho.

Metodologia

Apresentamos, de seguida a metodologia utilizada para validar os pressupostos apresentados e atingir os objectivos a alcançar.

a) Escolha do estudo de caso

A escolha do estudo de caso surgiu na sequência da proposta de ordenamento feita para o Núcleo Antigo de Alcochete, no âmbito da elaboração de uma dissertação de mestrado. Pretendemos, agora, estudar a materialização dos aspectos culturais e patrimoniais numa rede de cachos de património, alargando o objecto de estudo a uma escala regional, formada pelos centros históricos da Península de Setúbal.

A Península de Setúbal é composta por um conjunto de realidades que representam uma unidade territorial. Os municípios que a constituem possuem uma expressão local em termos de património, mas fazem também parte de uma rede de relações que inclui, numa primeira

escala, toda a Península, e, numa escala mais vasta, outras realidades, como a Área Metropolitana de Lisboa.

O estudo das representações espaciais dos indivíduos pareceu-nos, neste caso concreto, essencial para desenvolver a pesquisa sobre os centros históricos da Península de Setúbal, de forma a construir um contributo para o ordenamento do território nacional. Conhecer o modo como os indivíduos representam o espaço onde interagem foi, deste modo, o ponto de partida para a análise da situação de terreno. Entendeu-se que seria essencial proceder a esta análise, para avaliar de que modo os representantes do poder local representam espacialmente o território onde foram eleitos. Fizemos, assim, uma análise que procurou compreender como é que os municípios da Península de Setúbal gerem as representações do seu património, e em especial dos seus centros históricos, a diferentes escalas de actuação. Como hipótese subjacente, procurámos saber se, de facto, a Península de Setúbal constitui uma unidade operativa no discurso dos seus gestores, constituindo uma região com identidade própria, a vários níveis.

b) Selecção dos centros históricos a analisar mais detalhadamente

O critério base para decidir quais os núcleos que iriam ser analisados foi considerar aqueles que, actualmente, os municípios consideram como centros históricos, e para os quais possuem políticas e actuações definidas. No fundo, analisaram-se os centros históricos que os próprios municípios representam como espaços de valor histórico e patrimonial, e, por isso, susceptíveis de merecer uma delimitação e um tratamento diferenciado face ao restante edificado do concelho.

Uma hipótese colocada foi a de que a rede de centros históricos que é neste momento reconhecida não inclui todos os centros históricos que existem, isto se tomarmos como base a existência da arquitectura tradicional como um dos elementos de referência para a existência de um núcleo antigo.

Uma vez que um dos passos para a realização desta dissertação foi precisamente conhecer e analisar a forma como os municípios definem os seus centros históricos e quais os critérios que estão subjacentes a esse processo, e ainda porque pretendemos também saber se existem outros locais que poderiam preencher os requisitos necessários para obter a designação de centro histórico, procurámos através dos inquéritos e entrevistas realizados, saber se existem outros locais que os autarcas representam como centros históricos.

c) Trabalho de campo: inquéritos e entrevistas

O trabalho de campo realizado durante a elaboração desta dissertação teve como principal objectivo a validação de dados (limites dos núcleos, caracterização dos edifícios) e a recolha fotográfica, que permitiu documentar a investigação.

Foram realizados inquéritos, por via postal, a todos os presidentes das cinquenta e oito freguesias da Península de Setúbal (ver Anexos). Destes, responderam trinta e nove freguesias, tendo o inquérito, na sua maioria, sido respondido pelos próprios presidentes. Procurou-se com este inquérito averiguar se os autarcas das freguesias conhecem os centros históricos existentes nos seus concelhos, as suas delimitações e designações, assim como outros núcleos do seu concelho ainda não considerados centros históricos. Um segundo conjunto de questões destinava-se a conhecer a opinião dos inquiridos sobre os elementos mais marcantes de património da sua freguesia, procurando observar se haveria alguma coincidência entre estes e os centros históricos, pois no caso do núcleo antigo de Alcochete tínhamos verificado que isso acontecia. Por fim, numa terceira parte do inquérito, procurámos conhecer a importância de outros conjuntos urbanos antigos identificados pelos habitantes de cada concelho, assim como a existência de inter-relações entre os vários conjuntos.

Em relação às entrevistas, a opção foi bastante distinta. O seu principal objectivo era observar o modo como os eleitos/responsáveis locais pensam os centros históricos do seu concelho. Pretendeu-se conhecer as temáticas privilegiadas pelos interlocutores quando falam sobre os centros históricos do seu concelho, no passado, o presente, e no futuro. Os entrevistados foram sempre também inquiridos sobre o posicionamento do seu concelho e dos seus centros históricos face à Península de Setúbal como um todo.

Caracterização dos centros históricos – os Sistemas de Informação Geográfica (SIG)

Ao trabalhar questões ligadas ao património, surgem frequentemente textos e depoimentos que caracterizam os centros históricos como sendo, por exemplo, espaços com más condições de habitabilidade, onde predominam habitantes idosos. Procurámos avaliar até que ponto estas ideias, que pertencem já ao senso comum, eram, de facto, realidade neste universo. Para tal, foi estabelecida uma metodologia que permitiu caracterizar, à escala regional, os centros históricos, em termos demográficos e das características do seu edificado.

Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) são neste momento a tecnologia de informação disponível com melhor capacidade para trabalhar os dados de uma temática como o património, e, neste caso, os centros históricos, uma vez que estamos a falar de uma realidade fortemente espacializada. Tradicionalmente, o património era uma área pouco voltada para as

tecnologias de informação. Até há poucas décadas, as técnicas de inventário eram exclusivamente manuais (até mesmo para o preenchimento de fichas de inventário), tendo-se avançado depois para sistemas de catalogação informáticos, com base em sistemas de base de dados, mais ou menos complexos. A associação da geo-referenciação à inventariação do património é muito recente, e tem normalmente o problema de ser necessário adaptar os dados já existentes ao SIG.

A construção de um SIG de património estruturado de raiz como um sistema que privilegie a geo-referenciação dos elementos foi levada a cabo pela primeira vez em Portugal pela Grande Área Metropolitana de Lisboa, com o objectivo de actualizar e aperfeiçoar a base de dados geo-referenciada proveniente do projecto *Corredores Verdes para a Área Metropolitana de Lisboa*. Estes dados, juntamente com os restantes dados deste projecto, e de outros projectos metropolitanos desenvolvidos inicialmente no Centro Nacional de Informação Geográfica, integraram o Sistema Metropolitano de Informação Geográfica. Colaborámos, desde o início, neste projecto, integrando nele, desde logo, a pesquisa desta dissertação.

Foram localizados todos os elementos do património classificado e em vias de classificação, assim como um vasto conjunto de elementos de património não classificado, incluídos já nos inventários municipais, ou acrescentados por terem sido considerados relevantes. Esta actualização foi realizada no âmbito do *CD-Rom Inventário Geo-referenciado do Património da área metropolitana de Lisboa*, elaborado entre 1999 e 2001 (tendo o CD-Rom sido lançado publicamente em Maio de 2002).

Foi dado especial destaque aos centros históricos, tendo estes sido o único tipo de património a ser geo-referenciado com polígonos, e não com pontos, procurando seguir a tendência actual de não considerar os elementos de património como algo isolado, mas como conjuntos, urbanos ou não, que reflectem também, para além da sua delimitação, as representações espaciais de quem as construiu.

A delimitação dos centros históricos em formato digital existia apenas para o concelho de Almada. Os restantes núcleos foram digitalizados, consoante a delimitação existente nos PDM (no caso do Seixal, Montijo, Alcochete, Setúbal, Barreiro Palmela, e Moita), ou com o auxílio do técnico da respectiva câmara municipal (no caso de Sesimbra e do Núcleo Antigo da Atalaia, no Montijo).

Estrutura da dissertação

Na *Parte I. Centros históricos e ordenamento do território: enquadramento teórico e estado da arte* será discutido o modo como surgiu, no âmbito da teoria relacionada com o

património, a realidade a que hoje chamamos centros históricos, fazendo uma pequena abordagem histórica, um enquadramento legislativo, a nível nacional e internacional, e apresentando o estado da arte em Portugal no que diz respeito ao ordenamento dos centros históricos, mas também às representações culturais do próprio conceito. Este estado da arte inclui uma apresentação da área metropolitana de Lisboa e da forma como se tem efectuado a sua expansão urbana, para servir de base à análise que é feita, posteriormente, do papel dos centros históricos neste contexto.

Na *Parte II. Os centros históricos no território: o caso de estudo da Península de Setúbal* são apresentados os dados analisados, o estudo de caso escolhido e o trabalho de campo realizado. Propomo-nos dar a conhecer a caracterização dos centros históricos da Península de Setúbal, e discutir o seu papel e os diversos mitos com que nos deparámos à partida, nomeadamente no que diz respeito à população, habitação e espaço público dos centros históricos. São também apresentados os instrumentos de gestão territorial, e outras ferramentas, utilizadas para a actual gestão dos centros históricos, assim como a análise das representações espaciais analisadas, e as diversas estratégias e soluções adoptadas pelos municípios para resolver os problemas identificados.

A *Parte III. Centros históricos da Península de Setúbal: discussão* constitui uma reflexão em torno dos dados apresentados nas partes anteriores, em especial no que diz respeito ao estudo de caso.

Nas *Conclusões e propostas* é abordado o papel que no futuro os centros históricos representarão, de acordo com a análise dos planos existentes, dos inquéritos e das entrevistas realizadas. Serão traçados alguns cenários de evolução possível destes espaços, face à síntese possível de realizar com base nos capítulos anteriores. A dissertação incluirá algumas propostas de implementação de estratégia ao nível do ordenamento dos centros históricos desta região.

Em suma, desejamos que os centros históricos se tornem não só lugares mais “elaborados e laboriosos”, como afirma García Marquez, mas também componentes fundamentais de uma dinâmica regional mais vasta.

Esta dissertação foi elaborada com o apoio de uma bolsa de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, Programa Praxis (BD 18214/98).

**Parte I. Centros históricos e ordenamento do território:
enquadramento teórico e estado da arte**

I.1 O património e a problemática dos centros históricos

Pretendemos iniciar o enquadramento com uma abordagem teórica da problemática do património que, longe de ser completamente exaustiva, tem como objectivo observar o modo como do conceito de património monumental, relativamente isolado, se chegou ao de centro histórico, que pressupõe uma noção de conjunto e abrange um leque mais alargado de elementos, tendo como base um conjunto de premissas que foram desenvolvidas nos últimos cinquenta anos e que são hoje parte da identidade cultural dos vários países do mundo.

I.1.1 O património: da herança familiar à “palavra-chave da tribo mediática”. A noção moderna de património

“Património. Esta bela e muito antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genéticos, natural, histórico...), que fizeram dela um conceito «nómada», prossegue hoje em dia um percurso diferente e notório. (...) ...uma das palavras-chave da tribo mediática: ela remete para uma instituição e para uma mentalidade” (Choay 2000: 11)

O reconhecimento de que existem elementos arquitecturais que representam um testemunho civilizacional de um passado mais ou menos distante é um fenómeno que remonta à Antiguidade Clássica. Contudo, a noção de que esses elementos possuem, para além do valor estético, um valor patrimonial e que devem ser considerados como parte da memória colectiva das civilizações (e não como peças decorativas ou de coleccionismo) e, em consequência, preservados da destruição, é bastante mais recente. Com efeito, é conhecida a reutilização de edifícios clássicos para outros fins¹ assim como a reutilização de pedra de antigos edifícios para a construção de novos², ou mesmo a total remodelação ou demolição de edifícios monumentais, como igrejas ou castelos, implicando a destruição do pré-existente (foi o caso

¹ Um exemplo é o Templo de Diana, em Évora. Este monumento foi o fórum da cidade na época romana, dedicado ao culto imperial (e não à deusa Diana, como afirma a tradição popular) e funcionou, na Idade Média, como casa-forte do castelo e mais tarde como açougue. No século XIX foi alvo de um restauro, da autoria do Arq.º Cinatti, com o objectivo de repor a arquitectura original.

² Por exemplo, muitos dos edifícios mais monumentais da cidade de Portalegre foram construídos com pedra da cidade romana de Ammaia (perto de Marvão) e o mesmo se passou em muitos outros locais.

da cidade de Genebra, que possuía fortificações que foram demolidas no século XIX, para permitir a expansão da cidade).

Dois conceitos fundamentais neste processo são o de *monumento histórico* e o de *património*. O conceito de *monumento histórico* terá nascido no século XIV, em torno das antigas ruínas de Roma. Mas será apenas no século XVIII, na sequência da Revolução Francesa e da legislação que foi publicada na época (com o intuito de proteger os edifícios do anterior regime) que o monumento se popularizou, ganhando verdadeiramente um valor reconhecível pelos cidadãos comuns. O termo *património*, anteriormente associado aos bens possuídos por um indivíduo, transmissíveis aos seus descendentes, alargou – a partir do século XIX – o seu conteúdo semântico, passando também a remeter para uma herança colectiva. Desta forma, a partir desta altura, passou a assumir-se que existe um legado colectivo que, tal como acontece com os bens de família, passará para as gerações seguintes como testemunho civilizacional. Surgiu, assim, a partir do século XIX, uma nova realidade: a criação de constrangimentos à destruição de determinados edifícios, por razões exclusivamente relacionadas com o seu valor de memória. Criam-se, assim, sobretudo a partir do século XX, políticas expressas de protecção dos elementos que são identificados como património.

Mas quais eram estes elementos? Eram, sobretudo, os grandes edifícios, cuja monumentalidade e “pureza” de estilo os tornava particularmente representativos de determinada época, considerada importante para o passado das comunidades. Populariza-se, desta forma, a designação de *monumento*. A partir desta época, o monumento passou a ser considerado não apenas um edifício que é propriedade de uma elite, representativo da história das classes elevadas, mas também algo que é propriedade de todos os cidadãos, residindo a sua importância no facto de constituir uma síntese de um estilo ou de determinada época.

Em França foi criada, em 1837, a Comissão dos Monumentos Históricos, que incluía nesta categoria três tipos de elementos: vestígios da Antiguidade Clássica, Igrejas Medievais e Castelos. Esta data é usualmente considerada um momento importante, até mesmo simbólico, na história da protecção do património. Contudo, também na maior parte dos países europeus (e também nos Estados Unidos) existiram, sobretudo a partir dos finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, movimentos intelectuais, que consagraram os monumentos nacionais como parte essencial da história e cultura dos vários países, sendo a designação de monumento atribuída – ainda hoje – a elementos como castelos, palácios ou catedrais, compreendendo, sobretudo, edifícios construídos pelos Estados ou pela igreja católica. A par da produção escrita de índole teórica, foram também publicadas leis com o intuito de proteger o património, sobretudo o mais monumental, assim como criados organismos para o tutelar.

A noção de protecção estava intimamente ligada à de intervenção. As diversas escolas de restauro existentes tiveram oportunidade de intervir, em especial em projectos de restauro dos grandes edifícios. A polémica já existente entre os diversos tipos de intervenção possível ganhou corpo com os resultados práticos que se começam a poder observar. Os dois protagonistas desta polémica foram Viollet-le-Duc (1814-1879)³ e John Ruskin (1819-1900), com as teorias, respectivamente, do restauro estilístico e do movimento anti-restauro. Enquanto Viollet-le-Duc defendia um tipo de intervenção que pretendia devolver os edifícios à sua pureza de estilo original – ainda que isso implicasse, no extremo, efectuar uma reconstrução de algo que nunca tinha tido essa forma original, Ruskin defendia que as intervenções deveriam assumir a passagem do tempo como parte integrante do monumento, podendo mesmo, em extremo, manter-se a ruína, em alternativa a uma reconstrução estilística. Hoje em dia, o restauro aplica-se, sobretudo, nos edifícios consolidados (ou a parte deles), estando afastada a possibilidade de reconstruir ruínas ou de recriar estilos monumentais de outras épocas. Quando existem intervenções arquitectónicas contemporâneas a tendência é para que estas integrem o monumento, numa lógica de contemporaneidade.

Dois autores importantes para a evolução do pensamento relativo à intervenção em monumentos foram Camillo Sitte (1843-1903), que defendia a necessidade do estudo da evolução urbana das cidades, assumindo que o urbanismo moderno encerra vantagens, mas também algum empobrecimento estético face à riqueza do pré-existente, e Camillo Boito (1836-1914). Boito identificou princípios concretos de intervenção em monumentos, salientando a necessidade de rejeitar o falso antigo e de preservar a integridade dos edifícios, nomeadamente através da distinção entre o que existia e o que resulta da intervenção (através da utilização de materiais diferentes, e da indicação de que o edifício foi sujeito a um restauro em determinada data) e da realização de intervenções simples, sem ornamentos. Refere ainda que deverá haver algum investimento no registo (descrição e fotografia) de todas as fases da intervenção e na conservação e exposição de elementos dos edifícios que tenham sido removidos durante a intervenção. Estes princípios foram os precursores da moderna teoria de intervenção em edifícios monumentais.

Podemos, assim, observar que, desde muito cedo, se começaram a realizar reflexões sobre o tipo de intervenção apropriada ao património monumental. Mas a noção de património irá, como iremos ver, tomar outros caminhos, deixando de pertencer exclusivamente ao património monumental.

³ A obra de referência deste autor foi *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI^{ème} au XVI^{ème} siècle*, em 10 volumes.

Uma outra questão fundamental é a dimensão temporal. Inicialmente, só cabia na categoria *património* um bem anterior ao século XIX. Durante a segunda metade do século XX, o século XIX e as primeiras décadas do século XX são, igualmente incorporados como patrimonializáveis. Por fim, a partir da década de setenta, o conceito de património avança no tempo, ao ponto de o território actual (e seus valores naturais) em permanente mutação ser também considerado património. Aquilo que é considerado património sofreu, desta forma, uma evolução, alargando-se do elemento isolado para os conjuntos e para o próprio território.

Foi ainda durante o século XX que a noção moderna de património se expandiu para fora da Europa, onde tinha tido origem. Neste contexto, os documentos produzidos por organismos internacionais tiveram um papel fundamental. Quer sejam vinculativos para os Estados signatários (como é o caso das convenções), quer sejam apenas propostas de actuação (como as cartas e recomendações), o seu papel é fundamental para a divulgação de conceitos, para a criação de consensos sobre o que é ou não considerado património, e também para a forma como devem ser feitas as intervenções, bem como para a formação teórica de todos aqueles que lidam com o património, directa ou indirectamente.

Em resumo, o conceito de património evoluiu da noção de herança individual para a de herança colectiva. Esta transformação teve lugar ao longo do século XIX e implicou uma alteração da noção de valor associada aos bens patrimoniais, de um valor afectivo e económico para um valor estético e cultural⁴. Ao longo do século XX, o património adquire, progressivamente, valor de memória e de estrutura das identidades locais e nacionais, assente, num primeiro tempo, na noção de monumento e, depois, como iremos ver, numa noção bastante mais alargada de património.

“O monumento, como a etimologia latina da palavra o indica, pretende ser a expressão tangível da permanência ou, pelo menos, da duração. (...) Sem a ilusão monumental, a história não passaria, aos olhos dos vivos, de uma mera abstracção. O espaço social está sobrepujado de monumentos que não são directamente funcionais, imponentes construções de pedra ou modestos altares de terra, que incutem em cada indivíduo o sentimento justificado de que, na sua maioria, lhe preexistem e sobreviverão. Estranhamente, é uma série de

⁴ Françoise Choay apresenta um conjunto de valores associados ao património: nacional, cognitivo, económico e artístico. Destes, o valor nacional é o mais importante, dado que inspirou as políticas dos estados relacionadas com a conservação dos bens patrimoniais. Menciona também o trabalho de Riegel (1907), o primeiro autor a referir o património em termos de valor, atribuindo aos monumentos históricos um valor de utilização e um valor de arte (Choay, 2000).

rupturas e descontinuidades no espaço que a continuidade do tempo representa.” (AUGÉ 1994: 66-67)

O património torna-se, desta forma, o substrato material da história dos povos ocidentais, desempenhando um papel cultural de relevo. Simultaneamente, são crescentes as iniciativas de preservação e reconstrução dos elementos patrimoniais. Por fim, após a Segunda Guerra Mundial, acentua-se, com a importância crescente dos fluxos turísticos, o valor comercial do património, e também face à globalização, o papel do património enquanto base de construções e reconstruções das identidades. É também a partir deste momento que se consagra, a nível internacional, a importância dos elementos patrimoniais, criando-se um movimento que ultrapassa a Europa, onde este conceito “nasceu”.

I.1.2 O papel dos documentos internacionais⁵. O património mundial

O século XX viu surgir um novo fenómeno, que se encontra hoje em pleno desenvolvimento, embora ainda sem que se possa avaliar totalmente as suas consequências: a existência de um movimento internacional que teve como consequência a criação de consensos alargados sobre o que é património, o que tem ou não valor e merece ou não ser protegido, intervencionado (e de que forma) e divulgado como tal.

Uma parte significativa deste movimento é constituída por documentos internacionais, produzidos e assinados por um número crescente de países, inicialmente sobretudo europeus, mas alargado, progressivamente, ao resto do mundo.

O primeiro documento normativo internacional foi a *Carta de Atenas sobre o restauro de monumentos* (de que Portugal foi signatário)⁶, redigida pelo Serviço Internacional de Museus, em Atenas, em Outubro de 1931 (apesar de resultar de uma conferência internacional mais alargada, nesta participaram apenas países europeus). O texto, que reflecte legislações já existentes na época em vários países, defende que o património é um bem comum, que pode chegar a ter valor universal, independentemente da sua propriedade:

⁵ Com base em LOPES e CORREIA (2004), consideramos como documentos internacionais as **convenções**, **tratados** ou **pactos** (assinados pelos Estados, que a eles ficam obrigados), as **recomendações** de organismos internacionais e do Conselho da Europa (não vinculativas, mas que podem servir de base para a redacção de convenções ou de legislação nacional) e ainda outros actos não vinculativos, como **declarações**, **conclusões de encontros** e outras **cartas** e **princípios**.

⁶ As traduções para português dos textos das cartas, recomendações e convenções internacionais são da autoria de LOPES e CORREIA (2004).

“A Conferência recomenda que, na construção de edifícios, se respeite o carácter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança de monumentos antigos cuja envolvente deve ser objecto de cuidados especiais. Deverão mesmo ser preservados alguns conjuntos e certas perspectivas particularmente pitorescas.” (Lopes e Correia 2004: 44)

Esta Carta deu origem à *Resolução sobre a conservação de monumentos históricos e de obras de arte*, aprovada pela assembleia da Sociedade das Nações, a 10 de Outubro de 1932, onde pela, primeira vez, num instrumento jurídico de um organismo internacional se fala de património da humanidade. Teve, também, como consequência a criação da Comissão Internacional dos Monumentos Históricos, precursora do ICOMOS - International Council for Monuments and Sites, criado em 1965.

Após a Primeira Guerra Mundial e, sobretudo, na segunda metade do século XX, as destruições de património causadas pelas grandes guerras estiveram, em parte, na origem de novas recomendações sobre este tema. No âmbito desta filosofia, a UNESCO - United Nations Educational and Scientific and Cultural Organisation, fundada em 1945, aprovou, em 1954, a *Convenção de Haia para a protecção dos bens culturais em caso de conflito armado*, onde se refere que se incluem na categoria de bens culturais (Artigo 1.º):

- “a) Os bens, móveis ou imóveis, que apresentem uma grande importância para o património cultural dos povos, tais como os monumentos de arquitectura, de arte ou de história, religiosos os laicos, os sítios arqueológicos, os conjuntos de construções que apresentem um interesse histórico ou artístico, as obras de arte, os manuscritos, livros e outros objectos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, assim como as colecções científicas e as importantes colecções de livros, de arquivos ou de reprodução dos bens acima definidos;
- b) Os edifícios cujo objectivo principal e efectivo seja de conservar ou de expor os bens culturais móveis definidos na alínea a), como são os museus, as grandes bibliotecas, os depósitos de arquivos e ainda os refúgios destinados a abrigar os bens culturais definidos na alínea a) em caso de conflito armado;
- c) Os centros que compreendam um número considerável de bens culturais, que são definidos nas alíneas a) e b), os chamados «centros monumentais».” (*id.*: 56-7)

Nesta convenção, o conceito de bem cultural é bastante vasto e inclui já “conjuntos de construções que apresentem um interesse histórico ou artístico” e introduz o conceito de “centros monumentais”. A experiência do bombardeamento e destruição dos centros de cidades europeias durante a Segunda Guerra Mundial foi marcante para a afirmação da transnacionalidade do património, em risco de ser destruído por nacionais e estrangeiros, e que por todos eles deverá ser protegido.

É de salientar o facto de as ciências sociais, nomeadamente a História e a Arquitectura, mas também outras - embora de forma mais indirecta - como a Sociologia e a Antropologia, que se tinham vindo a desenvolver desde a segunda metade do século XIX, estarem nesta época em plena fase de maturação, tendo já formado académicos e técnicos capazes de dar contributos e influenciar esta nova visão da cultura e do património. Este fenómeno iria acentuar-se ao longo das décadas seguintes, com o conhecimento crescente do mundo, com a divulgação cada vez mais abrangente e aprofundada das civilizações para lá do Ocidente e com o reconhecimento do seu papel e dos seus diversos patrimónios na história universal.

Mais tarde é de referir o papel da descolonização e da auto-determinação de várias nações para o alargamento de uma visão mais pluralista do mundo, mais capaz de aceitar e valorizar outros valores, para além dos ocidentais. O contexto português, de que falaremos mais adiante, era, contudo, um pouco diferente. O regime ditatorial, o isolamento e a repressão de ideias dele resultante, sobretudo nos primeiros trinta anos, estreitaram o campo de aplicação de grande parte da moderna produção intelectual do século XX.

Com efeito, a nível mundial, o conceito de património estava a ser progressivamente alargado a outros elementos que não os habituais, confirmando e alargando a tendência que começou a esboçar-se nos anos cinquenta. Um indicador desse facto é o documento de 1962 da UNESCO, *Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e dos sítios*, que tem como objectivo:

“não só a preservação do aspecto original das paisagens e sítios naturais, rurais e urbanos, quer sejam obra do homem ou na natureza, mas também, na medida do possível, o seu restauro. A Recomendação chama a atenção para a importância científica e estética das paisagens e dos sítios e para o facto de estes constituírem um património que é um factor fundamental nas condições de vida das populações.” (*ibid.*: 95)

A noção de património surge aqui claramente associada ao próprio território, como algo que possui não só um valor histórico e artístico, mas também científico, estético e utilitário para as populações.

Uma referência fundamental, ainda hoje, foi a redacção da *Carta de Veneza sobre a conservação e restauro de monumentos e sítios*, pelo ICOMOS, em 1964 (nela participaram três países não europeus, Tunísia, México e Peru). Nesta carta, que reafirma os valores consolidados no fim do século XIX e princípio do século XX, é inequívoca a vontade de incluir outro tipo de elementos, de mudar a noção de património centrada na monumentalidade.

“Artigo 1º - A noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada, bem como o sítio, rural ou urbano, que constitua testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção aplica-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas do passado que adquiriram, com a passagem do tempo, um significado cultural.” (*ibid.*: 104)

Estamos na presença da reivindicação do lugar do cidadão comum e das suas histórias de vida na história das comunidades (tendência a que não é alheia a Nova História) e do reconhecimento da importância da “pequena história” para a memória colectiva local, numa primeira instância, e para a história da humanidade, numa outra escala. E, de alguma forma, a importância crescente, a partir desta época, da arquitectura tradicional que representa o expoente material destas tendências, uma chegada à esfera do património da arquitectura anónima e não monumental.

A partir da segunda metade do século XX, também as recomendações internacionais de instituições como o ICOMOS, e a UNESCO privilegiam a arquitectura vernacular. Desde a Carta de Veneza, em 1964, que o ICOMOS tem procurado promover intervenções que respeitem a arquitectura tradicional. Um exemplo é o da *Carta sobre o património construído vernáculo*, aprovada pelo ICOMOS em 1999, que nos diz que “O património construído vernáculo é a expressão fundamental da identidade de uma comunidade, das suas relações com o território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade cultural do mundo.” (*ibid.*: 285)

Nos anos setenta do século XX, a noção de que o património pode ter um valor transnacional e de que a sua protecção está, numa primeira instância, a cargo dos Estados onde os valores patrimoniais se situam, mas que poderá estar também a cargo – ou, melhor, sob a supervisão – de um organismo internacional materializa-se através da actuação da UNESCO e da criação das classificações como património mundial.

O documento que deu origem a este movimento foi a *Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural*, assinada em Paris, a 16 de Novembro de 1972. Este é um dos documentos fundamentais, uma vez que identifica um conjunto de obrigações comuns a todos os Estados signatários. Desta forma, passa a constituir obrigação dos Estados identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir às gerações futuras o seu património cultural e natural, devendo estes esforçar-se por assegurar uma protecção e conservação e valorização eficazes, através da adopção de uma política geral, da instituição de um ou mais serviços responsáveis, desenvolver estudos e pesquisas científicas, fornecer formação e tomar

as medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras necessárias para o cumprimento destes objectivos.

Os Estados devem ainda esforçar-se por criar programas educativos vocacionados para reforçar o apego dos seus povos ao património cultural e natural e estabelecer programas de conservação e valorização do património cultural (para preservar o seu aspecto tradicional) e natural (para o restauro de zonas protegidas degradadas). A convenção criou também o Comité do Património Mundial, a Lista do Património e o Fundo para a Protecção do Património Mundial, definindo as condições e modalidades da assistência internacional. A partir deste momento, estava criado o enquadramento institucional que deu origem à actual Lista de classificação do património mundial, que contava, em Agosto de 2005, com 812 classificações como património da humanidade.

As primeiras doze classificações como património da humanidade tiveram lugar em 1978, pertencendo oito delas à categoria de património cultural e quatro à de património natural.⁷ Os critérios base que a UNESCO considera para a atribuição de uma classificação têm sobretudo a ver com a singularidade dos elementos e com a sua raridade e representatividade enquanto valores de uma determinada época ou região do mundo. A classificação pode também estar relacionada com aspectos intangíveis, como tradições, eventos, crenças e obras literárias de valor universal.

No que diz respeito às classificações como Património Natural, falamos de espaços e de fenómenos naturais excepcionais que apresentem beleza ou estética de relevo, que sejam representativos de momentos da história da terra, incluindo processos geológicos e fisiográficos e processos ecológicos e biológicos relacionados com ecossistemas terrestres, marítimos e costeiros, em especial se importantes para a diversidade biológica.

O grau de perigo de destruição pode também ser um aspecto a ter em consideração. A UNESCO publica anualmente uma lista dos elementos classificados como Património Mundial que se encontram em perigo de destruição.

⁷ Património cultural: Sítio Histórico de L'Anse aux Meadows (Canadá), Cidade de Quito (Equador), Igrejas rupestres de Lalibela (Etiópia), Catedral de Aachen (Alemanha), Centro Histórico de Cracóvia (Polónia), Mina de Sal de Wieliczka (Polónia), Mesa Verde (Estados Unidos da América), Island of Gorée (Senegal). Património natural: Parque Nacional Nahanni (Canadá), Ilhas Galápagos (Equador), Parque Nacional Simien (Etiópia), Yellowstone (Estados Unidos da América).

Figura I.1.1 – Número de classificações como património mundial, por categoria e por ano 1978/2005

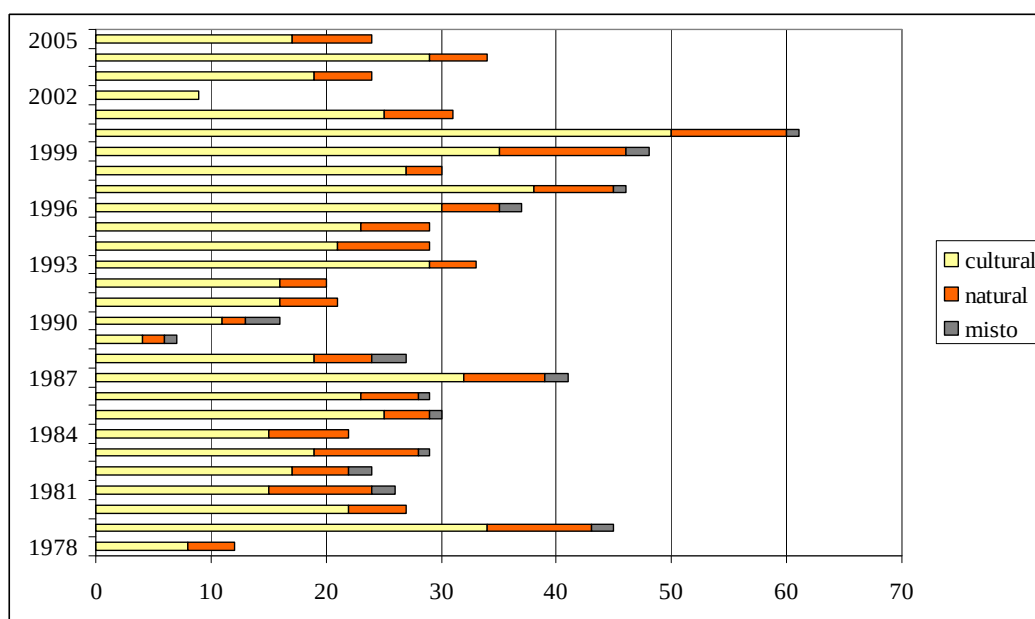
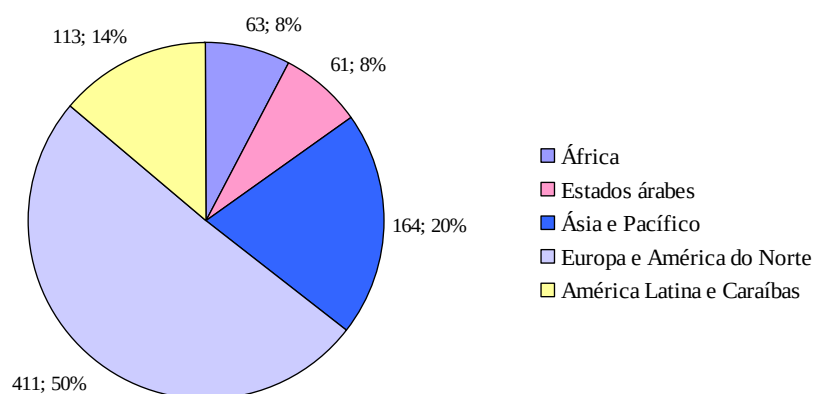


Figura I.1.2 – Total de classificações como património mundial, por regiões do mundo (número absoluto e percentagem) em 2005



Fonte: UNESCO 2005

Como podemos observar, as atribuições da categoria de património cultural excedem largamente em número as de património natural e misto. A partir de 1995, o património cultural passou a incluir também as categorias de paisagem cultural e de paisagem agrícola. A Paisagem Cultural de Sintra foi a primeira a ser classificada nesta categoria, que conta, actualmente com catorze classificações⁸. A categoria de classificação Mista possui

⁸ Paisagens culturais de Sintra (Portugal), Lednice-Valtice (República Checa), Hallstatt-Dachstein Salzkammergut (Áustria), Sukur (Nigéria), Wachau (Áustria), Fertő/Neusiedlersee (Áustria e Hungria), Vat

actualmente vinte e uma classificações, compreendendo locais como a Lapónia na Suécia, o Monte Athos na Grécia, ou a Tasmânia Selvagem na Austrália.

Um aspecto muito importante das classificações como património mundial é o facto de poderem ser transnacionais, abrangendo mais do que um país e superando assim as dificuldades inerentes à compatibilização de critérios e legislações nacionais.⁹

Na Figura I.1.2, podemos observar a distribuição espacial apresentada pela UNESCO das classificações existentes. É interessante verificar a agregação geográfica que a UNESCO estabelece, que não corresponde propriamente aos cinco continentes, e que denota uma interpretação das áreas culturais do planeta. 50% das classificações correspondem a países da Europa e América do Norte, sendo os restantes 50% distribuídos pela América Latina e Caraíbas (14%), África (8%), Estados Árabes (8%), Ásia e Pacífico (20%).

É nossa convicção que esta distribuição não significa a existência de mais património na Europa e Estados Unidos do que no resto do mundo, mas sim o facto de, nestes locais, o património se encontrar mais inventariado e valorizado, em especial o património edificado, permitindo aos Estados organizar e apresentar um maior número de candidaturas.

Por outro lado, a obtenção de uma classificação como património mundial é uma referência importante nestes países, onde a memória colectiva e a identidade assentam numa construção discursiva onde o património, tal como a UNESCO o encara, possui um papel determinante. E embora este conceito esteja cada vez mais globalizado, há ainda regiões do globo onde a identidade colectiva se constrói e reproduz com base em suportes menos patrimonializáveis, do ponto de vista global das Nações Unidas (narrativas orais, danças, rituais diversos). Há também que considerar que alguns países possuem menos meios para preparar candidaturas (presentemente, muitos Estados apresentam candidaturas anualmente, tendo a UNESCO posto um limite anual de uma candidatura por categoria).

Phou e antigos aglomerados associados em Champasak (República Popular do Laos), Aranjuez (Espanha), Região Vinícola de Tokaj (Hungria), e Vestígios arqueológicos do Vale Bamiyan (Afeganistão), Mapungubwe (África do Sul), Bam (República Islâmica do Irão), Pasargadae (República Islâmica do Irão), Vale Orkhon (Mongólia), Cidade Portuguesa de Mazagão / El Jadida (Marrocos) e Paisagem Agrícola de Southern Öland (Suécia).

⁹ Existem dezasseis classificações nestas condições. Alguns exemplos são a Reserva Integral de Natureza de Monte Nimba (Costa do Marfim e Guiné), as Missões Jesuítas Guarani de San Ignacio Mini, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto e Santa Maria Mayor e Ruínas de São Miguel das Missões (Argentina e Brasil) e Fronteiras do Império Romano (Alemanha e Reino Unido).

Portugal detém actualmente treze classificações como Património Mundial¹⁰, doze na categoria de Património Cultural e uma na de Património Natural¹¹ sendo as mais antigas de 1983 (Zona Central da Cidade de Angra do Heroísmo, Mosteiro da Batalha, Torre de Belém e Mosteiro dos Jerónimos). Num contexto nacional em que os mecanismos de protecção do património se mostram relativamente ineficazes, a classificação como património mundial funciona como uma legitimação, como mecanismo de protecção e também como veículo de promoção. Desta forma, assistimos a um redimensionamento dos valores patrimoniais, que são revestidos de um novo tipo de discurso, direccionado já não para o reforço directo da identidade nacional a nível interno, mas para uma afirmação do local, à partida de pequena escala, através do reconhecimento mundial, mediado por um actor internacional e mediatizado pelos mais diversos meios.

As actividades da UNESCO nestes domínios mostram, assim, claramente a forma como tem evoluído o conceito de património. O facto de esta instituição possuir actualmente uma categoria de classificação que abrange a paisagem cultural (tendo Sintra sido a primeira paisagem a receber esta classificação), teve repercussões nas abordagens que são actualmente feitas, levando a outras propostas de classificação semelhantes.

Em relação aos centros históricos, o papel da sua classificação como património mundial é extremamente relevante. Desde 1978, encontram-se já cento e vinte e sete centros históricos classificados, na categoria de Património Cultural. Uma das questões que iremos abordar em profundidade para o contexto português e mais especificamente para os exemplos da Península de Setúbal é a escolha dos termos para designar os centros históricos. No caso das classificações como património mundial para centros históricos, existe um conjunto diverso de designações (*ancient city, ancient village, town centre, city, historic area, historic centre, medina, old city, old town*) sendo *historic centre* a designação mais recorrente.

I.1.3 A noção de centro histórico

A noção de centro histórico advém da aplicação territorial do conceito de património. Implica que a noção de valor patrimonial se estenda para além do monumento isolado, abrangendo a sua envolvente. Implica, ainda, a atribuição de um valor patrimonial a elementos de cariz

¹⁰ Zona Central da Cidade de Angra do Heroísmo, Convento de Cristo, em Tomar, Mosteiro da Batalha, Torre de Belém e Mosteiro dos Jerónimos, Centro Histórico de Évora, Mosteiro de Alcobaça, Paisagem Cultural de Sintra, Centro Histórico do Porto, Gravuras Rupestres do Vale do Côa, Alto Douro Vinhateiro, Centro Histórico de Guimarães, Paisagem Vinhateira da Ilha do Pico.

¹¹ Floresta de Laurisilva da Madeira.

vernacular, em especial a espaços arquitectónicos com funções residenciais e de serviços. Este aspecto é relevante, uma vez que traz para uma nova esfera o papel dos indivíduos anónimos e do seu saber na construção do território. E, neste contexto, este reconhecimento advém, sobretudo, da sua inserção num conjunto que produza algum tipo de sentido. Nesta óptica, os centros históricos são fundamentais. Não só porque são o testemunho de séculos de “história anónima” mas porque existe a noção de que a associação de um determinado número de elementos constitui por si só um valor acrescentado. Um conjunto de edifícios com similitudes arquitectónicas, construtivas ou culturais possui, nesta lógica, um valor superior ao que é atribuído ao edifício vernacular isolado.

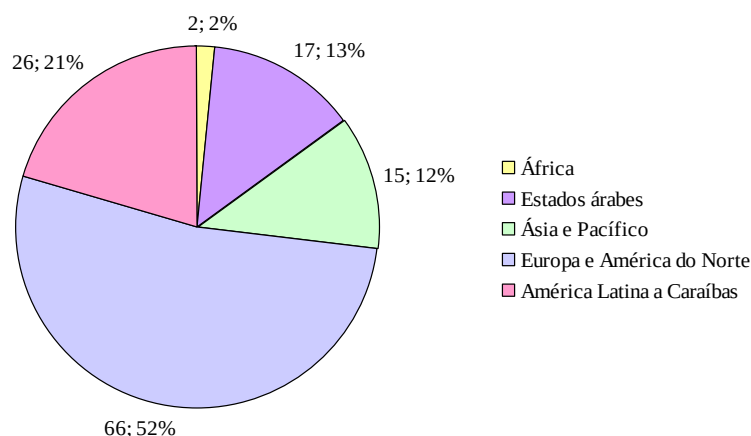
A arquitectura tradicional pode, por conseguinte, ser aquilo que dá coerência ao todo, independentemente da presença, ou não, de elementos mais monumentais. Mas o reconhecimento da existência de um centro histórico é também a atribuição de uma origem territorial a uma comunidade. Talvez por isso mesmo os centros históricos estejam tão relacionados com as identidades territoriais, transformando-se em referências fundamentais nos diversos mecanismos de construção e reprodução de memória e da identidade cultural das comunidades dos dias de hoje.

Uma prova extrema deste facto foi a reconstrução de centros históricos, após a Segunda Guerra Mundial, como foi o caso de Varsóvia, onde se reproduziram fielmente os edifícios destruídos. Segundo Françoise Choay (2000), o primeiro autor a incluir os conjuntos urbanos na noção de património foi John Ruskin, em 1849, alertando para a importância da continuidade dos tecidos urbanos, numa evidente reacção às teorias que pretendiam conservar o monumento isolado do seu conjunto. Na segunda metade do século XX, encontrava-se já consagrada a importância destes conjuntos. Daí em diante, a principal discussão já não é feita em torno da legitimidade do conceito, mas sim da pertinência ou não de considerar determinado conjunto um centro histórico, de saber como delimitá-lo, conhecê-lo e intervir nele.

Um momento muito importante desta consagração do conceito de centro histórico foi a já referida publicação pela UNESCO, em 1972, da *Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural* que, no Artigo 1º, define os conjuntos como grupos isolados ou reunidos de construções que possuem valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência, devido à sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem. (Lopes e Correia 2004: 126)

Esta convenção, assinada por oitenta países, esteve na origem de todo o movimento de classificação do património mundial, cuja lista possuía, em 2005, 812 classificações, 127 delas de centros históricos, todos inseridos na categoria de Património Cultural¹².

Figura I.1.3 – Centros históricos classificados como património mundial, por regiões do mundo (número absoluto e percentagem) em 2005



Fonte: UNESCO 2005

Como se pode observar, a distribuição espacial dos centros históricos classificados como património mundial é, em termos percentuais, semelhante à do total do património mundial, tendo embora a Ásia e Pacífico e África, percentualmente, menos classificações de centros históricos do que do total de património mundial e os Estados Árabes, a América Latina e Caraíbas e a Europa e América do Norte, inversamente, percentagens mais elevadas de classificações de centros históricos do que as que detêm no total do património.

Em relação à distribuição por país, no quadro seguinte podemos observar a distribuição de classificações de centros históricos por região e por país.

Verificamos que o país que possui mais centros históricos classificados é a Itália, seguido da Espanha e do México. Portugal possui quatro centros históricos classificados como Património Mundial (Angra do Heroísmo, Évora, Porto e Guimarães), o que é um número relativamente elevado, no contexto mundial.

¹² A lista completa encontra-se em anexo.

Quadro I.1.1 – Centros históricos classificados como património mundial, por regiões do mundo e por país em 2005

Região	País	Número de centros históricos classificados
África	Quénia, Mali	1
Estados Árabes	Jerusalém (proposto pela Jordânia), Líbia, Mauritânia	1
	Tunísia	2
	Iémen, Síria	3
	Marrocos	6
Ásia e Pacífico	Filipinas, Japão, Vietname	1
	Tailândia, Uzbequistão	2
	Sri Lanka	3
	China	5
Europa e América do Norte	Alemanha, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Eslováquia, Estónia, Finlândia, Holanda, Hungria, Israel, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Roménia, Santa Sé, Suiça, Ucrânia	1
	Canadá, França, Grécia, Turquia	2
	Áustria, Croácia, Federação Russa, Reino Unido e Irlanda do Norte	3
	Polónia, Portugal	4
	República Checa	5
	Espanha	7
	Itália	8
América Latina e Caraíbas	Chile, Colômbia, Suriname, Uruguai	1
	Bolívia, Cuba, Equador	2
	Peru	3
	Brasil	6
	México	7

Fonte: UNESCO 2005

O papel da UNESCO não se limita, porém, à lista do património mundial, sendo fundamental a sua intervenção como difusora de teorias e encontro de especialistas, em especial através da produção de documentos. Outro texto importante, também adoptado pela UNESCO em 1976, foi a *Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea*. Nesta recomendação as zonas históricas (e não exactamente os centros históricos) são considerados como parte essencial daquilo a que podemos chamar o património da humanidade. A definição que é dada para conjunto histórico é a de:

“todo o grupo de construções e de espaços, incluindo as estações arqueológicas e paleontológicas, que constituam um povoamento humano, quer em meio urbano, quer em meio rural, e cuja coesão e valor sejam reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitectónico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural.” (*ibid.*: 177)

Isto representa a adopção definitiva de uma abordagem que inclui vertentes vernaculares e não fragmentadas do património. Apresentamos em seguida alguns excertos deste documento (sublinhados nossos):

“...os conjuntos históricos fazem parte do ambiente quotidiano dos seres humanos, assegurando a **presença viva do passado que os modelou, e que esses conjuntos garantem a variedade de enquadramentos de vida correspondentes à diversidade da sociedade** e que, por isso mesmo, adquirem um valor e uma dimensão humana suplementar;

(...) os conjuntos históricos têm constituído, através dos tempos, os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da Humanidade, pelo que **a sua salvaguarda e integração na vida da sociedade contemporânea constitui um elemento fundamental para o planeamento urbano e o ordenamento do território;**

(...) face aos perigos da uniformização e da despersonalização, que frequentemente se manifestam na nossa época, esses testemunhos vivos de épocas passadas ganham **importância vital para os homens e para as nações** que neles encontram simultaneamente a expressão da sua cultura e **um dos fundamentos da sua identidade;**

(...) no mundo inteiro, **sob pretexto da expansão ou da modernização, se realizam destruições sem critério,** e reconstruções irreflectidas e inadequadas, que provocam graves prejuízos ao património histórico;

(...) os conjuntos históricos constituem um património imobiliário **cujas destruição provoca, frequentemente, perturbações sociais, mesmo quando não implica perdas económicas;**

(...) Considerando que, perante tais perigos de deterioração, e mesmo de desaparecimento total, todos os **Estados devem actuar para salvar esses valores insubstituíveis, adoptando urgentemente uma política global e activa de protecção e reanimação dos conjuntos históricos e do seu enquadramento, no quadro do desenvolvimento nacional, regional ou local;**” (*ibid.*: 176)

Esta recomendação apresenta alguns aspectos novos e interessantes, que importa explorar. Por um lado, dá especial atenção à relação entre o social e o edificado, apresentando as áreas históricas como um suporte da estrutura social, ou seja, como elementos que são parte integrante das dinâmicas do presente e não apenas referências em termos de memória. Surge também, e esse é o objectivo central da recomendação, uma relação clara entre as áreas históricas e o ordenamento do território, relação que iremos desenvolver mais tarde.

Para além do papel das instituições internacionais, mais directamente associadas com as questões do património, outras instituições se começaram a interessar pelas problemáticas relacionadas com os centros históricos. Entre elas, encontra-se o Conselho da Europa, que produziu também documentação relevante neste tema, incluindo algumas convenções, que os

Estados signatários se comprometem a pôr em prática. Destacamos a *Convenção Cultural Europeia*, ou *Convenção de Paris*, de 1954 (que Portugal ratificou em 1976) onde se assume que existe um património comum europeu, de que os Estados deverão promover a divulgação, o estudo e a protecção. Esta refere como património comum as línguas, a história e a civilização europeias. Em 1985, o Conselho da Europa aprovou a *Convenção para a salvaguarda do património arquitectónico da Europa*, ou *Convenção de Granada* (ratificada por Portugal em 1991), que apresenta como componentes do património arquitectónico três categorias semelhantes às da *Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural* da UNESCO: monumentos, conjuntos arquitectónicos e sítios. No que diz respeito aos conjuntos, estes podem ser agrupamentos de construções urbanas ou rurais, devem possuir homogeneidade e suficiente coerência para permitir uma delimitação e valor histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico.

Uma outra questão prende-se com a relação entre a produção de documentos, de reflexões, mais ou menos normativa, e a actuação prática. O facto de o mundo académico e os técnicos acompanharem a produção internacional, não significa necessariamente que a aplicação dos conceitos se faça à mesma velocidade da sua difusão teórica, mesmo quando os Estados são signatários dos documentos internacionais produzidos. Na realidade, demora alguns anos até que a absorção dos textos teóricos tenha reflexos consistentes no território.

Podemos assim observar que a nível internacional, se assiste – desde os anos setenta do século XX - a uma chamada de atenção para a arquitectura vernacular, nomeadamente para os centros históricos, assim como a uma crescente aplicação de políticas com o objectivo de os inventariar, conservar, reabilitar e promover.

A aceitação alargada da integração dos centros históricos não é alheia ao facto de a revolução industrial (numa primeira fase) e a suburbanização das grandes cidades (a partir de meados do século XX) terem criado rupturas nos tecidos urbanos existentes. Estas rupturas são tidas como inevitáveis, mas também como algo negativo, que interfere com a evolução do território de forma brusca, descaracterizadora, desumanizada e irreversível. Neste contexto, os centros históricos ganham um valor simbólico, passando a ser considerados como substrato material das civilizações pré-globalização. Contudo, subjacente a esta lógica, surge uma nova problemática: como integrar na vida contemporânea estes espaços, que ganharam um novo estatuto e implicam novos modos de actuação?

“tornados património histórico por direito próprio, os centros e bairros históricos manifestam actualmente uma imagem privilegiada, sintética e, de certa maneira, engrandecida das dificuldades e das contradições com que se confrontam a valorização do

património edificado, e em particular a sua reutilização. Noutras palavras: a sua integração na vida contemporânea.” (Choay 2000: 194)

I.2 Identidade cultural e centros históricos

I.2.1 Memória social e identidade

A construção das identidades é indissociável do conhecimento do outro, na medida em que só é possível conhecermos o nosso eu se o opusermos ao outro. A alteridade é um elemento fundamental da construção da personalidade dos indivíduos, mas também da identidade colectiva. A construção de uma identidade é um processo lento e moroso, que implica a construção de memórias, a interpretação e a reconstrução de elementos e ritualização espaço-temporal (Rojek, Hurry 1997).

Segundo Paul Connerton, que procura complementar a teoria de Maurice Halbwachs, a memória individual é indissociável da memória social:

“No que diz respeito, em particular, à memória social, constatamos que as imagens do passado legitimam geralmente uma ordem social presente. É uma regra implícita pressupor uma memória partilhada entre os participantes de qualquer ordem social. Se as memórias que têm do passado da sociedade divergem, os seus membros não podem partilhar experiências ou opiniões.” (Connerton 1999: 3)

A memória social confere, assim, sentido ao todo, fornecendo aos indivíduos as referências de que necessitam para interagir socialmente, para conhecerem o grupo e para se reconhecerem nele. Connerton defende que a reprodução da memória social assenta nos momentos rituais, que funcionam como momentos-chave para o reconhecimento, aquilo a que chama “actos de transferência que tornam possível recordar em conjunto” (*id.*: 54). Desenvolveremos a importância do ritual no próximo ponto.

O património representa uma parte fundamental da memória das sociedades contemporâneas, capaz de fornecer um suporte material de imagens essenciais a essa memória. Este aspecto é acentuado hoje, na era da comunicação e do multimédia, em que os indivíduos sustentam a sua memória colectiva nos documentos escritos e nas imagens.

Há que referir que guardar memória de algo implica também esquecer um conjunto de outras coisas. Assim, o património é um elemento indispensável para a memória colectiva das comunidades, mas também para o esquecimento. Se observarmos aquilo que se permite destruir ou alterar verificamos quais os valores que cada sociedade ou grupo social despreza em vez de conservar ou restaurar.

Um aspecto fundamental da memória social é a relação da comunidade com o seu território.

“Para poder dispor espacialmente as coisas, é preciso poder situá-las de forma diferente: pôr umas à direita, outras à esquerda, estas no alto, aquelas no baixo, no Norte ou no Sul,

a Este ou a Oeste, etc., etc. (...) essas divisões, que lhe [ao espaço] são essenciais, de onde vêm elas? Por si próprio o espaço não tem nem direita nem esquerda, nem alto, nem baixo, nem Norte nem Sul, etc. Todas essas distinções vêm evidentemente do facto de serem atribuídos às regiões valores afectivos diferentes. E como todos os homens de uma mesma civilização representam o espaço da mesma maneira, é evidentemente necessário que esses valores afectivos e as distinções que deles dependem lhes sejam igualmente comuns; o que implica, quase necessariamente, que são de origem social.” (Durkheim 2002: 14-16)

O espaço em que vivemos é expressão de uma estrutura sócio-cultural. Ele reflecte a sociedade em que se insere, pois a forma como cada grupo “preenche” o espaço físico que lhe coube espelha a sua estrutura social e as respectivas relações de poder, institucional ou pessoal, e de hierarquia. Mas, tal como apontou Claude Lévi-Strauss, o espaço não é um reflexo exacto do social, mas antes uma consequência dos modelos e representações culturais de cada cultura (Lévi-Strauss 1979). Estas representações, embora manifestadas individualmente, correspondem a representações colectivas de um grupo.

“Quando se fala em representações colectivas, pressupõe-se que os membros de uma determinada colectividade possuem repertórios semelhantes de significações, que são reconhecidos como fazendo parte da existência da colectividade. No que diz respeito ao espaço, isso significa que existe um princípio de atribuição de significações ao território que é comum aos membros de uma dada colectividade. Através das representações do espaço, os indivíduos conferem uma especificidade ao seu território e reconhecem uma identidade à sua colectividade, o que significa que se estabelece um laço indissociável entre o sentimento de pertença a uma colectividade e o sentimento de pertença a um território.” (Silvano 1997: 11)

A existência de espaços designados por centro histórico é um exemplo desta realidade, reforçado pelo facto de serem considerados locais de forte simbolismo, importantes para a construção e manutenção das identidades locais, regionais e mesmo nacionais. Os centros históricos constituem, na sua maioria, a origem dos espaços urbanos actuais. Por isso mesmo, são eles os principais espaços de referência da memória histórica das comunidades.

Começa por se ter de considerar o que define um centro histórico, o que se vai “guardar” para memória e o que fica fora do limite. Depois, no seu interior, o que é imutável? Habitualmente os edifícios mais monumentais mantêm a sua imutabilidade. Temos, depois, os edifícios que podem ser alterados, com condicionantes, que são normalmente os edifícios residenciais não monumentais. Por último, é, normalmente, no espaço público que a noção de memória é mais permissiva, no que diz respeito a alterações. Temos observado que é nele que a transformação

do território é melhor aceite e se fazem as intervenções mais contemporâneas, implicando, muitas vezes, a destruição do pré-existente.

“As atitudes sociais face ao espaço são, por um lado, de carácter conservador - cada colectividade reproduz e preserva uma memória colectiva - e, por outro, de carácter prospectivo - cada colectividade opera no sentido da transformação do seu território.”

(Silvano 1997: 16)

Encontramos, então, elementos aparentemente essenciais para a memória e que são intocáveis e elementos que ocupam um papel acessório, podendo ser substituídos pelo tempo presente, qualquer que ele seja. Há também fases intermédias, elementos que podem ser parcialmente adaptados. Por vezes, estes princípios estão estabelecidos em documentos escritos. Não obstante, ainda que isso não aconteça, os indivíduos reconhecem-nos e defendem-nos - por exemplo, em caso de ameaça de destruição de um elemento importante.

I.2.2 A patrimonialização

Gostaríamos agora de desenvolver um pouco a questão da patrimonialização, ou do alargamento da noção de património a elementos, não só arquitecturais mas também outros, que não eram considerados como tal, que ganham um conjunto de novos valores e significados.

Em resultado, assistimos à “elevação” à categoria de património de elementos tão diversos como a gastronomia, os saberes, o artesanato. Nas últimas décadas, os centros históricos, enquanto elementos arquitecturais, mas também enquanto elementos etnológicos (pela sua relação com as vivências, a gastronomia, os saberes locais) foram também patrimonializados.

Este fenómeno é indissociável daquilo a que Handler chamou de objectificação da cultura, em que um objecto mais ou menos quotidiano é transformado em algo único, distinto, característico de toda uma comunidade ou nação (Leal 2000). Quando elaborámos uma pesquisa sobre o Centro Histórico de Alcochete, um dos entrevistados referia-nos que não havia uma arquitectura específica da vila e que “Alcochete é a festa, as fogaças e o arroz doce”. Neste caso, temos uma objectificação do ritual e da gastronomia local, que se tornam no expoente da cultura e da identidade de uma localidade.

A patrimonialização de elementos pode ser realizada de forma inconsciente, estando latente no discurso dos indivíduos, podendo também fazer parte explícita da afirmação ou reconstrução de identidades locais, seja perante o exterior ou a nível interno. Pode ter objectivos específicos de promoção turística, como quando uma localidade é divulgada

através de mensagens que patrimonializam, por exemplo, a sua gastronomia ou tradições locais. Proliferam, assim, os folhetos e mensagens que recorrem a estes objectos como símbolos de uma significação mais vasta. A promoção turística chega ao ponto de patrimonializar elementos como o sol ou o mar, que – aparentemente – também são o “nosso património”.

O choque petrolífero dos anos 70 esteve na origem da tomada de consciência de que os recursos do planeta são finitos e de que é necessário caminhar para políticas e estratégias mais sustentáveis. Depois da sua definição, no Relatório de Brundtland em 1987, o conceito de desenvolvimento sustentável popularizou-se e suscitou a procura de novos estilos de vida, onde são valorizados os materiais naturais e as actividades tradicionais. Desta forma, a cultura material relacionada com a era pré-industrial ganhou relevo e foi fortemente patrimonializada.

Há, assim, uma procura do mais puro e mais tradicional (desde os produtos alimentares ao vestuário e artigos manufacturados diversos) na qual os centros históricos são um importante suporte material. No fundo, tal como temos vindo a referir os centros históricos são o espaço de referência das actividades tradicionais, mas são também, eles próprios um património com significado, objectos culturais representativos da cultura de uma região, ou de um país, caracterizando a relação entre o homem e o espaço com raízes numa época pré-industrial.

1.2.3 O papel dos rituais e sua espacialização nos centros históricos

Neste ponto, tentaremos compreender a importância do ritual na sociedade tradicional e na sociedade moderna, e de que forma estes se relacionam com os centros históricos, que são muitas vezes o espaço onde se realizam os diversos rituais que fazem parte da estrutura cultural das comunidades.

Podemos definir um ritual como um momento em que se cumpre uma série de gestos (que podem ser acompanhados com sons), com determinada sequência, num determinado momento e num determinado espaço. Para que um ritual surta efeito, é necessário que haja reconhecimento social daquilo que se está a passar, que o ritual seja realizado por um indivíduo ou por um grupo. Momentos gregários por excelência, os momentos do ritual constituem os elos de ligação dos indivíduos à sua origem simbólica e espacial, uma vez que a sua função principal está relacionada com a reprodução social.

O facto de haver rituais que passam de geração em geração assegura a continuidade dos momentos de referência nos quais a sociedade se reconhece e se renova. Paul Connerton considera que os ritos não são apenas algo de formal, algo expressivo, mas antes fenómenos

com um determinado sentido e mesmo uma obrigatoriedade para quem os vive e pratica (Connerton 1999). O seu papel estende-se para lá do momento do ritual, da sua delimitação espaço-temporal propriamente dita, fazem sentido num contexto mais alargado, não só porque o seu carácter repetitivo os remete para uma continuidade que garante, no presente, a existência de uma sequência entre o passado e o futuro, mas também porque conferem sentido à vida da comunidade, reivindicando a sua continuidade. Tal como noutros aspectos da vida das populações, os rituais sofreram, a partir de fins do século XIX e durante o século XX profundas e rápidas transformações, no mundo ocidental e Portugal não foi excepção. Ao contrário do que por vezes pareceria, também estes rituais tinham sofrido alterações e inovações ao longo dos séculos, mas a velocidade com que os acontecimentos se sucederam no último século teve consequências que importa analisar.

Muitos dos rituais europeus, sobretudo os que se realizavam fora das cidades estavam relacionados com o ciclo produtivo agrícola e com festividades religiosas. Com a industrialização, os ciclos de produção alteraram-se e muitos dos antigos trabalhadores agrícolas deslocaram-se para os pólos industriais das grandes cidades, perdendo o contacto com a agricultura e deixando atrás aldeias e vilas cuja população envelheceu. Outro fenómeno demográfico que teve influência no despovoamento das áreas rurais (em especial no interior do país) foi a emigração. Portugal, tal como outros países do Sul da Europa, teve durante o século XX importantes surtos de emigração sobretudo para países da Europa Central, mas também para o Brasil e Estados Unidos.

Apesar dos aspectos referidos, o país manteve algumas das suas características rurais. Contudo, a agricultura ficou, muitas vezes, a cargo dos mais idosos, que praticavam uma produção apenas para consumo próprio. Nos locais onde a produção se manteve, esta sofreu grandes alterações, com a introdução da mecanização na agricultura. Estas transformações estão na origem do desaparecimento de rituais relacionados com o ciclo produtivo, como a desfolhada. Por outro lado, a sociedade tem-se tornado mais laica e muitas das festas religiosas perderam a sua importância, desapareceram ou transformaram-se.

Não queremos, não obstante, dizer que os rituais desapareceram por completo da sociedade rural. Muitos deles foram adaptados à nova realidade. Por exemplo, algumas das festas locais (que, normalmente agregam componentes laicas e religiosas) foram transferidas para o Verão, de modo a poder adaptar a vida “da aldeia” aos novos ciclos produtivos da vida urbana, nos quais Agosto é o mês do ritual (das férias, das viagens) por excelência. Estes rituais mantêm assim a sua função de coesão do grupo, ainda que a comunidade residente seja apenas uma pequena parte desse grupo. As celebrações adquirem uma nova dimensão, de manutenção dos

laços emocionais e territoriais daqueles que partiram com o seu local de origem. O mesmo se passa em momentos rituais como o Natal ou a Páscoa, que são festas religiosas, mas que adquiriram um papel importante noutras esferas, nomeadamente na rede de relações familiares. Estas festas são consideradas momentos de reunião e reciprocidade que são, muitas vezes, vividos nos espaços familiares de referência (a aldeia dos pais, a casa dos avós), e não nos espaços de residência habitual.

Muitos dos rituais da sociedade tradicional pré-industrial estão a ser revitalizados, de formas diversas e segundo diferentes objectivos. Tal como vimos no ponto anterior, também os rituais fazem actualmente parte do vasto campo que se designa por património e são valorizados como uma parte fundamental do território e da cultura das sociedades e não parecem estar em vias de desaparecimento, contrariamente ao que seria de esperar. Os motivos que levam à revitalização de rituais podem ser diversos e manifestos em maior ou menor grau. Jeremy Boissevain referiu cinco tipos de revitalização de rituais: invenção, reanimação, renascimento (ou ressuscitar), retraditionalização, folclorização (Boissevain 1997).

A invenção de rituais pode resultar da criação de eventos completamente novos como, por exemplo, o Festival do Chocolate em Óbidos, ou do acrescento de inovações a eventos já existentes, como é o caso da Festa do Barrete Verde e das Salinas, em Alcochete, onde à festa tradicional da vila foram acrescentados novos aspectos, por iniciativa da Câmara Municipal, como uma homenagem anual a um campino, a um marítimo e a um salineiro, as três profissões consideradas as tradicionais do concelho.

A reanimação acontece fundamentalmente quando um ritual existente é, de alguma forma, recuperado, de modo a evitar que desapareçam ou para que ganhem uma dimensão igual, ou maior, à que tiveram no passado. O mesmo processo ocorre quando falamos em ressuscitar um ritual, mas neste caso falamos de rituais que tinham já desaparecido e que voltam a ser levados a cabo.

A retraditionalização ocorre quando um ritual é reanimado ou ressuscitado, de tal forma que o resultado é mais “autêntico” do que o original.

Por fim, o autor apresenta uma última forma de revitalização de rituais, a folclorização, que acontece quando os aspectos do ritual se tornam numa *performance*, que é realizada fora do contexto original. Os rituais podem também ser folclorizados por pessoas de fora (turistas ou outros), que os vêem como reminiscências de um modo de vida que não é o seu.

Sejam estes mecanismos de revitalização reacções nostálgicas à vida pós-industrial ou estratégias de desenvolvimento local que trazem benefícios simbólicos ou materiais, mas sem pôr em perigo a sociedade moderna, os rituais parecem ser tão fundamentais actualmente como eram há cem anos atrás. Cumprem, é certo, trâmites diferentes, mas respondem a necessidades iguais, dando a quem neles participa uma segurança ontológica que, aparentemente, não pode ser dada de outras formas, pelo menos exclusivamente.

Como iremos ver, os rituais são também parte importante dos modernos fluxos turísticos e da mediatização. É habitual assistirmos em directo a toda a espécie de rituais (procissão do 13 de Maio em Fátima, desfiles de Carnaval, marchas populares), que fornecem ao espectador a oportunidade de “participar” no evento. Embora possa parecer que a assistência à distância a um ritual não traz qualquer interferência no ritual em si, na verdade pode não ser bem assim. O simples facto de um ritual ser transmitido pela televisão altera muitas vezes o comportamento de quem nele participa e, por vezes, mesmo a sua estrutura (os tempos de realização do ritual podem ser ajustados ao tempo televisivo, por exemplo¹³). E há que referir que, embora a presença no local acarrete uma experiência mais total, não podemos afirmar que assistir a uma cerimónia, através da rádio ou da televisão, não produza em quem assiste sensações e sentimentos de pertença semelhantes ao de quem está no local.

O facto de se assistir a uma revitalização de alguns rituais, não invalida a existência de outros, que são realizados em contra-ciclo com as celebrações mais participadas por forasteiros (Boissevain 1997). Estes momentos restabelecem, de alguma forma, a ordem necessária à identidade local e mantêm, deliberadamente ou não, de fora quem não pertence à comunidade.

Temos falado, essencialmente de rituais tradicionais, relacionados com a vida na era pré-industrial, realizados, sobretudo, no espaço rural, uma vez que os consideramos essenciais na temática dos centros históricos. Porém, há que referir que os rituais são parte integrante da existência humana e que, no espaço urbano e na era moderna, eles estão tão presentes como dantes, podendo ter origem em rituais pré-existentes, que foram modificados, ou constituírem fenómenos completamente novos¹⁴. Alguns destes rituais são também importantes quando analisamos a questão dos centros históricos. Um exemplo, de que iremos falar, é o almoço de fim-de-semana que muitos habitantes da área metropolitana fazem regularmente. Trata-se de

¹³ As marchas de Lisboa, por exemplo, desfilam consoante os tempos de transmissão e de intervalo dos canais que as transmitem.

¹⁴ O ritual do Dia de São Valentim, recém-criado em Portugal, é caso interessante. Como todos os rituais, pressupõe uma celebração ritual (normalmente um jantar) e é acompanhado de signos que todos identificam (flores, presentes) numa síntese de um comportamento romântico cujo modelo é socialmente reconhecido.

um ritual de lazer, que pressupõe a deslocação, em transporte privado, a um local normalmente distinto da área de residência, onde se “passeia e vê as vistas”.

Qual é então o papel dos rituais modernos, revitalizados ou não, para os centros históricos? Falámos já da importância dos centros históricos como espaço de referência da memória das comunidades. Esse facto, por si só, torna-os o local ideal para a performance ritual, não apenas do ponto de vista cénico, uma vez que fornecem ao rito uma envolvente adequada à memória e à tradição, mas também do ponto de vista simbólico. Os rituais realizados em centros históricos conferem autenticidade ao ritual, colocam-no nos espaços e nos contextos considerados correctos (é de notar, por exemplo, a estranheza que causa uma procissão num bairro residencial novo, como se as tradições religiosas pertencessem apenas a espaços não modernos). Assim, os centros históricos não são apenas o cenário do ritual, eles são, através de um fenómeno de inclusão, parte integrante do próprio ritual.

Tentaremos, em seguida, sistematizar o papel dos rituais nos centros históricos, tendo consciência de que a maior parte dos fenómenos sociais são fenómenos complexos (factos sociais totais, como referia Marcel Mauss) e que esta sistematização implica alguma simplificação da realidade. Apresentamos três aspectos que consideramos relevantes para o nosso estudo.

Em primeiro lugar, tal como temos vindo a falar, há o papel de reforço identitário, seja por referência directa às suas memórias pessoais, seja por referência indirecta, constituindo momentos com que se constrói a identidade pessoal, através da identificação com o grupo.

Com o crescimento dos centros urbanos e com a suburbanização e periurbanização, a maior parte das populações urbanas já não reside (e cada vez menos trabalha) nos centros históricos, estando muitos deles em processo de despovoamento. Desta forma, a sua relação quotidiana com estes espaços e com a memória a eles associada encontra-se muito diluída no dia-a-dia (embora faça, por vezes, parte da sua memória pessoal, porque eles ou a sua família neles habitavam). Neste contexto, a relação com esta memória social relativa a estes espaços é, muitas vezes, assegurada através da deslocação para participar em momentos rituais. Assim, os indivíduos deslocam-se a estes espaços nas alturas de festa, de romaria, de procissão, de feira, renovando, periodicamente os laços simbólicos a uma determinada memória e identidade, através do suporte material do centro histórico.

Temos, assim, uma função de reconstrução da memória individual e colectiva, não só para os indivíduos que têm ligações pessoais e afectivas aos centros históricos, mas também para aqueles que possuem percursos de vida distintos dos que eram vividos, tradicionalmente, nos centros históricos e que a eles se deslocam como turistas.

Em segundo lugar, os rituais são muitas vezes promovidos por entidades e instituições (em especial as que têm competências de gestão do território, como câmaras municipais e juntas de freguesias) como motores do desenvolvimento local. Muitos rituais são revitalizados, nas várias formas de revitalização possíveis, com o objectivo explícito de “promover” a vila, o concelho ou a região e as suas actividades económicas. Isto pode ser feito com base na promoção de produtos ou actividades características da região (por exemplo, a Festa da Castanha, em Marvão) ou em produtos ou eventos completamente novos (o Festival de Jazz do Seixal, o Festival de Piano em Óbidos, ou feiras e festas medievais). Pode ainda dar-se o caso de se tratar de uma actividade com alguma tradição na região, que é reanimada, tal como o Festival de Teatro de Almada. Muitas vezes, estes eventos envolvem publicidade a uma escala que ultrapassa largamente a das redes sociais do local onde o ritual se realiza e criam fenómenos mediáticos de grande escala. Há que referir que por vezes estes rituais são encenações, constituídas por interpretações bastante livres de dados históricos - não há memória colectiva da época medieval, mas antes uma representação dessa memória, construída com base num conjunto de factores, nomeadamente da literatura, do cinema e da televisão. Na realidade, a memória social é diferente de reconstituição histórica, pode haver uma performance de algo que não faz parte dessa memória.

Por fim, gostaríamos de referir a importância dos rituais para os moradores dos centros históricos, em especial para os novos residentes, muitas vezes jovens. Se para os antigos moradores, podemos falar da manutenção e recriação cíclica da identidade, que dá sentido à sua existência no exterior, para os novos moradores, que experimentaram a vida urbana, de maior independência, os rituais são uma forma de inserção, uma forma de estimular a pertença ao novo grupo de referência.

I.3 A influência do turismo e do lazer no património e nos centros históricos

Chegados a este ponto, temos de referir um factor que influenciou profundamente o património e a forma como este é visto hoje em dia: o turismo e o lazer. Pensamos que esta é uma premissa essencial na forma como o património e os centros históricos existem e são geridos presentemente, pelo que iremos dedicar especial atenção a este tema. Segundo a Direcção-Geral do Turismo:

“O Turismo é uma actividade de pessoas que se deslocam a lugares diferentes da sua residência habitual com uma duração não superior a um ano, desde que o motivo principal seja: férias, negócios ou outra qualquer situação, à excepção de exercer um actividade remunerada no lugar visitado.” (Direcção-Geral do Turismo 2006)

Tal como afirmam Chris Rojek e Jonh Hurry (Rojek, Hurry 1997), “culture and objects themselves travel”. O turismo constitui uma forma (embora não seja a única) de contacto intercultural entre diferentes grupos socio-culturais que possui algum peso nos dias de hoje. Desde sempre, o homem viajou e estabeleceu contactos, mais ou menos directos e permanentes, com culturas próximas e longínquas. Na realidade, na era pós-moderna que atravessamos, a mediação cultural é feita de formas muito distintas das tradicionais, que não necessitam sequer de contacto presencial - o que influenciará mais uma cultura, a presença de turistas e visitantes ou a televisão e a Internet?

Assim sendo, embora não seja nossa intenção minimizar o papel e o impacto dos contactos culturais resultantes da actividade turística, em especial em áreas do globo menos sujeitas à mediatização audiovisual, há que ter consciência que este impacto não é um fenómeno novo, nem o único impulsionador de mudança nos destinos turísticos. Não existem culturas em estado puro, que não sejam sujeitas a contactos diversos com o exterior ao longo da sua história e este contacto não só é essencial à continuidade dos grupos sociais (um grupo isolado não sobrevive), como lhes permite (tal como aos indivíduos) o reconhecimento da sua identidade e a sua permanente reconstrução. Como afirmam Rojek e Hurry

“All cultures get remade as a result of the flows of peoples, objects and images across national borders, whether these involve colonialism, worked-based migration, individual travel or mass tourism.” (Rojek, Hurry 1997: 11)

De qualquer forma, é inegável que o turismo é, em si próprio, produto cultural, mas é também parte integrante das culturas que o envolvem.

A Direcção-Geral do Turismo, com base na classificação dos viajantes da Organização Mundial de Turismo, distingue turistas de excursionistas, sendo que os primeiros permanecem pelo menos vinte e quatro horas no destino e os segundos são considerados visitantes

temporários que não pernoitam no local de visita e distingue vários géneros de turismo, pressupondo vários tipos de motivações: turismo de lazer, de negócios, ligado à família, de missão e de encontro (estas motivações são consideradas pela Organização Mundial de Turismo sobretudo para o turismo entre países diferentes, mas pensamos que podem ser adaptadas às viagens de turismo dentro do próprio país).

Hoje em dia, o turismo é uma actividade que faz parte da vida humana e tudo indica que, com o aumento dos tempos livres - associado à estabilidade económica dos países, ao aumento da esperança de vida, à globalização da informação e à mobilidade crescente – os fluxos turísticos irão aumentar nas próximas décadas. A importância económica, indirecta ou directa, do fenómeno turístico é um factor fundamental e tem repercussões que vão desde a economia familiar (daqueles que dependem, total ou parcialmente, de actividades relacionadas com o turismo, desde o comércio local à produção artesanal ou industrial de bens e serviços de produção cultural, como museus ou outras actividades) à economia de larga escala, que envolve agências de viagens internacionais, cadeias de hotéis, companhias aéreas, etc. Na última década, a disseminação da Internet tem acrescentado uma dimensão ainda mais global a estes fenómenos, uma vez que se torna possível aceder não só aos meios de viagem, como a toda a informação necessária para a realizar, recorrendo a empresas e páginas de Internet que, provavelmente, não são do país de origem do viajante.

Contudo, por trás de todo o fenómeno das viagens de turismo e lazer está a motivação pessoal de cada indivíduo, os objectivos que pretende atingir quando empreende uma viagem de algum tipo. Gostaríamos de desenvolver um pouco este ponto, de modo a constituir um suporte que nos permita entender melhor a relação entre visitantes, potenciais e reais, e a gestão dos centros históricos.

Tal como mencionámos no ponto anterior, a construção da memória implica a existência de uma sucessão de acontecimentos que formam a história pessoal, mas também a do colectivo ou da sociedade. Nestes acontecimentos as viagens representam um papel extremamente importante. O contacto com o outro, com outras culturas, reforça o conhecimento de nós mesmos. Representa um desafio a ser ultrapassado, um périplo a vivenciar, fora da residência habitual, que resulta numa narrativa (individual ou colectiva) onde há o momento da partida, o da aventura e do confronto e o do regresso, ao qual está associado um qualquer tipo de recompensa: o sucesso de uma viagem de negócios, o conhecimento, o cosmopolitismo, o reconhecimento social. O turismo de natureza e o turismo de aventura, que procuram locais inexplorados e situações de risco (embora controlado) são exemplos desta lógica.

O facto de, hoje em dia, o risco existente na maioria das viagens ser reduzido e de muitas delas serem produtos comerciais, mais ou menos globalizados, não invalida que a experiência de viajar seja tudo o que descrevemos. Há sempre nas viagens uma busca da diferença, de ruptura com a vida quotidiana que joga um importante papel na afirmação da identidade dos viajantes. A viagem constitui o confronto com algo diferente que permite compreender melhor o local de referência, de onde se partiu - daí as frequentes comparações entre o turista e o antropólogo, encarando o turista como um explorador, alguém que sai do seu país para ir conhecer outras realidades.

A maior parte das vezes, a procura da diferença reside no desejo de viver os períodos de lazer de forma distinta dos de trabalho. A separação entre o trabalho e o lazer é uma característica da modernidade que se reflecte não só numa separação destes factores no tempo, mas também no espaço, em especial nos períodos de férias. Desta forma, o ideal de férias é muitas vezes uma viagem para um local diferente do de residência (para *descansar* do quotidiano) – a escolha do local está ligada com as várias motivações de que falamos e directamente dependente da capacidade económica dos sujeitos¹⁵.

Outra motivação para o turismo é a prossecução de um determinado estilo de vida ou estatuto cultural, ainda numa lógica de construção de uma identidade em que ter estado em determinados locais é um elemento importante do *eu* que se deseja ter. O turismo cultural está muito ligado a esta premissa, o indivíduo considera que para a sua formação pessoal é essencial visitar determinadas cidades, determinados museus ou monumentos. Muitas vezes, há também uma busca de situações de prestígio social, de reforço da auto-estima através da procura de locais onde se pode ter um estatuto superior à do quotidiano. É o caso dos destinos balneares do tipo *resort*, situados em países em vias de desenvolvimento, que proporcionam condições materiais e de atendimento que os turistas não têm habitualmente meios financeiros para suportar nos seus países de origem.

Há ainda que mencionar um tipo de motivação a que Malcom Crick chama de nostalgia, característica do turismo da pós-modernidade, que leva à procura, por um tempo breve, de uma vida simples, ancestral (Crick 1995). É um tipo de turismo que procura a autenticidade com tanta tenacidade que corre por vezes o risco de promover situações de hiper-realidade (em que as cópias são mais autênticas que os originais, como é o caso dos museus de ar livre e

¹⁵ Segundo um relatório da Direcção-Geral de Turismo (2005), 56% dos portugueses com 15 e mais anos gozou férias em 2005 (78% destes em Portugal e 21,4% no estrangeiro), 38,5% dos quais gozou férias fora da sua residência habitual. Dos 44% dos portugueses que não gozaram férias neste ano, 53% apontaram motivos financeiros, 20,1% motivos profissionais e 16,9% razões de saúde.

dos vários eventos como os festivais medievais e renascentistas ou a encenação de batalhas), e que se assiste a uma certa mitificação do espaço turístico, que tem origem em reconstruções sociais das diversas realidades (Conceição 1998) e resulta na criação de estereótipos que os indivíduos procuram quando viajam.

Por fim, gostaríamos de mencionar motivações para as deslocações turísticas relacionadas com a família, amigos, profissão e religião dos indivíduos. É importante referir que a motivação religiosa está na origem de muitas das deslocações turísticas do mundo e que muitos dos locais religiosos são locais de peregrinação, mas também pontos importantes de turismo cultural, independentemente da religião dos turistas que os visitam (um exemplo interessante é o da Catedral da Sagrada Família, em Barcelona, cuja influência no turismo da cidade vai muito para além da questão religiosa).

Como é evidente, as motivações que apresentámos não esgotam todas as possibilidades existentes, nem são exclusivas, pois, muitas vezes, podem conjugar-se vários tipos de motivações numa só viagem.

É importante referir neste ponto a relação entre o turismo e ritual, no sentido em que falámos de ritual anteriormente. Muitas das deslocações turísticas têm como objectivo a participação (mais ou menos activa) em momentos rituais. E se esses são por excelência os momentos da renovação das identidades, participar neles torna o turista parte desse processo e contribui também para a construção da sua própria identidade. Esta afirmação é válida para rituais tradicionais das comunidades, como festas, religiosas ou não, mas também para eventos recém-criados, recém-patrimonializados, como vimos. Contudo, o fenómeno turístico cria e recria ele próprio os seus rituais, ou peregrinações, mais ou menos sacralizados. É assim que a “volta de Domingo”, que inclui passeio de carro, almoço e paragem para ver “as vistas” ganha um espaço e um tempo na sociedade. Ou a ida à praia, seguida de “petiscos” diversos.

Em qualquer experiência turística, os momentos da preparação e da chegada são tão importantes como a própria actividade turística. A antecipação da experiência turística é o momento da escolha do local de destino e é nesse momento que se jogam todas as representações que os indivíduos têm do mundo para além do seu mundo, mediadas ou não pela promoção turística, pelas agências e promotores turísticos diversos. O momento do regresso é o momento de síntese, que confere sentido a toda a experiência. Tal como na epopeia de Ulisses, que só ganha sentido com o seu regresso a Ítaca, as viagens turísticas só ganham pleno significado com o regresso a casa e ao quotidiano, onde se podem estabelecer pontos de comparação entre o conhecido e o desconhecido, reforçando a identidade, por semelhança ou antagonismo. O regresso é também o momento que fecha a narrativa, que pode

ser relatada e assumida socialmente, incluindo a descrição das várias sensações e momentos, acompanhados de fotografias e filmes, e da qual se trazem objectos (*souvenirs*), que testemunham o percurso realizado.

Na realidade, turismo e consumo são indissociáveis seja no que diz respeito à viagem propriamente dita, ao alojamento e alimentação ou à compra de produtos locais. Os produtos comprados numa viagem turística estão muito ligados às motivações e expectativas de cada turista e são muitas vezes aquilo que se designa por *artesanato*. Um dos aspectos que parece ser fundamental na procura de produtos de artesanato é a autenticidade do objecto e a sua ligação à história e cultura locais, assim como o facto de serem manufacturados e não produtos industriais. Desta forma, as recordações materiais das viagens são um reflexo daquilo que se procurava na própria viagem e fazem parte da sua narrativa e, por vezes, da imagem do indivíduo e da sua casa.

Este facto explica a proliferação de produtos locais (dos produtos alimentares às réplicas de objectos quotidianos, artigos decorativos, de vestuário ou de adorno) que procuram tirar proveito de potencialidades endógenas das regiões, promovidos e comercializados por particulares, associações locais e instituições diversas, como meio de desenvolvimento de recursos económicos locais.

Há ainda q referir que conhecer, ou revisitar, um novo local é uma experiência física, e portanto sensorial, sendo comum que as descrições dos indivíduos remetam precisamente para as cores, cheiros, sons (ou falta deles, já todos ouvimos falar da “paz e silêncio” dos locais de lazer) ou sabores dos vários destinos escolhidos. Na realidade, é através dos sentidos que é feita, numa primeira instância, a leitura das diferenças entre o destino e a origem. Só depois essa leitura é interiorizada e racionalizada. Mas o apelo aos sentidos é fundamental, quer na narrativa que os indivíduos constroem para socialmente rever e afirmar a sua experiência de férias, quer nos próprios apelos e promoção turística que é feita por operadores e instituições. No fundo, a construção do discurso do viajante é muitas vezes uma re-leitura daquilo que lhe foi fornecido antes da partida – preferencialmente, uma confirmação das suas expectativas. Voltaremos a esta questão na Parte II, analisando de que modo este discurso é construído no caso da Península de Setúbal.

Analisámos já a questão das motivações dos indivíduos para empreender viagens. Observaremos em seguida o resultado dessas motivações, ou seja, quais os destinos escolhidos para as satisfazer.

Entre os diversos destinos turísticos possíveis, os dois destinos mais procurados, a nível internacional, são os destinos balneares e os destinos urbanos, com fortes concentrações de património¹⁶. Assistimos, então, a uma relação de reciprocidade entre património e turismo:

“Toutefois le tourisme est nécessaire au patrimoine. Il lui apporte en effet une légitimité nouvelle à travers un usage qu’il n’est pas abusive de comparer aux pèlerinages de naguère. À bien des égards, les visites de biens patrimoniaux constituent, d’une manière consciente ou non, une découverte affective indispensable à l’équilibre des hommes de ce temps. Le patrimoine devient en quelque sorte un repère spatial et temporel, auquel chacun peut se rattacher.” (Audrerie 2003: 59)

Aparentemente, e faz sentido que assim seja, o reconhecimento internacional da importância patrimonial de outros elementos para além dos monumentos é acompanhado de um interesse crescente por esses elementos, em termos de turismo. E, tal como iremos ver em seguida, é também à luz destas tendências que temos de observar o papel dos centros históricos no património.

O património não existe exclusivamente como algo que possui valor de memória, um suporte material da identidade das comunidades onde ele se situa, onde estas se afirmam e promovem a sua continuidade, mas também algo que é para ser referido a quem é de fora. Evidentemente, mostrar o património de um local, de uma região ou de um país a alguém de fora é também oferecer-lhe a possibilidade de adquirir uma determinada identidade. Contudo, tal como observámos, o turismo é um movimento em si, que não depende exclusivamente da vontade das comunidades se mostrarem ao exterior. Ele existe por motivações que são próprias a quem o pratica e, muitas vezes, as comunidades visadas reagem *a posteriori*. É o caso, por exemplo, do turismo que procura o deserto ou a montanha – as motivações de quem parte para esses locais pressupõem que eles não sejam locais turísticos, mas antes que mantenham uma determinada “pureza”, ou seja, que não estejam, à partida, com uma atitude de “se mostrarem” aos visitantes. Claro que estes visitantes necessitam de um mínimo de condições e que o simples facto de haver forasteiros traz alterações, mas se estas não forem muito perceptíveis, tanto os turistas como os autóctones parecem estar dispostos a aceitar esse equilíbrio entre o puro e o alterado. Equilíbrio que é, contudo, precário, e difícil de manter e gerir, em especial se os locais se tornam muito procurados.

¹⁶ No caso de Portugal, no ano de 2005 (Direcção-Geral de Turismo 2005), 66,6% dos portugueses passaram férias na praia, 13,6% no campo e 9,2% em cidades, o que mostra que o turismo cultural não teve muito peso nas férias dos portugueses.

A nível mundial, o país mais visitado é a França. Portugal foi, em 2004, o quarto destino turístico da Europa mediterrânica (Organização Mundial de Turismo 2005).

Em todo este processo cultural é essencial o papel da imagem, nas suas múltiplas formas, quer seja a imagem que é usada para promover os locais turísticos quer seja a que o turista recolhe (e que, muitas vezes, vai coincidir com a que o levou a escolher o local de turismo, mostrando que, de facto, ele esteve lá). A crescente mediatização do património, a nível nacional e internacional pressupõe a necessidade de possuir imagens patrimoniais, divulgadas em folhetos, livros, anúncios de televisão ou páginas na Internet. É importante, assim, encontrar (ou criar) imagens que não desiludam o público alvo, que o façam deslocar-se ao local, mostrando paisagens, pessoas e ambientes, que correspondam à imagem pré-concebida, ou mitificada que, como referimos, os destinatários têm de uma região ou país e do seu património. Estas imagens implicam uma fragmentação da realidade e mostram habitualmente os ícones patrimoniais de uma cultura, ou uma realidade sócio-cultural patrimonializada¹⁷.

“The major sensory made for the perception of the native other is visual, through the viewfinder of a camera. Such a perspective isolates the native people from their larger social context, in that everything outside the frame is removed from view, including the politics of the situation. In this sense, photography decontextualizes, and is essentially conservative.” (Bruner 1997: 441)

Desta forma, a imagem turística cumpre uma dupla afirmação – a do próprio local turístico e a de quem o visita e ela é tão eficaz que é reconhecida colectivamente, tornando-se um ícone mesmo para quem nunca viu ao vivo aquilo que é retratado. Por exemplo, uma imagem de um indivíduo *masai* é imediatamente reconhecida como um destino africano, possivelmente no Quênia, e remete o observador para todo um imaginário relacionado com safaris (provavelmente construído com auxílio do cinema). O mesmo é dizer que o retratado passa a ser também um símbolo de algo, uma metáfora de um país, ou de um continente, que pode não ter a ver com a sua vida quotidiana (difícilmente uma fotografia do mesmo indivíduo, mas sentado ao terminal de um computador surtiria o mesmo efeito) e que corre o risco de ser cristalizada no tempo. Na realidade, muitas vezes os habitantes de locais que dependem economicamente do turismo representam um papel algo estático (por exemplo, um comerciante que vista vestuário tradicional ou um artesão mostrando a sua arte, usando apenas utensílios tradicionais), assumindo uma postura tradicional que não existe nos restantes domínios das suas vidas.

¹⁷ Um exemplo de um local com grande procura turística é o das pirâmides de Gizé, cujas imagens promocionais dão a ilusão de que estas se situam em pleno deserto, onde circulam camelos, quando, na realidade, a expansão urbana da cidade do Cairo chegou já às proximidades. Não obstante, os turistas procuram também realizar fotografias semelhantes às do seu imaginário, como se aquilo que pretendem registar fosse o mito e não a realidade.

Há que referir que um recurso turístico não existe por si próprio, mas sim a partir do momento em que é capaz de cativar a deslocação de pessoas até ele (Direcção Geral de Turismo 2006). E isso é feito, actualmente, através da promoção turística directa (agências, folhetos que promovem a visita ao local) e indirecta (organização de eventos, que levam o visitante ao local, sob pretextos vários), mas também através daquilo a que poderíamos chamar referências paralelas, tais como a procura de um local motivada por este ser referido num livro ou num filme.

Em relação ao turismo que tem como destino centros históricos é, na nossa opinião, um caso algo particular, dado que o turista que procura estes locais não é sempre motivado especificamente pela visita ao conjunto em si, mas antes por alguns dos seus monumentos, desempenhando o centro histórico uma função de cenário, que fornece o conveniente contexto estético aos elementos monumentais para onde converge a procura turística. Este é muitas vezes o caso dos centros históricos das cidades onde os turistas se deslocam por motivos religiosos (por exemplo, Santiago de Compostela). Carlos Fortuna, num estudo sobre motivações de turistas em Coimbra e Évora (Fortuna 1995) concluiu que aquilo a que os turistas dedicam mais atenção quando visitam uma cidade são os seus monumentos históricos (em segundo lugar, surgem os edifícios em geral). Curiosamente, os museus, galerias e exposições surgem em sexto lugar e as lojas e comércio em oitavo, e último.

Há, depois situações em que há uma identificação plena entre o monumento e o centro histórico, sendo o objectivo a visita ao total do conjunto (é o caso de centros históricos como o de Guimarães ou Óbidos). Muitas vezes, estes centros históricos estão localizados em castelos onde as suas muralhas permitem uma definição clara de limites, tornando simples essa monumentalização do conjunto.

Por fim, podemos identificar um outro tipo de turismo de centro histórico, realizado em conjuntos menos monumentais, mas reconhecidos pelos visitantes como centros históricos, que a eles se deslocam sem motivações estritas de visita cultural ou religiosa, mas como espaço onde se localiza algo que o turista procura, tal como um espaço de lazer (um parque ou jardim), um evento específico (uma festa, uma feira) ou um serviço (restaurante, comércio). Neste tipo de centros (de que são exemplos centros históricos como os de Setúbal ou Sesimbra), prevalece um turismo mais local, mais dentro da lógica da excursão de um dia ou de parte de um dia.

Assim se compreende a importância da promoção turística, por exemplo, para um concelho. Trabalhar uma imagem que apele ao turismo é também reconstruir a identidade desse território, na medida em que implica fazer uma fragmentação, uma selecção dos elementos a

promover, acabando por, de alguma forma, os mitificar para esse fim (Conceição 1998), dado que este processo é feito recorrendo a uma análise de semelhança entre o que já é aceite como turístico noutros locais e aquilo que se poderá tornar turístico.

Em Portugal, tal como Eduardo Brito Henriques nos demonstra, na sua investigação sobre a cultura e o território em Portugal (Henriques 2003), o lazer associado ao património assume um papel importante, e o número de actividades culturais (tais como entradas em museus e exposições) aumentou nas últimas décadas. O autor demonstra a importância dos investimentos na cultura (onde a recuperação de património histórico-arquitectónico representa um papel relevante) como motor do desenvolvimento local, surgindo como uma oportunidade de intervenção em áreas despovoadas e deprimidas economicamente.

Esta tem sido a estratégia de muitos concelhos portugueses nos últimos anos e, antes de terminar este ponto, gostaríamos de tecer algumas considerações sobre o turismo dentro de Portugal. Tal como referimos, a maior parte das férias dos portugueses são passadas em Portugal, na praia. É nossa convicção que, apesar disso, são significativas as deslocações relacionadas com turismo cultural, religioso, de estudo e trabalho. Nos últimos anos, quer a procura quer a oferta diversificaram-se e é significativa a oferta turística alternativa à praia, como turismo rural, hotéis de charme ou as Pousadas de Portugal. Esta oferta destina-se sobretudo a uma ocupação de fim-de-semana.

Por fim, queremos apenas referir que em Portugal o peso da segunda residência é bastante significativo no que diz respeito a tempos de lazer, quer seja uma residência no local de onde a família era originalmente (a “terra”) quer uma adquirida num local escolhido pelo próprio e que muitas deslocações de lazer se realizam com esta residência como ponto de origem. Poderá ser um pouco abusivo chamar turismo a esta realidade, uma vez que – tendo em conta as definições que apresentámos inicialmente – muitas vezes são deslocações de menos de um dia, mas muitas das premissas que discutimos aplicam-se também a estes casos.

I.4 Centros históricos em contextos de áreas metropolitanas

O século XX viu crescer uma nova realidade, em termos de expansão urbana – a metropolitanização das grandes cidades. Em parte consequência da industrialização oitocentista, surgiram franjas industriais (por vezes, mesmo cidades industriais), que vão criar novas dinâmicas de urbanização. As necessidades crescentes de mão-de-obra para alimentar, numa primeira fase, a cintura industrial e, posteriormente, o sector terciário tornaram as grandes cidades pólos de agregação de migrações, internas e internacionais, criando, por sua vez, necessidades de habitação, a preços reduzidos.

Surgem, assim, vastos subúrbios industriais, habitados por populações que vinham de zonas rurais para trabalhar nas grandes indústrias recém-criadas. Em Portugal, um espaço onde primeiro observámos este tipo de expansão foi na Península de Setúbal. Mais tarde, este fenómeno continua a acontecer, mas mais ligado à terciarização – o centro da cidade principal torna-se também pólo de atracção para trabalhadores de serviços.

A evolução urbana e demográfica tem como consequência que alguns destes subúrbios ganham dinâmicas próprias de cidades (chegando a ter os seus próprios subúrbios), nomeadamente o aparecimento de novos fenómenos metropolitanos. Já não estamos a falar de subúrbios, bairros legais ou clandestinos adjacentes a zonas industriais, mas de urbanizações que se situam em zonas rurais, por vezes até para segunda habitação. Mais recentemente, há uma procura de primeiras residências em zonas tradicionalmente rurais, por indivíduos que nunca viveram nesses meios, embora por vezes sendo filhos ou netos de pessoas que tinham aí a sua origem.

Contudo, esta urbanização não é feita do nada, mas sim adjacente a núcleos pré-existentes, frequentemente pequenos núcleos rurais, criando aquilo que se designa actualmente por periurbanização, um fenómeno que, tal como aconteceu com a suburbanização, tem sobretudo a ver com a questão residencial e se pode definir por:

“...la extension de la ville sur la campagne au-delà des banlieus denses et continues, qui sont directement accolées aux quartiers urbains centraux. Il s’agit d’une urbanisation plus ou moins intense mais presque toujours discontinue, et le plus souvent liée au développement des villages ruraux préexistants.” (Steinberg 2001: 49)

A região periurbana é, desta forma, uma zona distinta, que diferencia a paisagem das áreas de desenvolvimento urbano e dos espaços campestres da periferia, de baixa densidade e uma mescla de usos do solo. Apesar da aparência de área rural, o periurbano está muito ligado funcionalmente às áreas urbanas, dando origem à cintura de movimentos pendulares (*the commuters belt*), cuja abrangência é, muitas vezes, o critério usado para definir as fronteiras

das áreas periurbanas. Possivelmente, tal como Steinberg refere, as franjas periurbanas mais próximas das cidades acabarão por se tornar também áreas suburbanas semelhantes às já existentes. Este fenómeno é também razão para alguns autores afirmarem que não existe já uma dicotomia entre o urbano e o rural, mas sim espaços complexos, onde os vários factores coexistem.

Frequentemente, a expansão suburbana e periurbana está relacionada com as redes de infra-estruturas existentes, nomeadamente com as redes rodoviária e ferroviária. Como afirma Françoise Choay encontramos-nos perante um urbanismo de redes, condicionado pelas redes infra-estruturais proporcionadas pelas novas tecnologias:

“As redes permitem a libertação dos ancestrais constrangimentos espaciais (geológicos, geográficos, topográficos...) que determinavam a localização, a implantação e a forma dos estabelecimentos humanos. Ao promoverem um espaço isótropo, eles permitem tanto uma urbanização difusa e a rurbanização, como a formação de áreas metropolitanas indistintas, aglomerações densas, de periferias concêntricas. Permitem também formações tentaculares ou lineares (o curso dos vales fluviais ou dos litorais) ou ainda estabelecimentos pontuais e especializados sobre nós de transportes ou em redor de grandes equipamentos comerciais ou culturais (centros de pesquisas científicas, museus e seus anexos).” (Choay 2000: 194)

Estes tipos de expansão criam áreas metropolitanas com uma ocupação urbana em que os padrões arquitectónicos são semelhantes entre si, mas independentes do pré-existente. Desta forma, assistimos a uma progressiva periurbanização e, conseqüentemente, à criação de dependências de cariz metropolitano em núcleos urbanos que possuíam uma história, até certo ponto, autónoma da cidade metrópole. O testemunho de uma das entrevistas que realizámos no trabalho de campo é significativo:

“A urbanização intensiva, anárquica, alheia-a completamente desses núcleos originais. Aqui por toda esta margem esquerda do estuário do Tejo, porque este crescimento urbanístico é indissociável dos primitivos centros históricos, núcleos ribeirinhos, mas a razão de ser desses núcleos ribeirinhos, que era o rio, as ligações fluviais, a relação desses núcleos, primitivamente, com as actividades fluviais deixou de ter qualquer sentido. Não há uma concepção de construir outros núcleos urbanos. Anda-se ali à volta do que já existe, mas rompendo completamente com a dimensão, com a escala que esses núcleos tinham com o próprio rio, mas também com o interior do território, com a zona agrícola, com as quintas. Porque, no fundo, esses núcleos eram charneiras, eram elos de ligação de um território rural com os tais pólos urbanos, nesse quadro histórico aqui da margem Sul do estuário, muito dependente das actividades e das ligações fluviais.” (Entrevista n.º 7)

Qual é então o papel dos centros históricos nestas vastas regiões, homogeneizadas pelo urbanismo das últimas décadas do século XX? Em primeiro lugar, há que referir que o urbanismo das novas construções que nascem junto dos centros históricos pouco ou nada tem a ver com os tecidos urbanos que existiam anteriormente. A tendência é, pois, para que exista uma ruptura mais abrupta entre os centros históricos e as zonas envolventes em contextos metropolitanos do que em locais onde o crescimento urbano se faz de forma mais lenta e controlada. Como consequência, temos centros históricos relativamente fáceis de identificar face à envolvente, onde a probabilidade de existir um certo estrangulamento destes espaços é grande.

Em segundo lugar, há que referir que a metropolitanização por vezes secundariza pólos urbanos que detinham alguma importância a nível local e regional. Podem, assim, ocorrer situações de concorrência com a cidade principal, em que os centros históricos se encontram, em muitos aspectos em desvantagem.

Há também que referir que o facto de ser, progressivamente ou de forma mais ou menos abrupta, inserido numa área metropolitana, traz a cada centro histórico alterações, não só ao nível das funções que possui, mas também das vivências, o que acarreta pressões diversas. Uma das alterações possíveis é a procura destes espaços por indivíduos que anteriormente praticamente os desconheciam, quer porque a eles têm de se deslocar (para ir aos serviços diversos, nomeadamente os oficiais, como serviços camarários, finanças ou outros) ou porque desejam conhecê-los ou frequentá-los, por razões de lazer. Neste sentido, falamos de indivíduos que residem nas proximidades, mas também daqueles que residem noutras zonas da área metropolitana.

Privados do seu papel como centros com funções urbanas à escala local, os centros históricos acabam, muitas vezes, por se transformarem em zonas periféricas e não verdadeiros centros urbanos. Nestes casos, surgem por vezes tentativas de atribuição de novas funções a estes espaços (cultural, turística, pólos de serviços) com o objectivo de lhes devolver alguma da sua importância e até mesmo como forma de vencer uma certa nostalgia, face ao crescimento rápido da periferia.

I.5 Portugal: o estado da arte

Neste ponto, faremos uma abordagem à forma como, em Portugal, surgiram as primeiras preocupações com as questões patrimoniais, como se desenvolveram, como se chegou à ideia de conjunto e quando se começou a intervir de forma mais articulada nos centros históricos. Desenvolveremos também o enquadramento legislativo português e discutiremos a influência das representações conceptuais actuais para a gestão desses centros históricos.

I.5.1 Do contexto internacional ao caso português

Portugal, enquanto país europeu, encontra-se, desde o século XIX, presente na teorização relativa ao património e tem acompanhado as tendências europeias e subscrito os documentos que são produzidos. A produção teórica e de reflexão sobre a realidade, assim como a divulgação de princípios e estudos, através de publicações e seminários, tem aumentado nas últimas décadas, tal como acontece a nível internacional. Outro aspecto revelador do interesse que o património suscita em Portugal é a preparação de candidaturas e as classificações como Património Mundial, em número elevado para a dimensão do país.

Não obstante o que afirmámos no parágrafo anterior, o facto de a industrialização em Portugal ter sido um fenómeno tardio e localizado e de a expansão urbana só ter começado a ganhar dimensão na segunda metade do século XX, associado à ruralidade e ao isolamento a que o país esteve votado, e ao totalitarismo do Estado, não permitiu que a prática nacional acompanhasse a par e passo a prática internacional. Por outro lado, o facto de se ter verificado um certo imobilismo (económico, social, político e também urbanístico) manteve o património português relativamente inalterado, até finais dos anos cinquenta do século XX, em especial no que diz respeito aos centros históricos.

Nas últimas décadas, a situação alterou-se profundamente. Um dos principais objectivos das várias políticas tem sido (nomeadamente, com o apoio de fundos estruturais) recuperar o atraso existente ao nível do ambiente e da qualidade de vida e equiparar Portugal aos restantes países europeus. Os centros históricos são uma questão interessante nesta dinâmica. Uma vez que as condições de habitabilidade eram, por vezes, bastante más impunha-se melhorá-las. Por outro lado, esta conjuntura fez com estes espaços sejam alvo de pressões que, noutros países europeus, se encontram já estabilizadas, como a sejam pressão terciária ou urbanística.

Em termos de reflexão, quer sobre experiências práticas, quer a nível conceptual, Portugal, embora timidamente, passa a acompanhar as tendências internacionais e é hoje inequívoca a participação activa de Portugal no contexto de actuações internacionais em torno do

património. Não obstante, há um conjunto de especificidades, que abordaremos em seguida e desenvolveremos, com exemplos práticos, na Parte II.

I.5.2 Do monumento ao conjunto. Do século XIX aos anos 80 do século XX

Em Portugal, à semelhança do que aconteceu no resto da Europa, as preocupações com o património começam a fazer-se sentir com a emergência de um romantismo, protagonizado por Alexandre Herculano, mas a que não foram alheios outros autores, como Garrett e Fialho de Almeida. Tal como em França, a defesa do património surge aliada a uma ideologia liberal, imbuída de uma crítica à situação social da época. Contudo, o modo como se tem abordado e utilizado o património, tem sido bastante diferente ao longo dos tempos. Na época de Herculano e Garrett, o património era sobretudo associado aos grandes edifícios medievais, seguindo a tendência erudita europeia, que tinha por base uma determinada ideia de história e de nacionalidade, que se tinha consolidado, com base nas correntes românticas do século XIX.

A nacionalidade representava um factor fundamental – a atribuição do valor de património estava directamente relacionada com os factos históricos de cada país e mesmo, muitas vezes, com a sua afirmação como País independente e com os grandes momentos da sua construção identitária (a importância atribuída aos castelos é um exemplo, pois estes simbolizam as batalhas pela independência do país).

No fim da monarquia e durante a Primeira República, surgiram os primeiros decretos a atribuir classificações a alguns monumentos, o que denuncia uma tomada de posição por parte do Estado, no sentido de atribuir legalmente (poderíamos dizer “oficialmente”) um reconhecimento do valor patrimonial aos monumentos, assim como uma intenção expressa de proteger esse mesmo património. As primeiras classificações de edifícios, a maior parte delas ainda válida hoje em dia, contemplaram elementos como o Mosteiro dos Jerónimos¹⁸, castelos como os de Sesimbra¹⁹ e Palmela²⁰ e grandes igrejas, como por exemplo, a igreja manuelina matriz de Alcochete, classificada como Monumento Nacional em 1910²¹. Grande

¹⁸ Monumento Nacional, Dec. 16-06-1910 - DG 136 de 23 Junho 1910; Zona Especial de Protecção, DG 63 de 16 Março 1960; Património Mundial - UNESCO 1983.

¹⁹ Monumento Nacional, Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 Junho 1910, Zona Especial de Protecção, DG 236 de 09 Outubro 1945, ZEP, DG 223 de 23 Setembro 1960.

²⁰ Monumento Nacional, Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 Junho 1910, Zona Especial de Protecção, DR 288 de 14 Dezembro 1985.

²¹ Dec. 16-06-1910, DG 136, de 23 Junho 1910.

parte dos monumentos classificados era constituída por elementos isolados, numa perspectiva de classificação em que não havia grande preocupação com o contexto em que o monumento se inseria. Foram frequentes os casos em que era apenas classificada uma das capelas da igreja, e não o edifício na sua totalidade. Por outro lado, eram elementos de alguma monumentalidade e forte valor simbólico. Foi também dado algum relevo ao património arqueológico (na Península de Setúbal, temos o exemplo das Grutas da Quinta do Anjo, do período Neolítico, que seria classificadas em 1934).

A vulgarização da noção de património vai acontecer durante o século XX, por influência dos meios intelectuais nas intervenções levadas a cabo pelo Estado nos monumentos que, de uma forma geral, tinham sido identificados no século XIX, mas também, mais tarde, pelo aumento da escolaridade, cada vez mais abrangente durante o século XX.

Tal como aconteceu noutros países europeus, durante o Estado Novo, o património foi usado como veículo da propaganda, com vista à construção de uma imagem que sustentasse a ideologia do regime. Este facto tem de ser observado à luz da história ocidental da primeira metade do século XX. Muitos países afirmaram as suas fronteiras e a sua independência durante este século, que sofreu duas guerras mundiais, causadoras de ocupações militares e redefinição de fronteiras. Por outro lado, a necessidade de legitimação dos regimes totalitaristas passou também pela construção de narrativas históricas, apoiadas, sobretudo, em grandes feitos – colectivos ou de heróis individuais – suportados fisicamente pela existência de monumentos que testemunhavam um passado glorioso e justificavam novas edificações, igualmente grandiosas.

O objectivo era criar uma imagem de um Portugal glorioso, representando os Descobrimentos o apogeu histórico de uma nação predestinada a grandes feitos e grandes obras (a Exposição do Mundo Português, em 1940, foi um dos expoentes desta ideologia de regime). O tipo de elementos maioritariamente classificados neste período mostra isso mesmo, e um exemplo curioso foi a valorização da arquitectura manuelina, havendo muitos casos em que apenas era classificado o portal manuelino de uma igreja, e não o seu conjunto.

Como é óbvio, não podemos relegar toda a actuação e investigação sobre o património para o plano do servilismo à propaganda do Estado Novo. O século XX viu nascer as ciências sociais portuguesas, e foi elaborado muito trabalho, especialmente de recolha de material arqueológico e etnográfico, precioso ainda hoje. Não obstante, o papel do Estado Novo em relação ao património, não só arquitectónico, mas também cultural, foi extremamente totalitarista. A par das reconstruções de castelos, feitas claramente para servir o propósito de materializar um passado glorioso, e com um rigor, por vezes, questionável, assistimos a

situações de grande destruição, como foi o caso da cidade de Coimbra, em parte destruída para dar lugar à expansão da Universidade.

“O Estado Novo fez levantar, na Alta coimbrã, um dos conjuntos mais emblemáticos de **arquitetura monumental totalitária** que nos legou: a Cidade Universitária de Coimbra. O crescimento dos efectivos universitários, que então se iniciara, tornava exíguas as instalações disponíveis, exigindo medidas tendentes a satisfazer tal carência. Tendo-se optado pelo modelo de Cidade Universitária monofuncional, decide-se demolir boa parte da Alta, destinada aos novos edifícios escolares, acabando a morosidade de execução do plano por obviar ao seu cumprimento integral.” (Projecto de candidatura da Universidade de Coimbra a património mundial da UNESCO: 52)

Outro exemplo é o do centro histórico da Covilhã, cujos edifícios da praça do município, nomeadamente o edifício filipino dos paços do concelho foram demolidos na década de quarenta do século XX.²²

A classificação (e, mais recentemente, o planeamento) tem sido, e continuará, aparentemente, a ser, o veículo principal de protecção do património. A protecção do património surge como algo imposto pelo Estado, em nome da memória e do património colectivos, contra uma entropia natural causada pelos utentes do espaço ou por quem quer lucrar com ele. Assim, o património torna-se um bem público, e cabe ao Estado zelar por ele.

Tal como já foi referido em relação a outros países europeus, a noção actual de património em Portugal está imbuída, na sua origem, da noção de monumento histórico. Enquanto esta noção manteve, genericamente, o seu significado, o conceito de património foi alargado a outros bens, móveis e imóveis. Numa primeira fase, os critérios foram semelhantes, existindo apenas uma diferença de escala. Para além de bens de valor e interesse nacional, havia também outros, com menos valor, mas igualmente importantes, porventura mais significativos a nível regional, ou local. A bitola, não obstante, continuava a ser definida tendo como base os monumentos mais importantes, a partir dos quais se estabelecia uma gradação, mais ou menos subjectiva, de importância.

²² Curiosamente, Raul Lino, tantas vezes identificado como arquitecto do regime, insurgiu-se (em 1949) contra esta demolição, tendo afirmado, numa carta dirigida ao Diário de Notícias que “O velho edifício dos Paços do Concelho da Covilhã é cheio de carácter. Com a torre que o domina, impressiona pela nobreza da sua fisionomia constituindo um conjunto de notáveis proporções! (...) Diz-nos a notícia que com os novos Paços do Concelho e outros edifícios recentemente construídos o Centro da Cidade fica completamente transformado... «dentro das características beiroas» (afirma-se para nossa tranquilidade). Querendo respeitar estas características, não seria melhor começar por conservar os elementos capitais e originais que as definiram? Haveria pelo menos uma certa lógica nisto.” (Milhano 1981: 11)

A partir do momento em que estes edifícios passam a ser identificados como algo insubstituível, como património a proteger da destruição, surgem escolas de intervenção que procuram dar resposta às questões concretas de manutenção física destes monumentos – uma vez que existe uma necessidade social de preservação desta memória – estruturas encarregues de intervir no património, o que reforçou o papel do Estado enquanto entidade que definia o que tinha ou não valor para ser preservado.

Em Portugal, estas intervenções estiveram a cargo da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) que, de alguma forma, fez escola e ajudou a criar, na memória colectiva dos portugueses, uma determinada ideia do que é o património do País que se mantém ainda hoje.

Ainda durante o Estado Novo, há a salientar dois momentos específicos: o concurso para a eleição da “Aldeia mais portuguesa de Portugal” (1938), em que o primeiro lugar foi atribuído à aldeia de Monsanto, demonstrando que o “mais português” era o mais remoto, mais pobre, mais rural e mais perto da natureza ancestral. Outra iniciativa, esta extremamente importante, foi o inventário da Arquitectura Popular Portuguesa, realizado em 1955. Muito centrado na arquitectura rural, este inventário foi, não obstante, um grande passo para a valorização de um tipo de património até à época considerado inferior, embora “típico”. O levantamento de terreno (com o apoio do Ministério das Obras Públicas) que esteve na sua origem e a primeira publicação da obra *Arquitectura Popular Portuguesa* (1961) consagraram a importância do património vernacular. Era objectivo dos autores do inventário desmistificar a ideia de que haveria uma casa portuguesa única, como alguns autores defendiam (tendo sido Raul Lino o principal porta-voz desta ideia), demonstrando que existiam inúmeras diferenças regionais e que Portugal apresentava uma notável diversidade arquitectónica (Leal 2000). Sendo os arquitectos que trabalharam no inventário defensores de uma arquitectura que integrasse a dinâmica modernista e não de uma que adoptasse cunhos de falso tradicionalismo, havia neste trabalho uma forte crítica ao regime e a defesa da ideia de que a simplicidade das linhas da arquitectura modernista se equiparava à simplicidade da arquitectura popular.

Embora parte do inventário tenha sido publicada com a primeira edição da obras, a sua verdadeira importância virá mais tarde, com uma nova geração de arquitectos e as alterações políticas, sociais e económicas no país. Este aspecto foi importante para a disseminação da importância patrimonial dos centros históricos menos monumentais, enquanto representantes de uma cultura e de uma identidade rica e diversa, enquadrada num contexto patrimonial europeu, o que é substancialmente diferente do conceito de que existiria *uma* aldeia que seria o expoente da arquitectura tradicional do país. A noção de conjuntos que são património só se

realizará plenamente no contexto português a partir dos anos setenta, num misto de teoria e prática, que iremos desenvolver no próximo ponto.

I.5.3 Os anos da intervenção: motivações e problemas

Após o 25 de Abril de 1974, Portugal teve finalmente maiores oportunidades de se integrar na dinâmica europeia e mundial, adoptando cartas e recomendações internacionais e criando, em especial através da intervenção de algumas autarquias, condições para o reconhecimento da importância do património de cariz menos monumental.

Paradoxalmente, o Estado Novo tinha contribuído para preservar uma memória de um espaço edificado - mais ou menos recriado – que a estagnação de quatro décadas de regime criou. Tal como referimos, a falta de intervenção nos espaços urbanos (dificultada pela lei de arrendamento, que estagnou o mercado e impedia a realização de obras de melhoramento e pelo abandono de muitas áreas urbanas e rurais, em especial no interior Centro e Norte) conservou, de alguma forma, o edificado sem muitas alterações, embora, muitas vezes, sem as melhores condições de habitabilidade. No litoral e nas áreas metropolitanas, onde a pressão demográfica e urbanística é mais forte, observou-se mais cedo uma ruptura entre a construção de cariz tradicional e aquela que existe presentemente.

Por outro lado, o Portugal integrado na União Europeia, multi-étnico, dos nossos dias contrasta com a história que se pretende preservar através da manutenção do espaço de um Portugal anterior a meados do século XX. Muitos dos portugueses urbanos de hoje dificilmente se identificarão com a arquitectura popular portuguesa, uma vez que as suas referências e raízes estão noutros locais, por vezes noutros continentes.

Aquilo que se pretende actualmente é que a arquitectura tradicional ocupe um papel de importância na história dos países, lado a lado com a arquitectura monumental, e com a arquitectura moderna, ou pós-moderna. A tendência internacional é para que os indivíduos anónimos tenham também o seu lugar na construção da memória e da história da sua região, ao lado da história oficial dos monumentos estatais e religiosos, e das intervenções que hoje se realizam, e que representam (melhor ou pior) a continuidade de um espaço que não se pretende cristalizado, mas dinâmico.

A necessidade de intervir nos centros históricos surgiu, numa primeira instância, como resultado do despovoamento progressivo que se fazia sentir, a par da degradação do edificado, numa fase em que a consciência internacional alertava para a importância da preservação dos

tecidos urbanos antigos. Mais tarde, outras motivações surgiram – o fenómeno da terciarização e o turismo.

Embora houvesse já teorização sobre os centros históricos, a prática precedeu a regulamentação nacional. Neste contexto, o papel de alguns municípios foi fundamental para “criar escola”, quer ao nível teórico, quer ao nível da intervenção, sobretudo a partir dos anos oitenta do século passado. Surgem, assim, diversos trabalhos, nomeadamente no âmbito de Gabinetes Técnicos Locais²³ e museus municipais, sobre o património etnográfico, ou sobre o património edificado de cariz vernacular.

Houve também algumas iniciativas levadas a cabo nos últimos anos, que visaram, de forma integrada, especificamente aglomerados urbanos e centros históricos de entre as quais se mencionam as seguintes:

- Iniciativas estatais, como os programas RECRIA – Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas (Lei 46/85, de 20 de Setembro), ligado à intervenção em edifícios alugados, REHABITA – Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas (Decreto-Lei 107/96, de 31 de Julho), destinado a obras em edifícios ocupados pelos proprietários e o PROCOM – Programa de Apoio ao Comércio (Decreto-Lei 184/94, de 1 de Julho), destinado a apoiar intervenções de modernização e dinamização do comércio local.
- Criação da Associação Nacional de Municípios com Centro Histórico, que procura promover encontros anuais, para troca de experiências, sendo também uma iniciativa de âmbito nacional que promove reflexão sobre o tema, à semelhança daquilo que se tem feito, a nível internacional, nas últimas décadas.
- Programa *Aldeias Históricas de Portugal – Beira Interior*, realizado no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional desta região, que procurava promover o desenvolvimento endógeno, intimamente ligado a actividades de lazer de fim-de-semana (o seu regulamento foi definido pelo Despacho Normativo n.º 2/95 de 11 de Janeiro).
- Gabinete Técnico Local (GTL) da Câmara Municipal de Guimarães, criado em 1985, que iniciou um trabalho de recuperação e gestão do centro histórico que possui hoje vinte anos, e esteve na origem da classificação do seu centro histórico como Património Mundial.

²³ É de referir a intervenção da administração central neste processo, permitindo financiar o funcionamento destes gabinetes.

Contudo, sem um enquadramento legislativo e normativo, que, como iremos ver, era (e ainda é) insuficiente, cada município interveio um pouco ao sabor dos conhecimentos e das vontades de políticos, de técnicos ou das empresas que elaboraram os planos municipais. As preocupações de intervenção presentemente têm sobretudo a ver com duas questões. Por um lado, a intervenção no edificado. Na realidade, embora – como observámos – haja algum consenso ao nível da teoria (cartas e recomendações, textos diversos) em Portugal a prática não corresponde inteiramente à teoria. Nos primeiros anos de intervenção nos centros históricos, as preocupações eram sobretudo a manutenção do edificado, que se encontrava muito degradado, a terciarização e o envelhecimento da população. Actualmente, um dos problemas é o tipo de arquitectura que se pratica, quer ao nível dos materiais utilizados, quer ao nível das opções estéticas do projecto. Embora a teoria defenda a utilização de materiais tradicionais na recuperação de edifícios e a utilização de materiais contemporâneos em edifícios novos, a prática dos centros históricos não é sempre feita segundo estes princípios, em especial na arquitectura residencial. Em termos arquitectónicos, hoje discute-se a legitimidade de construir de raiz com uma estética de *pastiche* que, não criando desarmonia, pode criar uma descaracterização do conjunto.

Por outro lado, temos a questão da intervenção no espaço público dos centros históricos. Este constitui o palco da interacção social, da circulação e da interacção entre os locais e os de fora. Gerir aspectos fundamentais como o trânsito, o estacionamento, a ocupação do espaço por equipamentos ou a pressão turística são preocupações importantes nos dias de hoje.

I.5.4 Representações conceptuais e espaciais do património e centros históricos

Não obstante os aspectos focados nos pontos anteriores, em relação ao surgimento e popularização dos conceitos de património e centro histórico - é certo que o saber e a legislação evoluem por vezes em contradição com a realidade social - a população tem muitas vezes uma percepção e uma representação que é diferente da veiculada pelos técnicos. Se há aspectos já relativamente consensuais, há alguns que são foco de opiniões diversas, que importa analisar. Desta forma, a disseminação dos conceitos faz-se lentamente, numa interacção entre os meios especializados e a população em geral. A mediação é feita, sobretudo, pela prática vigente, ou seja, os centros históricos que existem no nosso país são resultado dessa interacção entre a acção particular (dos cidadãos ou dos empreiteiros e construtores), a legislação e políticas existentes e a forma como a administração central e local aplica essa mesma legislação.

As divergências começam com a própria designação a utilizar para esta realidade a que estamos a chamar centro histórico. A necessidade de nomear existe sobretudo quando se pretende planear estes espaços, ao nível dos instrumentos de gestão territorial (sobretudo nos planos directores municipais e planos de pormenor) ou quando se pretende promover esses mesmos espaços. Habitualmente, os técnicos de planeamento procuram uma designação adequada em termos urbanísticos, enquanto que os promotores (turísticos ou outros) utilizam designações já popularizadas, ou as que sirvam melhor os seus objectivos. Talvez por isso, os segundos utilizem mais a designação *centro histórico*, e os primeiros diversifiquem as terminologias utilizadas, segundo lógicas de representação diversas. Contudo, a decisão da designação final acaba por estar a cargo da administração local, ou de quem promove a região, em termos turísticos, acabando, muitas vezes, por se consagrar as designações existentes nos instrumentos de gestão territorial municipais vigentes.

A legislação relativa à classificação de património introduziu, em 1985 (na Lei de Bases do Património, Lei 13/85, de 6 de Julho, que não chegou a ser regulamentada) a designação *conjunto*, que, juntamente com a de *sítio*, vinha acrescentar à de *monumento* novas possibilidades de classificação do património. A actual Lei de Bases do Património (Lei 107/01, de 8 de Setembro) prevê também a classificação de conjuntos, mas não adianta qualquer definição do conteúdo destes conjuntos, nem designações possíveis para estes.

Em 2005, a DGOTDU - Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano editou uma publicação que “consiste numa compilação de termos técnicos e respectivos conceitos, sendo o seu desígnio precisar definições e normalizar a linguagem técnica utilizada por todos os que interferem na elaboração e implementação de instrumentos de gestão territorial.” (DGOTDU 2005: 5) O quadro seguinte agrega os conceitos relacionados com aquilo que temos vindo a chamar centro histórico.

Quadro I.5.1 – Conceitos associados à noção de centro histórico

Conceito	Definição	Fonte
Centro urbano antigo	“Conjuntos urbanos com interesse histórico cuja homogeneidade permite considerá-los como representativos de valores culturais, nomeadamente históricos, arquitectónicos, urbanísticos ou simplesmente afectivos, cuja memória importa preservar, competindo às câmaras municipais a sua identificação, após parecer das entidades com competências específicas nas áreas que concorrem para a sua qualificação e delimitação.” – p. 129	DL n.º 426/89, de 6 de Dezembro
Centro histórico	“Coincide por via de regra com o núcleo de origem do aglomerado, de onde irradiam outras áreas urbanas sedimentadas pelo tempo, conferindo assim a esta zona uma característica própria cuja delimitação deve implicar todo um conjunto de regras tendentes à sua conservação e valorização.” – p. 128	DGOTDU, 2004
Casco antigo ou	“Ponto de origem de um aglomerado urbano, correspondente à	IPPAR 2004,

núcleo fundacional duma cidade	zona mais consolidada do aglomerado, frequentemente localizada intra-muros ou com vestígios das antigas muralhas, e onde se agrupam, em estratos temporais sucessivos ou sobrepostos, os edifícios mais representativos e a arquitectura monumental, coincidindo por vezes com o Centro Histórico.” – p. 125	DGEMN 2004
Cidade histórica	“Aglomerado urbano, qualquer que seja a sua dimensão, com o seu ambiente natural ou construído que, para além da sua qualidade de documento histórico, exprime os valores próprios das civilizações urbanas tradicionais.” – p. 132	Adaptado da Carta de Washington
Conjunto arquitectónico	“Agrupamento homogéneo de construções urbanas, ou rurais, notável pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerente para ser objecto de uma delimitação topográfica.” – p. 139	Res. AR n.º 5/91 de 23 Janeiro, ratificada pelo Dec. do PR n.º 5/91 de 23 de Janeiro
Conjunto histórico ou tradicional	“Grupo de construções e de espaços incluindo os sítios arqueológicos e paleontológicos que resultem de uma fixação humana, quer em meio urbano quer rural, e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitectónico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural.”	Recomendações Nairobi, UNESCO, 26 Novembro 1976
Conjunto urbano com interesse patrimonial	“Conjunto urbano dotado de homogeneidade e coerência morfológica e portador de valores culturais, históricos, arquitectónicos, urbanísticos ou de identidade colectiva.”	DGEMN, 2004

Fonte: DGOTDU 2005

Esta publicação fornece um conjunto de definições relativas ao ordenamento do território, permitindo observar a diversidade de designações existentes. Mais uma vez, notamos o papel da UNESCO e do ICOMOS como instituições de referência para a definição e divulgação de conceitos. A nível nacional, as designações apresentadas são as existentes na legislação vigente, que é escassa, e aquelas que foram propostas pelo IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico, pela DGEMN e pela própria DGOTDU, que resultam directamente da sua prática em torno das questões do património.

No fundo, a designação centro histórico (mas também as de núcleo antigo, núcleo histórico, ou outras) não existe legalmente. A definição publicada constitui uma síntese construída pela DGOTDU. Não obstante, esta designação encontra-se popularizada e possui um significado para a maior parte das pessoas, talvez devido ao aumento do peso das viagens, do lazer, da globalização da informação. Na prática, deparamo-nos por vezes com a existência de designações comuns, que podem ou não ser adoptadas oficialmente, consoante a vontade de quem gere o processo.

Assim, um centro histórico é apresentado, sobretudo, como um espaço com “dignidade”, habitualmente acompanhado por um grande monumento, como um castelo. Para espaços mais “modestos” são usadas outras designações, como “núcleo antigo”, ou “núcleo urbano antigo”.

O segundo foco de divergência prende-se com a delimitação. Estabelecer um limite é uma tarefa complexa, pois incluir algo dentro de um determinado limite implica, também, excluir

dele tudo o que resta. Desta forma, reconhecer que determinado espaço possui as características certas para poder ser considerado um centro histórico, implica um juízo, mais ou menos subjectivo, para o qual não existem, em Portugal, critérios pré-definidos.

De uma forma geral, quais são os critérios que presidem a esta selecção? O que define, genericamente, um centro histórico? E quem faz esta escolha? E o que é escolhido?

Verificamos que, muitas vezes, a os responsáveis pelo estabelecimento de limites são arquitectos, provavelmente porque se parte do pressuposto que um centro histórico é um conjunto de edifícios e os edifícios são, tradicionalmente, associados à arquitectura. Nos últimos anos, em consequência das tentativas de resolução dos problemas existentes nos centros históricos, que transcendem em muito a mera questão do edificado, tem sido crescente a tendência para procurar o contributo de outros técnicos, como sociólogos ou geógrafos, para estudar estas realidades. Contudo, a definição dos limites geográficos dos centros históricos continua a estar a cargo, sobretudo, de arquitectos, que privilegiam limites definidos com base nas características do edificado, em especial do valor histórico ou arquitectónico dos seus edifícios, da homogeneidade arquitectónica e da sua continuidade espacial.

Aspectos como a vivência comum, o valor de memória e a função são habitualmente ignorados ou considerados como complementares. As excepções estão, sobretudo, associadas a centros históricos cuja origem é fortemente associada a aspectos sócio-culturais, tais como locais de romaria.

Um outro aspecto relacionado com as delimitações baseadas no edificado é a não inclusão nos centros históricos de espaços como logradouros, hortas, baldios, áreas adjacentes ao edificado, com uma forte ligação diária a este.

Por último, gostaríamos de referir que, a nível da administração central, não existe nenhuma instituição que tenha competências específicas relativas aos centros históricos. O IPPAR dedica-se pouco a esta realidade, até porque este instituto gere sobretudo o património classificado e não existem muitos centros históricos nesta situação, por razões que têm sobretudo a ver com a legislação existente. A DGEMN realiza um inventário, optando pela designação *conjunto urbano*, uma opção relativamente neutra e não valorativa.

No fundo, qual é o papel do Estado neste campo? Na realidade, em Portugal, o papel do Estado não tem sido o de intervir activamente nesta problemática. A compilação de termos realizada pela DGOTDU não indica qual a designação a adoptar. No ponto seguinte, verificaremos como o Estado tem legislado nesta matéria.

I.5.5 Enquadramento legislativo nacional

Neste ponto, faremos uma breve abordagem do quadro legal português em relação aos centros históricos. Não procuramos analisar exaustivamente o carácter dos documentos em termos legislativos, mas sim compreender o modo como estes reflectem uma evolução em termos de abordagens do património, e de que modo os centros históricos se enquadram nesta realidade. Focalizaremos aqui a nossa atenção na legislação sobre património cultural, e em especial sobre património edificado, deixando para segundo plano toda a legislação, crescente nos últimos anos, sobre património natural - embora consideremos alguns aspectos do património paisagístico que estão relacionados com os centros históricos. Serão também analisadas algumas iniciativas legislativas de relevo no âmbito da arquitectura tradicional.

Portugal acompanhou, através da sua participação em diversos eventos e grupos de trabalho, a redacção de algumas das cartas, recomendações e convenções acima referidas e de outras. Assim, podemos afirmar que, pelo menos em certos meios académicos e institucionais, se estava a par das tendências que os restantes países esboçavam.

Contudo, enquanto noutros locais, a legislação vigente e a prática acompanharam a produção teórica, em Portugal a situação era, e continua a ser, muito diferente.

A análise da legislação vigente em matéria de património permitiu verificar que o próprio conceito sofreu, em termos legislativos, muitas alterações, que, por um lado, acompanharam a evolução da teoria e das investigações científicas sobre o tema, e, por outro, surgiram também como resposta a necessidades práticas.

As primeiras preocupações da legislação portuguesa em termos de património, em resultado da produção intelectual do século XIX, foram, tal como já referimos, com os chamados “monumentos”.

A legislação de base sobre classificação de monumentos mais significativa durante o século XX foi o Decreto n.º 20985, de 07-03-1932, que promulgava disposições sobre protecção, conservação, restauro e reintegração dos monumentos, bem como a guarda e sua classificação. Este diploma funcionou quase como única legislação existente para a classificação do património cultural português durante o século passado, uma vez que a Lei de Bases do Património, Lei 13/85 de 6 de Julho, nunca chegou a ser regulamentada, não sendo possível, por exemplo, classificar conjuntos, mantendo-se sempre a classificação de elementos individuais (Monumentos Nacionais, Imóveis de Interesse Público ou de Valor Concelhio). Foi também em 1932 que foi publicado o decreto que determinava a possibilidade de criar Zonas Especiais de Protecção dos imóveis classificados (Decreto n.º 21875, de 18-11-1932).

O domínio de aplicação deste documento legal é ampliado mais tarde aos edifícios e construções de interesse público (Decreto-Lei n.º 40388, de 21-11-1955).

Durante o Estado Novo, o conceito de património veiculado tinha sobretudo a ver com o património monumental, com grande destaque para elementos como igrejas, castelos ou ruínas arqueológicas. Em termos legislativos, registou-se, neste período, uma estagnação nada surpreendente, que caracterizou o país até 1974, apesar de ter havido várias séries de classificações, como foi o caso da classificação de um grande número de pelourinhos em 1933 (Decreto n.º 23122, DG 231 de 11 Outubro 1933).

Após o 25 de Abril de 1974, a legislação diversificou-se, procurando responder a necessidades cada vez mais específicas, apesar de algumas questões de fundo não estarem suficientemente estabelecidas, devido à já referida inexistência de uma lei de bases. Como exemplo, temos legislação específica para o património cultural subaquático, para a gastronomia, ou para o turismo rural.

No decorrer das décadas de oitenta e noventa, surgiram também leis ligadas à gestão do património, nomeadamente no que diz respeito à tentativa de encontrar meios para a sua conservação. Foi neste contexto que surgiu, em 1993, a Lei do Mecenato Cultural (regulado actualmente pelo Decreto-Lei n.º 65/93 de 10-03-1993).

Com a evolução legislativa nesta matéria, as questões do património passam a ser consignadas em legislação não específica desta temática, registando-se uma crescente transversalidade e interdisciplinaridade. É o caso da Lei de Bases do Ambiente (Lei 11/87, de 7 de Abril) e da Lei de Bases de Ordenamento do Território (Lei 48/98, de 11 de Agosto).

Esta integração em diversas matérias legais é um reflexo, em grande parte, da crescente necessidade de solucionar os grandes problemas de desordenamento que Portugal tem vivido, intimamente ligados a pressões urbanísticas de vários tipos (desde a pressão feita por emigrantes de retorno, até aquela que é sentida pela ocupação maciça do litoral).

A tendência recente de abordagem do património é de este ser considerado como algo com fortes ligações ao meio envolvente, embora haja ainda grande “divórcio” entre ambos. De facto, assistimos também a uma patrimonialização da realidade, uma vez que o termo património surge associado a muitos tipos diferentes de elementos, o que demonstra que existe uma tendência nos últimos anos para o conceito se transformar num motor estratégico de promoção dos diversos valores intrínsecos dos territórios. Neste aspecto, é interessante evidenciar os resultados da tese de doutoramento defendida na Universidade de Massachussets por Luís Paulo Ribeiro, em que demonstra a ocorrência frequente na Área

Metropolitana de Lisboa de corredores naturais em simultâneo com a existência ao longo deles de elementos de património edificado (Ribeiro 1998).

Em 2001, foi aprovada a Lei de Bases do Património, Lei n.º 107/01, de 8 de Setembro. Nesta define-se que “Os bens imóveis podem pertencer às categorias de monumento, conjunto ou sítio, nos termos em que tais categorias se encontram definidas no direito internacional, e os móveis, entre outras, às categorias indicadas no título VII.” (Art.º 15º). A mesma lei define como critérios genéricos de apreciação para classificação:

- “a) O carácter matricial do bem;
- b) O génio do respectivo criador;
- c) O interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso;
- d) O interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos;
- e) O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem;
- f) A concepção arquitectónica, urbanística e paisagística;
- g) A extensão do bem e o que nela se reflecte do ponto de vista da memória colectiva;
- h) A importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica;
- i) As circunstâncias susceptíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem.” (Art.º 17º)

Tal como já referimos, esta lei, apesar de ser inovadora nalguns aspectos não dá quaisquer pistas sobre esta questão dos centros históricos e não está a ser aplicada, por falta de regulamentação.

Há ainda um conjunto de leis orgânicas que regulam o funcionamento das instituições públicas com responsabilidades na área do património: Ministério da Cultura, IPPAR, IPA - Instituto Português de Arqueologia e DGEMN. Poderemos ainda referir o Ministério do Ambiente, por dele depender o ICN - Instituto de Conservação da Natureza, que tem intervenção nos parques naturais e áreas protegidas. Na prática, o facto de existirem diversas tutelas para a mesma realidade, torna a articulação entre as diversas políticas muito difícil de operacionalizar.

A legislação portuguesa reconhece também a importância dos inventários, peça fundamental para o conhecimento do património, que tem forçosamente de anteceder qualquer intervenção. É importante referir que, ainda que não haja capacidade (ou mesmo pertinência) para intervir no património, o inventário é um registo essencial para o estudo da história e da memória das populações. Em Portugal, consoante os temas e os objectivos, os inventários de património

são realizados por diversas entidades, desde aquelas com abrangência nacional (como o IPPAR), até entidades locais, como as próprias câmaras municipais, associações de defesa do ambiente e do património ou instituições de investigação. Em resultado, há uma grande disparidade, em termos de critérios, de qualidade e mesmo daquilo que é inventariado.

No que diz respeito especificamente aos centros históricos, não existe legislação, nem mesmo enquadrada numa perspectiva mais vasta da arquitectura tradicional, para esta realidade que se aplique a todo o território, salvo algumas excepções muito raras, como é o exemplo do Decreto-Lei n.º 426/89 de 6 de Dezembro, que estabelece medidas cautelares contra incêndios em centros urbanos antigos, e o Decreto-Lei n.º 104/2004 de 7 de Maio, que regula o regime jurídico excepcional da reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, permitindo a criação de Sociedades de Reabilitação Urbana. Este decreto assume que áreas históricas são aquelas que os Planos Directores Municipais consideram como tal.

Apesar dos vários enquadramentos legislativos apresentados, a protecção do património edificado é, presentemente (pelo menos enquanto a Lei de Bases do Património não for regulamentada) efectuada através de dois decretos: o já referido Decreto n.º 21875, de 18 de Novembro de 1932 (alterado pelos Decretos n.º 31467, de 19 de Agosto de 1941, e n.º 34993, de 11 de Outubro de 1945) e o Decreto-Lei n.º 205/88, de 16 de Junho, que diz respeito aos projectos de arquitectura de obras em bens imóveis classificados e respectivas zonas de protecção. Há ainda que referir o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (Decreto-Lei 38383, de 7 de Agosto de 1951, alterado parcialmente pelo Decreto-Lei n.º 43/82 de 8 de Fevereiro).

Na realidade, no que diz respeito aos centros históricos praticamente toda a legislação portuguesa existente para aplicação remete para Planos Directores Municipais e Planos de Pormenor. Existem contudo, embora em menor número, alguns Planos de Salvaguarda e Planos de Urbanização em que este tipo de património é abordado. Este facto reflecte uma situação em que, na ausência de legislação nacional de referência, existe apenas a legislação de carácter prático, que funciona ao nível do planeamento urbanístico integrado nas competências das câmaras municipais.

I.6 Ordenamento do território e modelos de gestão em centros históricos

De uma forma abstracta, poderíamos afirmar que os centros históricos são entidades que existem por si, compostos pelas zonas antigas que deram origem a uma cidade ou vila. Contudo, a designação de centro histórico surge, quase sempre, de uma vontade de categorizar esses espaços, atribuindo-lhe formalmente um valor patrimonial.

Associadas a este valor surgem, inevitavelmente, necessidades de ordenamento do território. Valorizá-lo, com objectivos sociais, culturais, turísticos ou económicos implica, desde logo, uma intenção de intervenção nesse mesmo espaço que, para além da sua delimitação, inclui também o estabelecimento de um conjunto de regras que, supostamente, impedirão que as alterações que se façam no futuro destruam, sem critério, o património comum de uma comunidade.

Uma outra questão a ter em conta é o facto de, habitualmente, a identificação de um centro histórico estar associada a uma noção de ameaça. Face à passagem do tempo, à especulação fundiária, à falta de meios ou de conhecimentos dos habitantes para dar continuidade à história daquele espaço com a dignidade que os técnicos consideram correcta, as autoridades competentes sentem-se impelidas a definir um limite para o centro histórico, para depois estabelecer programas e criar normas para nele intervir.

Desta forma, a necessidade de ordenamento destes territórios, adaptando o seu uso à preservação que se pretende fazer, é uma questão consensual. Contudo a forma de o fazer pode diferir, pelo que tentaremos compreender quais são as opções de ordenamento possíveis e, dentro delas, quais as hipóteses de regras e modelos de gestão adoptados.

I.6.1 As funções da administração central

Para desenvolver esta questão consideramos essencial separar o papel do Estado, na figura da administração central, do da administração local, nomeadamente das câmaras municipais.

Observámos que as recomendações, cartas e convenções internacionais pressupunham um papel activo por parte do Estado e que a legislação, de alguma forma, também lhe atribui responsabilidades. Em Portugal, de acordo com a Lei de Bases do Património, caberá ao Estado o papel de fazer um registo de inventário e classificar monumentos, conjuntos e sítios, segundo um determinado grau de classificação. Presentemente, o Estado classifica os Monumentos Nacionais e os Imóveis de Interesse Público, estando a classificação de imóveis como Valor Concelhio a cargo das câmaras municipais (embora, na prática este procedimento não esteja a ser levado a cabo de forma consistente).

A situação presente parte do princípio de que esta centralização das funções de classificação confere isenção e permite critérios idênticos de avaliação para todo o país, mas não é certo que o processo seja isento de conflitos.

“O bem geral e o interesse nacional que o Estado procura assegurar são valores não universais, relativos, partilhados por uma base social que pode ser mais ou menos alargada, mas face aos quais há sempre exterioridade, isto é, pontos de vista e interesses excluídos.” (Henriques 2003: 67)

Na realidade, muitas vezes, a nível local, a actuação do Estado é mal compreendida e mal aceite, não contribuindo para uma gestão eficaz do património, a médio prazo, até porque o Estado, ao classificar um bem, chama a si a responsabilidade da sua gestão futura, uma vez que as alterações e obras a efectuar têm de ser apreciadas a nível central.

Cabe também ao Estado, neste caso aos órgãos legislativos, o papel de desenvolver a devida legislação de enquadramento, criando as bases para um ordenamento do património que se possa fazer de forma inequívoca. Como já observámos, em relação ao património, e mais especificamente aos centros históricos, o Estado não tem cumprido de forma eficaz este seu papel.²⁴

A tendência dos últimos anos tem sido a de o Estado não ter um papel tão interventivo como no passado, mas antes de promotor de políticas, programas e acções em que os custos e as responsabilidades são partilhados entre o sector público e o sector privado. O Estado poderá, por exemplo, lançar programas de reabilitação, financiados parcialmente por particulares.

Eduardo Brito Henriques, no seu estudo sobre cultura e território, aponta quatro tipos de motivos para o Estado intervir nas artes e na cultura:

- Motivos patrióticos, com o objectivo de defender a identidade e a cultura nacional (salvaguarda da unidade nacional, combatendo a desagregação interna e ajudando a preservar a memória recente;
- Defender a identidade cultural do país face a ameaças externas; promoção cultural do país no plano internacional para alargar ou manter a sua área de influência cultural);
- Imperativos de civilização (educar o gosto e difundir a arte para o bem de todos, assumindo o Estado um papel de educador);
- Motivos económicos;

²⁴ Está, neste momento, em elaboração um Livro Branco para os Centros Históricos, a cargo da DGOTDU, que poderá ser uma ferramenta de grande importância para a gestão futura destes espaços.

- Justiça social e direito à cultura.

Em Portugal, o peso da intervenção em cultura no orçamento do Estado é inferior a 1%. Segundo a análise deste estudo, em 1998 a percentagem de despesas do Estado com a cultura era igual à de 1975 (0,56%), valor que chegou a atingir 0,76% em 1976 e 1993. Dentro da cultura (à excepção dos anos de construção do Centro Cultural de Belém), as despesas de investimento com património são sempre as mais significativas. Não obstante, o peso da reabilitação urbana tem vindo a decrescer. Na realidade, em termos de intervenção em património, o Estado privilegia os trabalhos em monumentos. É ainda de referir que, em valores absolutos, as maiores despesas com cultura do país são feitas na Área Metropolitana de Lisboa.

Desta forma, verificamos que a intervenção do Estado de forma concertada em centros históricos não é um fenómeno muito significativo. O Programa Polis é, de alguma forma uma excepção, uma vez que a maior parte das intervenções se realizou em centros históricos, embora esse não fosse o objectivo explícito do programa²⁵.

I.6.2 Instrumentos de gestão territorial

Em Portugal, o ordenamento do território é regulado pela Lei de Bases de Ordenamento do Território (Lei 48/98, de 11 de Agosto), posteriormente regulamentado pelo Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro. Este documento define e regulamenta os Instrumentos de Gestão Territorial, tendo sido parcialmente alterado pelo Decreto-Lei n.º 53/2000, de 7 de Abril, e actualmente, de uma forma mais ampla, pelo Decreto-Lei n.º 310/2003 de 10 de Dezembro.

O quadro seguinte sistematiza a hierarquia de planos vigentes em Portugal, assim como o seu âmbito de aplicação e quem é responsável pela sua elaboração, aprovação e implementação.

²⁵ Os objectivos do programa são: a) Desenvolver grandes operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental; b) Desenvolver acções que contribuam para a requalificação e revitalização de centros urbanos, que promovam a multifuncionalidade desses centros e que reforcem o seu papel na região em que se inserem; c) Apoiar outras acções de requalificação que permitam melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais estruturantes, tais como frentes de rio ou de costa; d) Apoiar iniciativas que visem aumentar as zonas verdes, promover áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em centros urbanos. (Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000 de 15-05-2000)

Quadro I.6.1 – Instrumentos de Gestão Territorial

Instrumento	Âmbito	Elabora	Aprova	Vinculativo	Implementa
PNPOT	Nacional	Governo – MCOTA	Assembleia da República	Entidades públicas	Governo
Plano Sectorial	Variável	Administração Estadual Directa e Indirecta	Conselho de Ministros	Entidades públicas	Administração Estadual Directa e Indirecta
PEOT	Variável	Administração Central	Conselho de Ministros	E. públicas/particulares	Administração Central
PROT	Regional	CCR da região (Região Administrativa)	Conselho de Ministros	Entidades públicas	CCR da região (Região Administrativa)
PIMOT	Mais de um município	Municípios ou associações de municípios	Assembleias Municipais Inter-municipais	Entidades públicas	Municípios
PDM	Municipal	Município	Assembleia Municipal	E. públicas/particulares	Município
PU e PP	Local	Município	Assembleia Municipal	E. públicas/particulares	Município

Fonte: GEOTA 2005

Em primeiro lugar, temos o instrumento que estipula o quadro estratégico para ordenamento do espaço nacional, o PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. Este programa encontra-se, neste momento, em elaboração pela primeira vez, dado que, embora hierarquicamente seja superior aos restantes não se lhes precedeu na elaboração, pelo que agora só poderá ter efeito na futura revisão dos planos hierarquicamente inferiores.

Os principais objectivos do PNPOT são: racionalizar o povoamento, a implantação de equipamentos estruturantes e a definição das redes, estabelecer os parâmetros de acesso às funções urbanas e às formas de mobilidade e definir os princípios orientadores da disciplina de ocupação do território.

Temos depois os planos sectoriais (como o Plano Energético Nacional) e os PEOT – Planos Especiais de Ordenamento do Território (como os Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas ou os Planos de Ordenamento da Orla Costeira) que podem ter abrangências diversas consoante o domínio da sua especialidade.

O objectivo destes planos é fornecer um conjunto de directrizes para o ordenamento do território regional e municipal, definindo valores globais e essenciais. Devem também compatibilizar os interesses dos diversos sectores.

O planeamento de nível regional em Portugal é garantido sobretudo pelos PROT - Planos Regionais de Ordenamento do Território e PIMOT – Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território. Estes planos devem definir o quadro estratégico regional, definindo um modelo de organização territorial que articule as políticas nacionais e dê directrizes orientadoras para o ordenamento do território municipal.

Mais concretamente, é objectivo dos PROT estabelecer:

- A estrutura regional do sistema urbano, das redes, das infra-estruturas e dos equipamentos de interesse regional, assegurando a salvaguarda e a valorização das áreas de interesse nacional em termos económicos, agrícolas, florestais, ambientais e patrimoniais.
- Os objectivos e os princípios assumidos a nível regional quanto à localização das actividades e dos grandes investimentos públicos.
- As medidas de articulação, a nível regional, das políticas estabelecidas no programa nacional da política de ordenamento do território e nos planos sectoriais preexistentes, bem como das políticas de relevância regional contidas nos planos intermunicipais e nos planos municipais de ordenamento do território abrangidos.
- A política regional em matéria ambiental, bem como a recepção, a nível regional, das políticas e das medidas estabelecidas nos planos especiais de ordenamento do território.
- Directrizes relativas aos regimes territoriais definidos ao abrigo de lei especial, designadamente áreas de reserva agrícola, domínio hídrico, reserva ecológica e zonas de risco.
- Medidas específicas de protecção e conservação do património histórico e cultural.

O nível de planeamento, digamos assim, mais perto do território é assegurado pelos PMOT - Planos Municipais de Ordenamento do Território, ou seja PDM - Planos Directores Municipais, PU - Planos de Urbanização e PP - Planos de Pormenor. Este é o planeamento que deverá definir, de acordo com directrizes nacionais e regionais, o regime de uso do solo e respectiva programação.

Estes planos têm como objectivos estabelecer:

- A tradução do quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica de âmbito nacional e regional.
- A expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local.
- A articulação das políticas sectoriais com incidência local.
- A base de uma gestão programada do território municipal.
- A definição da estrutura ecológica municipal.
- Os princípios e as regras de garantia da qualidade ambiental e da preservação do património cultural.

- Os princípios e os critérios subjacentes a opções de localização de infra-estruturas, equipamentos, serviços e funções.
- Os critérios de localização e distribuição das actividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços.
- Os parâmetros de uso do solo, de uso e fruição do espaço público e outros indicadores relevantes para a elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial.

Para cumprir estes objectivos pressupõe-se que o plano de referência seja o PDM, estabelecendo o modelo da estrutura espacial do território que deverá integrar as directrizes dos planos nacionais e regionais. A definição da estrutura espacial é feita através do regulamento e da carta de ordenamento que determina a classificação do uso do solo, atribuindo-lhe uma qualificação. Estes planos são de elaboração obrigatória.

Sob a alçada dos PDM encontram-se os PU - Planos de Urbanização e os PP – Planos de Pormenor. Os primeiros destinam-se à organização espacial de áreas urbanas e devem sobretudo definir a concepção geral da organização urbana, definindo o zonamento das diversas funções urbanas (ex. habitacionais, comerciais, industriais e áreas a recuperar) e a localização da rede viária estruturante, de equipamentos colectivos, da estrutura ecológica, e o sistema urbano de circulação de transporte público e privado e de estacionamento.

Quanto aos PP, estes estabelecem a definição e caracterização da área de intervenção identificando os valores culturais e naturais a proteger. Estes planos definem o desenho urbano, exprimindo a definição dos espaços públicos, de circulação viária e pedonal, de estacionamento (tratamento, alinhamentos, implantações, modelação do terreno, distribuição volumétrica) e a localização dos equipamentos e zonas verdes. Deverá também estabelecer:

- A distribuição de funções e a definição de parâmetros urbanísticos, (índices, densidade de fogos, número de pisos e cércas);
- Indicadores relativos às cores e materiais a utilizar;
- As operações de demolição, conservação e reabilitação das construções existentes.
- A estruturação das acções de perequação compensatória a desenvolver na área de intervenção;
- A identificação do sistema de execução a utilizar na área de intervenção.

Depois de fazer um breve resumo dos instrumentos de gestão territorial disponíveis no ordenamento do território em Portugal, cabe-nos agora compreender de que forma estes são articulados com os centros históricos.

Seguindo a lógica da legislação existente, nos planos de nível nacional e regional (Planos Regionais de Ordenamento do Território, Planos Sectoriais e Planos Especiais) o património deveria ter parte activa nas respectivas grandes linhas orientadoras. Contudo, na prática, muitas vezes o património nestes planos fica reduzido à enumeração dos elementos classificados e das suas protecções legais, possivelmente porque a participação de técnicos de património nestes planos não é muito significativa. Estes instrumentos, contudo, poderiam ter um papel importante relativamente ao património, uma vez são vinculativos para os Planos Municipais do Ordenamento do Território, por sua vez vinculativos para os particulares.

Sendo as câmaras municipais as responsáveis pela definição dos diferentes usos do solo e das regras que os gerem, é incontornável o seu papel na definição de normas para os centros históricos. Idealmente, os centros históricos são delimitados através do PDM e depois estudados e regulamentados em detalhe através de PP. Contudo, essa realidade nem sempre se verifica. Num estudo realizado pelo GEOTA em 1999, sobre medidas municipais de salvaguarda da arquitectura tradicional, em que foram analisados documentos relativos a 107 municípios portugueses, foram apresentadas as seguintes conclusões:

“É muito grande a diversidade de figuras de planeamento que os municípios possuem, com o propósito de salvaguardar a arquitectura tradicional portuguesa.

Não existe consenso sobre o modo mais correcto de designar as diversas realidades da arquitectura tradicional.

Deixar a cargo dos PDM a exclusiva salvaguarda da arquitectura tradicional é muitas vezes insuficiente, uma vez que os PDM não salvaguardam por vezes questões essenciais.

Quando na maior parte dos planos se fala de arquitectura tradicional, está a falar-se de conjuntos urbanos, de maior ou menor dimensão.” (Ramalhete, Simões 1999)

Este estudo chama a atenção para a diversidade de realidades no país na forma dos concelhos lidarem com a arquitectura tradicional, em termos de planos e de designações adoptadas.

Um facto que teve grande importância no território nacional foi o estabelecimento de Gabinetes Técnicos Locais (GTL) que tinham como principal objectivo a intervenção em centros históricos. A maior parte dos GTL começou por fazer um levantamento de pormenor, que depois teve origem em planos e regulamentos. Embora nem todas as experiências tenham tido resultados semelhantes, foram, sem dúvida, fundamentais em muitos centros históricos. Dois casos que fizeram “história” foram os de Évora e Guimarães, por terem sido dos primeiros a ser promovidos e terem dado início a dinâmicas de gestão dos seus centros históricos que hoje são reconhecidas internacionalmente como boas práticas. A figura legal dos GTL deixou de figurar nas atribuições da Administração Central, integrando o quadro das

actividades das administrações locais. Por isso, no resto do país as experiências foram talvez mais modestas, mas é necessário ter em conta que os contextos urbanos de Évora e Guimarães são relativamente ímpares (não é por acaso que ambos os centros históricos são Património Mundial).

Os planos de pormenor definidos pela maior parte dos GTL permitem-nos afirmar que esta escala de planeamento é sem dúvida a mais indicada para a gestão dos centros históricos (não obstante a necessidade de estes também estarem presentes noutros níveis de planeamento, a outras escalas). O PDM é insuficiente para uma gestão de pormenor (nem é essa a sua função) uma vez que o seu papel consiste sobretudo em definir a política de uso do solo, que irá ser detalhada ao nível do plano de pormenor.

Ao considerarmos o ordenamento do território como uma importante dimensão do desenvolvimento sustentável, na medida em que a promoção de uma utilização racional do espaço fomenta uma gestão mais responsável dos recursos, não podemos deixar de referir a importância da participação da população na prática do ordenamento do território.

Contudo e não obstante o enquadramento legislativo, nacional e comunitário, que dá forma ao direito à participação dos cidadãos na vida pública, nacional e comunitária, esta encontra-se ainda longe de a podermos considerar satisfatória. Se por um lado são os cidadãos que se arredam de determinados processos de tomada de decisão, por outro são os próprios órgãos da administração que não se encontram preparados, nem para promover uma participação efectiva, nem tampouco para incorporar os contributos dessa participação na decisão final. Com grande prejuízo para a decisão final, na medida em que decisões participadas proporcionam soluções mais adequadas, precisamente por decorrem de processos de negociação através dos quais se geram consensos; proporcionam também uma partilha de responsabilidades, o que se revela fundamental ao nível da operacionalização e subsequente monitorização e revisão das decisões tomadas.

Com efeito, é consensual que a valorização e manutenção do património, na sua dimensão global, requer não só um conhecimento como um reconhecimento do seu valor intrínseco. Este valor decorre, como já foi mencionado, não só de critérios de ordem tecnico-científica, como também de aspectos de ordem simbólica que estiveram na origem da construção da memória individual e colectiva, com reflexos em termos espaciais.

A participação dos actores locais nos processos de tomada de decisão é, por conseguinte, a forma através da qual é possível incorporar aspectos de ordem simbólica na decisão final, pelo que a mesma deverá ocorrer o mais a montante possível.

Na realidade, a situação ideal é aquela em que a participação é promovida ao nível da definição das estratégias de desenvolvimento, e não apenas aquando da elaboração de planos hierarquicamente inferiores.

O envolvimento dos actores locais na definição de políticas que proporcionam o enquadramento estratégico de qualquer tipo de actuação, garante decisões mais eficazes em actuações específicas, como as que têm lugar nos centros históricos.

I.6.3 A gestão de conflitos e o papel das câmaras municipais

Ordenar o território implica uma gestão de interesses difusos, implica atribuir uma ordem a algo que à partida iria ter um desenvolvimento anárquico, podendo estar na origem de situações de desequilíbrio.

A intervenção no património representa, muitas vezes, conflitos e nem sempre é bem compreendida e aceite por todos, por razões económicas, sociais ou outras. Intervir no património é habitualmente oneroso e, quer os particulares quer as instituições públicas, podem não estar dispostos ou não ter recursos para o fazer, ou mesmo questionar as opções de investir em património e não noutras áreas.

Por outro lado, ainda que se deseje intervir, essa intervenção está, necessariamente, sujeita a regras, que podem também causar situações de conflito entre aquilo que os proprietários desejam fazer e o que é permitido (pode inclusive haver vontade de demolição face a um interesse público de preservação).

Um outro conflito no património e em particular na gestão dos centros históricos é a integração de arquitectura contemporânea em edifícios ou espaços antigos. Embora a comunidade científica e os técnicos de arquitectura vejam como positivas as intervenções contemporâneas, desde que feitas com qualidade, muitas vezes as populações não aprovam o resultado, preferindo inclusive o *pastiche* à obra contemporânea de qualidade (o que gera também um conflito entre público e especialistas).

Este tipo de conflitos é, habitualmente gerido pela administração local, que detém um papel de relevo na gestão e intervenção nos centros históricos em Portugal. A intervenção das câmaras municipais é mais recente do que a do Estado, remontando sobretudo ao pós-25 de Abril. De uma forma geral, as câmaras municipais do país detêm um papel importante no apoio à cultura (apoio à cultura associativa, construção de equipamentos culturais), estando esses apoios muitas vezes relacionados com a promoção das identidades locais e directa ou indirectamente relacionados com os centros históricos.

Dado que, em Portugal, a gestão da arquitectura tradicional está quase exclusivamente a cargo dos municípios, existe uma enorme disparidade de abordagens, quer em termos das estratégias, quer em termos dos instrumentos de gestão do território utilizados (ou não) escolhidos para as implementar.

É de realçar o facto de ser crescente a importância dos conjuntos urbanos antigos no planeamento municipal, assim como a sua associação a um património que deve ser preservado. A disparidade existente entre os diferentes concelhos, que deixa espaço para todo o tipo de práticas, desde boas práticas reconhecidas nacional e internacionalmente à total ausência de preocupação com os centros históricos municipais, pode ser justificada pelas dinâmicas internas de cada município, mas a elas não é alheia a ausência de instrumentos reguladores a nível nacional, que constituam uma base de actuação que promova objectivos e resultados semelhantes, pelo menos ao nível dos instrumentos de gestão territorial a utilizar para a gestão dos centros históricos.

**Parte II. Os centros históricos no território:
o caso de estudo da Península de Setúbal**

II.1 A Área Metropolitana de Lisboa e a Península de Setúbal

II.1.1 A Área Metropolitana de Lisboa: a designação e a instituição

De onde provém a noção de área metropolitana? Em termos de designação, Lisboa era considerada uma metrópole face à existência, até ao 25 de Abril de 1974, de um Portugal metropolitano e um Portugal ultramarino. Lisboa era a metrópole e não incluía o território envolvente. A designação Área Metropolitana de Lisboa só surgiu formalmente como resultado da criação da instituição com o mesmo nome, em 1991¹. Anteriormente, as designações mais utilizadas para esta região eram as de Grande Lisboa, que incluía apenas a margem Norte, e Península de Setúbal (usadas ainda hoje, em termos estatísticos, correspondendo à Nomenclatura de Unidade Territorial para fins estatísticos de nível III).

Dado que, em Portugal, a criação de áreas metropolitanas não implicou a criação de regiões com órgãos eleitos directamente, com poderes de gestão do território, os objectivos da Área Metropolitana de Lisboa têm sido sobretudo promover a articulação entre os municípios que a constituem, acompanhar a elaboração de planos supramunicipais e dar pareceres sobre os investimentos da administração central. Estes objectivos traduziram-se, sobretudo, em actividades de recolha e gestão de informação e na promoção de actividades e eventos, numa lógica de integração de Lisboa num contexto competitivo de capitais europeias.

A integração dos municípios na Área Metropolitana de Lisboa dependia apenas de dois critérios: continuidade territorial e vontade expressa dos municípios de aderir. Em 2003, a aprovação da Lei 10/2003, de 13 de Maio esteve na origem da alteração dos limites territoriais da Área Metropolitana de Lisboa, uma vez que o concelho da Azambuja optou por integrar a Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, deixando de fazer parte daquela que passou a chamar-se Grande Área Metropolitana de Lisboa (GAML).

A nossa experiência enquanto colaboradores da GAML mostrou-nos que, embora a noção de uma área metropolitana de Lisboa seja reconhecida, não há uma relação directa entre essa ideia e um território específico ou uma instituição. De facto, quer os limites territoriais desta região, quer a instituição permanecem desconhecidos para grande parte dos cidadãos. Pensamos que este facto se deve a várias razões. Por um lado, sendo uma realidade relativamente recente, é natural que não seja ainda conhecida de todos. Por outro lado, não tem sido estratégia explícita da GAML a divulgação da sua existência, embora tenham sido criados diversos projectos com o objectivo de coligir e divulgar informação, realizar estudos e apoiar actividades de lazer e desporto. Por fim, também dificulta esse reconhecimento o facto de a GAML não possuir nenhum poder executivo e de praticamente não existirem políticas de

¹ Lei nº 44/91, de 2 de Agosto.

ordenamento do território, à escala metropolitana, que tenham consequências directas na vida quotidiana dos cidadãos de toda uma região.

Outra área fundamental, que não possui ainda uma abordagem eficaz à escala metropolitana e que poderia contribuir para um melhor conhecimento deste território, à semelhança do que acontece noutros locais, é a política de transportes. A criação, em 2003, da Autoridade Metropolitana de Transportes deveria ter começado a colmatar as lacunas existentes ao nível da articulação da política de transportes e das redes de transportes colectivos. No entanto, os reflexos da sua actuação são, até à data, inexistentes.

II.1.2 Área Metropolitana de Lisboa: enquadramento territorial

Figura II.1.1 – Divisão administrativa da Grande Área Metropolitana de Lisboa 2006



Fonte: INE 2001

O território que hoje constitui a Área Metropolitana de Lisboa é composto por dezoito concelhos cujos limites administrativos remontam ao século XIX, aquando da reforma liberalista dos concelhos, com excepção dos concelhos de Amadora e Odivelas, criados em 1979 e 1999, respectivamente, resultado da cisão dos concelhos de Sintra e Oeiras (no caso da Amadora) e Loures (no caso de Odivelas). Estamos a falar de um território com 207

freguesias, 14 cidades², 2 962,6 km² e uma densidade populacional de 898,5 habitantes/km², que está integrado, em termos administrativos, nos distritos de Lisboa e Setúbal.

Historicamente, este território possui relações que remontam, pelo menos, à Idade Média. Embora sem total correspondência geográfica, os “termos” de Lisboa e dos seus arredores (inicialmente Oeiras, Montagaço, Sintra, Almada e Palmela, tendo posteriormente sido subdivididos) possuem um certo paralelismo com a actual área metropolitana e representavam territórios com uma unidade composta por um centro urbano principal, centro do comércio, e a envolvente, que produzia os bens necessários para a sua subsistência (Marques 2003).

Foi durante o século XX, que se deu a expansão que esteve na origem do processo de metropolitanização de Lisboa, com a intensificação dos laços de dependência funcional entre esta e os concelhos vizinhos. A região cresceu em termos demográficos e económicos e diversificou-se social e culturalmente. De uma forma geral, a dinâmica interconcelhia aumentou, a vários níveis. A este facto não é alheio o acréscimo da mobilidade, possibilitado pela melhoria das condições de acessibilidade, em transportes colectivos ou individuais. Contudo, Lisboa ocupou sempre o papel polarizador da região, a todos os níveis.

Quadro II.1.1 – População residente na Área Metropolitana de Lisboa, por concelho, face ao total do país 2001

Concelho	População 2001	Peso na população nacional (%)
Alcochete	12 831	0,12
Almada	159 550	1,54
Barreiro	78 146	0,75
Moita	67 064	0,65
Montijo	38 541	0,37
Palmela	53 258	0,51
Seixal	150 095	1,45
Sesimbra	36 839	0,36
Setúbal	113 480	1,10
Total margem Sul	709 804	6,85
Amadora	174 788	1,69
Cascais	168 827	1,63
Lisboa	556 797	5,38
Loures	198 685	1,92
Mafra	54 285	0,52
Odivelas	132 971	1,28
Oeiras	160 147	1,55
Sintra	363 556	3,51
Vila Franca de Xira	122 235	1,18
Total margem Norte	1 932 291	18,66
Total geral	2 642 095	25,51

Fonte: INE 2001

² Lisboa, Almada, Amadora, Agualva-Cacém, Barreiro, Loures, Montijo, Odivelas, Póvoa de Santa Iria, Queluz, Sacavém, Seixal, Setúbal e Vila Franca de Xira.

Ao nível da população, a Área Metropolitana de Lisboa (2 642 095 habitantes em 2001) tem um peso muito significativo no total de Portugal, vivendo nesta região 1/4 da população nacional. É de referir que, em 1960 esta relação era de 1/6.

O concelho de Lisboa possui um peso muito elevado neste contexto, como principal área de residência e emprego, tendo a sua população aumentado progressivamente até aos anos setenta do século XX. O mesmo se passava com os concelhos da região, que, de uma forma geral, aumentaram bastante o número de residentes.

Quadro II.1.2 – Evolução da população da Área Metropolitana de Lisboa³

Concelho	1960	%	1970	%	1981	%	1991	%	2001	%
Alcochete	9 270	0,6	10 408	0,6	11 246	0,5	10 169	0,4	12 831	0,5
Almada	70 968	4,7	107 581	5,9	147 690	5,9	151 783	6,0	159 550	6,0
Barreiro	35 088	2,3	58 728	3,2	88 052	3,5	85 768	3,4	78 146	3,0
Moita	29 110	1,9	38 547	2,1	53 240	2,1	65 086	2,6	67 064	2,5
Montijo	30 217	2,0	41 565	2,3	36 849	1,5	36 038	1,4	38 541	1,5
Palmela	23 155	1,5	24 866	1,4	36 933	1,5	43 857	1,7	53 258	2,0
Seixal	20 470	1,4	36 280	2,0	89 169	3,6	116 912	4,6	150 095	5,7
Sesimbra	16 837	1,1	16 656	0,9	23 103	0,9	27 246	1,1	36 839	1,4
Setúbal	56 344	3,7	66 243	3,6	98 366	4,0	103 634	4,1	113 480	4,3
Total margem Sul	291 459	19,4	400 874	22,0	584 648	23,6	640 493	25,4	709 804	26,9
Amadora					163 878	6,6	181 774	7,2	174 788	6,6
Cascais	59 617	4,0	92 907	5,1	141 498	5,7	153 294	6,1	168 827	6,4
Lisboa	802 230	53,3	769 044	42,2	807 937	32,5	663 394	26,3	556 797	21,1
Loures	102 124	6,8	166 167	9,1	276 467	11,1	322 158	12,8	198 685	7,5
Mafra	35 739	2,4	34 112	1,9	43 899	1,8	43 731	1,7	54 285	2,1
Odivelas	-		-		-		-		132 971	5,0
Oeiras	94 255	6,3	180 194	9,9	149 328	6,0	151 342	6,0	160 147	6,1
Sintra	79 964	5,3	124 893	6,9	226 428	9,1	260 951	10,4	363 556	13,8
Vila Franca de Xira	40 594	2,7	53 963	3,0	88 193	3,6	103 571	4,1	122 235	4,6
Total margem Norte	1 214 523	80,6	1 421 280	78,0	1 897 628	76,4	1 880 215	74,6	1 932 291	73,1
Total geral	1 505 982		1 822 154		2 482 276		2 520 708		2 642 095	

Fonte: Atlas da Área Metropolitana de Lisboa 2003

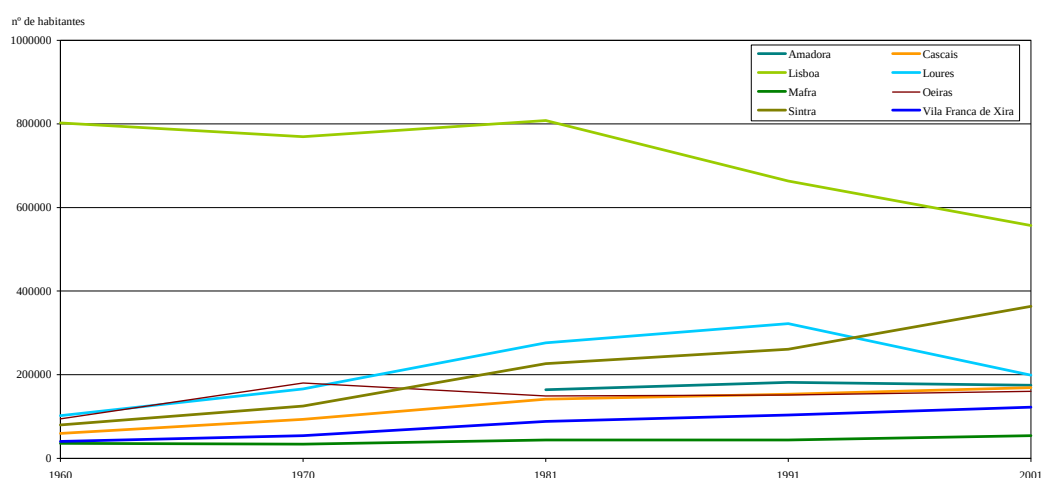
Podemos observar que a margem Norte da área metropolitana foi sempre muito mais populosa do que a margem Sul, tendo esta, inclusivamente, perdido peso relativo entre 1960 e 2001, apesar de ter aumentado de população. A década em que a população da área metropoliatana de Lisboa mais aumentou foi a de setenta, em resultado do regresso das antigas colónias de muitos portugueses que nelas residiam. A população cresceu 36,2% nesta década, o maior

³ As discrepâncias de dados nos concelhos de Sintra e Loures devem-se ao facto de os dados de Amadora e Odivelas, respectivamente, estarem neles contidos até 1981, para a Amadora e 1991, para Odivelas.

aumento dos últimos quarenta anos⁴. Este surto demográfico foi significativo para atenuar, a nível nacional, uma tendência de estagnação, que se faz sentir nas últimas décadas.

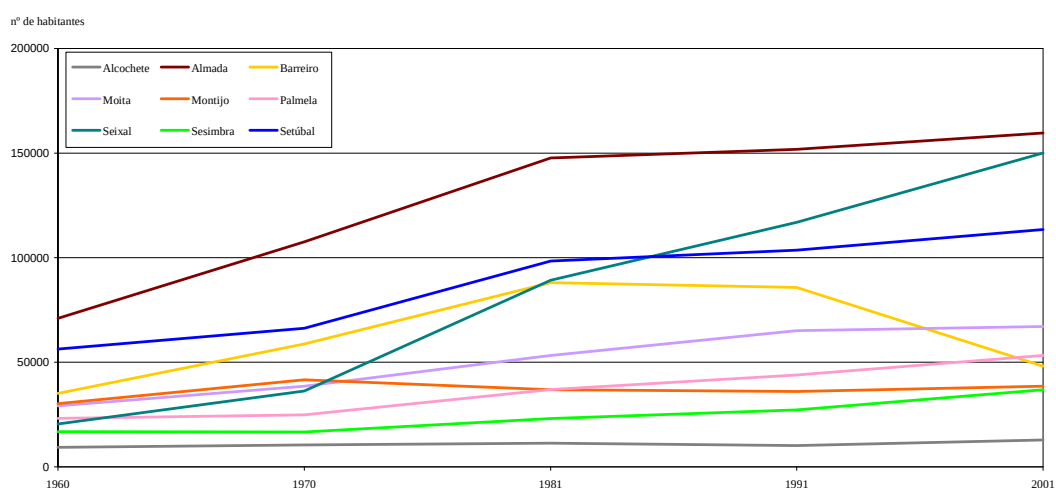
O município de Sintra é, a seguir ao de Lisboa, aquele que possui mais população e também aquele que mais tem aumentado a sua importância relativa. É interessante verificar que os municípios com mais população são aqueles que são contíguos a Lisboa, ou que à cidade estão ligados por vias rodoviárias de nível superior ou ferroviárias, demonstrando a importância dos movimentos pendulares entre a capital e os municípios metropolitanos. São também aqueles que primeiro sofreram aumentos de população e alguns deles, à semelhança de Lisboa estão a sofrer um decréscimo populacional.

Figura II.1.2 – Evolução da população da Área Metropolitana de Lisboa Norte 1960/2001



Fonte: INE 2001

Figura II.1.3 – Evolução da população da Área Metropolitana de Lisboa Sul 1960/2001

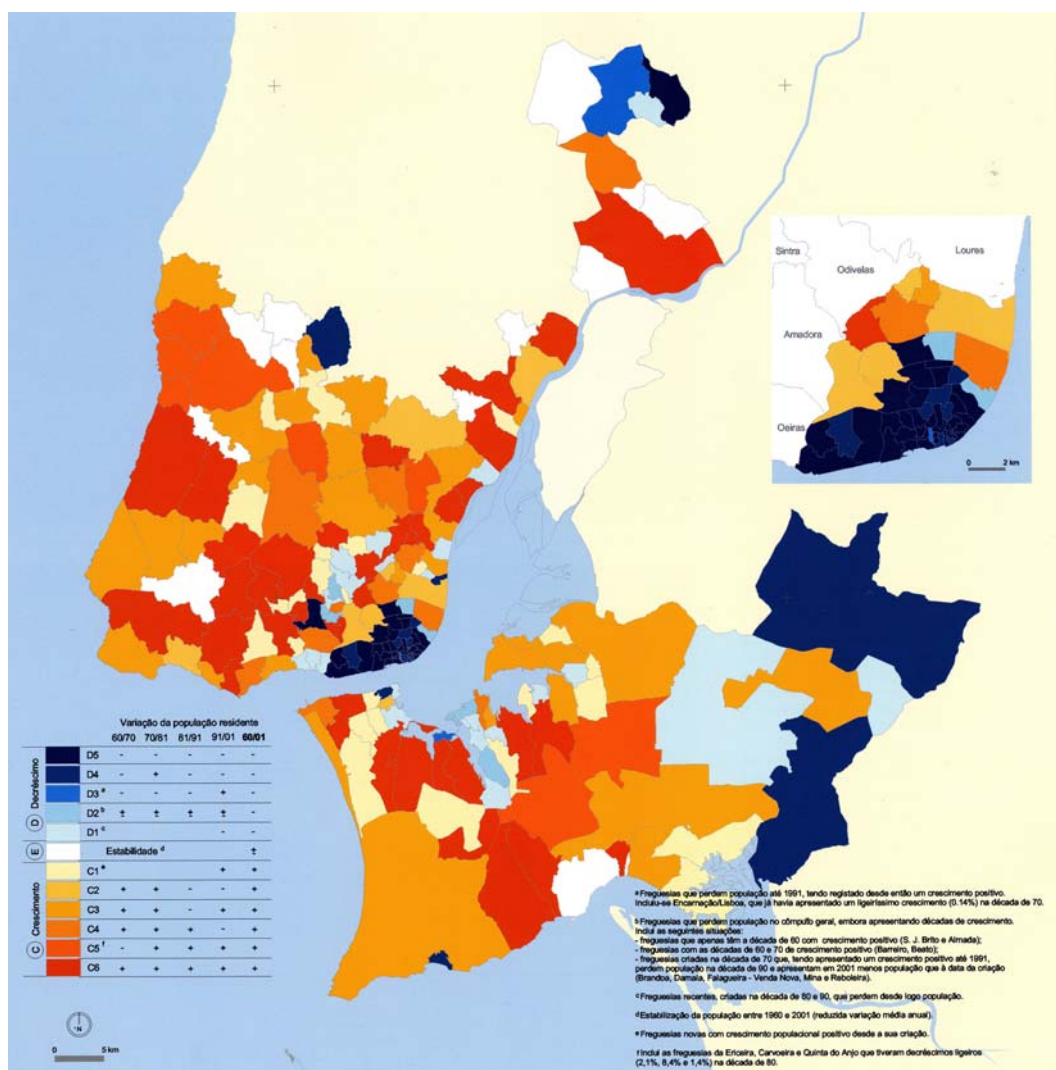


Fonte: INE 2001

⁴ A população da Área Metropolitana de Lisboa cresceu 21% entre 1960 e 1970, 36,2% entre 1970 e 1981, 1,5% entre 1981 e 1991 e 4,8% entre 1991 e 2001.

Assim, embora, globalmente, a população metropolitana tenha continuado a aumentar, Lisboa, Barreiro e Amadora perderam população no último período censitário. Lisboa, o concelho que mais população perdeu, possuía, em 2001, menos 30,6% de população do que em 1960. Em 2001, representava 21,1% da população metropolitana, tendo esse valor sido de 53,3% em 1960. Estamos, assim, a assistir a um despovoamento da capital, por contraponto ao êxodo rural que a alimentou durante o século XX.

Figura II.1.4 - Tipologia do comportamento demográfico na AML 1960/2001

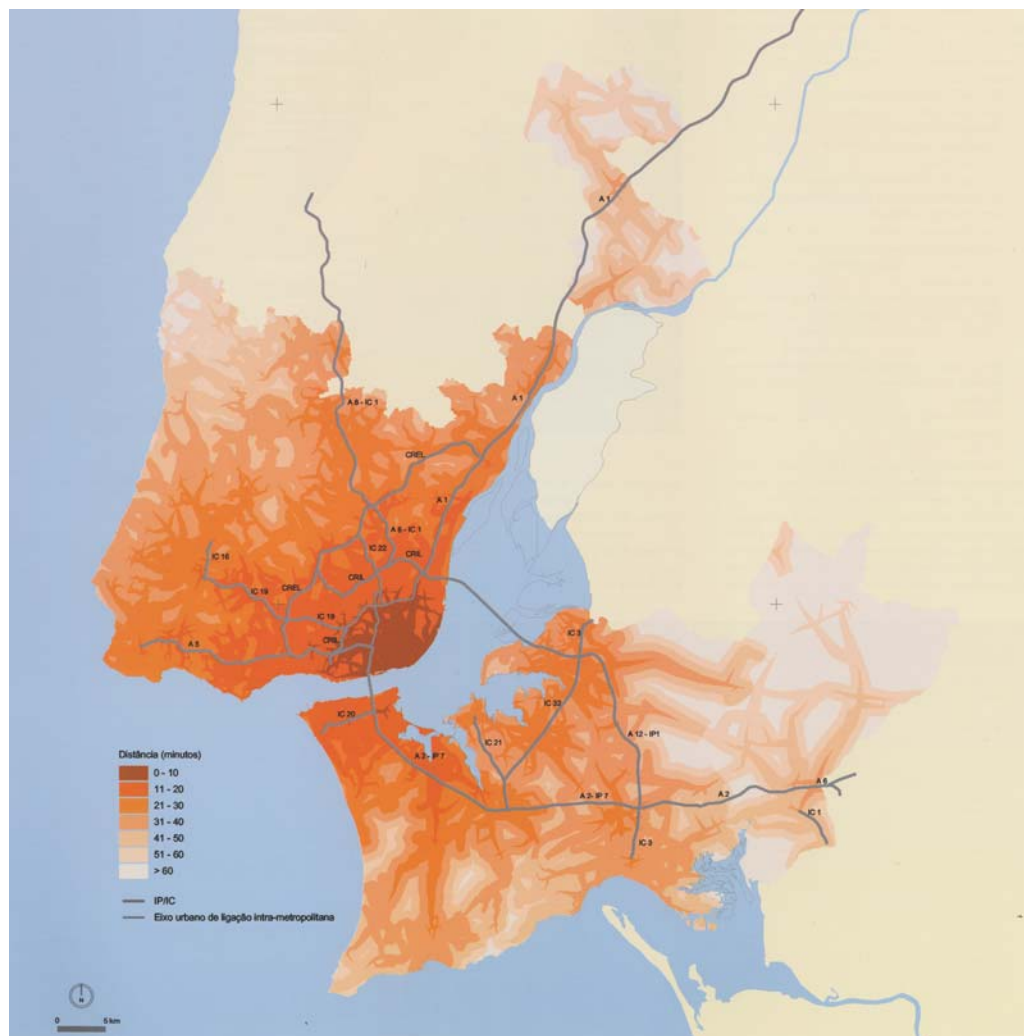


Fonte: Atlas da Área Metropolitana de Lisboa 2003

Na figura anterior, podemos observar que estamos na presença de uma região com algum dinamismo demográfico, em que as freguesias que apresentam maiores decréscimos populacionais foram, por um lado, as mais centrais e, por outro, as mais periféricas (na Península de Setúbal, as quatro freguesias que apresentaram sempre perdas de população desde 1960 foram Almada, Santiago em Sesimbra, Marateca e Canha, a Este da península). Por vezes, as freguesias adjacentes a estas mantêm-se estáveis; em contrapartida, as freguesias que mais população ganharam são as adjacentes aos núcleos populacionais originais.

Um outro fenómeno que constatámos na última década é o acentuar do crescimento demográfico dos concelhos situados em eixos tradicionalmente menos populosos, como é o caso de Mafra, Alcochete, Sesimbra ou Palmela. Este fenómeno é indissociável da melhoria de acessibilidades destes concelhos e acentua o peso do transporte individual nas deslocações diárias.

Figura II.1.5 – Acessibilidade a Lisboa 1998



Fonte: Atlas da Área Metropolitana de Lisboa 2003

Poderíamos afirmar que este crescimento se iniciou um pouco em contra-corrente, numa lógica de contra-urbanização (Thomsin, 2001), de procura de espaços residenciais alternativos aos espaços urbanos, por indivíduos que cresceram na cidade e que pretendem residir em alojamentos unifamiliares, com espaço livre circundante. Este fenómeno acentua o facto de se estar a dissociar cada vez mais o local de emprego do local de residência, um dos fenómenos que levou à metropolitanização da região. Este é um aspecto comum a outras áreas metropolitanas, que parece estar relacionado com o aumento de mobilidade quer ao nível profissional, quer ao nível das deslocações físicas: perante a eminência da mudança, os

indivíduos optam por investir num local para residência que cumpra todas as suas expectativas, não só em relação à casa propriamente dita, mas também a aspirações que estão relacionadas com outros factores, como por exemplo, as vivências de lazer ao fim-de-semana. Uma vez que em Portugal o mercado de arrendamento é muito deficitário em relação à oferta e ao custo (em comparação com a aquisição de casa própria), a procura de uma habitação que satisfaça, a médio ou longo prazo, as expectativas dos indivíduos sobrepõe-se a outras hipóteses mais temporárias, que poderiam passar por arrendar uma casa num local mais perto do local de trabalho e não por investir numa aquisição de algo mais definitivo que terá, forçosamente, que preencher um número mais elevado de requisitos.

Neste momento, esta procura de espaços residenciais alternativos aos existentes está a generalizar-se, mas muitos indivíduos acabam por residir em áreas relativamente densas, em edifícios unifamiliares ou plurifamiliares, acabando por formar um espaço periurbano, ou suburbano junto de alguns dos núcleos tradicionalmente mais rurais da área metropolitana.

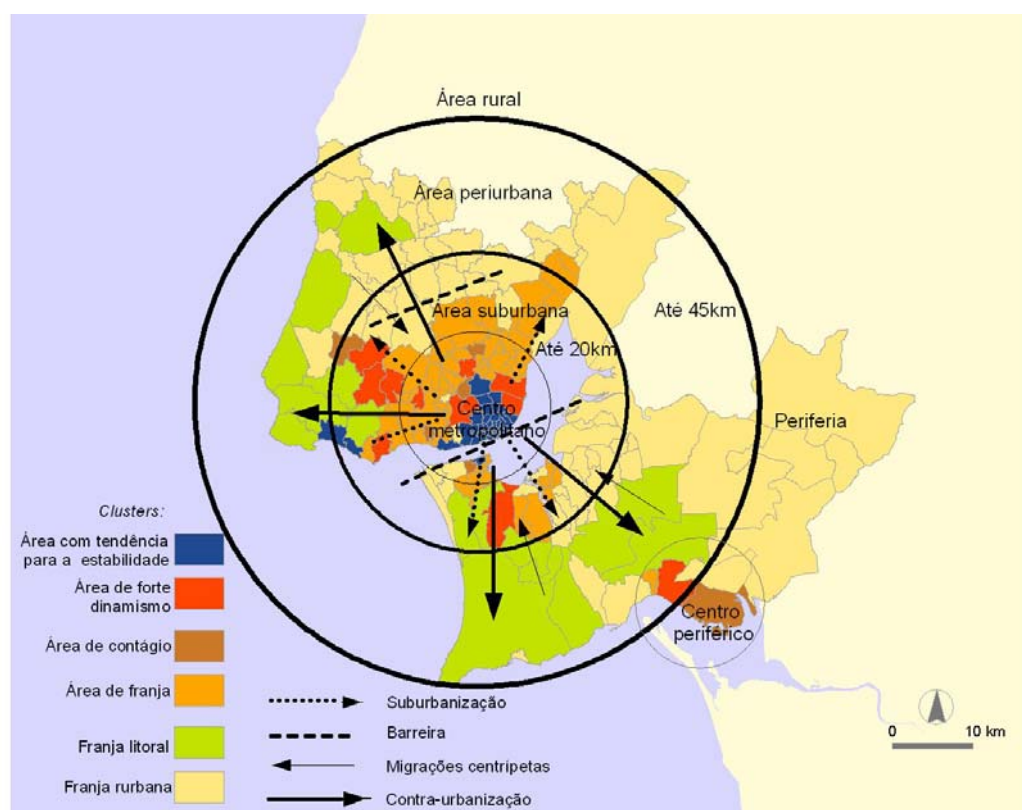
No contexto da margem Sul, é possível observar o papel polarizador das cidades de Setúbal e de Almada e há que referir o enorme aumento populacional do município do Seixal, que aumentou a sua população mais de 600% entre 1960 e 2001, tendo sido o concelho que, em termos demográficos mais cresceu percentualmente.

Portugal tem acentuado, nas últimas décadas, o seu papel de comunidade de destino de imigrantes, inicialmente para indivíduos naturais dos países africanos que foram colónias portuguesas e, mais recentemente, de populações vindas também de outras regiões, nomeadamente do Brasil e dos países do Leste europeu. A Área Metropolitana de Lisboa é o principal destino da maior parte da população imigrante, que constitui uma percentagem importante dos residentes nesta região. Assim, dos 250 697 habitantes estrangeiros registados como residentes em Portugal em 2003, 64% residem nos distritos de Lisboa e Setúbal (INE 2003) - embora não haja total coincidência espacial entre os distritos e a AML, os números são elucidativos. É de referir que estes dados dizem apenas respeito aos imigrantes com estatuto de residentes. Dado que se estima que o número de indivíduos que se encontram em Portugal noutras condições (legalmente, mas sem estatuto de residência, ou sem ser legalmente) é bastante superior ao número de residentes oficiais, podemos estimar que o total de população imigrante nesta área metropolitana será maior do que a que foi referida.

Tal como podemos observar, estamos na presença de um território onde reside (e trabalha) um quarto da população portuguesa. A distribuição da população e da habitação e dos locais de emprego não é uniforme, nem estática. Aquilo que é, globalmente, considerado um território metropolitano é, numa escala mais detalhada, um mosaico complexo, onde a cidade de Lisboa

é o centro urbano principal, a par com outros centros urbanos secundários, rodeados por áreas de franja suburbana contígua às áreas urbanas. Temos depois uma coroa periférica de tecido periurbano, onde predominam características mais rurais. A Figura II.1.6 mostra a síntese da análise feita por Saudade Pontes⁵. Segundo esta análise, a margem Norte é nitidamente mais dinâmica, e também alvo de maiores pressões urbanas do que a margem Sul. A interligação entre as duas margens é inegável, em especial nas freguesias sede de concelho do arco ribeirinho do Tejo, mas aparentemente mais difusa à medida que a distância a Lisboa aumenta.

Figura II.1.6 – *Clusters* da GAML 2001



Fonte: Pontes 2005

Podemos observar que a margem Norte é mais urbana do que a margem Sul, onde Almada se destaca como uma área urbana com estabilidade e Setúbal e Seixal áreas como áreas de forte dinamismo, constituindo Setúbal um centro periférico com influência regional, enquanto o

⁵ Os dados utilizados para esta análise foram os dados estatísticos da população e habitação, o uso do solo do projecto CARTUS-AML 1990 e a mancha urbana do Instituto Geográfico do Exército. Não obstante o facto de estes dados terem já alguns anos, consideramos que as tendências apresentadas se mantêm, possivelmente mais acentuadas em alguns locais, nomeadamente devido à construção da Ponte Vasco da Gama, que acentuou o dinamismo da zona Este da Península de Setúbal.

A contra-urbanização que já referimos é também visível nesta figura e ajuda-nos a compreender alguns fenómenos de procura de primeira e segunda habitação fora do centro, criando novos espaços de expansão urbana em áreas que pertenciam à periferia rural da capital.

Figura II.1.7 – Entradas diárias em Lisboa, provenientes de outros concelhos da AML



85

onde a esta pode ser observada a par das áreas metropolitanas das duas maiores cidades espanholas, Madrid e Barcelona (sendo Lisboa a menos populosa das três). Vários autores defendem a necessidade de afirmação pela multiculturalidade, devido à característica particular de ser capital de um país com muitos cidadãos a residir fora de Portugal e, em simultâneo, receptor de um número importante de imigrantes (Gaspar 2003).

Num estudo coordenado por João Ferrão (Ferrão 2002) em que as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto são analisadas a par das regiões metropolitanas de Barcelona, Bilbao, Madrid, Málaga, Saragoça, Sevilha e Valência verificamos que Lisboa e Porto possuem as mesmas características das áreas metropolitanas espanholas (embora, em termos absolutos, apresentem valores claramente inferiores): possuem cerca de 50% da sua população em idade activa, níveis de escolaridade elevados para o contexto ibérico e são polarizadoras de actividade económica, nomeadamente para a localização de grandes empresas, tráfego de passageiros e mercadorias.

No fundo, quando falamos hoje de uma área metropolitana de Lisboa estamos a falar de que realidade? Referimo-nos não só a uma instituição estatal com essa designação, mas também, e sobretudo, a um território vasto que possui diversos tipos de ligação à cidade de Lisboa, no que diz respeito à economia, ao emprego, mas também à habitação, à identidade e à vivência social. Em termos de uso do solo, falamos de um mosaico onde ainda hoje se produzem produtos alimentares para abastecer a cidade, mas também do espaço das antigas quintas senhoriais da nobreza urbana, dos espaços industriais da expansão industrial da primeira e segunda fases da industrialização portuguesa e das vastas áreas residenciais de apoio à cidade.

Encontramos também territórios que estão a sofrer uma descentralização, compostos por campus universitários, grandes superfícies comerciais e industriais e pólos tecnológicos. Assistimos, assim, à criação de uma urbe, rodeada por áreas suburbanas e periurbanas, onde coexistem vários tipos de tecidos, em diversos estados (de expansão, de consolidação, consolidados, em decadência): espaços agrícolas, industriais, residenciais, mistos, hortas, terrenos expectantes. Em seguida, iremos observar qual o papel da Península de Setúbal e dos seus centros históricos nesta dinâmica, procurando compreender algumas das suas especificidades.

II.1.3 A Península de Setúbal

“Esta península da Outra Banda, limitada por duas baías, devia ser um paraíso, pelo seu excepcional clima e pela sua luz admirável, e bastante, só ela, para, terra e mar, alimentar duas ou três vezes a população de Lisboa, se terra e mar fossem convenientemente

cultivados. Mas nós só temos um sistema bem organizado – o da destruição.” (Raul Brandão in Nemésio 2000)

A Península de Setúbal (que é parte integrante do distrito de Setúbal, que abrange ainda os concelhos de Grândola e Alcácer do Sal) não possuía nenhuma associação formal com a Área Metropolitana de Lisboa até à criação, em 1991, da instituição com o mesmo nome. Não obstante, é inegável a importância do papel da península no processo de metropolização de Lisboa.

Figura II.1.8 – Concelhos e freguesias da Península de Setúbal



Fonte: INE 2001

A realidade geográfica da península confere-lhe alguma individualidade e isolamento face ao território envolvente. Os rios Tejo e Sado são importantes barreiras físicas, que só nas últimas décadas se tornaram mais simples de transpor. Sustentamos a ideia de que, em especial no que diz respeito ao Tejo, os rios são também importantes vias de comunicação entre as duas margens, criando alguma complementaridade. Por exemplo, alguns dos moinhos de maré existentes nos concelhos ribeirinhos remontam ao séc. XV, quando a produção de biscoito para abastecer as naus que partiam de Lisboa tornou necessário um aumento de produção de farinha. Outras actividades tradicionais da margem Sul, muito ligadas à capital e que ainda hoje subsistem, são a construção naval e o transporte fluvial e, embora em escala muito reduzida, a extracção de sal marinho.

A Península de Setúbal possui um importante património natural, situando-se uma parte significativa do seu território em áreas de grande importância ecológica (Reserva Ecológica

Nacional, áreas protegidas e zonas de protecção especial), a nível regional, mas também internacional.

Figura II.1.9 – Reserva Ecológica Nacional na Península de Setúbal 2003



Fonte: Planos Directores Municipais (vários anos)

Quadro II.1.3 – Áreas protegidas da Península de Setúbal

Designação	Área (ha)	Constituição
Parque Natural da Arrábida	17 630	DL 622/76, de 28 de Julho
Reserva Natural do Estuário do Tejo	14 563	DL 565/79, de 19 de Julho
Reserva Natural do Estuário do Sado	13 000	DL 430/80, de 1 de Outubro
Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica	1 570	DL 168/84, de 23 de Outubro
Monumento Natural dos Lagosteiros (Cabo Espichel)	-	Dec. 20/97, de 7 de Maio
Monumento Natural da Pedra da Mua (Cabo Espichel)	-	Dec. 20/97, de 7 de Maio
Monumento Natural da Pedreira do Avelino	-	Dec. 29/97, de 7 de Maio

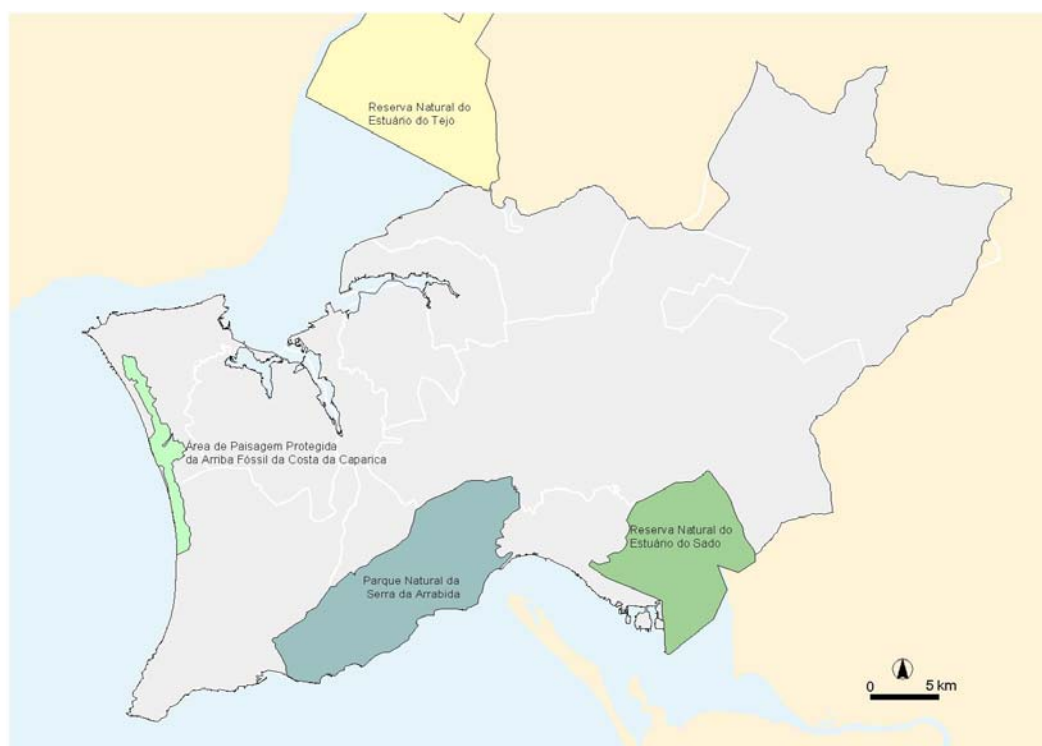
Fonte: Instituto de Conservação da Natureza 2006

Os monumentos naturais classificados existentes na península devem-se à existência de trilhos de dinossauros. Dois deles situam-se no Cabo Espichel e um numa pedreira, todos no concelho de Sesimbra. Destaca-se a serra da Arrábida, pelo seu volume imponente e composição calcária das rochas, que contrasta com o relevo relativamente plano e a geologia envolvente. Com uma orientação SO/NE, implanta-se praticamente a pique sobre o mar, culminando nos 510m de altitude. Estas características potenciaram a criação de um microclima e de uma elevada biodiversidade: a fauna (terrestre e, especialmente, a marinha ao

longo da costa) e a vegetação natural, de importância internacional. As áreas onde a vegetação conserva características mais próximas das originais foram classificadas como reservas integrais onde é interdito o acesso, sendo essencialmente destinadas à observação e ao estudo científico. A serra constitui ainda um importante valor paisagístico, encenando panorâmicas de grande beleza natural, onde se ergueram, ao longo dos séculos, diversos elementos de património cultural.

A Arriba Fóssil da Costa de Caparica é constituída por uma sucessão de estratos de rochas sedimentares riquíssimas em material fóssil e bastante invulgares no contexto europeu, com idades que atingem os 15 milhões de anos. A sua designação de fóssil, deriva do facto desta já não sofrer a acção erosiva do mar, tornando-a uma arriba com características únicas, onde abunda a vegetação encaixada sobretudo nas ravinas originadas pelos agentes erosivos, mas também pela existência de importantes comunidades de aves de rapina que aqui nidificam, assim como outras espécies.

Figura II.1.10 – Áreas protegidas da Península de Setúbal



Fonte: Instituto de Conservação da Natureza 2001.

As reservas naturais dos estuários do Tejo e Sado são lugares únicos, onde a água doce dos rios se encontra com o mar. Esta mistura de águas origina ecossistemas próprios com características específicas devido ao depósito de sedimentos e à riqueza de nutrientes. Estas condições naturais dão origem ao desenvolvimento de um grande número de plantas, animais e bactérias que aqui encontram condições para se desenvolverem e reproduzirem. O Estuário

do Tejo é a maior zona húmida da Europa Ocidental, albergando, sobretudo no Inverno, milhares de aves (com especial destaque para o flamingo). O estuário do Sado é também conhecido pela existência de uma comunidade importante de Golfinhos Roazes.

Figura II.1.11 – Cidades da Península de Setúbal



Fonte: INE 2002

Em relação à economia, segundo os estudos realizados no âmbito do PEDEPES – Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal (que estabeleceram uma caracterização tendo por base informação relativa ao decénio 1988/1998), a produção de riqueza da península correspondia a 5,8% da produção de Portugal continental, 12,9% da produção de Lisboa e Vale do Tejo e 15% da produção da Área Metropolitana de Lisboa⁶. Ainda segundo este Plano, as taxas de crescimento na península são mais voláteis do que nas outras regiões, tendo apresentado a partir de 1995 taxas de crescimento superiores às do resto do país.

No que diz respeito ao emprego, esta região mostra uma grande sensibilidade às flutuações da economia, representando a AutoEuropa (implantada em 1995) uma força que contraria essas oscilações. Contudo, a taxa de desemprego da península é mais alta do que no resto do país (tendo-se situado, em média, nos 10,5% no decénio referido, ao passo que a média do Continente foi de 6,2%) e a taxa de actividade (população empregada/população residente)

⁶ No intervalo temporal a que o estudo diz respeito, a Área Metropolitana de Lisboa possuía dezanove municípios e não dezoito, dado que incluía ainda o concelho da Azambuja.

mais baixa do que a da Área Metropolitana de Lisboa e do Continente (a península apresenta uma taxa de actividade média de 38,6%, enquanto a Área Metropolitana de Lisboa possui 53,8% e o Continente 48,8%).

Abordaremos em seguida alguns aspectos da história recente da Península de Setúbal, que nos permitirão conhecer melhor esta realidade, mas também compreender a forma como os indivíduos incumbidos de gerir esse território o fazem e como justificam as suas opções.

Uma parte importante da história recente da península foi a industrialização da margem Sul do Tejo, em especial nos concelhos de Almada, Seixal e Barreiro, e na cidade de Setúbal. Tendo a industrialização em Portugal sido um processo tardio, assistiu-se a uma alteração do uso de solo, passando grandes extensões de solo a estar ocupadas por indústrias químicas, metalúrgicas, mas também de transformação, como as conservas, e de produção, como os óleos ou as rações.

Embora existissem indústrias anteriormente, algumas mesmo ancestrais e significativas para a história e economia local, e até para a sua paisagem, as transformações provocadas pela industrialização do século XX foram não só mais extensas em termos de ocupação de território, mas também relativamente concentradas no tempo, o que provocou grandes mudanças em apenas algumas décadas.

Um dos aspectos essenciais deste processo foi a necessidade, num curto espaço de tempo, de grandes quantidades de mão de obra, para trabalhar nas diversas actividades industriais que se instalavam, fenómeno que já se fazia sentir, mas apenas de forma sazonal, na agricultura, na qual trabalhavam indivíduos vindos de outras partes do país (os “ratinhos”, trabalhadores originários sobretudo do centro interior do país e os alentejanos). Embora, a mão-de-obra local tenha tido alguma importância, sobretudo nas primeiras décadas do século XX, a existência de emprego próximo da capital constituiu um factor de atracção da população rural de várias regiões do país. Associado ao acréscimo populacional, esteve o aumento do espaço edificado junto dos pólos de emprego. Gradualmente, o peso do emprego na indústria que teve origem no início do século XX tem vindo a diminuir, à medida que muitas das indústrias pesadas e transformadoras encerram total ou parcialmente. Contudo, o peso desta actividade é ainda muito importante na península, em especial devido à instalação dos estaleiros navais, da AutoEuropa e de todas as indústrias satélite a ela associadas.

Assim, a Península de Setúbal cresceu, em termos demográficos e do edificado, passando este território a fornecer também capital humano a Lisboa, para além dos bens de consumo. Tal como já afirmámos, a mobilidade e as acessibilidades são factores fundamentais quando discutimos a transformação deste território. A fraca mobilidade era um dos aspectos que

caracterizava não só a península, como a região de Lisboa até aos anos 60, sendo ainda possível observar nos dias de hoje, numa escala mais reduzida. Estávamos na presença de uma sociedade tradicional, onde a fraca mobilidade e o interconhecimento caracterizavam as vivências (Rémy; Voyé, 1994), coexistindo com alguma urbanidade, focalizada sobretudo no eixo Lisboa/Cascais.

É importante referir que estes movimentos não são uniformes em toda a península. Na realidade, enquanto o arco ribeirinho do Tejo, concentrado em Almada, Seixal e Barreiro, agregava indústrias mais pesadas (químicas, metalúrgicas, navais), na Moita, Montijo e também Alcochete localizavam-se indústrias do ramo alimentar e de transformação de produtos agrícolas e florestais, como a cortiça. A cidade de Setúbal constituía um pólo industrial que agregava indústria pesada e transformadora. Junto destes núcleos industriais, surgiram ou desenvolveram-se aglomerados urbanos. Esta ocupação coexistia com uma forte ruralidade no resto da península, fora das franjas industriais.

Figura II.1.12 – Aglomerados urbanos da Península de Setúbal



Fonte: Instituto Geográfico de Exército, várias datas

Como podemos observar, há uma concentração de aglomerados urbanos junto ao estuário do Tejo, sendo a ocupação urbana do Sul da península mais dispersa no território.

O 25 de Abril de 1974 e o processo de descolonização que lhe sucedeu acelerou algumas das tendências que se esboçavam nesta região na década de sessenta. Uma delas, como já observámos, foi o crescimento demográfico dos concelhos com bons acessos à cidade de Lisboa, que constituía o principal pólo empregador nesta região.

Figura II.1.13 – Rede viária da Península de Setúbal



Fonte: Plano Rodoviário Nacional 2000

O peso dos movimentos pendulares para Lisboa torna-se maior, com a melhoria do transporte fluvial, rodoviário (pontes 25 de Abril e Vasco da Gama) e ferroviário (na ponte 25 de Abril). O número de deslocações é mais significativo nos concelhos mais próximos da capital, mas a tendência existe também nos concelhos mais afastados. A construção da ponte Vasco da Gama e dos vários itinerários que lhe dão acesso alargou esta tendência a uma área da península anteriormente mais periférica, em termos de distância/tempo, permitindo alternativas de acessibilidade a Lisboa, e melhorando as acessibilidades da zona Este da península. Ambos os factores trouxeram algumas alterações nos padrões de deslocação das duas margens, que iremos abordar adiante. Contudo, um aspecto é essencial – a ponte Vasco da Gama provocou mudanças rápidas em termos de expansão urbanística, acentuando as características suburbanas dos concelhos de Alcochete, Montijo e Palmela. Os dados recolhidos e analisados pelo Observatório da Nova Ponte sobre o Tejo mostram uma relação de causa e efeito entre estes dois acontecimentos.

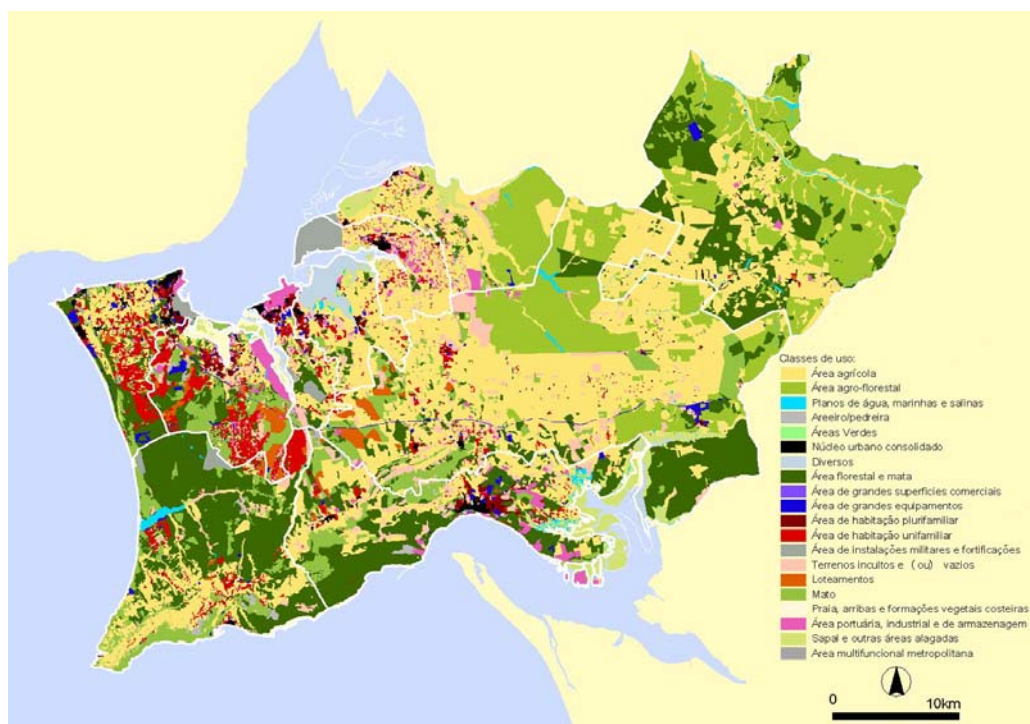
Estes dados são confirmados pelo Relatório do Estado do Ambiente de 2001:

“A implantação de infra-estruturas (como a Ponte Vasco da Gama) teve como efeito intensificar o aumento da população nos concelhos directamente servidos com novas acessibilidades. (...) também a Área Metropolitana de Lisboa continuou a crescer em extensão, consumindo novos territórios rústicos ao mesmo tempo que continuou o processo de desertificação dos centros históricos, contrariando os princípios inerentes a

um adequado ordenamento do território e ao desenvolvimento sustentável” (Relatório do Estado do Ambiente 2001: 16)

De certo modo, tem-se tentado contrariar a tendência para a suburbanização criando novas centralidades, como é o caso dos pólos universitários da Caparica e de Setúbal e de algumas novas zonas industriais, em espaços novos ou reconvertidos (como a Quimiparque, no Barreiro).

Figura II.1.14 – Uso do solo da Península de Setúbal



Fonte: Cartus-AML 1990

Como podemos observar pela Figura II.1.14, o uso do solo da península é bastante diversificado, apesar da predominância clara de alguns tipos de uso. Tal como tínhamos referido existe uma concentração urbana no eixo ribeirinho do Tejo, a Sul e também uma zona de expansão para o interior da península, nos concelhos de Almada, Seixal e Sesimbra, em torno de antigos aglomerados urbanos de características rurais, hoje ocupados por vastas zonas de habitação unifamiliar, para primeira ou segunda habitação.

Em relação ao papel da agricultura, esta ocupava, em 1990, 35,5% do território da península, sendo as principais culturas praticadas a horticultura para consumo local e regional (incluindo para a margem Norte), a floricultura e a vinha, sendo esta última de grande importância, local e nacional, não só na produção de vinhos de mesa, como no famoso Moscatel.

Quadro II.1.4 – Percentagem do uso do solo da Península de Setúbal

Classe de uso do solo	Percentagem de uso
Área Agrícola	35,51%
Área de Montado	8,69%
Planos de Água, Marinhas e Salinas	0,45%
Área de Extracção de Inertes	0,34%
Área Verde Urbana	0,18%
Núcleo urbano consolidado	1,57%
Diversificada água (estuários do Tejo e Sado)	0,54%
Área Florestal e Matas	15,63%
Grandes Superfícies Comerciais	0,01%
Área de Grandes Equipamentos e Infra-estruturas	1,82%
Área Residencial de Edifícios Plurifamiliares	1,82%
Área Residencial de Edifícios Unifamiliares	4,52%
Área Militar	1,12%
Área de Actividade Agrícola Abandonada, Incultos e Vazios Urbanos	9,25%
Loteamentos	1,15%
Área de Mato	11,66%
Área Multifuncional Metropolitana	0,40%
Praias, Arribas e Formações Vegetais Costeiras	0,49%
Área Portuária, Industrial ou de Armazenagem	2,27%
Sapal e outras Áreas Alagadas	2,59%

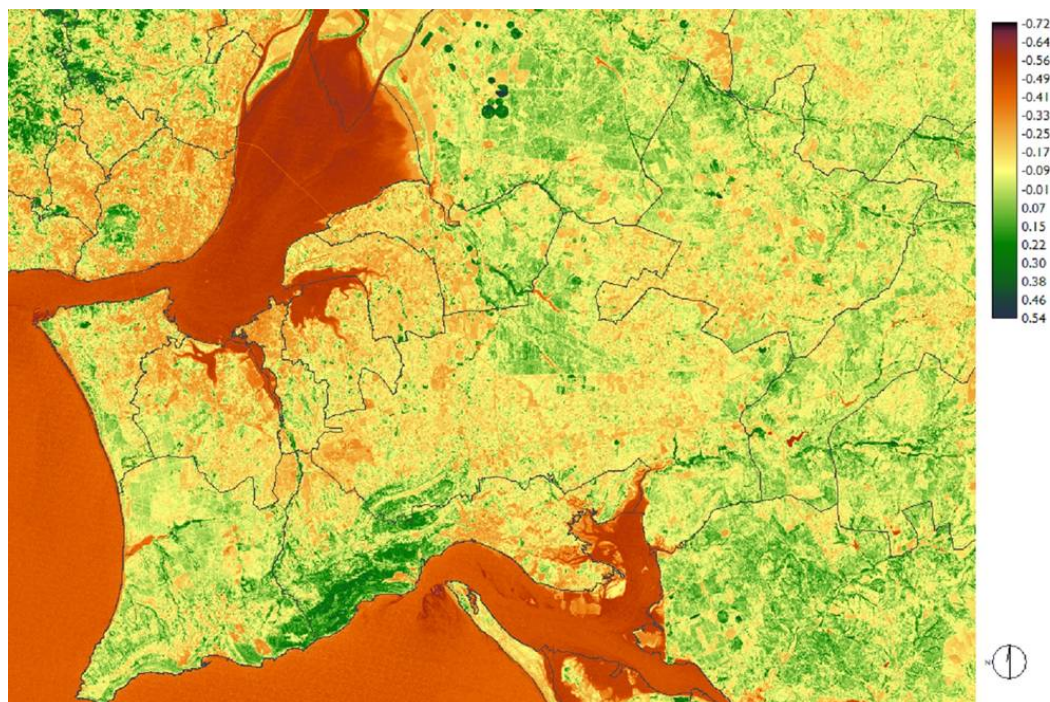
Fonte: Cartus-AML 1990

É de destacar, para além da área agrícola activa, os 9,25% de áreas agrícolas abandonadas, assim com as percentagens relevantes de área de mato, de montado e de floresta e mata.

Tal como podemos verificar, tratava-se de um território em que 50% do seu solo era ocupado por agricultura e área florestal. Destaca-se a Serra da Arrábida, pela sua importância em termos de espaço de floresta e mata, únicos nesta região.

As áreas de núcleo urbano consolidado ocupavam 1,57% do território da península. Referimos ainda que alguns destes valores poderão estar actualmente alterados, nomeadamente a percentagem relativa às grandes superfícies comerciais e aos loteamentos existentes.

Figura II.1.15 – Índice de vegetação (NDVI⁷) da Península de Setúbal 2000



Fonte: Landsat 7 ETM+ESA; INE 2001

Apesar de serem actividades menos significativas, é essencial mencionar a importância do turismo e do lazer na península. Tradicionalmente, o turismo nesta região não era muito representativo e estava sobretudo circunscrito a um tipo de visita apoiada no património monumental. Este tipo de turismo mantém-se hoje, mas é complementado com outro tipo de actividades, relacionadas sobretudo com a procura de espaços de cultura e lazer de fim-de-semana e férias, como museus e restaurantes especializados nas diversas gastronomias locais, sobretudo à base de peixe. Este tipo de actividades que já existia com algum relevo em Sesimbra e Setúbal, é hoje também importante, sobretudo após a construção da Ponte Vasco da Gama, em alguns dos concelhos junto ao Tejo, como Alcochete e Montijo. É, ainda, essencial referir o papel desta região como espaço de segunda habitação e de prática balnear para os residentes na margem Norte, em especial nos concelhos de Sesimbra e Almada, e em algumas actividades de turismo de natureza, sobretudo na área da Arrábida e Cabo Espichel.

⁷ O índice de vegetação NDVI (acrónimo de *Normalized Difference Vegetation Index*), desenvolvido por Rouse et al (1973) indica para cada pixel da imagem de satélite a quantidade de biomassa existente. No seu cálculo - $NDVI = (IVP - V) / (IVP + V)$ - utiliza-se a banda do infravermelho próximo (IVP), visto ser a que melhor exprime a reflectância da vegetação, e a banda do vermelho (V) onde ocorre uma maior absorção da clorofila. Este índice varia entre -1 e 1, sendo que o mínimo representa ausência de vegetação e o máximo corresponde a uma forte actividade clorofílica.

Outra questão que gostaríamos de abordar é a dos centros de comércio existentes. Até há poucos anos, o principal centro de comércio da península era a cidade de Setúbal, quer devido às lojas do seu centro histórico, quer à grande superfície existente (Jumbo de Setúbal). O comércio de Setúbal possuía uma escala de influência de nível regional, que se sobrepunha à de Lisboa, nos concelhos junto ao Tejo e com melhores acessibilidades à capital. Havia, depois, um conjunto de pólos de comércio locais e subregionais, que abrangiam populações de um ou mais concelhos (um exemplo é a área comercial da Baixa da Banheira, à qual se deslocam habitantes dos municípios do Barreiro e da Moita). Esta dinâmica sofreu alterações com a inauguração da ponte Vasco da Gama, que tornou Lisboa (e em especial a área de intervenção da Expo '98 e o centro comercial Vasco da Gama) um pólo de atracção para os residentes, sobretudo, dos concelhos mais próximos (Alcochete, Montijo e Moita). A inauguração recente de três grandes superfícies comerciais nos concelhos de Almada, Montijo e Alcochete criou novos espaços comerciais de grande dimensão na península, cuja influência é ainda difícil de avaliar, em termos de vivência do espaço, mas que parecem, numa primeira análise, estar a ter um papel de relevo não só como espaços de consumo, mas também na fixação da população na península durante os seus períodos de lazer.

II.2 O património edificado da Península de Setúbal. Os elementos de património

Nos pontos anteriores pretendemos fazer um enquadramento da Península de Setúbal que nos permitisse compreender as dinâmicas desta região nas últimas décadas. Vamos agora compreender até que ponto a noção de património se enquadra neste quadro.

II.2.1 Metodologia de inventário

Como base de trabalho, foram considerados os elementos do inventário geo-referenciado do património da Área Metropolitana de Lisboa, projecto desenvolvido entre 1999 e 2002, na Junta Metropolitana de Lisboa, sob coordenação científica de José António Tenedório. Este inventário, desenvolvido também no âmbito da pesquisa e das tarefas associadas a esta dissertação, teve como ponto de partida um levantamento de dados levado a cabo durante a realização do projecto *Corredores Verdes para a Área Metropolitana de Lisboa*, realizado pelo Centro Nacional de Informação Geográfica, sob coordenação de João Reis Machado, entre 1994 e 1997. Este levantamento, considerando o património cultural como parte essencial do conceito de corredor verde, incluiu os elementos do património arquitectónico e arqueológico dos planos directores municipais, das cartas militares, da primeira proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território, assim como informação fornecida pelo Instituto Português do Património Arquitectónico e bibliografia diversa.

Utilizando Sistemas de Informação Geográfica como ferramenta de apoio à inventariação de património, partiu-se da localização para a descrição, e não o inverso como era tradicional, e obteve-se, desde o início, a possibilidade de efectuar pesquisas geográficas e alfanuméricas de património à escala metropolitana. O inventário procedeu à actualização dos elementos existentes, em termos de geo-referenciação e da ficha descritiva, que constitui uma base de dados alfanumérica, acrescentando também novos elementos, de forma a obter um sistema de informação geográfica credível, rigoroso, e facilmente actualizável. A cartografia de base utilizada para a localização foi a Carta Militar de Portugal à escala 1:25 000 e, em alguns casos, cartografia dos planos directores municipais, à escala 1:10 000. Para aferir a geo-referenciação foram utilizados ortofotomapas (realizados pelo Instituto Geográfico Português, em 1998, à escala 1:10 000).

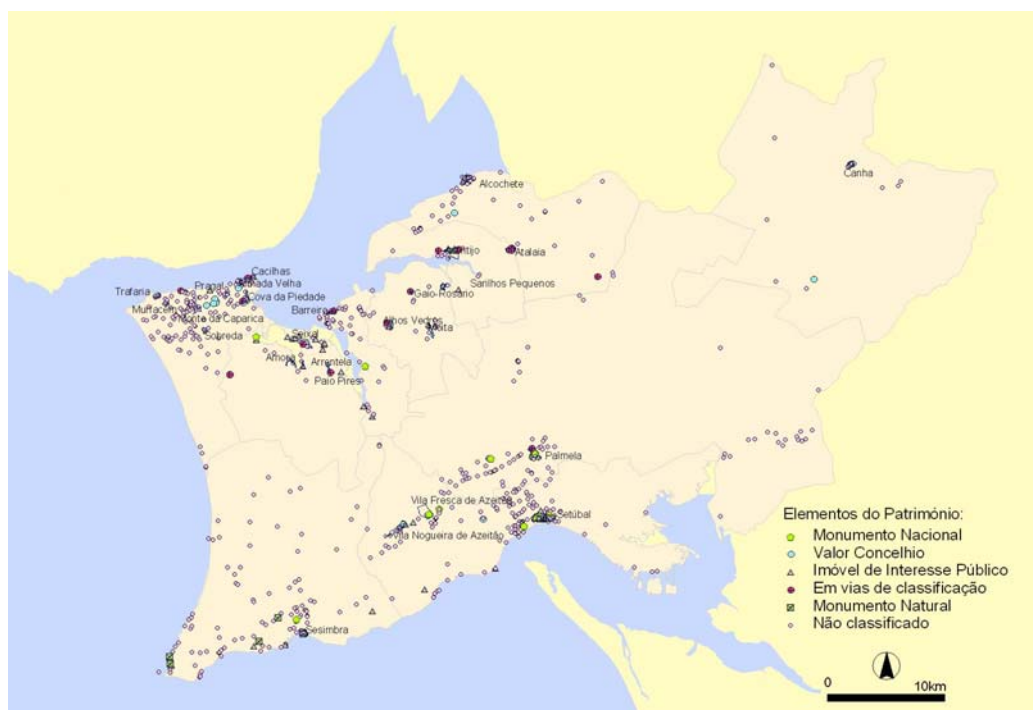
O levantamento incluiu o património classificado da Área Metropolitana de Lisboa mas também outros elementos, não classificados, procurando uma abordagem do património mais vasta do que a de cariz monumental. Tentou alargar-se o número de elementos da arquitectura

tradicional, de modo a poder ser feita uma leitura metropolitana dos diferentes tipos de património. Foi, assim, completado o inventário incluindo praticamente todos os moinhos, grande parte das azenhas, capelas e ermidas, entre outros. Foi também dado especial destaque aos centros históricos.

Cada um dos elementos foi localizado por meio de um ponto (colocado no centro de massa do elemento), à excepção dos centros históricos, que foram delimitados com polígonos (no projecto Corredores Verdes encontravam-se representados por pontos). Uma vez que nem todos os concelhos possuíam já delimitações elaboradas para os seus centros históricos, alguns desses polígonos foram trabalhados em conjunto pela equipa do projecto e pelos técnicos das câmaras.

A informação para o preenchimento das fichas descritivas dos elementos foi recolhida de duas formas diferentes: as fichas do património classificado e em vias de classificação foram cedidas pela DGEMN - Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, sendo os campos adaptados e actualizados sempre que possível. As fichas do património não classificado foram preenchidas pelos técnicos das várias câmaras, com o apoio da equipa do projecto.

Figura II.2.1 – Património edificado e arqueológico da Península de Setúbal



Fonte: Área Metropolitana de Lisboa 2002

Como resultado final do inventário foi estruturada uma base de dados com 3558 fichas de elementos de património para a Área Metropolitana de Lisboa, dos quais 824 se encontravam

na Península de Setúbal. O inventário inclui também 2 vias romanas (representadas por linhas) e 261 fichas de centros históricos (26 deles localizados na Península de Setúbal).

II.2.2 Informação inventariada

Em termos de horizonte temporal a base de dados inclui elementos desde a pré-história até aproximadamente à década de sessenta, embora existam alguns elementos mais recentes, que foram incluídos sobretudo por sugestão dos técnicos dos diversos municípios, como, por exemplo, algumas peças de estatuária. Em relação ao tipo de elementos, o leque é muito abrangente. Dado que o inventário inclui o património classificado, grande parte dos edifícios de cariz monumental está presente, nomeadamente aqueles ligados à importância militar (castelos e fortes), religiosa (igrejas e capelas) e social (palácios e outros edifícios nobres) deste território.

Como foi referido, foi nosso objectivo incluir, de forma sistemática, o património de cariz vernacular, nomeadamente as antigas estruturas de produção rural, pelo que estes elementos se encontram presentes de forma exaustiva. As quintas e os moinhos são um exemplo e fazem parte de um número elevado de elementos de património que, não sendo tradicionalmente considerados de carácter monumental, nem possuindo características únicas, em termos artísticos e arquitectónicos, representam um testemunho e uma memória de grande importância para a região.

Estes elementos são importantes como registos materiais, mas também como testemunhos de algo mais intangível, de uma memória colectiva que confere sentido às lógicas e vivências do espaço que formaram este território e que estão hoje em transformação.

Parece-nos importante não perder de vista o facto de coexistirem, num mesmo espaço, elementos patrimoniais que se reportam a escalas de vivência distintas. Existe, não obstante, um espaço significativo que tem de ser reservado à história e património locais, embora com possíveis relações com o exterior. Como é evidente, o património de que falamos, relacionado sobretudo com vivências tradicionais do espaço, e nomeadamente do espaço rural, possui sempre uma dimensão local, uma vez que a população possuía uma mobilidade bastante reduzida. Existe, assim, algum património cuja lógica de existência é eminentemente local, como é o caso dos núcleos antigos ou de elementos individualizados, como sejam os chafarizes. Nesta perspectiva, insistimos aqui, na necessidade de observar as diversas escalas de análise, uma vez que a escala local é, também ela, uma parte do mosaico metropolitano.

Como pudemos observar, a história recente da Península de Setúbal, em termos económicos e sociais, é indissociável daquilo que hoje se considera o seu património. Embora o património mais monumental tenha uma importância considerável, nomeadamente em termos de divulgação turística (é o caso dos castelos de Palmela e de Setúbal) e a promoção da região recorra a imagens que apelam ao pitoresco e às actividades tradicionais, as classificações mais recentes e a actuação de alguns municípios dão uma importância crescente ao património relacionado com o passado recente.

Quadro II.2.1 – Número de elementos de património por concelho e por tipologia

Concelho	Número de elementos	Arqueologia	Arquitectura civil	Arquitectura militar	Arquitectura religiosa	Geo-monumento	Misto
Alcochete	76	8	53	0	15	0	0
Almada	156	30	103	4	19	0	0
Barreiro	55	4	43	0	8	0	0
Moita	30	0	23	0	7	0	0
Montijo	35	2	19	0	14	0	0
Palmela	102	45	44	1	12	0	0
Seixal	29	1	25	0	3	0	0
Sesimbra	147	63	59	6	15	4	0
Setúbal	223	51	128	12	31	0	1
Total	824	203	472	23	121	4	1

Fonte: Área Metropolitana de Lisboa 2002

No que diz respeito à tipologia de elementos, verifica-se uma clara predominância de arquitectura civil e de elementos arqueológicos. É ainda de salientar a presença de quatro geo-monumentos, uma gruta com um complexo geológico de grande valor natural e três jazidas de icnofósseis⁸.

O concelho com maior número de elementos inventariados foi o de Setúbal (223) e o com menor número foi o do Seixal, com 29 elementos. Salientamos o facto de esta discrepância reflectir, em primeiro lugar, uma real diferença do número de elementos de valor a inventariar, mas também uma diferença nos meios técnicos e humanos e na definição de políticas das várias câmaras municipais.

O facto, por exemplo, de o responsável pelo património em Sesimbra ser um arqueólogo, é revelador do elevado número de registos dessa categoria, muito embora seja inegável a quantidade de vestígios existentes no concelho. De igual modo, a inexistência de registos deste tipo na Moita é provavelmente reflexo do fraco investimento municipal nessa área.

A presença de elementos de arquitectura militar nos concelhos de Almada, Palmela e Setúbal demonstra a localização estratégica que estes concelhos possuíram, em termos de defesa

⁸ Gruta do Zambujal e trilhos de dinossauros no Cabo Espichel e Pedreira do Avelino (ver fotos em anexo – p. 253).

terrestre e marítima. É significativo existirem 23 estruturas defensivas identificadas na península.

Podemos também verificar que o número de elementos inventariados não é proporcional à dimensão dos concelhos. Setúbal, a maior cidade da península, possui um elevado número de elementos no seu interior, nomeadamente dentro do centro histórico e não é surpreendente que seja a que possuía mais registos, apesar de não ser o concelho de maior dimensão. Almada, que é um concelho com uma área menor, é o segundo com mais elementos de património inventariados, sobretudo de arquitectura civil, com grande destaque para as quintas construídas nos séculos XVIII e XIX, com maior ou menor porção de terreno associado. Muitas delas perderam as suas funções agrícola e de recreio e alteraram a sua função, ou mantêm apenas o edifício, tendo os terrenos envolventes sido urbanizados. Não obstante, é significativo o número de elementos existentes neste concelho, alguns de natureza singular, como o lazareto onde os passageiros e as mercadorias recém-chegados a Lisboa de barco faziam um período de quarentena antes de desembarcar na cidade. Cremos que o grande número de quintas e a presença de alguns edifícios de relevo não é alheio à proximidade da capital, com a qual Almada tem tido, ao longo dos séculos, uma ligação estreita.

O município do Seixal é um caso interessante. Os técnicos do município que colaboraram no inventário optaram por incluir apenas os elementos já estudados e inventariados pela câmara, mantendo uma coerência entre o trabalho realizado e aquilo que pretendiam divulgar.

Os municípios da Moita e do Montijo não possuíam muito trabalho de inventariação do seu património e isso, de certa forma, reflectiu-se no número de fichas que foram elaboradas. Por outro lado, Alcochete é um concelho que tenta dedicar uma especial atenção ao seu património, integrando no inventário inclusive elementos de estatuária, significativos sobretudo em termos de memória local, independentemente do seu valor artístico e histórico.

Já em Palmela, muitos dos elementos inventariados encontram-se dentro ou junto do centro histórico, existindo um número importante de elementos de arqueologia, dispersos pelo concelho. Destaca-se a presença de herdades, numa lógica de uso do solo bastante distinta da que observamos nos concelhos da margem do Tejo, sobretudo Almada, Seixal, Moita e Barreiro, que está na origem de um tipo de património mais rural, ligado a vastas áreas de exploração agrícola (podemos observar elementos semelhantes na área não urbana de Alcochete e na zona Este do Montijo).

Este inventário excede largamente o número de elementos de património classificado oficialmente, que representa apenas 10,7% do total de elementos inventariados.

Quadro II.2.2 – Tipologia dos elementos classificados da Península de Setúbal

Tipo de elemento	Número de elementos
Arqueologia	8
Arquitectura civil	39
Arquitectura militar	7
Arquitectura religiosa	29
Geo-monumentos	4
Sítio misto	1
Total	88

Fonte: Área Metropolitana de Lisboa 2002

Se observarmos a distribuição dos elementos classificados segundo a tipologia que vimos anteriormente, verificamos que a distribuição entre arquitectura civil e religiosa é menos díspar do que no total do inventário e que, comparativamente, existe pouco património arqueológico classificado. Desta forma, consideramos que, de alguma forma, o conjunto de elementos classificados não traduz a riqueza e diversidade de património existente na península. Não quer isto dizer que seja necessário equilibrar estes diversos tipos de classificações, pois nem todo o património pode ou deve ser classificado.

II.3 Os centros históricos: caracterização

Serão considerados como base de análise os centros históricos da Península de Setúbal que as nove câmaras municipais consideram os existentes nos seus concelhos, e que se encontram delimitados através de regulamentos, planos ou trabalho técnico⁹. Ou seja, dado que queríamos conhecer as representações, estratégias e constrangimentos dos responsáveis pelo ordenamento do território, a opção foi a de considerar como ponto de partida o universo de centros históricos por eles mesmos delimitado. Procurámos sempre saber as motivações das suas escolhas e também conhecer outros núcleos que poderão vir a ser categorizados como centros históricos, quer através da observação do terreno, quer das entrevistas e inquéritos.

Assim sendo, na Península de Setúbal, estão presentemente identificados e delimitados 26 centros históricos, distribuídos da seguinte forma pelos vários concelhos:

Quadro II.3.1 – Identificação dos centros históricos da Península de Setúbal

Concelho	Centro histórico	Área (ha)	Designação	Origem da delimitação	Possui gabinete centro histórico
Alcochete	Alcochete	19,78	Núcleo Antigo / Centro histórico	PDM (1997)	Não
Almada	Almada Velha	12,71	Núcleo histórico	Trabalho técnico (integrado no PDM)	Não
	Cacilhas	13,97			
	Cova da Piedade	19,68			
	Monte de Caparica	14,86			
	Murfacém	4,05			
	Pragal	7,85			
	Sobreda	9,36			
	Trafaria	8,42			
Barreiro	Barreiro medieval e pombalino	10,92	Barreiro antigo	PDM (1994)	Não
Moita	Alhos Vedros	12,24	Núcleo Urbano Antigo	PDM (1997)	Não
	Moita	13,35			
	Rosário	2,95			
	Sarilhos Pequenos	9,43			
Montijo	Atalaia	11,91	Zona a preservar	Trabalho técnico e PDM (1997)	Não
	Canha	13,62			
	Montijo	53,86			
Palmela	Palmela	33,37	Centro histórico	Trabalho técnico	Sim
Seixal	Amora	6,99	Núcleo urbano antigo	Edital - Regulamento (1991) PDM (1993)	Não
	Arrentela	5,57			
	Paio Pires	7,23			
	Seixal	15,66			
Sesimbra	Sesimbra	11,82	Centro histórico	Trabalho técnico	Não
Setúbal	Setúbal	60,92	Centro histórico	PDM (1994)	Sim
	Vila Fresca de Azeitão	76,79			
	Vila Nogueira de Azeitão	35,88			

⁹ Tivemos conhecimento que o município do Barreiro constituiu um grupo de trabalho para a delimitação e estudo de outros centros históricos do concelho; contudo, esses dados não estavam disponíveis quando efectuámos as entrevistas e a análise apresentada.

Na Figura II.3.1, podemos observar a distribuição destes núcleos no território. Em primeiro lugar, podemos observar que a distribuição dos núcleos pelos concelhos da península não é uniforme, ou seja, o número de núcleos que cada concelho possui não é proporcional ao à sua área ou ao número de aglomerados nele existentes. Podemos também verificar que as dimensões dos diversos núcleos são muito diferentes. Como iremos observar, estas diferenças correspondem a situações diversas, não sendo os centros históricos da península uma realidade homogénea. Nestes 26 centros históricos, incluem-se núcleos fundadores de cidades, núcleos rurais, núcleos industriais oitocentistas e alguns onde várias destas características se misturam, consoante a sua evolução histórica.

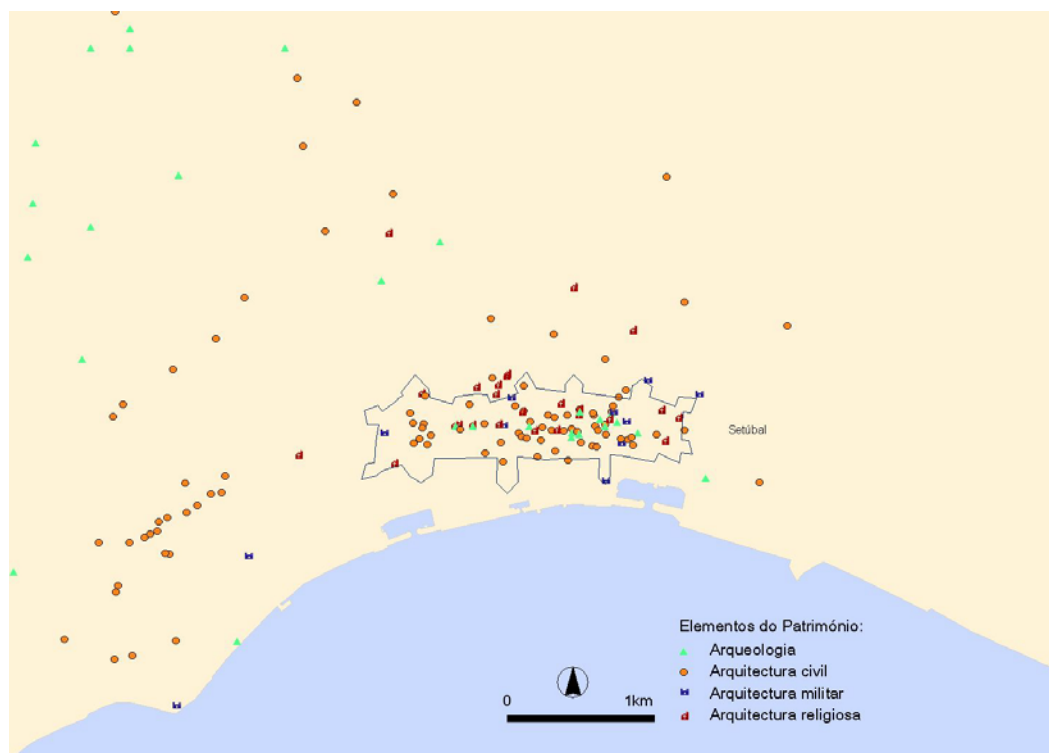
Figura II.3.1 – Centros históricos da Península de Setúbal



Fonte: Área Metropolitana de Lisboa 2002

Se observarmos estes núcleos à luz do mapa de elementos do património anterior, podemos perceber que há uma coincidência geográfica entre a localização dos centros históricos e a do património classificado, o que nos mostra que existem locais de concentração de património e que muitas vezes estes representam os elementos mais simbólicos e arquitetonicamente mais significativos de uma povoação, situando-se, desta forma, no seu núcleo antigo. Isto é especialmente significativo quando falamos de igrejas, casas nobres e pelourinhos. Por outro lado, assinala-se a existência de património distribuídos ao longo de corredores, o que pode proporcionar a promoção de itinerários e a protecção também deste tipo de elementos.

Figura II.3.2 – Centro histórico de Setúbal, com elementos de património



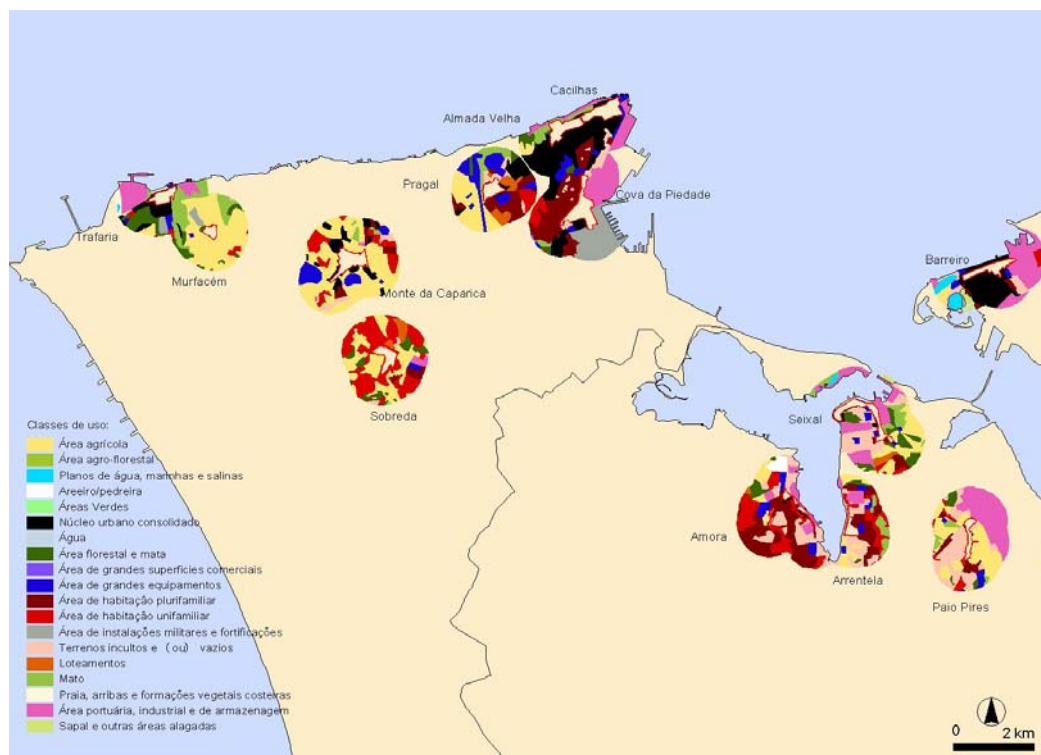
Fonte: AML 2002

II.3.1 Implantação territorial

Para compreender melhor o papel dos centros históricos na Península de Setúbal, e no contexto metropolitano, considerámos importante analisar o território onde se implantam os centros históricos. Para tal, tomámos como base a carta do uso do solo da Área Metropolitana de Lisboa¹⁰ e realizámos um *buffer* de 500m em torno dos limites dos vinte e seis centros históricos. Esta foi considerada a melhor distância, pois é suficiente para se poder conhecer os usos adjacentes e é uma distância que se percorre facilmente a pé, sendo portanto aquela que separa o centro histórico de locais para os quais já é necessário outra forma de deslocação. Por outro lado, em termos de enquadramento paisagístico, esta zona é aquela que se observa quando se circula nos centros históricos, contribuindo para a percepção global que deles se obtém. Por exemplo, o facto de a envolvente a um centro histórico ser o rio Tejo ou Sado, uma área urbana densa, uma área rural ou uma área industrial degradada não é indiferente para a relação que os indivíduos têm com esse espaço e para a imagem que dele constroem.

¹⁰ CARTUS-AML 1990, Carta de Uso do Solo da Área Metropolitana de Lisboa.

Figura II.3.3 – Classes de uso do solo adjacentes aos centros históricos (*buffer* de 500m):
Almada, Seixal e Barreiro



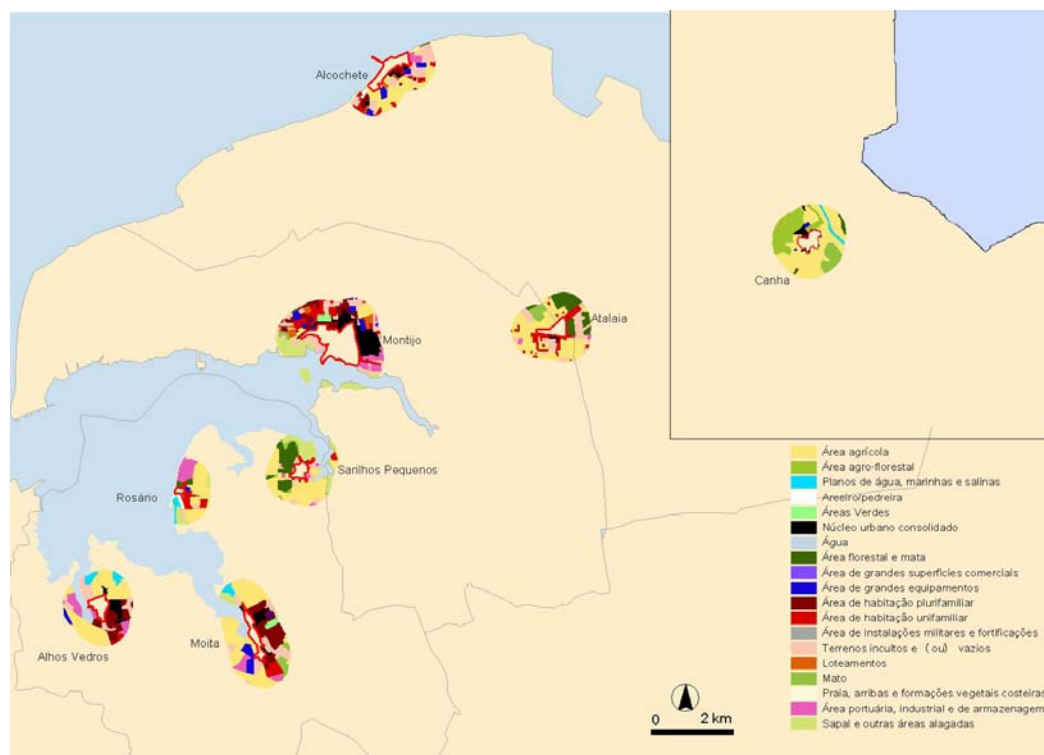
Fonte: Cartus-AML 1990

O uso do solo dos centros históricos (que não se encontra visível nas figuras) é sempre *Núcleo urbano consolidado*. A primeira observação que gostaríamos de fazer prende-se com o facto de, por vezes, o uso do solo identificado nos 500m mais próximos (ou parte dele) ser o mesmo do seu interior. É o caso dos centros históricos de Almada Velha, Cacilhas, Barreiro, Trafaria, Montijo e Setúbal. Discutiremos mais aprofundadamente a questão dos limites, mas podemos inferir dois tipos de situações: por um lado, há centros históricos que se encontram na origem de núcleos urbanos que se expandiram. Por outro lado, podemos questionar se os limites que possuímos poderiam, em algumas situações, ser revistos face ao uso do solo identificado na envolvente, nomeadamente nos casos em que existem pequenas manchas de tecido urbano consolidado contíguas, como é o caso de Sesimbra ou da Moita.

Verificamos também que o tipo de uso do solo da envolvente dos centros históricos é muito diversificado, coexistindo usos habitacionais, industriais, equipamentos, mas também, em alguns casos, agrícolas e florestais.

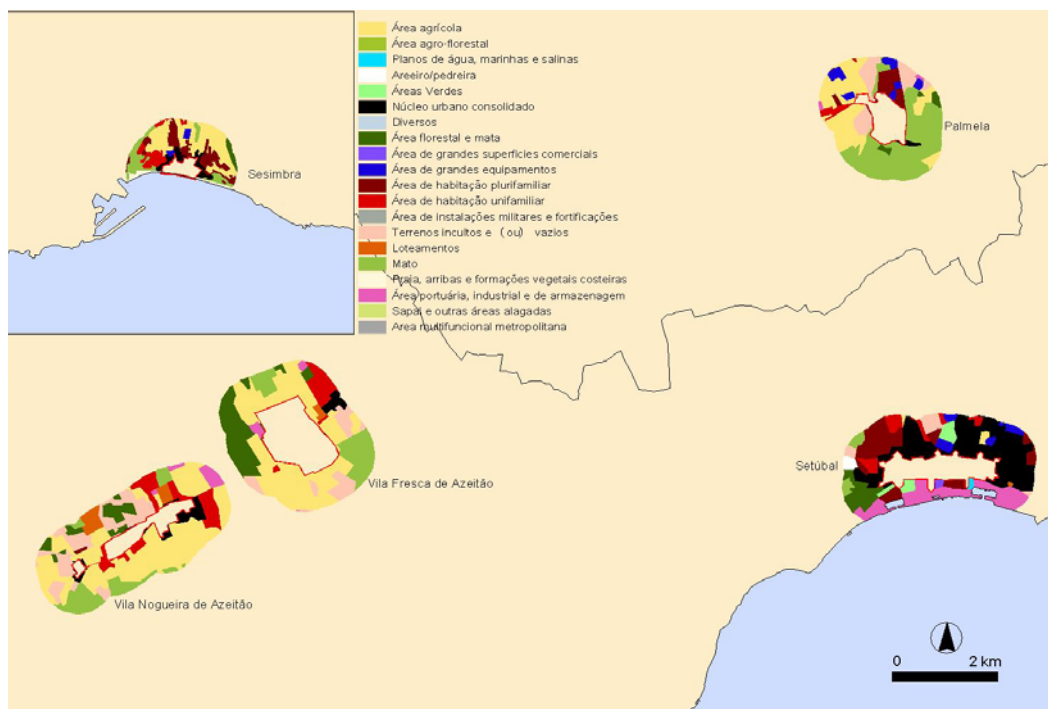
Outro aspecto interessante é a existência de áreas industriais e portuárias próximas dos núcleos ribeirinhos, o que nos mostra o peso destas actividades na península. É certo que muitas delas estão hoje desactivadas ou transformadas, mas ainda persiste alguma actividade industrial em alguns locais (por exemplo, no Barreiro).

Figura II.3.4 – Classes de uso do solo adjacentes aos centros históricos (*buffer* de 500m):
Moita, Montijo e Alcochete



Fonte: Cartus-AML 1990

Figura II.3.5 – Classes de uso do solo adjacentes aos centros históricos (*buffer* de 500m):
Palmela, Setúbal e Sesimbra



Fonte: Cartus-AML 1990

É também de referir que há um número importante de centros históricos situados em áreas rurais ou de floresta e mata. É o caso de Canha, da Atalaia, de Vila Fresca e Vila Nogueira de

Azeitão, rodeadas por terrenos agrícolas. Também Palmela, cujo centro histórico é definido pela muralha é rodeado a Sul por uma zona de vegetação e a poente por uma área agrícola.

II.3.2 População e edificado

II.3.2.1 Metodologia de análise

Sendo o edificado um dos elementos fundamentais dos centros históricos, considerámos essencial encontrar uma forma de o caracterizar e comparar no contexto da Península de Setúbal. Fizemos o mesmo para a população, procurando, desta forma, responder às seguintes questões: como são os núcleos antigos da Península de Setúbal, em termos do seu edificado? Quem os habita? Os dados que melhor poderiam dar resposta a esta questão, de forma homogénea para 26 espaços, são os dados dos Recenseamentos Gerais da População e da Habitação do Instituto Nacional de Estatística (INE). Foram utilizados, para esta análise, os dados relativos às subsecções estatísticas¹¹ da Base Geográfica de Referenciação Espacial¹², de 1991, e da Base Geográfica de Referenciação de Informação¹³, de 2001. Foi, assim, possível fazer uma caracterização da situação actual, balizada por dois momentos das últimas décadas.

Os dados que foram tratados foram os seguintes: para a população, caracterização da estrutura etária, caracterização por grau de escolaridade e situação da população face ao emprego; para a análise do edificado, a época de construção dos edifícios, uso dado aos edifícios, número de pavimentos e condições de habitabilidade.

Depois de seleccionada a informação a tratar, foi necessário compatibilizar os dados provenientes do INE com os limites adoptados para os centros históricos da Península de Setúbal. Uma vez que, como é evidente, estes limites não coincidem com as divisões administrativas não existem dados estatísticos específicos para centros históricos.

¹¹ Subsecção estatística: unidade territorial que identifica a mais pequena área homogénea, de construção ou não, existente dentro da secção estatística. Corresponde ao quarteirão nas áreas urbanas, ao lugar ou parte do lugar nas áreas rurais, ou a áreas residuais que podem conter ou não alojamentos.

¹² Base Geográfica de Referenciação Espacial – BGRE (1991): sistema de referenciação geográfica apoiado em cartografia de base sob a forma analógica, resultado da divisão da área das freguesias em pequenas unidades territoriais (áreas homogéneas de construção), denominadas secção estatística, subsecção estatística e lugar.

¹³ Base Geográfica de Referenciação de Informação – BGRI (2001): sistema de referenciação geográfica suportado em informação cartográfica ou ortofotocartográfica em formato digital, para todo o território nacional. Permite a divisão de cada unidade administrativa de base, a freguesia, em pequenas áreas estatísticas – secções e subsecções estatísticas. (Instituto Nacional de Estatística 2001)

Por outro lado, sendo a subsecção estatística delimitada ao nível do quarteirão, foi esta a informação seleccionada como base de trabalho. Contudo, mais uma vez, os limites dos centros históricos não são coincidentes com os das subsecções, pelo que se tornou necessário desenvolver uma metodologia que permitisse agregar as subsecções estatísticas de modo a que no seu conjunto pudessem circunscrever da melhor forma os limites dos núcleos antigos.

Optou-se por uma abordagem caso a caso para cada situação, e, sempre que uma subsecção estatística não coincidia com a delimitação do núcleo antigo, foi feita uma análise do local, de modo a poder incluir ou excluir essa subsecção nos dados do centro histórico em questão. Esta análise foi feita com o recurso aos dados dos planos directores municipais, a ortofotomapas de 1998, à escala 1:10 000, e a trabalho de campo, tendo como base os limites das subsecções estatísticas do INE.

Foram excluídas subsecções que, embora estivessem em parte dentro do centro histórico, possuíam, em 1991, na sua maior parte edifícios com um número de pisos mais elevado do que a média do centro histórico. Contudo subsistiam subsecções com situações menos evidentes, que foram analisadas caso a caso.

Na Figura II.3.5 encontra-se o exemplo do centro histórico de Alcochete, onde podemos observar a selecção que foi feita.

Figura II.3.6 – Selecção das subsecções estatísticas para integrar o estudo



O limite do centro histórico é representado a vermelho e o das subsecções estatísticas a amarelo e há um conflito nítido nas zonas de fronteira, que foi solucionado incluindo as

subsecções mais semelhantes (em termos de população e de edificado) e excluindo outras, cuja dimensão iria inflacionar o número de imóveis e de habitantes.

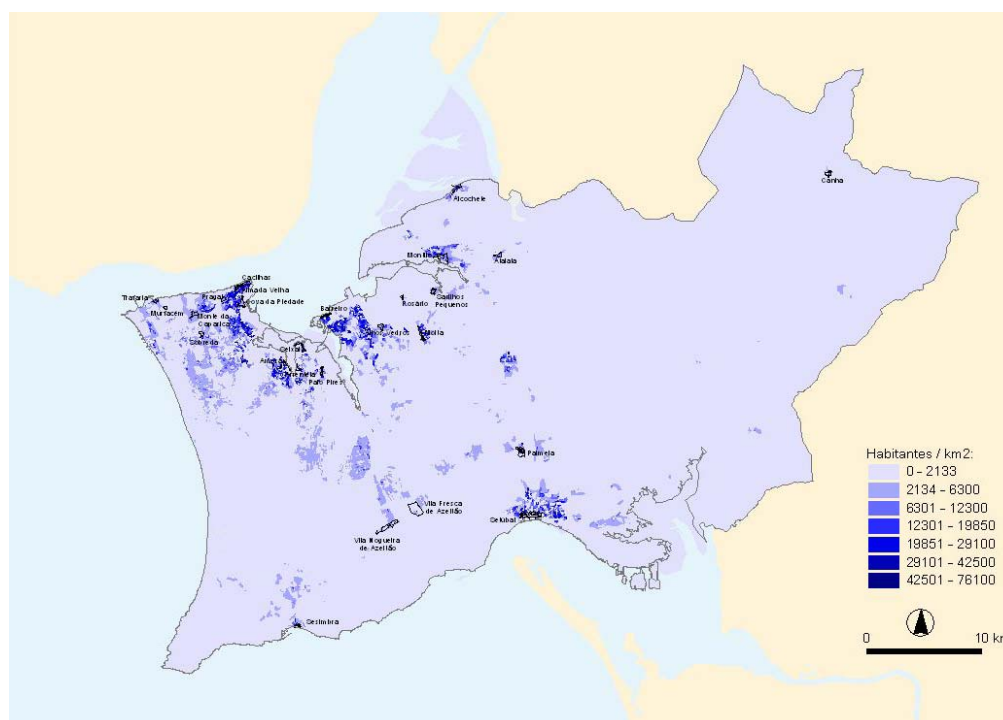
Assim, há que referir que os dados relativos aos centros históricos não correspondem a contagens exactas da população, nem a levantamentos, edifício a edifício, de todos os núcleos, mas antes a uma caracterização, o mais aproximada possível, destas realidades, com base nos dados do INE, à subsecção.

Em termos metodológicos, esta análise só foi possível graças à utilização de um Sistema de Informação Geográfica, que permitiu não só fazer o cruzamento entre os limites geográficos dos centros históricos e a informação alfanumérica dos censos, mas também construir uma base de dados que foi posteriormente utilizada para produzir a cartografia de análise que apresentamos.

Em resultado, estamos agora em posição de fazer uma caracterização da população residente nestes centros históricos e dos edifícios que os compõem, tornando-se agora possível cartografá-los, de forma a compará-los entre si. É essencial referir que não procurámos avaliar o valor artístico ou arquitectónico desses edifícios, assumindo que eles fazem parte de um conjunto que tem um valor patrimonial em si mesmo.

II.3.2.2 População

Figura II.3.7 – Densidade populacional da Península de Setúbal

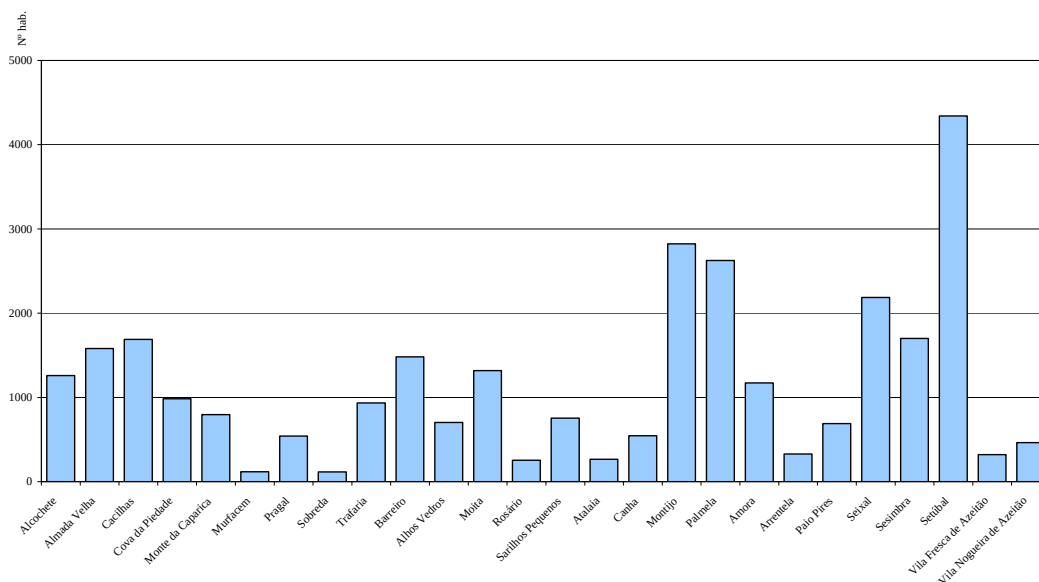


Fonte: INE 2001

A população da Península de Setúbal concentra-se, como podemos observar, em áreas urbanas que tiveram origem nos centros históricos que estamos a analisar. Ainda que esses centros históricos possam não ser as áreas mais densamente povoadas presentemente, eles são parte integrante da dinâmica urbana dos vários concelhos.

No que diz respeito à população dos centros históricos propriamente ditos, Setúbal é o centro histórico com mais residentes, o que não é surpreendente, uma vez que se trata do centro de uma cidade, e também porque é um dos centros com maior área, apenas superado por Vila Fresca de Azeitão (mas este possui uma larga extensão não urbanizada e é um dos centros menos povoados). Os centros históricos com menos população são Murfacém e Sobreda, no concelho de Almada.

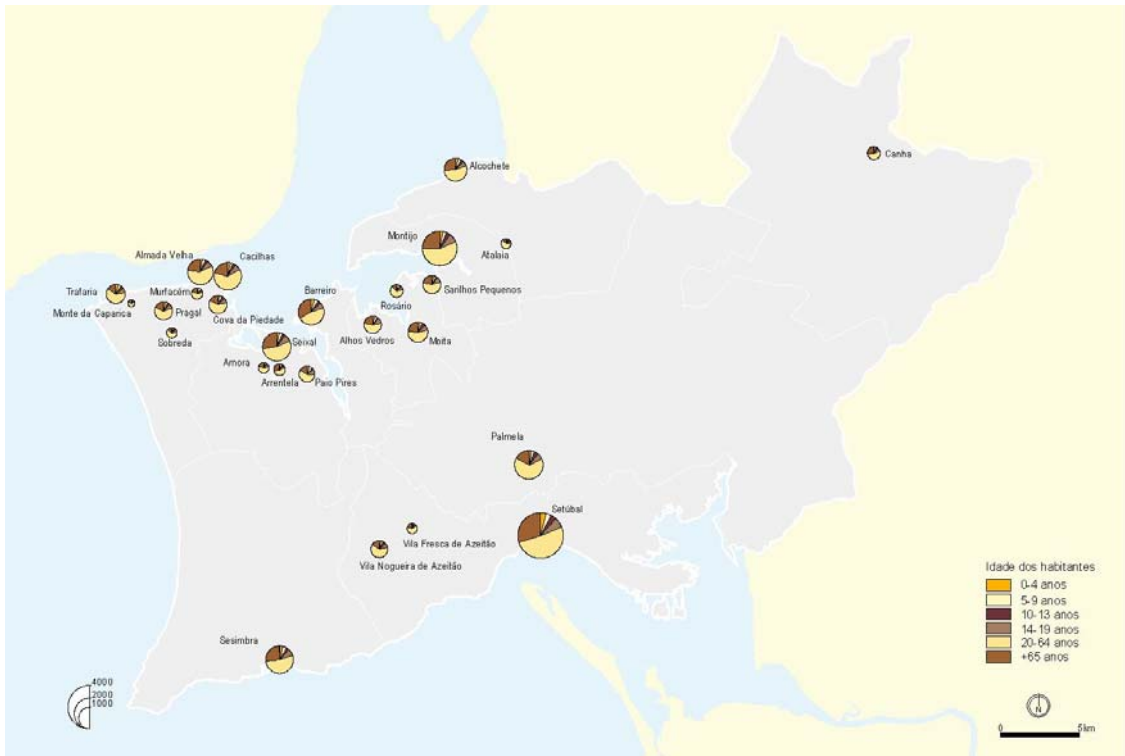
Figura II.3.8 – População residente nos centros históricos



Fonte: INE 2001

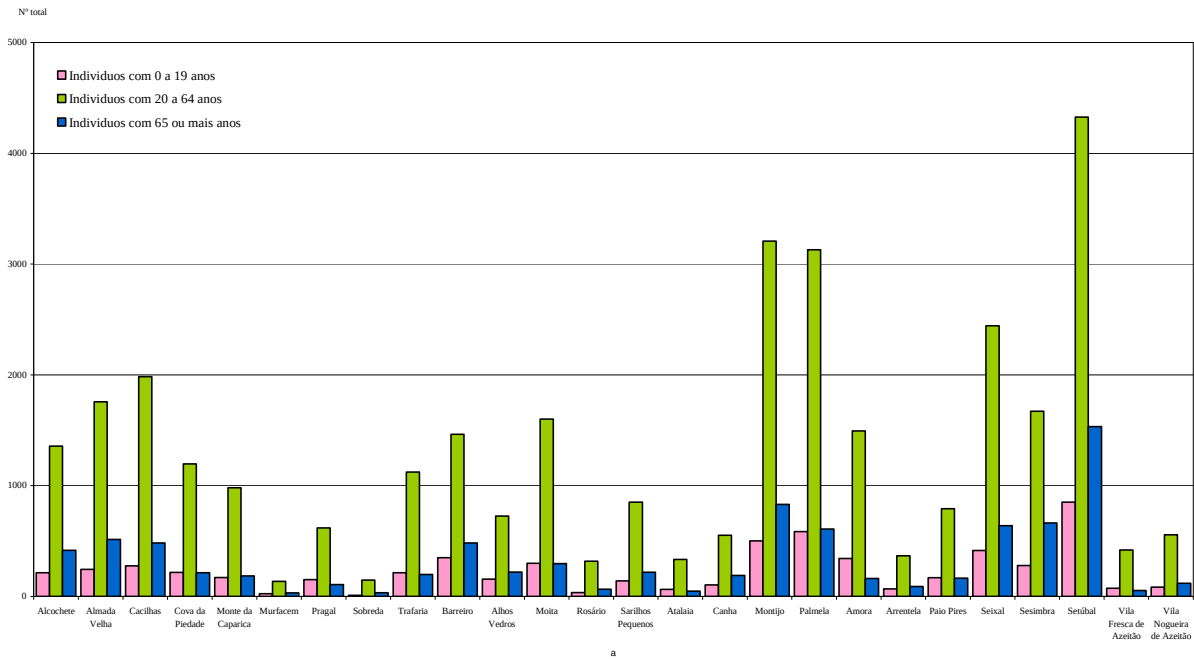
Como podemos observar, a população é, geralmente, envelhecida, ocupando a faixa etária “mais de 65 anos” frequentemente cerca de 25% do total da população do núcleo, e a faixa etária “20 a 64 anos” cerca de 50% da população, nunca ocupando as classes “0-4 anos”, “5-9 anos”, “10-13 anos” e “14-19 anos” mais do que 25% do total, excepto em Paio Pires. Em termos comparativos, os núcleos mais envelhecidos são Alcochete, Arrentela, Barreiro, Canha, Seixal, Sesimbra e Setúbal.

Figura II.3.9 –Estrutura etária 2001 (seis classes)



Fonte: INE 2001

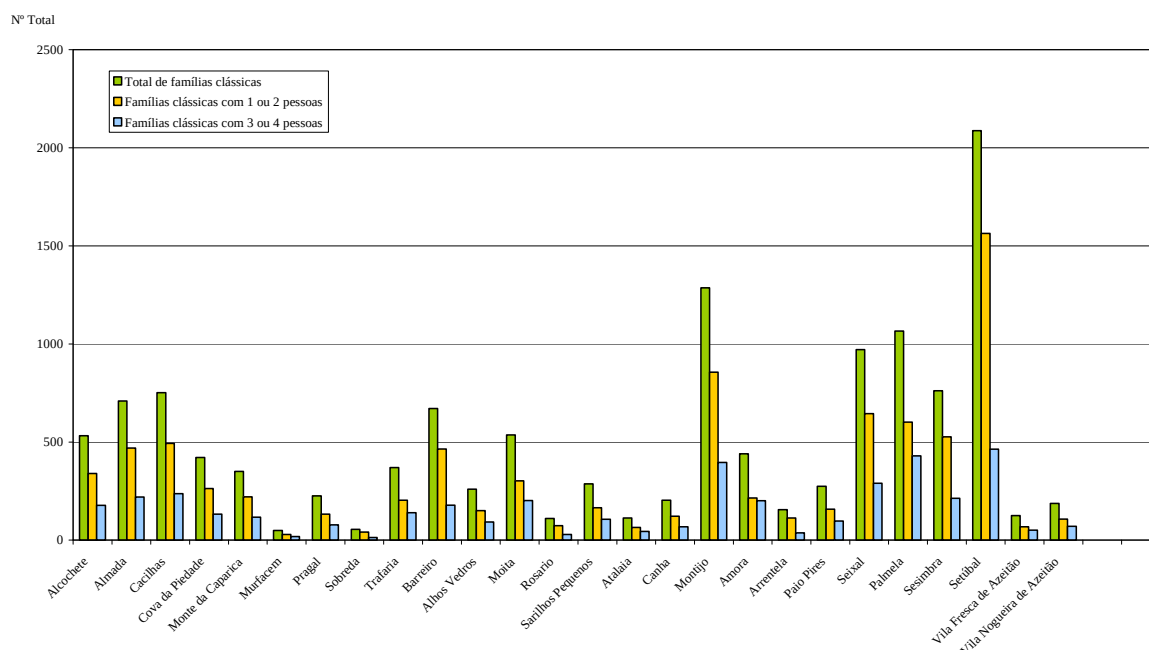
Figura II.3.10 – Indivíduos por classe etária (três classes)



Fonte: INE 2001

De uma forma geral, as famílias que ocupam os alojamentos dos centros históricos têm uma dimensão reduzida (um ou dois elementos). O número de famílias com três ou quatro elementos só iguala as de um e dois nos núcleos de Atalaia, Murfacém, Trafaria, Vila Fresca e Vila Nogueira de Azeitão. Se compararmos com o mapa anterior, observamos que não coincidem com os núcleos mais envelhecidos, o que indica provavelmente a existência de muitas famílias de um ou dois idosos.

Figura II.3.11 – Famílias clássicas e número de indivíduos por família

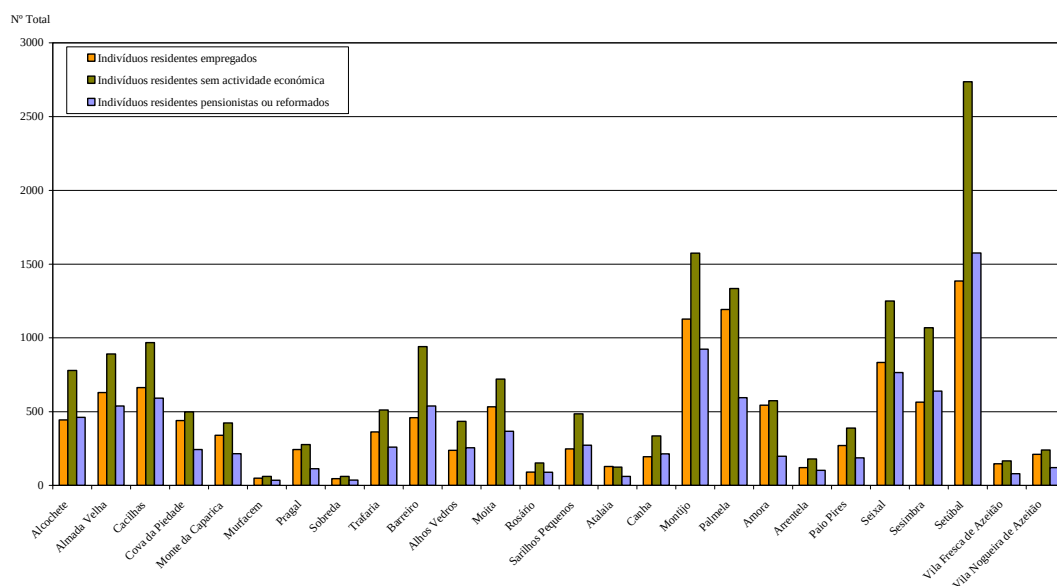


Fonte: INE 2001

Desta forma, não é surpreendente que, em relação à ocupação profissional dos habitantes dos Núcleos Antigos, encontremos uma larga fatia de habitantes pensionistas ou reformados, ou sem actividade económica (representados sobretudo por mulheres que não trabalharam fora de casa). Alguns centros históricos têm uma percentagem superior de habitantes activos, como Atalaia, Amora, Sobreda, Vila Fresca e Vila Nogueira de Azeitão.

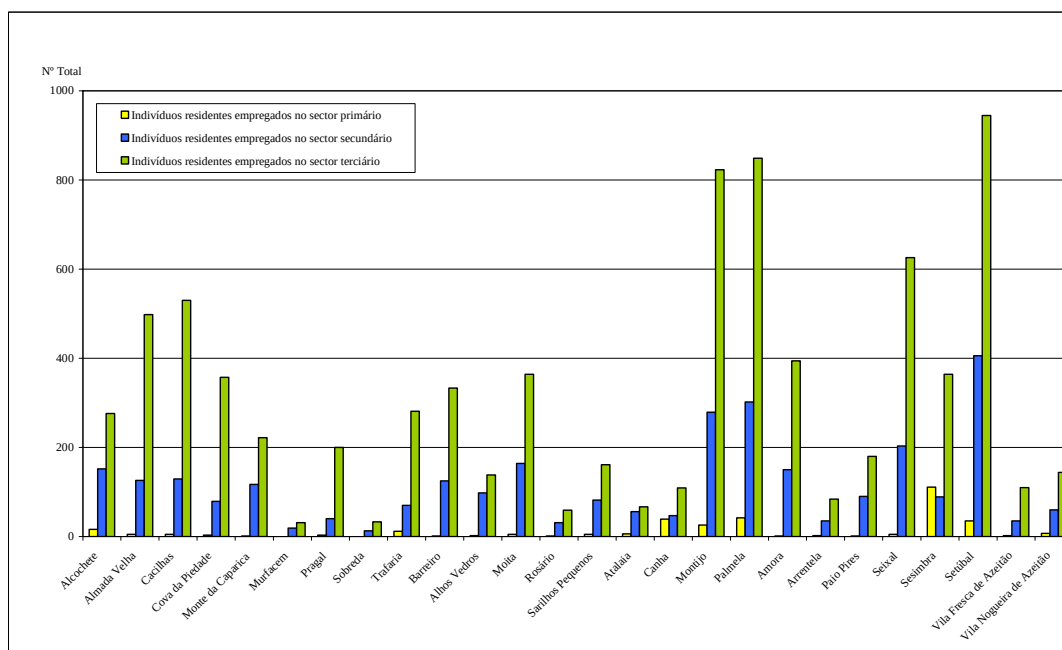
Em relação aos habitantes do centro histórico que trabalham, predomina o emprego no sector terciário. É de destacar o centro histórico de Sesimbra, o único em que o sector primário é significativo em termos de emprego, ultrapassando o sector secundário. Este facto deve-se à importância da pesca como actividade profissional na vila de Sesimbra.

Figura II.3.12 – Situação face ao trabalho 2001



Fonte: INE 2001

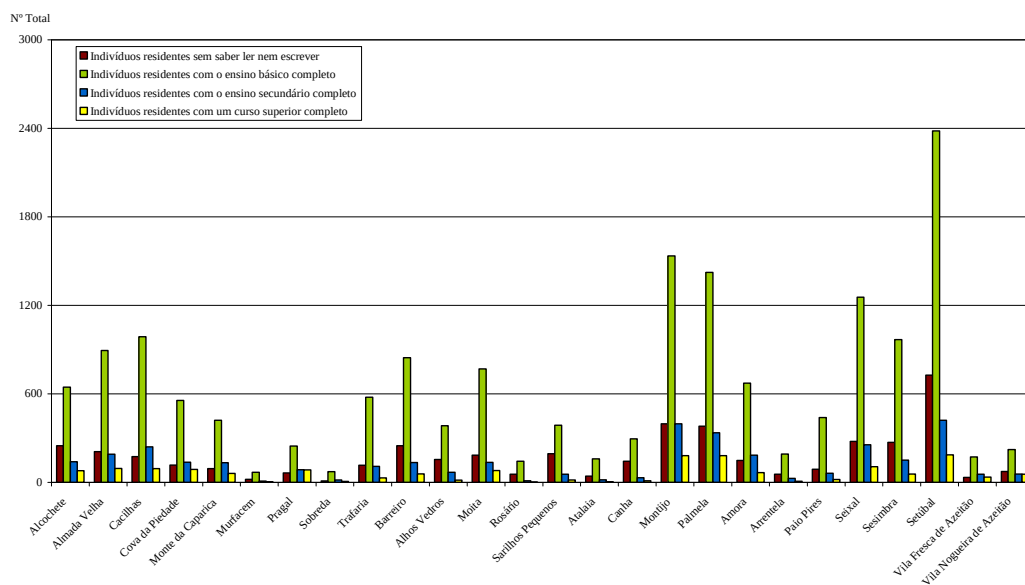
Figura II.3.13 – População trabalhadora por sector de actividade



Fonte: INE 2001

No que diz respeito à escolaridade, verificamos que a escolaridade é globalmente baixa, o que não é surpreendente, uma vez que estamos na presença de uma população envelhecida. Destaca-se o elevado número de indivíduos que não sabem ler nem escrever.

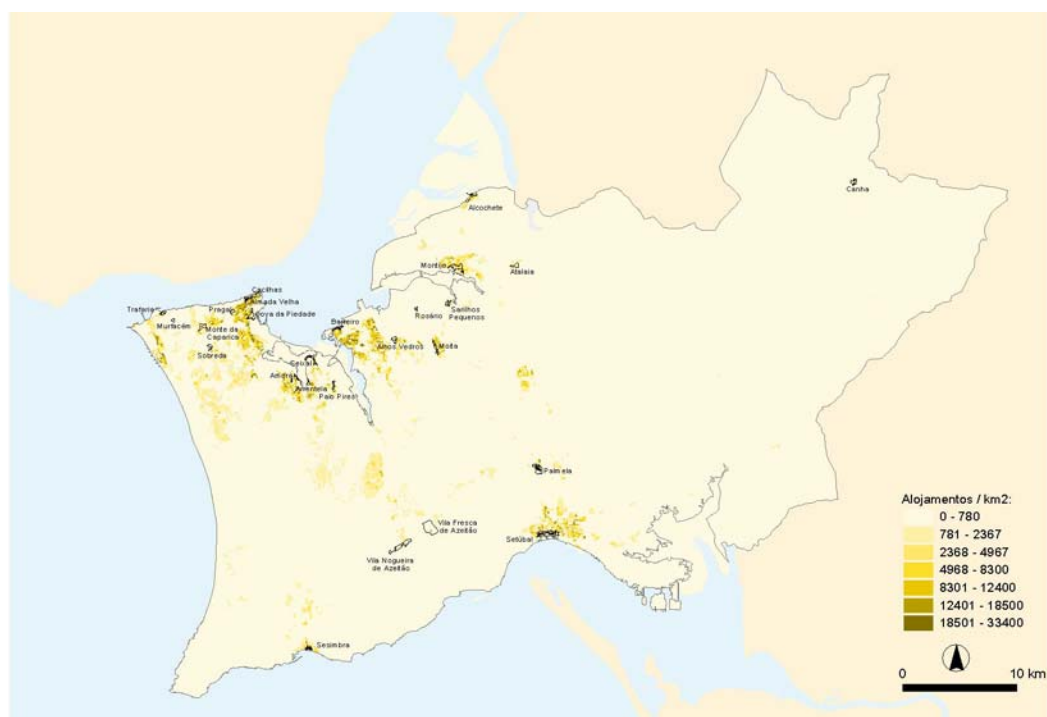
Figura II.3.14 – Escolaridade dos habitantes



Fonte: INE 2001

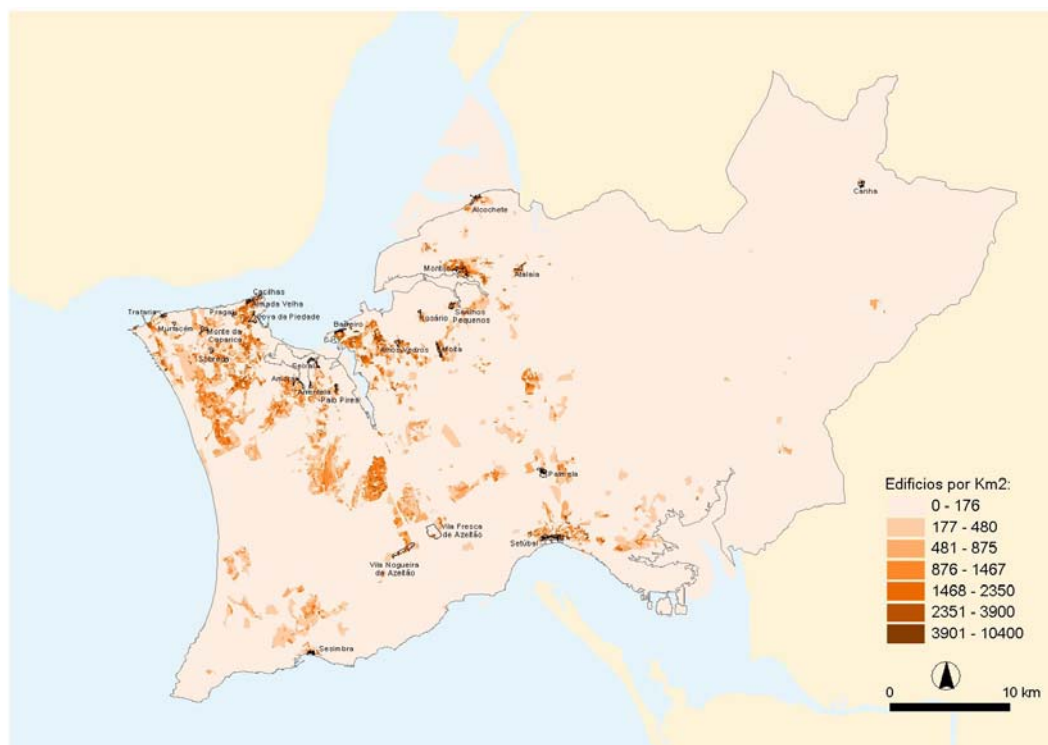
II.3.2.3 Edificado

Figura II.3.15 – Densidade habitacional da Península de Setúbal



Fonte: INE 2001

Figura II.3.16 – Densidade do edificado da Península de Setúbal

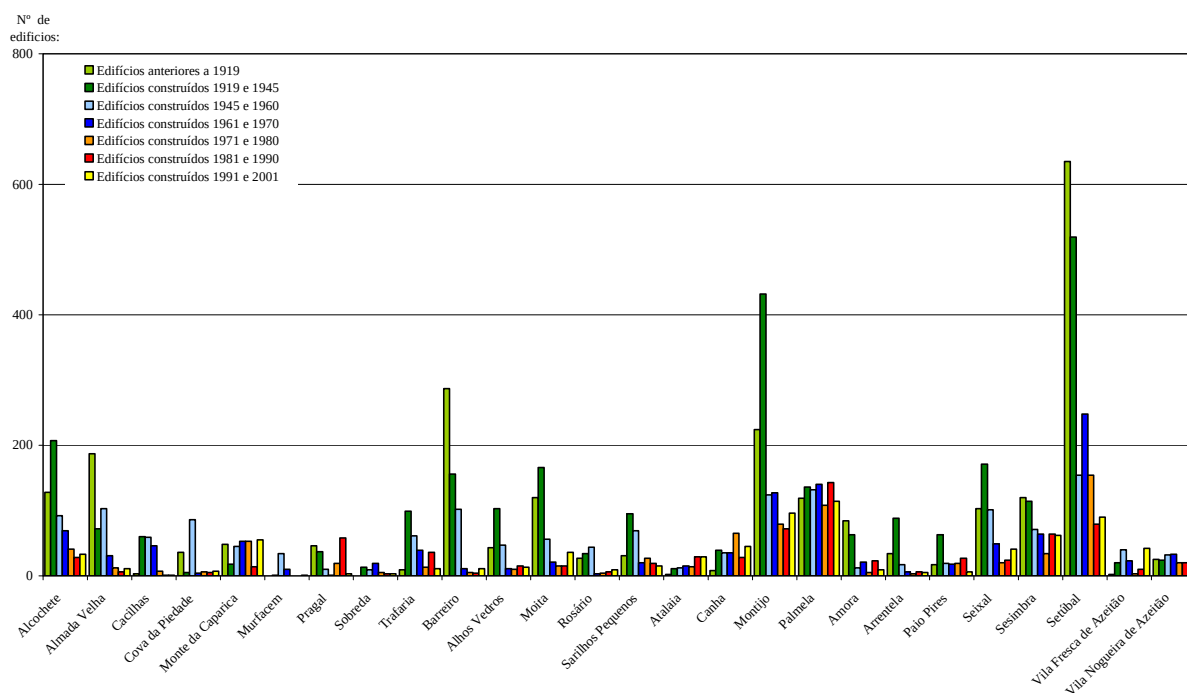


Fonte: INE 2001

No que diz respeito à caracterização do edificado dos centros históricos, podemos observar diferenças significativas na sua composição, ao contrário do que verificámos com a estrutura demográfica que, salvo algumas pequenas diferenças, se assemelha em todos os núcleos.

Em primeiro lugar, no que diz respeito à época de construção é extremamente curioso verificar que muitos dos centros históricos não são de construção tão antiga como se poderia pensar, e que existem diferenças significativas de núcleo para núcleo. Por exemplo, enquanto o centro histórico do Barreiro possui cerca de 3/4 do seu edificado anterior a 1919 (a percentagem de edifícios anteriores a esta data é também elevada em Almada Velha, Moita e Setúbal), em Alcochete, mais de metade dos edifícios foram construídos entre 1919 e 1945. Existem exemplos de distribuição temporal quase uniforme do edificado, como Canha ou Paio Pires. É de facto curioso verificar que um centro histórico como o de Palmela possui cerca de metade dos seus edifícios com data de construção entre 1919 e 1970, com forte predominância para o período de 1949 a 1970.

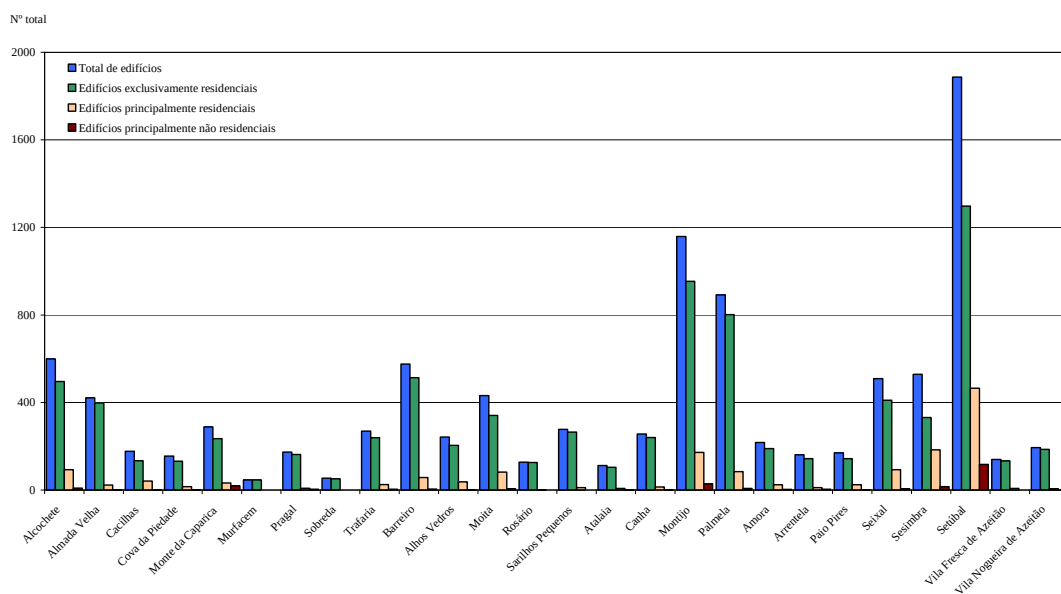
Figura II.3.17 – Época de construção dos edifícios



Fonte: INE 2001

Ao analisar os dados relativos ao uso dos edifícios, predomina o uso residencial, sendo Montijo, Sesimbra e Setúbal os centros históricos onde existem mais edifícios que possuem outro uso para além do residencial.

Figura II.3.18 – Uso dos edifícios

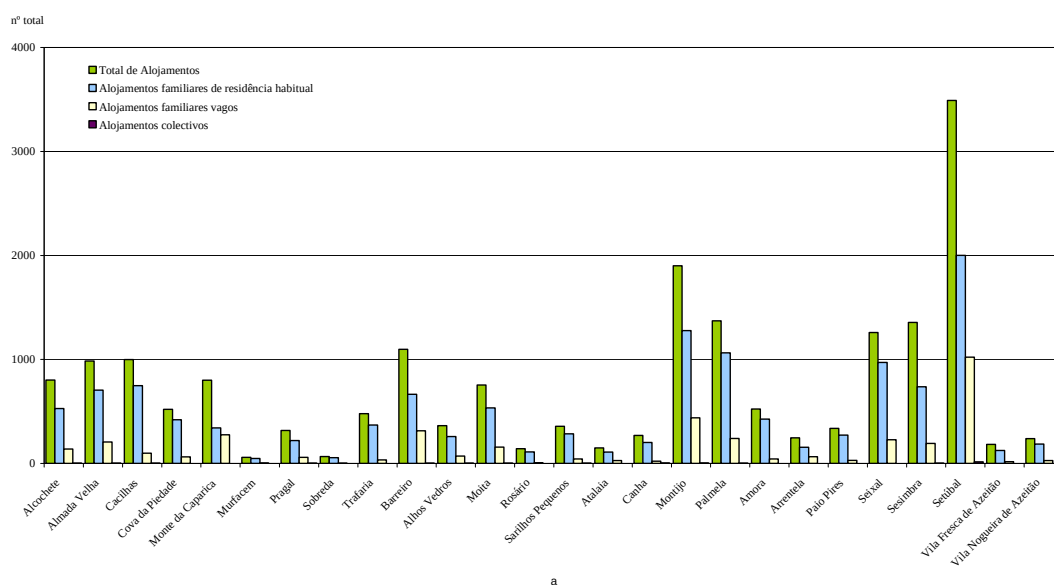


Fonte: INE 2001

Em relação a edifícios onde predominam usos não residenciais, só no centro histórico de Setúbal encontramos um número relevante de edifícios nestas condições.

No que diz respeito à ocupação dos alojamentos, constatamos que é elevado o número de alojamentos familiares vagos nos centros históricos. Pensamos que pode estar aqui uma das explicações para a degradação de alguns dos imóveis.

Figura II.3.19 – Ocupação dos alojamentos



Fonte: INE 2001

Em termos de condições de habitabilidade, pudemos verificar que, já em 1991, praticamente a totalidade dos alojamentos existentes possuía as condições básicas de habitabilidade, ou seja, electricidade, água, esgotos, retrete e banho. Em relação ao número de divisões de cada alojamento, embora haja algumas diferença entre os diversos núcleos, a relação é de cerca de 1/4 de alojamentos com uma ou duas divisões para cerca de 3/4 com 3 ou 4 divisões. Os dados dos Censos aqui utilizados não nos permitem conhecer a área de cada habitação, pelo que não podemos avaliar se a área de cada divisão é maior ou menor do que aquelas que se podem encontrar fora dos centros históricos. E embora os padrões de habitabilidade e conforto sejam hoje diferentes daqueles que existiam há algumas décadas, nomeadamente em termos do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), não podemos afirmar que os centros históricos da Península possuam más condições de habitabilidade.

II.3.3 Fichas de caracterização dos centros históricos

De forma a poder observar em detalhe as características de cada centro histórico, elaborámos fichas de caracterização, sintetizando a informação pesquisada para cada um deles. Estas fichas encontram-se em anexo.

II.4 Centros históricos: nascimento e ciclo de vida

Tal como pudemos observar na Parte I, a designação “centro histórico” popularizou-se na segunda metade do século XX. Mas como se processa exactamente o nascimento de um destes locais? Pensamos ser essencial estabelecer aqui uma distinção entre o “contentor” e o “conteúdo” (Pellegrino 1986), entre o espaço, com os seus limites geográficos, e a sua representação, o substrato imaterial que suporta o próprio conceito.

Desta forma, por um lado existe o substrato material, constituído por uma delimitação que, no seu interior, tem espaço edificado e não edificado, público e privado, com determinadas características históricas e/ou arquitectónicas. Por outro lado, temos o conteúdo que dá valor a esse perímetro, a valorização consciente que está na origem de um processo de categorização de um espaço como centro histórico, assim como do estabelecimento dos seus limites.

Quais são então as motivações que estão por trás deste processo? Quais as razões que levam uma instituição a considerar que uma parte do seu território é o seu centro histórico e a definir um limite geográfico para ele? Um outro ponto que nos parece essencial abordar é o seguinte: o nascimento dos centros históricos é algo de espontâneo, e a designação não faz mais do que trazer um reconhecimento a algo que é parte integrante do conhecimento de uma comunidade ou, pelo contrário, há uma identificação feita por técnicos ou eleitos, que carece de reconhecimento social *a posteriori*? Iremos tentar compreender melhor esta dinâmica e dar resposta às questões colocadas, através da análise do exemplo estudado, a Península de Setúbal.

II.4.1 A decisão do nascimento

Uma primeira abordagem a esta questão permite-nos observar que, face à diversidade de centros históricos existentes, as respostas poderão não ser exactamente as mesmas para todos os concelhos estudados. Porém, um aspecto é comum a todas as realidades: considerar que determinado espaço possui um valor, ou um conjunto de valores, que o diferencia do restante território. Neste sentido, estamos a falar de um espaço, mais ou menos abrangente, com alguma lógica ou coesão interna, que reúne algumas características comuns e ao qual é atribuído um valor. Habitualmente, esse valor é estabelecido por comparação com uma envolvente, que se desenvolveu numa época posterior, e à qual é atribuído um valor de “não-centro histórico”¹⁴, muitas vezes definida como descaracterizada ou igual a tantas outras.

¹⁴ Estabelecemos aqui um paralelismo com a oposição lugar/não-lugar, desenvolvida por Marc Augé (Augé 1994), uma vez que os centros históricos correspondem, sem dúvida, ao lugar antropológico tradicional,

Quais são então os valores que estão aqui em causa? Tal como referimos na Parte I a *Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural* da UNESCO (1972) considera os conjuntos como uma componente do património cultural com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência. De alguma forma, mais ou menos intencional, estes factores estão sempre subjacentes à decisão da criação de um centro histórico (ainda que não seja património mundial), uma vez que dificilmente um conjunto urbano a que não seja reconhecida qualquer importância histórica, artística ou científica será considerado como tal. A estes aspectos, acrescentamos o valor de memória e identidade ou, como refere a UNESCO na *Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea*, de 1976, o valor sócio-cultural. O conjunto destes valores forma aquilo a que se chama, habitualmente, de uma forma um pouco abrangente, valor patrimonial.

A razão que surge habitualmente para a definição de um centro histórico é então proteger esse conjunto e o seu valor patrimonial. Normalmente, há uma fase de inventário do seu conteúdo, a que se segue o estabelecimento de um conjunto de regras que deverão ser respeitadas pelos particulares, sob supervisão de instituições públicas, seguindo a lógica das recomendações internacionais e da legislação nacional, segundo as quais o papel dos Estados é proteger esses valores patrimoniais, que são entendidos como um bem público, que a todo o colectivo diz respeito.

Desta forma, quem decide e quais são então os critérios que presidem à “elevação” de um aglomerado urbano à categoria de centro histórico, ou seja, quem lhe atribui o(s) valor(es) de que falamos? Habitualmente, tal como foi já apresentado, a decisão de atribuir a um conjunto a designação de centro histórico (ou outra, como iremos observar) é tomada numa primeira instância ao nível municipal e é, em qualquer caso, uma decisão política, dado que – ainda que a sugestão possa ter origem nos técnicos (do município ou externos, como é normalmente o caso quando há instrumentos de gestão territorial elaborados por equipas externas) - a sua aprovação é sempre feita por eleitos.

No que diz respeito aos critérios, uma matéria vasta, que pode ser observada sob diferentes pontos de vista, apresentamos, em seguida, alguns dos que consideramos os mais importantes e que se encontram directamente relacionados com os valores que apresentámos acima:

fortemente identitário, histórico e relacional, por oposição a um território em que essas características se atenuam, até chegar aos novos lugares da modernidade (como auto-estradas ou aeroportos), onde essas características estão total ou parcialmente ausentes.

concentração monumental, cronologia, coerência artística, origem simbólica e memória recente.

Em primeiro lugar, poderemos falar do critério a que chamámos **concentração monumental**. Um espaço com uma grande concentração de edifícios monumentais, rodeados por alguns edifícios residenciais de cariz vernacular é um local com grande probabilidade de ser considerado um centro histórico. Poderíamos afirmar que este tipo de centro histórico foi, na realidade, aquele que deu origem à própria noção de centro histórico. A sua relação com a memória e identidade histórica dos vários países é muito forte. Por vezes, são núcleos fundados em torno de castelos, amuralhados, onde existem vários edifícios monumentais, fornecendo um suporte físico à história das genealogias reais e das lutas pela independência. Também em Portugal, foram estes os primeiros centros históricos a ser considerados como tal. Na Península de Setúbal, o melhor exemplo é Palmela, uma vez que este território pertencia à Ordem de Santiago, com sede nesta vila. Este foi sem dúvida um dos primeiros centros históricos reconhecidos, a nível nacional, até porque a sua dimensão e monumentalidade chamavam a atenção para ele.

Temos também o **critério cronológico**. Frequentemente, o valor histórico está associado à antiguidade dos edifícios, quer quando estes mantêm todas as suas características originais, quer quando são o testemunho da intervenção humana ao longo dos séculos, embora a antiguidade de um povoado nem sempre esteja patente no seu edificado. Na Península de Setúbal, há vestígios de ocupação humana desde o Paleolítico. Existem ainda hoje vestígios de ocupações importantes, mais recentes, sobretudo da ocupação romana, como a olaria romana do Porto dos Cacos, em Alcochete, e as fábricas romanas de salga de peixe, em Almada e Setúbal e é de supor que alguns dos povoados actuais remontem a épocas mais recuadas do que aquelas que conseguimos observar no edificado ou nos vestígios arqueológicos existentes. Contudo, de uma forma geral, os centros históricos mais antigos da península remontam cronologicamente à Idade Média, após a fundação de Portugal; é o caso, por exemplo de Almada Velha, Alcochete, Barreiro e Setúbal. Alguns dos restantes centros são de formação mais recente, tendo origem na expansão agrícola e industrial associada à história da formação de uma capital e da sua área metropolitana. O centro histórico mais recente é o de Paio Pires, consolidado nos anos sessenta do século XX, em torno da Siderurgia Nacional.

Em relação à **coerência artística**, ela tem sobretudo a ver com uma percepção, que pode ser resultado de uma análise técnica e científica, mas também resultado de uma impressão mais sensorial da coerência do tecido urbano e edificado, que permite aos observadores estabelecer

uma relação de analogia entre as várias componentes de um espaço, considerando-as estética – ou estilisticamente – semelhantes. No fundo, estamos a falar de espaços identificados como centros históricos por serem constituídos por edifícios ou modelos urbanos onde os indivíduos reconhecem uma unidade (por exemplo, ruas estreitas e sinuosas são frequentemente associadas à imagem de um centro histórico). O estado de conservação e o grau de adulteração dos imóveis e do espaço público têm, muitas vezes, importância nesta identificação, assim como a implantação geográfica do conjunto: é relativamente fácil surgir a noção de centro histórico num aglomerado pequeno e isolado, por exemplo.

No que diz respeito à **origem simbólica** como critério para o nascimento de um centro histórico, ela tem, especialmente, a ver com a associação a um determinado espaço de um momento importante para a memória colectiva de um grupo social. A questão fundacional assume muitas vezes algum relevo, se a um local é atribuída uma conotação simbólica de origem de uma comunidade, como, por exemplo, no Barreiro ou em Sesimbra, ou mesmo de um país (é o caso de Guimarães).

Os castelos são um elemento simbólico importante em termos de património. No entanto, por um conjunto de razões (localização geográfica, ruína, abandono ou outros) nem sempre fazem parte dos centros históricos. É o caso de Sesimbra, cujo castelo, apesar da sua importância em termos patrimoniais e turísticos, não tem qualquer relação actualmente com o centro histórico. Na realidade, dos quatro castelos da península apenas o de Palmela é ponto central de um centro histórico.

Mas a simbologia pode não se cingir à fundação, estando também, por exemplo, relacionada com aspectos da memória recente. Neste caso, falamos de centros históricos cuja origem remonta a épocas anteriores, mas que estão muito relacionados com aspectos relevantes para a história e a memória locais. É o caso da Atalaia, em que o centro histórico é constituído pelo espaço definido pela igreja da Atalaia e pelos três cruzeiros que balizam o espaço sagrado da festa.

Apresentámos um conjunto de critérios que, embora possam não ser os únicos, nos parecem importantes. Habitualmente, quando é identificado um centro histórico, há uma combinação de vários critérios, uma vez que a percepção não é feita apenas numa dimensão, mas antes num conjunto de premissas, que se combinam para impelir os indivíduos a considerar que determinado espaço é um centro histórico, com as consequências que tal implica.

Dado que o nosso estudo tem como objectivo compreender e contribuir para o ordenamento do território de centros históricos em contexto metropolitano, destinamos especial atenção ao papel das câmaras municipais. Os objectivos que normalmente as câmaras possuem,

associados a este processo, são o de proteger um espaço com valor patrimonial da descaracterização e degradação e também o de valorizar esse espaço, muitas vezes com o propósito de o divulgar e promover, no interior e para o exterior do concelho. O facto de estarmos a falar de municípios metropolitanos traz para esta lógica uma necessidade de afirmação de identidades locais face à suburbanização indiferenciada resultante da proximidade da metrópole e também, como consequência, em confronto com as necessidades da estruturação e de funcionamento das potencialidades metropolitanas.

Vimos já quais os principais critérios que estão subjacentes ao nascimento de um centro histórico. É necessário fazer agora uma distinção entre a acção concreta de um município de categorizar uma parte do seu território como centro histórico e o reconhecimento da população, anterior ou posterior a essa decisão, da existência desse centro. Será que a percepção é a mesma por parte de todos os agentes? Ou seja, será que os centros históricos são identificados ao nível do executivo mas não correspondem à percepção da população?

Procurámos, através dos inquéritos e das entrevistas realizados, dar resposta a estas questões. Nos inquéritos, respondidos maioritariamente pelos presidentes das juntas de freguesia, os centros históricos identificados pelas câmaras municipais são reconhecidos, surgindo ainda outros núcleos que não estão delimitados, o que indicia a existência de necessidades de inventariação destes espaços e, talvez, de uma delimitação mais formal, uma vez que eles parecem já existir nas representações de uma parte da população. É o caso de Santana e Alfirim, em Sesimbra, ou Águas de Moura, em Palmela. Na realidade, esta é uma outra forma de nascimento de um centro histórico: dar resposta às solicitações existentes nesse sentido, uma vez que a representação já existe junto da população que, conhecedora de outros centros históricos, atribui essa categoria a espaços que lhe são próximos.

Neste sentido, referimos a investigação realizada em 1996 no centro histórico de Alcochete, que permitiu concluir que a população da vila, por um conjunto de razões relacionadas com a actuação da câmara e a morfologia do espaço, associa à expressão “centro histórico” apenas uma pequena parte da delimitação em vigor, curiosamente a área mais recente, do centro histórico, em termos cronológicos.¹⁵

¹⁵ Estes dados, recolhidos no âmbito da elaboração de uma dissertação de mestrado antes da inauguração da Ponte Vasco da Gama, foram posteriormente confirmados, através de trabalho de campo com vários grupos de alunos do curso de Arquitectura da Universidade Autónoma de Lisboa. Foi muito interessante verificar que os antigos moradores mantêm esta representação, mas que os novos moradores possuem uma ideia mais alargada do centro histórico. Estes dados mostram-nos a diferença de escala de representação dos sujeitos, consoante tenham ou não crescido e vivido naquele espaço (Ramalheite 1999).

II.4.2 A designação

Seria de pensar que a designação centro histórico corresponde a algo, à partida, evidente para todos – por exemplo, um centro histórico seria uma zona mais antiga da urbe, com características arquitectónicas diferentes da restante ocupação do território e esta designação poderia ser utilizada sempre que tais condições se verificassem. Contudo, não foi isto que observámos neste estudo de caso, mas sim que a designação “centro histórico” nem sempre é utilizada e que o próprio conceito difere consoante os municípios.

Na realidade, a designação que é adoptada está fortemente relacionada com os critérios apresentados no ponto anterior. Um exemplo é o do Seixal, onde parecem estar presentes os critérios da cronologia, da coerência artística, da origem simbólica e memória recente, mas não o da concentração monumental, o que faz com que os decisores tenham optado pela designação Núcleo Urbano Antigo e não centro histórico:

“O núcleo urbano antigo é, à nossa escala, e para todos os efeitos – que já vimos que, infelizmente, são poucos, às vezes – é o correspondente ao conceito de centro histórico. Claro, à nossa escala e à dimensão do património e das características do património que estes núcleos urbanos antigos contêm.” (Entrevista n.º 10)

A questão da designação está intimamente relacionada com o número de núcleos que é identificado e com os critérios que observámos no ponto anterior. Desta forma, se um município possui um centro histórico com características mais monumentais ou fortemente ligado à fundação e à cultura do concelho (como são os casos de Palmela e Sesimbra) é natural que, pelo menos numa primeira fase, se identifique apenas um centro histórico. Cremos que estes casos são mais frequentes em concelhos com uma história e uma identidade mais estruturada em torno de um núcleo principal. Por outro lado, quando falamos de concelhos com vários núcleos de importância semelhantes, com identidades mais diversificadas, ou que possuem políticas específicas de promoção dos vários núcleos do concelho é frequente serem identificados vários centros históricos em simultâneo, segundo os mesmos critérios. É o caso da Moita e do Seixal:

“Nós, de qualquer forma, temos tido este princípio de que os nossos núcleos urbanos antigos são a aplicação à nossa escala, num quadro de uma filosofia de intervenção - que também sempre foi pautada pela ideia de descentralização, da interpretação da paisagem, do conceito de território à escala do concelho - portanto, a preocupação que sempre houve de não identificar um centro, um núcleo, mas os vários que havia. E esta preocupação é coerente, a meu ver, com uma certa filosofia de intervenção, de estudo, de protecção do património descentralizada no território e pautada por uma leitura do território nas suas várias componentes, de pólos de ocupação humana, de

desenvolvimento urbano, etc. Essa ideia de não identificar um único – e depois, interpretando, de facto, à letra, aquilo que nós conhecemos historicamente do concelho – eu acho que é coerente. Acharia errado que por razões quase administrativas se tivesse identificado um centro, um núcleo em detrimento dos outros, porque isso, digamos, nem era coerente com aquilo que se conhece do desenvolvimento urbano do Seixal.” (Entrevista n.º 10)

II.4.3 Limites geográficos

À tomada de consciência da existência de um centro histórico e à decisão da designação a atribuir-lhe segue-se a tarefa da sua delimitação formal. Nos inquéritos realizados, constatámos que os inquiridos afirmavam conhecer as delimitações existentes para os centros históricos dos seus concelhos, e consideravam-nas adequadas, mas desconheciam os objectivos da delimitação (excepto quando era referido “no âmbito do PDM”)

Habitualmente, este trabalho esteve a cargo de um técnico com formação em arquitectura, que propôs uma delimitação com base numa análise do terreno relacionada com os critérios de valorização e os objectivos que apresentámos anteriormente. Ou seja, se a monumentalidade é o critério base, o limite abrangerá os monumentos mais importantes e os edifícios que estão na sua envolvente. Se o critério principal for o cronológico ou o artístico, os limites incluirão sobretudo os edifícios até determinada época histórica ou estilo. Um exemplo muito interessante é o do centro histórico de Setúbal, cujo limite corresponde ao das muralhas da cidade, embora uma parte dela já não seja visível.

Figura II.4.1 – Centro histórico de Setúbal, sobre ortofomapa



Muitas vezes, a delimitação é o resultado de uma conjugação de critérios e não apenas de um. É essencial reconhecer a dificuldade desta tarefa, uma vez que uma inclusão num determinado limite implica uma rejeição de tudo o resto. Nos exemplos estudados, observámos que há, apesar dos diversos critérios, uma constante: a primazia é sempre dada ao edifício e, por inerência, ao quarteirão. Assim, muitas vezes, no limite do centro histórico prevalece a lógica da delimitação do edificado, nem sempre existindo preocupação em respeitar a lógica dos espaços adjacentes, constituídos pelos logradouros ou parcelas pertencentes aos próprios edifícios. É o caso do exemplo seguinte, do Monte da Caparica.

Figura II.4.2 – Centro histórico de Monte de Caparica, sobre ortofomapa



Apresentamos um exemplo que ilustra o facto de muitos dos centros históricos da Península de Setúbal não serem centros rodeados de áreas urbanas de grande dimensão (como Setúbal, Almada ou Barreiro) mas sim núcleos de origem rural, onde ainda hoje subsistem espaços não edificados privados, associados à prática rural, abandonados ou expectantes. Neste contexto, poderá constituir um risco definir regras apenas para os edifícios, dado que a envolvente por vezes está muito relacionada com o próprio edificado, podendo estar na origem, por exemplo, da ocupação de logradouros com construção sem relação com o pré-existente. Não obstante, no caso específico dos centros históricos do concelho de Almada, o Plano Director Municipal prevê uma faixa de protecção de 50m a partir do limite estabelecido.

Um exemplo interessante, que de alguma forma se opõe ao anterior, é o do centro histórico da Atalaia. Este centro foi delimitado não só pelo traçado do edificado mais antigo, mas também por um espaço que poderia, à primeira vista, parecer desenquadrado do centro histórico, mas

que, na realidade, é balizado pelos três cruzeiros que, juntamente com a igreja, compõem o santuário de Nossa Senhora da Atalaia. Desta forma, temos um limite estabelecido com base em valores mais simbólicos do que materiais.

Figura II.4.3 – Centro histórico da Atalaia, sobre ortofomapa



Contudo, independentemente dos limites que são delineados, existem representações espaciais, mais ou menos generalizadas, por parte da população, dos limites dos centros históricos onde se movimentam e estas nem sempre coincidem com os estabelecidos pelos técnicos, tal como vimos no ponto anterior, para o caso de Alcochete.

No contexto da Península de Setúbal, temos ainda uma situação que merece ser mencionada, a do centro histórico da Amora, constituído por duas delimitações (Amora de Cima e de Baixo) que não são contíguas.

Não queremos com isto dizer que os limites estabelecidos pelos técnicos são mais ou menos correctos do que aqueles que a população identifica. Podemos estar a assistir a uma de duas situações: ou o limite está desajustado às expectativas da população (o que pode causar desentendimentos na gestão do centro histórico), ou há algo que, por um conjunto de razões, a população não valoriza, mas que os técnicos entenderam importante (e aí há que trabalhar ao nível da sensibilização).

Uma outra questão a abordar é a do limite temporal da delimitação:

“O que era em 1991, do ponto de vista da delimitação e da realidade dos núcleos urbanos antigos, não é em 2002. Estou a falar do concelho que conheço e que é a realidade em que eu trabalho. Carece de reavaliação o que são os nossos núcleos urbanos antigos. E quando

falamos de património industrial, nós temos que inserir, na minha opinião, os sítios industriais nos núcleos urbanos antigos. Porque estes sítios industriais não tiveram só o equipamento industrial, não tiveram só os edifícios das máquinas, dos fornos, das caldeiras. Tiveram as creches, as casas de pessoal, os edifícios dos grupos desportivos, que, incrivelmente, se passa uma esponja por cima disso. Nós vimos, o ano passado, a Siderurgia deitar abaixo os edifícios do grupo desportivo. É incrível, quer dizer, isto faz-se assim, apagam, em dez minutos, apagam a memória de décadas, de uma comunidade de milhares de pessoas que viveram na indústria desde pequeninos, desde a creche, à reforma.” (Entrevista n.º 10)

Há que pensar que os limites de um centro histórico podem não ser estáticos. Este testemunho é elucidativo. Por vezes, à luz de novos conhecimentos, ou mesmo de alterações no espaço físico, poderá haver necessidade de repensar e redefinir as delimitações existentes.

À identificação e delimitação de um centro histórico sucede-se - na realidade, muitas vezes ocorrem em simultâneo - o estabelecimento de objectivos e de estratégias para a sua gestão, associados a um conjunto de regras que definem a forma como as transformações que irão ter lugar nos centros históricos deverão ser levadas a cabo.

O facto de haver um conjunto de regras introduz restrições à evolução “natural” daquele espaço. Ou seja, a definição de um centro histórico é sempre um momento-chave, ao qual estão associados constrangimentos, que acompanham as vantagens de possuir um espaço de referência, segundo o pressuposto de que a existência de um centro histórico traz uma associação, mais ou menos imediata, a um conjunto de valores considerados socialmente importantes.

A definição de políticas para os centros históricos está directamente relacionada com uma análise, sustentada ou não por estudos e levantamentos, dos principais problemas de cada centro histórico. Na realidade, a constatação desses mesmos problemas está, muitas vezes, na origem da decisão de delimitar um centro histórico, surgindo a delimitação como uma tentativa de sustentar ou resolver os problemas existentes. Apresentaremos, em seguida, os principais problemas dos centros históricos da Península de Setúbal, com base no trabalho de campo e na análise dos instrumentos existentes. Tentaremos também apontar as soluções que foram encontradas para cada um dos casos.

II.5 Centros históricos: ordenamento e modelos de gestão

II.5.1 Problemas identificados e soluções apontadas

II.5.1.1 Descaracterização

Um dos problemas que é apontado com mais frequência quando falamos de centros históricos é o perigo, real ou potencial, de descaracterização. Esta questão surge sobretudo associada ao edificado (relacionada com a degradação, abandono ou demolição para dar lugar a construção nova), mas por vezes é também referida a descaracterização do tecido urbano, seja em relação à estrutura dos quarteirões, seja ao próprio espaço público.

“Vamos falar da Praça da República, no Montijo, que já vem a ser adulterada há pelo menos vinte anos. Porque o Montijo tem uma maior dimensão em termos de população, em termos de actividades económicas e isso aguçou esse apetite que levou à descaracterização. Alcochete, devido a esse isolamento, ficou salvaguardada até aos nossos dias. Essa é a grande vantagem de Alcochete em relação aos restantes da Península de Setúbal. Se vamos falar então da Moita, ou do Barreiro, ou do Seixal, então esses já estão descaracterizados há muito mais tempo e aí torna-se mais difícil esse trabalho. Agora aqui nós temos praticamente tudo ainda disponível para poder ficar em condições de poder ser diferente.” (Entrevista n.º 8)

O depoimento do então presidente da câmara municipal de Alcochete é elucidativo desta preocupação. O facto de, no seu entender, o centro histórico de Alcochete estar pouco adulterado, ou seja, ter sofrido poucas alterações nas últimas décadas, constitui uma vantagem face a outros locais, mais descaracterizados e, por isso, com a gestão dos seus centros históricos mais dificultada e com uma situação, à partida, mais desfavorável.

A principal solução apontada para este problema é a da criação de um conjunto de regras que define o tipo de intervenção permitido para cada edifício, quais os materiais a utilizar nessa intervenção e quais as alterações permitidas. Normalmente, estas regras são estabelecidas através de um regulamento (associado ou não a um plano), que é feito com base num levantamento pormenorizado do edificado, que os particulares deverão seguir, com o apoio dos técnicos do município.

“Tem havido um processo de degradação e desqualificação dos núcleos urbanos antigos. Mesmo quando as pessoas pensam que estão a intervir (do ponto de vista do comércio, do ponto de vista da abertura de alguns restaurantes) existe a falta de um plano de fundo, de um plano de intervenção. Se quisermos intervir de uma maneira coerente e consistente constataremos que se têm degradado, desqualificado e que o produto resultante destes anos de intervenção, apesar de haver um regulamento, foi de facto uma desqualificação e

uma degradação. Do ponto de vista patrimonial, eu acho que não só não se tem preservado, como se tem alienado a possibilidade de uma intervenção mais qualificada futura. Eu penso ainda, muito honestamente, que se está no momento limite.” (Entrevista n.º 10)

Todavia, embora a existência de um plano possa ser a situação desejável, não é aquela que predomina nos centros históricos que estudámos. Na realidade, apenas um concelho possui um regulamento específico e seis têm regras que provêm de planos que não são específicos do centro histórico. Nos restantes casos, é feito um acompanhamento por parte dos técnicos da câmara, um pouco de forma casuística.

Há que referir que a descaracterização pode por vezes não desrespeitar os planos. Na realidade, tem sido marcante nas últimas décadas a tendência para o *pastiche*, nomeadamente na construção de raiz, após a demolição do pré-existente. Os edifícios que surgem não chocam, em termos estilísticos, com a envolvente, mas contribuem para a sua descaracterização. O problema deste tipo de intervenções é que elas não criam rupturas com a imagem global dos centros históricos; no entanto, constituem construções novas, com materiais novos e que, por vezes, nem sequer são semelhantes ao que existia. Nestas situações, o risco de criar um centro histórico “falso” é muito grande.

Uma dificuldade acrescida é a enorme pressão imobiliária a que estão sujeitos estes espaços. Os preços são muitas vezes inflacionados, e há pressões para aumentar a densidade do edificado, aumentando o número de pisos e construindo em espaços não edificados. Também por esta razão, há pouca vontade de recuperar o edificado antigo, até porque o mercado da reabilitação tem pouca expressão, face ao da construção de raiz.

“Somos um país europeu que ainda não compreendeu que é mais importante requalificar ou recuperar do que construir de novo e isso só ainda não foi entendido se calhar porque de momento ainda não dá tanto dinheiro. Isto é mesmo assim, o valor mais alto que anda por aqui a circular é o dinheiro, não há outros valores. O urbanismo é uma consequência, onde as pessoas às vezes, até estão bem dispostas, até decidem fazer uns projectos interessantes, até decidem contratar técnicos capazes de conseguir tratar uma zona da cidade de forma sustentada e equilibrada, mas efectivamente a responsabilidade é da autarquia de não ter criado nestes anos um departamento de planeamento que procurasse fazer o planeamento daqui para fora e não ao contrário, porque nós aqui o que fazemos – com, eu acho é mesmo, boa vontade das pessoas que aqui trabalham – é coser aquilo que é proposto pelos promotores que colocam o trabalho aqui para ser apreciado. Nós devíamos ter uma atitude mais interventiva, não um atitude autoritária, porque isso vê-se que com o correr dos anos não resulta, mas ter uma atitude pedagógica, no sentido de

dizer que não, mas apontar caminhos. Isto não se pode fazer porque há uma razão, tem de haver sempre uma razão. Aqui lidamos um pouco com a dificuldade de manter uma coerência nas viabilidades de construção que nós damos, porque elas são dadas por duas, três pessoas e não existe nenhum instrumento – porque o PDM é insuficiente.” (Entrevista n.º 9)

II.5.1.2 Espaços comerciais

Um outro problema é a gestão dos espaços comerciais. Um tema que surgia com muita frequência nos anos oitenta do século XX, e que, embora não surja hoje tão amiúde, ainda é colocado, consiste na substituição de áreas comerciais e residenciais por serviços, retirando ao centro histórico parte da sua dinâmica tradicional (e alterando a estrutura do seu edificado). Hoje em dia, a manutenção (ou, melhor, sobrevivência) do comércio tradicional face à concorrência das grandes superfícies é uma dificuldade referida com frequência, em especial nos centros históricos que tinham algum peso como centros de comércio local ou regional, como é o caso de Almada Velha, de Setúbal ou do Montijo.

Outra questão relacionada com o comércio é o surgimento de espaços comerciais vocacionados para o turismo e lazer, direccionados não para a população local, mas para uma população que se desloca aos centros históricos sobretudo ao fim-de-semana. Surgem, assim, restaurantes dirigidos para visitantes, muitas vezes com preços mais altos do que aqueles que eram praticados na zona, bares com horários mais alargados, lojas com produtos diferentes dos habituais no comércio tradicional, como por exemplo artigos de decoração ou de artesanato. Um exemplo deste tipo de transformação é o centro histórico de Alcochete, que ganhou, em pouco tempo, uma dinâmica de espaço de lazer de fim-de-semana. Sesimbra, embora num registo diferente, também é um núcleo fortemente virado para os visitantes, especialmente por causa da praia e da reputação como espaço de restauração para o consumo de peixe, uma vez que a vila é um porto de pesca.

É importante referir que não é forçoso que estes aspectos sejam considerados igualmente negativos para toda a população. Porém, o seu surgimento constitui uma preocupação para quem gere o território e também para os habitantes dos centros históricos, uma vez que estas transformações estão por vezes associadas a conflitos com as vivências existentes. Um conflito comum é causado pelo afluxo excessivo de visitantes, ultrapassando a capacidade de carga dos centros históricos, nomeadamente em termos de estacionamento e circulação rodoviária.

II.5.1.3 População envelhecida vs gentrificação

No que diz respeito aos habitantes, essa é uma das questões que surge com mais frequência quando se debatem os problemas de centros históricos. O binómio população envelhecida (com fracos recursos económicos) / gentrificação (população mais jovem, com melhores recursos económicos) foi um dos aspectos mais focados nas entrevistas que realizámos. Aparentemente, o facto de a população ser idosa representa um problema, não devido à idade em si, mas porque a maior parte dessa população é aposentada e tem rendimentos baixos, logo pouca capacidade para conservar os edifícios segundo os padrões considerados desejáveis. É uma população que resiste à mudança e não deseja (ou não tem capacidade para isso) sair do centro histórico, apesar de as condições de habitabilidade e de conforto das suas residências poderem não ser as que estão padronizadas hoje em dia. Por outro lado, os jovens que desejam residir num centro histórico possuem padrões de conforto residencial que implicam alterações nos edifícios que podem constituir um problema, por se tornarem descaracterizadoras e que comprometem, muitas vezes, a gestão do espaço público, devido às exigências de estacionamento.

II.5.1.4 Mobilidade e estacionamento

A questão do estacionamento e da mobilidade é, possivelmente, aquela que surge com mais frequência quando discutimos os problemas dos centros históricos. Muitos dos moradores mais idosos dos centros históricos não possuem automóvel, ou possuem um por família. Porém, o mesmo não se passa com os novos moradores, que raramente abdicam do direito ao transporte individual. Por outro lado, muitas vezes um dos objectivos da gestão de um centro histórico é manter ou aumentar a sua dinâmica comercial e a oferta de eventos culturais, aos quais está associada uma necessidade de gestão de espaços de estacionamento e de regras de circulação. Por exemplo, nos últimos anos, várias câmaras municipais optaram por restringir o tráfego rodoviário em artérias com mais comércio, criando área pedonais (foi o caso, por exemplo, dos centros históricos de Setúbal e Montijo) que acabam por necessitar de lugares de estacionamento nas imediações. O mesmo se passa com a existência de serviços nos centros históricos (muitas vezes, serviços públicos) que acabam por gerar afluência de trânsito, devido a quem neles trabalha e a quem necessita de os utilizar.

Na realidade, a falta de redes de transportes colectivos que sirvam eficazmente os centros históricos é também um problema. Embora a escala dos centros históricos permita deslocções relativamente fáceis no seu interior, é muitas vezes difícil a deslocação até eles

ou a partir deles através de transportes colectivos, quer para quem neles reside, quer para quem os deseja visitar.

Uma outra vertente deste problema é a mobilidade dentro dos próprios centros históricos, que é muitas vezes difícil, quer pela dificuldade de coexistência entre equipamentos urbanos (inclusive de regulação de trânsito como sinalética, mobiliário urbano ou recipientes de recolha de lixo), quer pela existência de um espaço público muitas vezes com arruamentos estreitos, onde é difícil manter uma circulação pedonal de qualidade e acessível a todos os indivíduos.

II.5.1.5 Insegurança

A insegurança foi outro dos problemas que nos foi apontado, relacionado principalmente com uma de duas hipóteses: o abandono do centro histórico, que provoca situações de despovoamento, tornando o espaço inseguro ou, pelo contrário, o excesso de movimento, que traz para os centros históricos muitos indivíduos que residem no exterior e que são tidos como causadores de insegurança pelos residentes (em especial em centros históricos onde há alguma vida nocturna).

II.5.1.6 Outros problemas

Para além dos problemas que nos foram apontados, gostaríamos, ainda de referir três aspectos que nos parecem importantes neste contexto. Em primeiro lugar, a questão da gestão do espaço público. Na nossa opinião, esta é uma das problemáticas que urge discutir. O espaço público não é frequentemente alvo do mesmo tipo de regulamentos que o edificado, e é, usualmente, gerido pelas câmaras municipais. No entanto, ele é, por excelência, o espaço da representação colectiva e também o espaço onde decorrem os principais momentos de socialização, essenciais à reprodução da memória das comunidades. Não é por acaso que as alterações do espaço público são muitas vezes mais polémicas do que as alterações no edificado.

O segundo aspecto que queremos referir tem a ver com a falta de coerência das actuações, a um nível supra concelhio. Uma vez que a lógica de ordenamento, a nível nacional, é sobretudo a concelhia, há pouca ou nenhuma articulação de políticas de gestão de centros históricos a uma escala mais alargada. A Península de Setúbal não é excepção e, embora nas entrevistas efectuadas a eleitos locais tenhamos registado algumas intenções de articulação de

algum do seu património, a lógica que prevalece é a do concelho, havendo, na prática, muita dificuldade de ir além das intenções de colaboração interconcelhia.

O terceiro aspecto, que, de alguma forma, está relacionado com o anterior, prende-se com a existência de algum desconhecimento por parte dos habitantes, mas também dos responsáveis locais, do território dos outros concelhos da península. As entrevistas mostraram-nos, inclusive, que nenhum dos entrevistados conhecia bem todos os centros históricos da península, conhecendo normalmente relativamente bem apenas os dos municípios vizinhos e possuindo um grau variável de conhecimento dos restantes.

Foram enviados inquéritos a todas as juntas de freguesia da península. Das 58 freguesias inquiridas, obtivemos 39 respostas (32 das quais foram preenchidas pelos presidentes da junta e 5 por outros membros do executivo). Curiosamente à questão “Qual os três conjuntos urbanos da Área Metropolitana de Lisboa que melhor conhece?”, a maior parte das menções foi para a cidade de Lisboa ou bairros desta cidade (44 registos), surgindo depois Setúbal, referida 9 vezes. Os inquiridos declaravam fazer deslocações aos núcleos que melhor conheciam sobretudo por razões profissionais ou de lazer (de fim-de-semana) e que essas deslocações eram, maioritariamente, feitas em viatura própria.

No quadro seguinte, procurámos sistematizar as opiniões que resultaram da análise das entrevistas e inquéritos efectuados. É importante referir que falamos de um conjunto de opiniões de quem está ligado à construção de políticas e à gestão destes espaços e não de vastos inquéritos à população. Os discursos que analisámos são, propositadamente, aqui encarados como um conjunto de opiniões que revelam o ponto de vista de um determinado grupo social e não como sendo o ponto de vista absoluto das populações dos concelhos. Pensamos que estas representações estão presentes no colectivo, mas elas interessam-nos, sobretudo, como uma análise da forma de pensar de quem gere e decide.

Quadro II.5.1 – Problemas e soluções na gestão dos centros históricos

Concelho	Principais problemas	Soluções / Estratégias
Alcochete	- Abandono e degradação do edificado - Estacionamento e circulação	- Conclusão do Plano de Pormenor - Gabinete de Gestão - Continuar a cativar turismo
Almada	- Envelhecimento da população dos centros históricos - Parque habitacional degradado	- Levantamento exaustivo - Intervenções em todo o núcleo - Rejuvenescer população dos núcleos - RECRIA / URBECOM - Cativar privados para investir - Dinamização cultural
Barreiro	- Envelhecimento da população - Muitos inquilinos, rendas baixas - Degradação dos imóveis	- Gabinete Técnico Local - Obras no espaço público - Estratégias de programação cultural
Moita	- Falta de reconhecimento da população dos centros históricos existentes	- Visitas guiadas aos professores do concelho
Montijo	- Infra-estruturas a precisar de renovação,	- Intervir com mais qualidade nos materiais e

	dificultada pelos constrangimentos do tráfego - Estacionamento e circulação - Adaptação da construção antiga aos novos regulamentos - Gestão dos logradouros - Perda de dinâmica e centralidade - Terciarização - Canha tem falta de serviços, restaurantes e zonas de lazer com qualidade	evolução técnica - Transformar 6 vias em ruas pedonais - Intervenções em locais estratégicos do espaço público, como a Praça da República - Necessário uma estratégia, criar uma cidade dinâmica, em termos de comércio, mas também de habitação.
Palmela	- População envelhecida - Casas pequenas e sem condições - Procura de casas para segunda habitação - Criar condições de habitabilidade - Criar regras para recuperação - Falta de imagem global do centro histórico - Comércio antigo e desactualizado - Sinalética, trânsito e circulação - Bares – há que avaliar e saber qual a conta certa	- Gabinete Centro Histórico - Intervenções de imagem (pinturas) por quarteirão - Intervenções pontuais, candidaturas a programas para o comércio, esperando um efeito propagador - Plano de reordenamento do trânsito e estacionamento em execução - Trazer outros públicos ao centro histórico sem ser idosos e moradores de fim-de-semana, através de novos equipamentos culturais municipais - Apostar no estímulo à fixação de novas actividades mais ligadas às artes, ao turismo, ao lazer - Pólo universitário - Depois de feito o diagnóstico querem reflectir com agentes locais
Seixal	- Regulamento e limites desajustados - Falta de consistência das intervenções - Dispersão pelos pelouros da câmara	- Necessidade de vontade política
Sesimbra	- Trânsito e estacionamento - Casas pequenas e sem condições, sem WC, sem janelas - Despovoamento - Casas são compradas para fim-de-semana	- Aumento pequeno da cércea - Relocalização de equipamentos - Construção estacionamento - Utilização do PER para recuperar fogos degradados - Melhorar o espaço público
Setúbal	- Descaracterização das aldeias históricas de Vila Nogueira e Vila Fresca de Azeitão - Falta de intervenção nos imóveis causa ruína e promove pedidos de viabilidade superior (especialmente em Vila Nogueira e Setúbal) - Despovoamento, que provoca algumas situações de vandalismo, marginalidade - Falta de condições de habitabilidade	- Intervenções que não descaracterizem estes núcleos e mantenham as características actuais - Intervenção POLIS, que deverá servir como ponto de partida para a recuperação, em mancha, do resto do centro - Criar condições para fixar a população - Criar condições de habitabilidade

Da análise do material do trabalho de campo e da sistematização deste quadro, gostaríamos de destacar alguns aspectos. Em primeiro lugar, é notória a discrepância entre o discurso dos entrevistados dos vários concelhos, o que denota não só a diversidade de realidades, mas também a diversidade de políticas e de soluções que cada município propõe.

Desenvolveremos, em seguida, um pouco mais detalhadamente a situação dos vários municípios.

Alcochete definiu apenas um centro histórico, o da vila com o mesmo nome - apesar da análise do uso de solo e do inquérito aos presidentes das juntas de freguesia identificar com

clareza o Samouco como centro histórico - e está ainda bastante a montante na resolução dos problemas, apresentando a necessidade de um plano aprovado (na realidade, a gestão tem sido realizada caso a caso, pelos técnicos da câmara). Propunha também um gabinete de gestão e demonstrava uma preocupação ligada ao uso recente do centro histórico para lazer, relacionado com as acessibilidades proporcionadas pela ponte Vasco da Gama.

O concelho de **Almada** possui oito centros históricos. Entre 1991 e 1994, o município levou a cabo uma intervenção em Almada Velha, em que foram feitas obras em simultâneo em todo o centro histórico. Actualmente, esta experiência é encarada como um capital estratégico, uma vez que a intervenção simultânea em todo o centro histórico, ao abrigo de um grande programa de recuperação, é considerada a opção correcta a tomar. A ideia que é veiculada é a de que a solução que foi usada para Almada Velha deveria ser aplicada a outros centros históricos do concelho. De alguma forma, é uma estratégia algo imposta, legitimada discursivamente por ter havido uma experiência anterior, considerada satisfatória.

Em relação ao **Barreiro**, existe um centro histórico delimitado, que possui no seu interior duas delimitações diferentes, a do Barreiro medieval e do Barreiro pombalino. Este centro histórico constitui o local de origem de uma cidade que se estendeu para uma periferia suburbana que está neste momento a perder população. A gestão municipal do Barreiro tem apostado em políticas de desenvolvimento e na promoção de actividades culturais e é interessante observar que essa é uma das soluções apontadas para levar algum dinamismo ao centro histórico.

A relação do executivo da **Moita** com os quatro centros históricos do seu concelho é uma relação de um município que possui centros ainda relativamente dinâmicos e cujas áreas urbanas estão em expansão, pelo que as preocupações se prendem com a afirmação interna dessa realidade. Pensamos ser necessário referir o facto de o concelho da Moita ser composto por seis freguesias muito diferentes e por vezes pouco relacionadas entre si, constituindo Gaio-Rosário, Alhos Vedros, Sarilhos Pequenos e Moita, freguesias ligadas a actividades mais tradicionais (pesca, agricultura, construção naval) e com uma expansão urbana recente. Já a Baixa da Banheira e o Vale da Amoreira, possuem características muito distintas das anteriores. Ambas são muito mais densas, em termos de edificado, sendo a primeira muito ligada ao Barreiro, não só pela proximidade geográfica, mas por razões históricas, já que grande parte da sua população lá trabalhava (em especial nas fábricas da antiga CUF) e a segunda uma área residencial, principalmente, de imigrantes ou portugueses de origem africana.

O caso do **Montijo** é bastante particular, dado que este concelho se encontra dividido, localizando-se os centros do Montijo e da Atalaia na parte Oeste do concelho e Canha na parte Este. Uma vez que as duas partes do concelho são substancialmente diferentes, o centro histórico da cidade do Montijo é aquele que mais preocupações traz ao executivo, dado que sofre mais pressões e tem problemas acumulados mostrando bem a dificuldade de gestão de um centro histórico de um território metropolitano. O centro histórico da Atalaia nasceu em torno do santuário de Nossa Senhora da Atalaia e os seus limites e as preocupações com este centro têm sobretudo a ver com a desqualificação da expansão na sua periferia. Canha é ainda uma povoação bastante rural e o seu centro histórico relativamente representativo do total do conjunto. Contudo, o facto de esta zona da península ter neste momento muita procura para primeira e segunda residência, constitui motivo para preocupações relacionadas com a descaracterização do conjunto.

Palmela possui apenas um centro histórico, de características muito monumentais, e as preocupações com a sua gestão são mais antigas que na maioria dos outros centros históricos da península. Possui a vantagem inerente ao reconhecimento social da importância daquele espaço, mas a desvantagem de as expectativas em termos de rigor e de tolerância à mudança serem mais baixas. Ou seja, possui maior pressão exterior para manter o tradicional e tem de lidar com as necessidades da população residente face a essas pressões.

Os centros históricos do **Seixal**, à excepção de Paio Pires, que tem uma origem recente ligada ao passado industrial do concelho, são núcleos residenciais ribeirinhos, tradicionalmente muito ligados às actividades náuticas do transporte fluvial dos produtos da península para Lisboa. Tendo o Seixal sido o concelho que mais população ganhou nas últimas décadas, sendo a sua relação com Lisboa, em termos de deslocações pendulares, muito forte, os seus centros históricos tornaram-se um pouco periféricos e desarticulados do resto do concelho.

O centro histórico de **Sesimbra** tem uma localização geográfica que lhe confere algum isolamento, o que não impede que esteja sujeito ao mesmo tipo de pressões de expansão urbanística, em especial devido à sua importância como espaço balnear e pela procura de segunda habitação e de espaços de restauração. Estamos na presença de um centro histórico onde o peso dos residentes que possuem uma actividade tradicional (a pesca) é ainda grande e onde há que resolver diversas questões relacionadas com a melhoria das condições de vida dos residentes, mas onde a gestão tem, forçosamente, de estar também direccionada para as diversas pressões dos movimentos sazonais.

Setúbal é um concelho com centros históricos bastante díspares, dado que o centro histórico da cidade capital do distrito é totalmente diferente aos de Vila Fresca e Vila Nogueira de

Azeitão, com origem em palácios e quintas senhoriais de produção agrícola, nomeadamente de vinho. O centro histórico de Setúbal sofre as pressões decorrentes de ser núcleo original de uma grande cidade, com uma vasta zona industrial e portuária adjacente (dificuldades de circulação e estacionamento, necessidade de articulação com a envolvente) e com uma expansão urbana considerável. Possui ainda uma grande importância como área comercial e de lazer (inclusive a nível regional), mas o número de alojamentos vagos é, proporcionalmente, dos maiores da península, tal como observámos no ponto anterior. Desta forma, trata-se de um centro histórico onde há pouco investimento na recuperação das habitações e onde se assiste a algum despovoamento. Os casos de Vila Nogueira e Vila Fresca de Azeitão são muito diferentes. Esta área tornou-se muito procurada nas últimas décadas, quer para primeira quer para segunda habitação, pelo que a pressão de construção de novos edifícios é muito grande, fora e dentro dos centros históricos, à qual se associam riscos associados de descaracterização da paisagem tradicional da região.

Depois de observar os diversos concelhos da península, estamos agora em posição de fazer uma síntese e de tentar encontrar algumas semelhanças e diferenças. Verificámos que os concelhos com centros históricos de características mais monumentais, que habitualmente caberiam na definição mais tradicional de centro histórico, possuem um discurso em que a importância do valor histórico e monumental dos seus centros históricos funciona, por si só, como justificação para a intervenção. O interesse patrimonial reconhecido, quer a nível interno, quer a nível externo, justifica a necessidade de manter as pré-existências arquitectónicas. Este é o caso dos centros históricos de Palmela, Almada, Setúbal e também Vila Fresca e Vila Nogueira de Azeitão, embora estes já não num registo urbano, mas de quinta senhorial rural.

Os restantes centros históricos são encarados e geridos discursivamente de forma muito diferente. Por um lado, há um reconhecimento do seu valor, sobretudo, em termos de memória, em concelhos em rápida suburbanização, como é o caso dos centros históricos dos concelhos do Seixal, Moita e Montijo. Deste modo, o seu papel seria, sobretudo, o de manter a continuidade com um passado não muito longínquo, de características rurais ou industriais, e o seu principal problema é manter alguma coerência num contexto de pressão urbana desqualificadora, havendo a ideia de que esta memória assenta no edificado, que urge manter, com mais ou menos adaptações às necessidades do momento. Contudo, este é um discurso que, nitidamente, carece de propagação, uma vez que, aparentemente, o valor que é atribuído a estes centros históricos não é suficientemente reconhecido pela população para que esta preserve as suas características arquitectónicas, sem algo que a obrigue.

É clara a diferença entre os vários municípios da península, no que diz respeito à forma e às estratégias que delineiam para os seus centros históricos. Os executivos de Palmela e Setúbal possuem estratégias que passaram pela criação de uma estrutura municipal específica para tratar as questões dos centros históricos. Almada possui a experiência da intervenção em Almada Velha, que pretende capitalizar em núcleos futuros. O Barreiro levou a cabo algumas acções concertadas no centro histórico. A Moita realizou um projecto (ao abrigo de uma candidatura ao Programa Operacional de Lisboa e Vale do Tejo, apoiado pelo FEDER) para intervir nos vários espaços públicos de dois centros históricos do concelho, Moita e Alhos Vedros. Alcochete, Seixal, Montijo e Sesimbra têm realizado intervenções diversas no seus centros históricos, mas não de forma continuada. Tanto quanto pudemos avaliar, o município que realizou uma acção com mais continuidade foi o de Palmela. Independentemente da importância da existência de vontade política para apoiar as intervenções técnicas, pensamos que o facto de o centro histórico de Palmela ser um centro muito monumental, limitado por muralhas, poderá constituir um aspecto importante deste processo.

De uma forma geral, podemos dizer que um dos principais problemas dos centros históricos (que é, muitas vezes, o problema dos próprios concelhos) é também a falta de objectivos concretos e de um rumo para os atingir. Falta uma reflexão interna que avalie os caminhos possíveis, face aos recursos humanos e materiais disponíveis para o fazer, feita a par de uma reflexão mais alargada, com os moradores, os comerciantes e os industriais e outros agentes (associações, instituições de ensino). Depois, há que criar os meios legais de gestão desses espaços, de preferência, apoiados num planeamento de pormenor.

II.5.2 Criação de instrumentos de gestão territorial

Os Instrumentos de Gestão Territorial vigentes nos concelhos da Península de Setúbal (ver quadro em anexo) destinam-se sobretudo a ordenar o território urbano em expansão, não havendo nenhum município que possua um plano que seja dedicado exclusivamente aos seus centros históricos. O Seixal possuía um regulamento, que, como já vimos, foi integrado do PDM. Os restantes concelhos (excepto Palmela e Sesimbra) possuem disposições específicas – mais ou menos detalhadas – para os seus centros históricos, integradas nos seus PDM.

Na realidade, o tipo de planos que se elabora para solucionar os problemas é uma questão importante e existem vários tipos de situações e várias questões: em primeiro lugar, a escolha do formato de plano. Por exemplo, Alcochete possui um plano de salvaguarda, resultado do trabalho do GTL, que os técnicos usam como base para as suas decisões, embora este não tenha vigor legal.

O tipo de abordagem que é feito num plano pode diferir muito entre uma postura restritiva e de obrigatoriedade de cumprimento de determinadas características arquitectónicas e uma mais flexível, que indique várias alternativas possíveis. E, ainda que exista um plano, a forma como ele é aplicado é essencial para o bom cumprimento dos seus objectivos, uma vez que o plano, por si só, não é garante de uma boa prática. É nossa convicção que, se se pretende uma política eficaz, esses planos devem obrigatoriamente de ser feitos com plena participação da população e devem ser amplamente divulgados, de modo a que as regras e possibilidades de intervenção sejam claras para todos.

Por fim, temos ainda os planos de carácter supramunicipal. Os actualmente existentes não fazem menção específica aos centros históricos, seja por estarem fora da sua área de intervenção, seja porque dão prioridade a outras questões. É o caso do PEDEPES – Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal, que apesar de apresentar os centros históricos da península como pólos urbanos de variado grau de importância não lhes dá especial importância no desenvolvimento da península.

II.5.3 Outras iniciativas de gestão e promoção

Para além da gestão urbanística e das estratégias de intervenção directa no edificado ou no espaço público, existem outros tipos de iniciativas que se reflectem nos centros históricos. Gostaríamos de desenvolver aqui duas que têm tido algum relevo na Península de Setúbal.

Em primeiro lugar, a promoção do turismo e do lazer, com o objectivo de trazer visitantes de fora aos concelhos. Este tipo de promoção é feito sobretudo pelas câmaras municipais e pela Região de Turismo da Costa Azul (que abrange todos os concelhos do distrito de Setúbal) e tenta apelar para os potenciais visitantes, cativando-os através de imagens e conceitos apelativos.

Elaborámos uma análise da promoção efectuada através de folhetos e pequenas publicações, distribuídas nos postos de turismo e pelas câmaras em diversos locais. Observámos que são materiais que utilizam sobretudo fotografias tiradas em dias de bom tempo, onde há fortes contrastes cromáticos e a cor azul tem especial relevo.

Figura II.5.1 – Imagens promocionais da Costa Azul



Fonte: Região de Turismo da Costa Azul

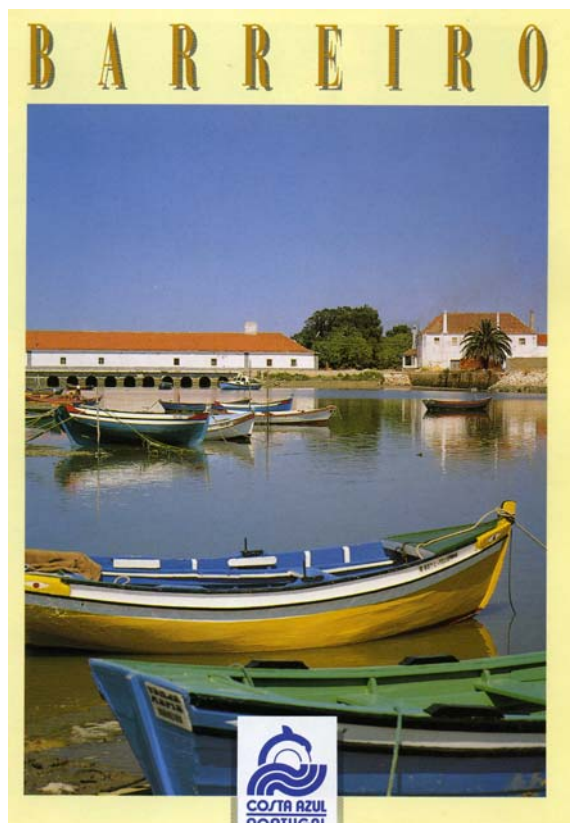
Este folheto promocional desta Região de Turismo, intitulado *Costa Azul Portugal um destino*, promove uma região onde se pode partir à descoberta de inúmeros espaços e actividades. Há um apelo ao tradicional, a par de actividades de aventura.

A Região de Turismo possui também um conjunto de folhetos que promovem individualmente cada concelho. Nestes, mantém-se a lógica de apresentação de temas tradicionais e há uma forte incidência de imagens relacionadas como o mar ou com os rios Tejo e Sado. É curioso verificar que estas imagens remetem para um imaginário que pouco tem a ver com a percepção que habitualmente existe destes concelhos.

Podemos verificar que há uma utilização de imagens relacionadas com festividades locais e com aspectos da vida rural da península. O concelho de Palmela surge-nos nas imagens promocionais fortemente monumentalizado (através do castelo e das suas muralhas) e ruralizado, havendo chamadas de atenção para a gastronomia e o folclore.

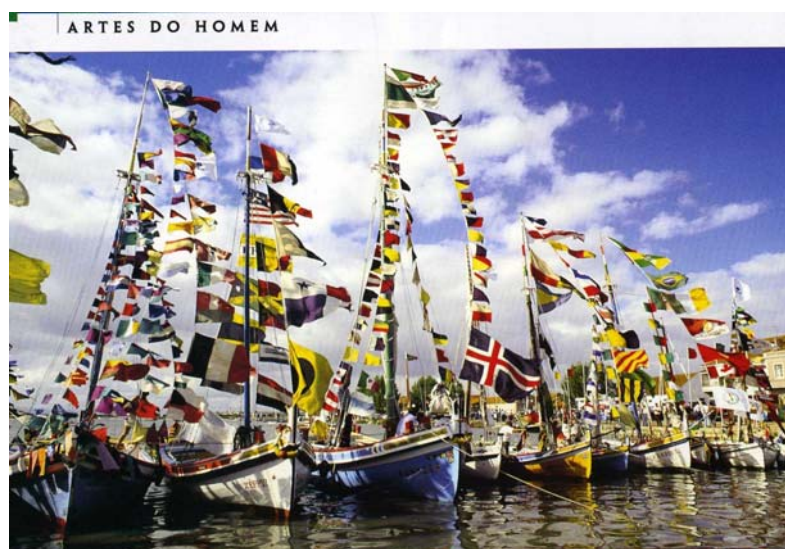
A Região de Turismo possui também um conjunto de publicações temáticas, em que são abordados temas como as igrejas e capelas.

Figura II.5.2 – Imagem promocional do Barreiro



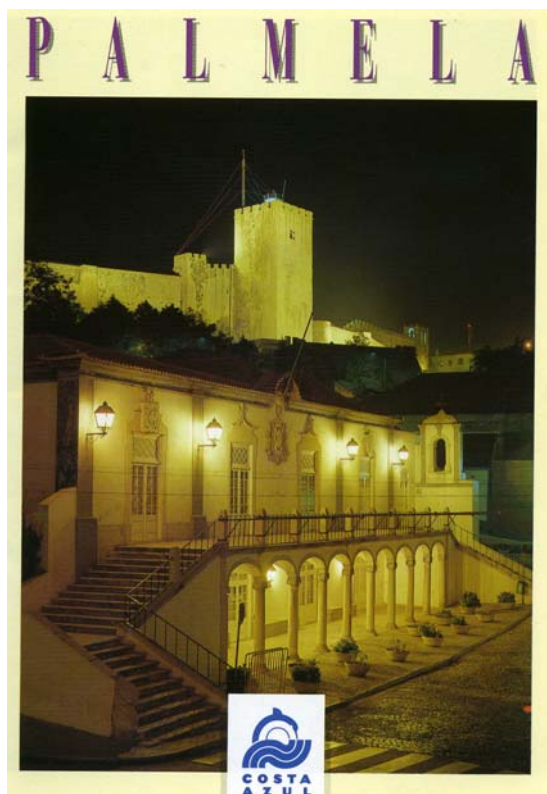
Fonte: Região de Turismo da Costa Azul

Figura II.5.3 – Imagem promocional da Moita



Fonte: Região de Turismo da Costa Azul

Figura II.5.4 – Imagem promocional de Palmela (castelo)



Fonte: Região de Turismo da Costa Azul

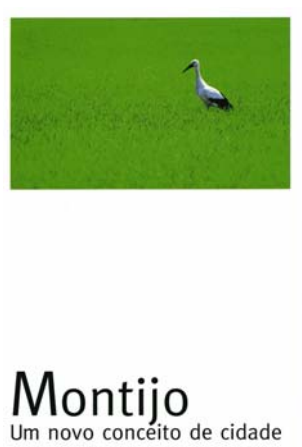
Figura II.5.5 – Imagem promocional de Palmela (rural)



Fonte: Região de Turismo da Costa Azul

As câmaras municipais adoptam por vezes este discurso expresso pela Região de Turismo e alguns dos materiais editados põem também a tónica nestas temáticas. Um exemplo é um conjunto de postais editados pela Câmara Municipal do Montijo, intitulado *Montijo Um novo conceito de cidade*, que apresenta um conjunto de imagens do património natural do concelho.

Figura II.5.6 – Imagem de postal do Montijo



Fonte: Câmara Municipal do Montijo

Contudo, muitas vezes, as câmaras procuram também divulgar outros aspectos do seu património, reflectindo o trabalho desenvolvido pelos seus técnicos.

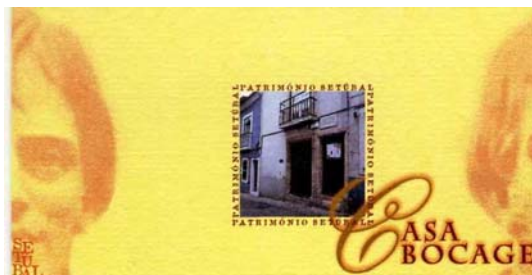
Figura II.5.7 – Folheto sobre a Siderurgia Nacional, Seixal



Fonte: Câmara Municipal do Seixal

Como podemos verificar, são apelos substancialmente diferentes daqueles que são feitos pela Região de Turismo da Costa Azul, que remetem para aspectos da história recente e da cultura local. Estas são abordagens viradas para os munícipes, para além de poderem cativar públicos de outros locais, interessados numa oferta cultural mais diversificada.

Figura II.5.8 – Folheto da Casa Bocage, em Setúbal



Fonte: Câmara Municipal de Setúbal

Nos últimos anos, as câmaras têm desenvolvido também esta temática nas suas páginas na Internet. É interessante verificar que é frequente a descrição do património do concelho aparecer associada ao *link* do turismo. Em relação aos centros históricos, quando surgem é a par do restante património do concelho (classificado ou não), apresentando uma breve descrição, e não havendo nenhum exemplo em que seja dado especial destaque a estes conjuntos de uma forma integrada.

No fundo, os centros históricos da península constituem os núcleos estruturantes da história e do desenvolvimento urbano do concelho, mas essa informação não figura na promoção turística da região, ou é apresentada de forma marginal. Depreendemos, pois, que – tal como referimos na Parte I – esta não será uma mensagem considerada importante para os promotores do turismo da região. Observámos que a aposta tem sido sobretudo na promoção turística associada ao património natural e à sua singularidade e a diversos aspectos do património cultural. O património edificado, quando surge, é habitualmente um património de cariz mais monumental. É nossa opinião que os centros históricos se encontram aqui implícitos (nomeadamente como espaços de comércio tradicional e restauração), como algo de inevitável (por exemplo, é impossível ir à praia de Sesimbra sem ir ao centro histórico) mas que não são um objectivo de promoção em si. A única excepção é o centro histórico de Palmela, que embora apareça sempre associado ao castelo, constitui com ele um todo, facilitado pela sua situação intra-muros.

Existem também circuitos turísticos que são independentes do esforço municipal ou da Região de Turismo. É o caso do “Circuito dos três castelos”, habitual em passeios organizados, de autocarro, que inclui os castelos de Sesimbra, Setúbal e Palmela (em dois dos quais funcionam Pousadas de Portugal). Este é um exemplo de um percurso turístico de um dia, realizado por visitantes de fora da península, muitas vezes em viagens de grupo, que tem poucos reflexos para a população local.

“É um circuito mais turístico, mais externo. Para os habitantes, não tem expressão nenhuma. Enfim, foi uma ideia que se conseguiu vender. De facto, há semelhanças entre

os três castelos e, de facto, eles tiveram, no passado, um papel que era articulado, porque um castelo via-se do outro e era permitido contactar entre um e outro, ao que dizem, com sinais luminosos, fumo, etc. É possível os três castelos avistarem-se e portanto constituíam uma barreira estratégica do ponto de vista militar, mas isso foi há mil anos atrás, há novecentos anos atrás. Portanto, para as pessoas não há nenhuma ligação especial entre o facto de haver os três castelos.” (Entrevista n.º 4)

Desta forma, o turismo e lazer surgem como uma forma de justificar a preservação do património, de atribuir um valor de marketing territorial a esse edificado, de, no fundo, lhe dar uma utilidade. Por outro lado, são também veículos de integração dos concelhos suburbanos na modernidade, na sua linguagem internacional, imagem que os municípios preferem, evidentemente, à de subúrbio desqualificado.

Uma outra forma de gestão e promoção do património é a construção de museus municipais. Na nossa opinião, a política museológica de cada concelho é ilustrativa não só, como é evidente, do património existente, mas também da mensagem que se pretende veicular para os residentes e visitantes, oferecendo uma leitura da forma como o município se vê a si próprio e pretende perpetuar o seu passado.

No caso dos museus da Península de Setúbal, registam-se duas grandes tendências. Os museus que tentam abordar os diversos aspectos da história do concelho, de uma forma abrangente, apresentando objectos de várias épocas, e os museus temáticos, dos quais destacamos os relacionados com vários tipos de indústria. Setúbal possui inclusive um Museu do Trabalho, onde se têm apresentado diversas exposições relacionadas com várias actividades e profissões do concelho.

Gostaríamos de desenvolver um pouco o caso do Ecomuseu Municipal do Seixal, dado que é uma experiência com algumas décadas, reconhecida nacional e internacionalmente. A estratégia patrimonial da câmara do Seixal assenta no trabalho do Ecomuseu. Esta procedeu à inventariação e musealização de diversas estruturas municipais: moinho de maré de Corroios, oficina de construção de miniaturas de barcos no Seixal, Igreja da Arrentela, Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços, Alto Forno da Siderurgia Nacional. Trata-se de uma estrutura polinucleada, virada numa primeira instância para a população do concelho, procurando preservar a memória local e jogar um papel importante na educação das gerações futuras do concelho. Tematicamente, é dado destaque às actividades tradicionais ancestrais e às actividades mais recentes, no âmbito da indústria. O facto de ter sido um museu criado com uma lógica eminentemente local não invalida que atraia um grande número de visitantes de fora do concelho, em especial da Área Metropolitana de Lisboa.

Desta forma, podemos verificar que a gestão das memórias do território levada a cabo pelos concelhos, assim como alguns mecanismos de divulgação, nem sempre são coincidentes com a imagem que a região de turismo a que este território pertence promove.

II.6 Uma península ou um conjunto de pequenos grupos?

Por fim, gostaríamos de abordar um tema que considerámos essencial para conhecer a península e compreender a sua dinâmica. A Península de Setúbal é um território com uma identidade própria, que poderá vir a ser entendido como tal em futuras acções relacionadas com os seus centros históricos (ou outras)? No fundo, questionamos se a Península de Setúbal constitui uma unidade identitária em si mesma e se existe ou não uma relação de pertença a uma área metropolitana.

Qual é a percepção dos eleitos e responsáveis locais face a esta questão? Achámos importante conhecê-la, de modo a melhor compreender as estratégias que cada município adopta.

Procurámos responder a estas questões sobretudo com recurso ao material recolhido nas entrevistas e chegámos à seguinte conclusão: a unidade da península enquanto espaço com uma identidade única não é um dado adquirido é antes uma percepção dinâmica, que se expande e se contrai consoante a temática a que os sujeitos se estão a referir nos seus discursos.

Os dados das entrevistas e do trabalho de campo revelaram a ausência de uma identificação ao nível da península, com duas excepções. A primeira é quando o tema do discurso é a menção político/económica a Lisboa (ou ao eixo Lisboa / Cascais). Neste caso, há um consenso de opiniões face a Lisboa, que surge como uma capital hegemónica, centralizadora de investimentos e benefícios sociais e culturais.

“Acho que há um bocado esse sentimento [de oposição margem Sul/margem Norte]. Uma das alturas em que eu senti isso foi nos trabalhos relativos ao PROT, nesta última fase. Nitidamente o poder está instalado em Lisboa, na margem Norte, digamos. Muitas vezes nem é propriamente em Lisboa, é naquele eixo, Cascais, Oeiras, por ali. Nota-se que, inclusive, as equipas dos planos são maioritariamente pessoas da outra banda, que conhecem muito mal a realidade da margem Sul. E a margem Sul é muito diferente, tem realidades muito diferentes da margem Norte. E nota-se, até pelas propostas... Não estou a dizer, até como cheguei a ouvir em mais do que uma reunião, que há uma intenção de marginalizar, ou de secundarizar, não estou com esse tipo de discurso. Mas nota-se que há muito menos conhecimento da realidade da margem Sul por parte das próprias equipas, e que, naturalmente, esse desconhecimento leva, de uma forma que não será intencional, a descurar alguns aspectos, a não ter propostas concretas.” (Entrevista n.º 8)

“Eu acho que há um sentimento, não da generalidade, mas das pessoas mais informadas, de porque é que está tudo do lado de lá e não está também do lado de cá. Esta

dependência é tremenda. E até para o nosso próprio ego, porque é que não há aqui condições para que não se vá ao lado de lá, porque é que está lá tudo?” (Entrevista n.º 2)

Um outro tema unificador, que está relacionado com o anterior é o passado industrial da península, que – embora não se tenha feito sentir com a mesma intensidade em todos os concelhos – abrangeu directa ou indirectamente todo o território.

“A península recebeu um «sacrifício industrial» durante décadas, trouxe sacrifícios ecológicos, foi um bocado isso que criou a unidade da península, a CUF, a Lisnave, a Setenave, etc. que trouxeram para a região muitas pessoas. (...) O que fez o crescimento desta península? Foram as migrações internas: alentejanos, ratinhos, algarvios, que vieram para a cortiça. Eu acho que esta unidade é mais social do que territorial.” (Entrevista n.º 2)

Na realidade, apesar de feita em moldes diferentes dos de outrora, continua a haver uma relação forte entre as duas margens, nomeadamente ao nível do comércio e do emprego, das quais muitas vezes sai beneficiada a margem Norte.

Outra conclusão é que existem, no interior da península, duas agregações distintas: os municípios ribeirinhos junto ao Tejo (Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete), mais relacionados com Lisboa e com as actividades de transporte fluvial e comércio com ela realizadas, e os municípios do Sul da península (Sesimbra, Palmela, Setúbal e Montijo Este), com identidades mais firmadas nas actividades agrícola e piscatória.

A circulação dos indivíduos entre a margem Sul e a margem Norte é parte integrante desta dinâmica. Um aspecto que considerámos interessante foi o facto de a construção da ponte Vasco da Gama ter “aproximado” a margem Norte dos municípios ribeirinhos tradicionalmente mais afastados de Lisboa, nomeadamente Montijo e Alcochete. A diminuição da distância/tempo proporcionou o aumento de população pendular nestes concelhos, mas criou também oportunidades de deslocação mais rápida à margem Norte. Neste sentido, observámos que a área do Parque nas Nações, incluindo o Centro Comercial Vasco da Gama, se tinham tornado um destino habitual de lazer para a população desta área da península, sobretudo dos mais jovens. Este tipo de relação de lazer com a margem Norte existia já nos concelhos mais próximos de Lisboa (Almada, Barreiro, Seixal e, até certo ponto, Montijo), suportada sobretudo pela ligação fluvial e pela ponte 25 de Abril. Na realidade, grande parte dos inquiridos afirmou ter alterado os seus hábitos de lazer após a inauguração da Ponte Vasco da Gama.

Um outro fenómeno interessante passa-se com o concelho de Almada que parece ser considerado como um concelho “de costas voltadas para a península”, considerado quase uma

extensão de Lisboa. Isso mesmo foi afirmado pela vereadora do pelouro do urbanismo de Almada:

“Nós estamos muito ligados a Lisboa. Estes concelhos têm crescido muito a nível habitacional. Almada é diferente e tem uma ligação muito estreita e muito antiga a Lisboa, mais do que propriamente ao Seixal ou a Setúbal. O sentido da deslocação da população, e isso tem muito a ver com os transportes é mais para a margem Norte. Até porque muita gente daqui ainda trabalha em Lisboa, mais do que para aquele lado. (...) Acho que nós nos identificamos muito mais com a Área Metropolitana de Lisboa e com Lisboa. Não deixamos de nos identificar com a península, mas estamos mais próximos de Lisboa.” (Entrevista n.º 5)

Os entrevistados das outras câmaras municipais parecem partilhar esta opinião, considerando que Almada, embora fazendo parte da península (nomeadamente, no que diz respeito ao seu passado industrial) possui menos relações com os seus concelhos do que com a cidade de Lisboa. Consideram também que é uma cidade com uma dimensão razoável, pelo que possui alguma autonomia e uma dinâmica própria no seu interior.

Procurámos também compreender qual a relação dos vários municípios da península com a sua capital de distrito.

“As pessoas de Alcochete não se revêem na península. O próprio distrito foi completamente artificial. Havia uma relação com Setúbal, antes da ponte, mas que já se estava a esbater. Hoje em dia, os municípios do arco ribeirinho não têm relação nenhuma com Setúbal. Não há um sentimento de unidade, digamos, regional, que se reveja em Setúbal enquanto núcleo central. Têm relação com Setúbal como o Barreiro poderá ter com o Montijo ou com Almada, Setúbal está neste âmbito, não aparece como a sede de coisa nenhuma.” (Entrevista n.º 8)

A proximidade a Setúbal enquanto cidade e capital de distrito é maior nos concelhos do Sul da península, Sesimbra e Palmela, que possuem relações sociais e económicas mais fortes com a cidade. Os restantes municípios sentem menos afinidade, mas não põem em causa a legitimidade de Setúbal como capital administrativa do distrito.

“A capital ser Setúbal é mais em termos teóricos. Não é a primeira cidade, em termos de dimensão (não é por ser de Almada...). Setúbal não é reconhecida como a cidade mais importante da península, não é a que tem mais movimento. Eu não sei se Almada seria a mais indicada para ser capital, mas Setúbal... eu, como almadense, no distrito, não sinto Setúbal como a capital. Eu acho que Setúbal acaba por ser administrativamente. E acho que também ninguém contesta.” (Entrevista n.º 7)

No fundo, observamos um território com uma memória comum, com uma identidade reforçada por oposição à capital, mas onde prevalecem as lógicas locais, da gestão municipal.

As opções políticas e administrativas têm tentado caminhar para estratégias comuns, mas cada município acaba por privilegiar uma actuação centrada apenas nos seus limites.

“Os municípios têm normalmente uma perspectiva individualista da gestão e da administração do seu território. Salvo excepções muito particulares, em que porventura resultem grandes benefícios para cada um dos municípios, os municípios têm alguma relutância em associar-se aos outros para fazer o que quer que seja.” (Entrevista n.º 8)

No fundo, há que reconhecer a existência de um território complexo, onde coexistem diversas realidades e onde a questão da escala é fundamental para compreender a actuação dos municípios, designadamente com os seus centros históricos. Se, por um lado, “a Península de Setúbal é um conjunto de pequenos grupos” (Entrevista n.º 7), onde prevalecem lógicas municipais viradas apenas para o próprio concelho, por outro, há alguma união regional, fundamentada numa identidade que não é alheia à lógica metropolitana, uma vez que se afirma precisamente face à capital.

Parte III. Centros históricos da Península de Setúbal: discussão

III.1 Centros históricos: mitos e realidade

Depois de apresentar o caso de estudo que escolhemos para desenvolver os objectivos e as questões que nos propusemos discutir nesta dissertação, apresentaremos agora algumas reflexões resultantes da análise dos dados recolhidos. Associados às diversas problemáticas relacionadas com núcleos antigos ou centros históricos surgem muitas vezes textos e depoimentos que os caracterizam como sendo locais onde predominam edifícios de construção antiga, frequentemente com más condições de habitabilidade, onde residem habitantes de idade avançada, na sua maioria inquilinos com fracos recursos económicos.

Estes são, aliás, alguns dos principais problemas que são apontados quando se fala da gestão destes espaços. Nas entrevistas realizadas, no âmbito desta dissertação, aos responsáveis políticos dos nove municípios da Península de Setúbal (presidentes, vereadores ou chefes de divisão) os elementos discursivos que dizem respeito aos núcleos antigos estão repletos destas noções. É frequente, por exemplo, os responsáveis políticos pela gestão destes espaços afirmarem que a degradação do edificado é resultado de os habitantes não serem os proprietários, mas sim inquilinos que pagam rendas muito desactualizadas, que não permitem que os senhorios tenham recursos para recuperar os imóveis. Desta forma, encontrámo-nos na presença de um discurso que perpetuava uma imagem que urgia na nossa opinião analisar mais detalhadamente, de modo a, por um lado, conhecer a realidade dos núcleos antigos e, por outro, compreender se determinados elementos, que persistem nos discursos actuais, se tornaram mais do que realidades, mitos sobre os núcleos antigos.

III.1.1 População

A população dos centros históricos é um elemento-chave para a sua compreensão e gestão: sabendo quem lá reside, podemos compreender os seus estilos de vida, as opções que tomam em relação ao edificado e fazer alguma previsão do seu comportamento face às políticas que se pretendem implementar.

Elke Ennen apresenta três tipos de habitantes de centros históricos: a) aqueles que estão “amarrados” a eles, por razões diversas (falta de poder económico para mudar, estarem tão bem integrados que não põem a hipótese de ir embora, motivos profissionais, opção por um arrendamento mais barato); b) aqueles que são “conhecedores” dos prós e contras de viver nos centros históricos e escolhem conscientemente fazê-lo, de preferência em edifícios com valor patrimonial. São os que podem “pegar ou largar”, que conhecem as vantagens e desvantagens e escolhem residir no centro ou não, consoante as circunstâncias; c) por fim, temos os

“rejeitadores”, que conhecem as vantagens e desvantagens, mas preferem viver fora do centro, ainda que possam manter laços económicos com ele, por exemplo como local de trabalho, mudando-se assim que têm oportunidade. Para estes, o centro é um local cuja importância é mais funcional do que estética, embora a influência de projectos de revitalização os possa fazer mudar a sua perspectiva (Ennen 2000).

Normalmente, o facto de estar “amarrado” a um centro histórico está relacionado com o factor tempo. Os residentes de longa duração têm laços mais fortes com estes espaços do que os novos moradores. Desta forma, não é de admirar que muitos dos habitantes dos centros históricos sejam idosos que aí residem há largas décadas (por vezes, desde sempre) e que não desejam mudar. Por vezes, além desta vontade existe também uma falta de poder económico para o fazer. Verificámos, no caso da Península de Setúbal, que, de facto uma parte muito significativa da população dos centros históricos é uma população idosa e reformada ou sem actividade económica. Esta é, pois, uma ideia que, empiricamente, confirmámos. Verificámos também que os agregados familiares são pequenos, pelo que existem muitas pessoas idosas a residir sozinhas.

O papel da gentrificação não é muito visível na Península de Setúbal, em termos de centros históricos, pois os jovens que se instalam nestes concelhos preferem nitidamente residências em novas áreas de expansão urbana.

Apesar desta gentrificação não ser predominante, verifica-se que centros histórico como o de Alcochete e de Palmela são procurados por novos residentes, que sendo população metropolitana desejam residir em centros históricos, mas não no da cidade principal. São os “conhecedores”, indivíduos que tomam conscientemente a decisão de habitar num centro histórico, levados habitualmente pela busca de uma “diferença” onde se destaca a “pureza” do espaço. Muitas vezes, são pessoas com um nível de escolaridade elevado, que se preocupam com o património e o urbanismo local. Falámos com alguns novos residentes que nos referiram como vantagens o sossego, as relações de proximidade, o comércio local, o ritmo de vida menos acelerado do que na cidade principal e mesmo a simpatia dos habitantes locais. Ou seja, existe uma procura de espaços que associam a vivências mais tradicionais (onde o interconhecimento é uma realidade) e os aspectos mais negativos (como o apertado controlo social) são diluídos pelo facto de uma parte da vida destes indivíduos (trabalho, relações familiares, lazer) ter lugar fora do centro histórico, muitas vezes fora do concelho.

Curiosamente, muitos dos novos residentes do centro histórico de Alcochete provêm da margem Norte, o que não se passa no resto da península, fenómeno potenciado pela ponte Vasco da Gama. Neste caso há uma procura de edifícios novos, que estão a ser construídos

em locais onde foram demolidos edifícios de arquitectura tradicional. O rejuvenescimento demográfico dos centros históricos faz-se muitas vezes à custa do edificado tradicional, o que pode constituir um dilema: se, por um lado, se deseja que haja novos habitantes, por outro, as mudanças no centro histórico podem alterá-lo e comprometer a vinda de outros moradores.

“Agora há um fenómeno muito giro, quem é mais crítico do crescimento, quem receia mais, não são moradores originais, são os novos moradores (...) Para os novos moradores, repare, o que acontece é que eles vieram para Alcochete porque era calminho, agradável, diferente dos sítios de onde eles vinham, porque tinha as vantagens de um espaço mais rural, ou menos denso em termos urbanos. Mas, por outro lado, e porque são pessoas que conhecem as outras realidades, têm medo que isto se transforme naquilo de onde eles vieram. E não querem. Querem vir para cá, mas depois não querem que venha mais ninguém. É uma posição compreensível mas um tanto ou quanto egoísta. Dá ideia de que eles queriam vir para cá, mas ser os últimos.” (Entrevista n.º 8)

Em suma, de uma forma geral, a ideia que existe sobre a população dos centros históricos é confirmada pelos dados que analisámos. Contudo, as potencialidades de atracção por parte de novos habitantes são um factor a considerar, à luz de semelhantes tendências internacionais e também das características do património edificado da Área Metropolitana de Lisboa.

III.1.2 Edificado e habitação

Da análise dos dados apresentados na Parte II, constatámos que, ao contrário do que inicialmente os entrevistados nos relataram e do que o senso comum nos ditava, existem muitos edifícios nos centros históricos que remontam à segunda metade do século XX. Existe também alguma tendência para a renovação urbana dos centros históricos da Península de Setúbal. Quando comparámos os dados de 1991 com os de 2001, verificámos que a nova construção é feita à custa do desaparecimento do tecido urbano mais antigo. Esta é sem dúvida uma tendência que necessita de ser avaliada com mais detalhe – se é positivo que os centros sejam realidades dinâmicas, não deixa de ser um pouco preocupante que estejam a desaparecer os edifícios antigos. De qualquer forma, podemos começar a pôr de parte a ideia de que os centros históricos desta região possuem apenas edifícios muito antigos.

Outra ideia muito comum é a de que os alojamentos dos centros históricos são, principalmente, arrendados, o que dificulta a sua gestão e provoca a degradação dos imóveis. Com os dados que possuímos podemos afirmar que o número de proprietários que reside nos alojamentos ocupados não só é elevado (mais de metade dos alojamentos são ocupados pelos seus proprietários), como, de 1991 a 2001, aumentou o número de proprietários a residir nos

centros históricos. O facto de haver proprietários não implica que estes possuam rendimentos para intervir nos seus imóveis, até porque a maioria, como vimos no ponto anterior, é idosa e sem muitos rendimentos. Talvez seja essa uma parte da explicação do abandono parcial dos edifícios e não apenas o facto de serem arrendados.

Em suma, algumas das ideias que são veiculadas sobre os centros históricos, inclusive pelos responsáveis pela sua gestão, não correspondem totalmente à realidade. Já no que diz respeito à população entrevistada, o discurso corrente aproxima-se muito da realidade. Há aqui uma metonímia discursiva, em que o todo dos centros históricos é caracterizado apenas por uma parte, ou seja aquilo que são os seus habitantes. Porque muitos são idosos e com poucos recursos, presume-se que as suas casas também o são. Contudo, constatámos que não é exactamente assim, uma vez que muitos dos edifícios são da segunda metade do século XX e possuem condições mínimas de habitabilidade. Por outro lado, existe uma tendência clara para a construção de novos edifícios (muitas vezes ocupados por novos residentes) – e nem todos se destinam para o sector terciário, uma vez que este não aumentou tão significativamente como a nova construção.

III.2 Modelos de gestão no contexto metropolitano

III.2.1 População nova ou edifícios velhos?

Observámos os modelos de gestão praticados em relação ao edificado dos centros históricos e encontramos-nos perante um dilema. A tendência dos últimos anos tem sido a de remodelar algum do edificado, mas também de construir de raiz, demolindo os edifícios pré-existentes e dar resposta à procura de habitações novas (com plantas semelhantes às que se fazem fora dos centros históricos e preferencialmente com estacionamento). Pensamos que há aqui duas questões que merecem atenção. A destruição do edificado pré-existente, se não for controlada, poderá transformar os centros históricos em algo completamente diferente daquilo que os fez classificar nessa categoria. O problema não nos parece estar na mudança em si, dado que ela é essencial à sobrevivência dos espaços humanizados e em especial dos que têm valor histórico, mas sim fundamentalmente na forma como se procede a essa mudança.

“Es bueno recordar que algunos famosos conjuntos urbanos, que estamos acostumbrados a considerar como unidades arquitectónicas globales, tardaran siglos en desarrollarse. La plaza de San Marcos en Venecia es un buen ejemplo. (...) Asi, pues, el tiempo empleado en la creación de la plaza de San Marcos fue de aproximadamente mil años; su forma evolucionó a lo largo de varias generaciones, en parte por el agrupamiento en cierta medida casual de edificios públicos y en parte por un diseño consciente.

En consecuencia, es importante para nosotros saber algo acerca de la influencia recíproca del factor tiempo y del medio ambiente social sobre la naturaleza de las tipologias urbanas”. (Johnson-Marshall 1966: 27-28)

Uma das questões a ter em atenção ao operar este tipo de mudanças é o facto de muitos dos lotes dos centros históricos que estudámos possuírem não só o espaço do edifício, mas também algum espaço de logradouro. Normalmente as construções novas fazem-se ocupando e impermeabilizando todo o solo disponível, o que, se for feito de forma intensiva pode ter como consequência acentuados desequilíbrios, uma vez que os centros históricos são habitualmente áreas onde escasseia o espaço não impermeabilizado. Falamos de desequilíbrios como a concentração de calor, a eliminação de espaços verdes ou a acumulação de águas pluviais, em áreas que não estão preparadas para estas alterações, com consequentes perdas de qualidade de vida.

Um outro ponto prende-se com aquilo que, efectivamente, se constrói e reconstrói. Os pressupostos de Camilo Boito e as teorias modernas de restauro não parecem ter tido grande eco nas intervenções levadas a cabo na arquitectura residencial dos centros históricos. Há que reconhecer que os monumentos têm características diferentes da arquitectura residencial:

normalmente são mais antigos e de maior dimensão, tiveram projectos arquitectónicos que são conhecidos e são edifícios únicos. A arquitectura tradicional residencial tem características distintas, uma vez que o que a define é o seu carácter vernacular, o facto de ter sido feita com recurso a séculos de sabedoria tradicional, técnicas e materiais locais, pelo que – muitas vezes – a avaliação do conjunto é o factor mais importante, independentemente da existência de grandes obras isoladas. Desta forma, não defendemos que adoptar totalmente os mesmos pressupostos da teoria do restauro de monumentos seja exactamente o caminho a seguir, mas antes que poderia ser uma base de reflexão a ter em conta, com as devidas adaptações.

Contudo, observamos que os actuais modelos de gestão não dão suficiente importância a aspectos como a utilização de técnicas e materiais tradicionais (a única excepção é, talvez, as caixilharias). A preocupação principal é com a cor, a volumetria e outros aspectos que têm sobretudo a ver com a estética do edifício quando visto do exterior. Talvez essa seja uma das razões para o sucesso do *pastiche* nos últimos anos. Assim, mantém-se uma estética exterior, que parece agradar também aos proprietários, embora o edifício possa não ter já nada de genuíno, em termos de materiais ou mesmo de proporções. Na realidade, nos últimos anos, o gosto vigente parece apontar para um retorno a alguns aspectos que eram atribuídos à casa portuguesa, em meados do século XX (cor branca, varandas, beirados), revelando uma percepção apoiada em representações do real mais do que no próprio real.

“Muito mais grave é o momento que atravessamos, em que ganhou o bom-gosto. Agora, até as casas mais baratas e mais populares têm os tiques das casas das “tias”: todas pintadas de branco ou de amarelo, as portadas verdes de alumínio, aos quadradinhos, a fingir que são de madeira e com vidro duplo, com uma proporção completamente canhestra.” (Dias 2006)

Esta opção torna-se mais preocupante quando a construção é feita de raiz com estas características, porque nestes casos aplica-se frequentemente uma estética do detalhe a todo o edifício, que tem já proporções muito diferentes das tradicionais. É importante referir que, muitas vezes, os técnicos que trabalham na área mostram a sua preocupação, mas que a decisão final pende quase sempre para a adopção de uma lógica de *pastiche*. Inclusive, por vezes, o próprio IPPAR, que tem de dar parecer sobre obras que se localizam na zona de protecção de imóveis classificados, incentiva um pouco este tipo de intervenções.

Esta reflexão conduz-nos a uma nova questão, a da introdução da arquitectura contemporânea em centros históricos. As actuais tendências internacionais pretendem que haja alguma integração entre o moderno e o contemporâneo, sem prejuízo da manutenção de algumas características essenciais aos centros históricos, como a manutenção de escalas que a eles se

adequém. Em 1983, o Conselho da Europa aprovou uma resolução (Resolução 813) sobre a arquitectura contemporânea, em que chama a atenção para a importância da sensibilização da população, através de formação estética, educação ambiental, exposições e debates, e da formação de arquitectos e nalguns casos de urbanistas. A Resolução convida as autoridades a adoptar atitudes mais positivas em relação à introdução de arquitectura contemporânea em centros históricos e apela para que os regulamentos de conjuntos e sítios protegidos sejam suficientemente flexíveis para que essa integração possa ter lugar.

Embora seja, na nossa opinião, inquestionável que os edifícios dos centros históricos devem ser adaptados aos padrões de conforto de hoje, interrogamo-nos se não seria preferível, caso essa adaptação não deixe mais do que a anterior fachada, optar pela introdução de edifícios contemporâneos.

Esta é, sem dúvida, uma das questões mais difíceis de gerir e regulamentar nos centros históricos, pois tratando-se de conjuntos de edifícios há que definir uma lógica para todo o edificado. Se as intervenções forem feitas sem uma ideia de conjunto é possível que, passado algum tempo, se perca aquilo que dava coerência ao todo. Desta forma, definir até onde pode ir a mudança é uma decisão complexa, o que, de certa forma, torna mais simples e menos arriscada a opção por uma conservação mais integral, com regras mais estritas de manutenção do edificado. Transformar o que existe sem destruir o carácter e valores existentes não é de facto tarefa fácil ou acessível a todos os profissionais ligados aos projectos de construção.

III.2.2 O “bilhete-postal” dos cidadãos?

Como vimos no ponto anterior, estamos na presença de centros históricos onde a tendência é para manter uma imagem bastante tradicional, sobretudo no que diz respeito ao edificado, onde o *pastiche* é melhor aceite do que as intervenções contemporâneas. Estamos na presença daquilo a que João Leal chamou uma arquitectura “pastoralista”, que constitui “O bilhete postal dos cidadãos” (Leal 2000), que na Península de Setúbal é algo de bucólico, que mantém os laços com o passado, mais ou menos rural, consoante os centros históricos.

Pensamos que esta forma de conservar os centros históricos está relacionada com duas razões: em primeiro lugar, o relativo isolamento dos centros históricos da península, face à expansão urbana e ao progressivo peso da metropolitanização fez com que eles se tornassem um símbolo do passado pré-suburbano da região, seja de cariz mais rural ou industrial. Em segundo lugar, tem havido uma intenção deliberada de os renovar como tal, seja dos próprios

habitantes (novos ou antigos) que neles encontram espaços de excepção no contexto metropolitano, seja dos municípios.

A promoção turística dos concelhos está muito ligada a este último ponto. Na realidade, manter estes centros históricos com uma imagem tradicional, alternativa ao restante território da península e de toda a área metropolitana, permite garantir um espaço de reforço da identidade local e, simultaneamente, de promoção para o exterior. Essa é também a razão pela qual estes espaços são, muitas vezes, os locais de realização dos vários rituais agregadores da comunidade.

Consideramos que o turismo pode ser um motivo para a existência de um centro histórico, mas que não pode ser o único. Segundo Erik Cohen, um sistema turístico possui uma região bem desenvolvida rodeada de áreas pouco desenvolvidas em termos turísticos (Cohen 1985). A nosso ver, no contexto da Área Metropolitana de Lisboa, o sistema turístico é claramente definido pelo eixo Lisboa / Cascais / Sintra, sendo o restante território menos significativo em termos de turismo, em especial no que diz respeito a turistas de outros países. É naqueles concelhos que se concentra a maior parte da oferta hoteleira (em especial em Lisboa e em Cascais, uma vez que Sintra acaba por ser um destino de excursão de um dia). Desta forma, a Península de Setúbal recebe um tipo de visitantes mais ligado às excursões diárias e à permanência durante o fim-de-semana, relacionada com a segunda habitação.

Neste contexto, os centros históricos não são propriamente destinos turísticos, no sentido em que se vai conhecer algo de novo, mas antes de passeio, de revisitação a um tipo de espaço urbano mais ou menos desaparecido (pelo menos para quem não habita neles e apenas os observa ao fim-de-semana, quando, também eles, estão fora do seu ciclo do quotidiano), associado – muitas vezes – a experiências gastronómicas ou de visita a espaços de referência familiar. Mesmo quando se trata da primeira deslocação a esses centros, os indivíduos possuem expectativas, relacionadas com a sua memória individual e com a construção social que existe dos centros históricos das áreas metropolitanas. Neste sentido, parte do papel dos centros históricos da Península de Setúbal é de facto o de “bilhete-postal”.

Neste sentido, a existência de uma rede de centros históricos pode constituir uma aposta de grande interesse, com base na promoção de alguns serviços especializados (tais como o pequeno comércio e a restauração), desde que sejam aprovados pelos respectivos municípios, nomeadamente através dos instrumentos de ordenamento do território e dos projectos de arranjo urbanístico que lhes sejam especialmente dedicados. Os pequenos e médios centros históricos poderão assim afirmar-se por oposição às grandes superfícies polivalentes, onde é

possível encontrar produtos com origens e qualidades muito diferentes, oferecidas pela globalização.

Uma rede de centros históricos especializados em determinados produtos regionais de qualidade pode não só aumentar a atracção daqueles que procuram, como vimos, espaços diferentes para habitar, como também apoiar as populações flutuantes que procuram esses espaços para as férias, para a cultura e para o lazer.

III.2.3 O papel dos técnicos e dos planos

Tal como verificámos na Parte II, os municípios da Península de Setúbal possuem poucos planos especificamente direccionados para os centros históricos, o que é, a nosso ver, negativo para a sua gestão. Na realidade, seria positivo que todos os centros históricos estivessem dotados de planos de pormenor ou de um regulamento municipal, onde fosse clara a política a implementar nesses espaços.

A ausência de planos tem como consequência uma gestão casuística por parte dos técnicos de cada câmara, que o fazem com base na sua experiência profissional, mas sem um suporte que legitime a sua acção, o que poderá ter resultados perversos (no limite, seria possível existirem decisões opostas, da responsabilidade de técnicos diferentes).

A existência de planos que suportassem o trabalho técnico seria uma vantagem não só para os técnicos mas, e sobretudo, para a população, que teria, desde logo, conhecimento das regras aplicadas àquele espaço. Desta forma, quer os actuais quer os potenciais habitantes, comerciantes e proprietários estariam na plena posse de todos os dados necessários à intervenção.

III.2.4 As grandes intervenções

Nos últimos anos, algumas das intervenções em centros históricos têm sido realizadas sob aquilo que poderemos chamar de estratégias de conjuntura. Trata-se de intervenções de larga escala, realizadas em momentos-chave, de natureza diversa - realização de grandes eventos, como o Porto Capital da Cultura ou a existência de fundos comunitários que podem ser canalizados em determinada altura, como a Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal, que deu origem à intervenção em Almada Velha, e o programa Polis.

As grandes intervenções possuem diversas vantagens. Canalizam, num curto espaço de tempo, verbas consideráveis para um objectivo e conseguem resultados visíveis a curto e

médio prazo, o que pode ser importante para cativar o interesse dos habitantes e também de visitantes e investidores por determinado espaço. Por outro lado, estes projectos permitem intervir simultaneamente nas infra-estruturas e no espaço público, resolvendo problemas de fundo de uma forma integrada, sendo por vezes possível intervir também no edificado privado.

Contudo, embora os resultados possam ser positivos, são estratégias que carecem de enquadramento e de continuidade. Quando estas grandes intervenções são realizadas em cidades, muitas vezes canalizam para si uma grande quantidade de recursos e fundos, tendo como consequência o abandono de outras zonas e o desvio de recursos para um único projecto mediático.

Habitualmente, estes projectos envolvem obras de grande dimensão, que interferem com o abastecimento (de gás, água e electricidade) e com a gestão do trânsito, podendo até implicar realojamentos temporários. São intervenções que funcionam muitas vezes com grandes atrasos e prazos apertados. Por esta razão, a dificuldade de promover uma participação da população adequada e de qualidade é grande, esperando-se, muitas vezes, que o projecto final satisfaça a população, mas sem conhecer previamente a sua opinião.

É nossa convicção que, embora possa valer a pena aproveitar oportunidades de realizar grandes intervenções em centros históricos, há que pensar em fazê-lo a outras escalas e também numa lógica mais integrada, no âmbito de estratégias mais vastas e continuadas, procurando que a programação da obra inclua tempo suficiente para informar a população e permitir que ela participe o mais a montante possível da realização do projecto.

III.2.5 Intervenções de continuidade: o exemplo de Guimarães

Neste ponto, gostaríamos de falar um pouco de uma experiência de intervenção que confirma o que foi discutido no ponto anterior, dado que se baseia em actuações continuadas, durante vários anos.

Trata-se do exemplo da Câmara Municipal de Guimarães na gestão do seu centro histórico. Quando foi formado o Gabinete Técnico Local, em 1985, a estratégia da câmara municipal consistiu em fazer primeiro um levantamento completo da situação, tendo definido depois uma actuação baseada em três tipos de acções fundamentais:

- apoio aos moradores, em termos dos seus projectos (tendo como referência o prazo de um mês para a aprovação dos projectos) e acompanhamento das obras, mantendo uma proporção de utilização dos imóveis, de forma a que a habitação continue a ser a função

principal do centro histórico (sendo as áreas comerciais e de serviços apenas permitidas nos pisos térreos);

- aquisição por parte da câmara de edifícios de maior dimensão e com valor patrimonial para recuperação e instalação de serviços públicos (paços do concelho, Gabinete Técnico Local, biblioteca, tribunal, arquivo municipal);

- intervenção concertada no espaço público.

Foi elaborado um regulamento (RICUH 1994) para apoio à gestão e a aposta principal foi a de manter uma continuidade temporal, mantendo uma coerência de princípios de intervenção. O regulamento rege os processos de licenciamento de obras no centro histórico, a forma de os instruir, a utilização dos edifícios e um conjunto de regras relacionadas com a arquitectura e decoração dos edifícios: materiais a utilizar nas coberturas, paredes, pavimentos e caixilharias e instruções sobre a aplicação de vãos, montras, caixilharias e toldos. É ainda de referir que a autoria dos projectos é obrigatoriamente de arquitectos. Em relação às infra-estruturas, a câmara renovou as infra-estruturas de base e colocou televisão por cabo em todo o centro histórico.

Em suma, trata-se fundamentalmente de uma estratégia de conservação do pré-existente e de alteração controlada do edificado e das suas funções, que tem o benefício de vinte anos de experiência, de vontade política e de acção concertada e teve como consequência a classificação do centro histórico de Guimarães como património mundial.

Em termos de apoios financeiros, as obras têm sido sobretudo apoiadas pelo programa RECRIA, tendo havido também uma intervenção no espaço público, suportada pelo programa Polis.

Neste momento, a Câmara pretende estender a sua actuação em termos de centro histórico, criando uma zona de protecção, que se estende a uma zona mais alargada, já fora das muralhas.

Curiosamente, ao contrário de algumas das estratégias que vimos na Península de Setúbal, a Câmara Municipal de Guimarães não tem centrado a sua aposta em equipamentos ou actividades culturais, embora existam algumas iniciativas nessa área e um folheto distribuído no posto de turismo.

Na opinião do arquitecto com que contactámos durante o trabalho de campo, os principais problemas na gestão deste espaço são: a existência de muitas casas ocupadas por inquilinos, o baixo número de jovens a residir no centro histórico e a gestão do trânsito e do estacionamento. Em termos de promoção face ao exterior, regista-se um deficit de divulgação

e de eventos que potencie a permanência dos turistas, em número crescente, uma vez que o tempo habitual de visita a Guimarães é de um dia, regressando depois os visitantes a outras cidades, como o Porto ou Braga.

A classificação como Património Mundial é considerada pela câmara o culminar de uma estratégia de intervenção e não como um meio para qualquer outro fim. Admitem, no entanto, que a classificação trouxe um reconhecimento junto da população, que se revê como parte do processo, o que facilita o trabalho de gestão do centro histórico, pois é mais simples as pessoas compreenderem a necessidade de cumprir as regras. De qualquer forma, segundo a opinião dos técnicos da câmara de Guimarães, a aceitação pela população do regulamento e das intervenções da câmara tem sido boa, ao longo das várias décadas de intervenção.

Esta é, na nossa opinião, uma experiência muito interessante, da qual se poderão tirar algumas lições para o caso de estudo da Península de Setúbal. Por um lado, parece-nos um ponto crucial a existência de um documento onde seja clara a estratégia de uma intervenção, que resulta de um levantamento exaustivo e de uma vontade técnica e política concertadas. Por outro lado, a presença de uma estrutura técnica pluridisciplinar de apoio à intervenção é fundamental para dar seguimento de forma consistente à estratégia delineada, fornecendo à população o acompanhamento técnico necessário para assegurar a qualidade das intervenções.

III.3 Espaço público

O espaço público nos centros históricos era em Portugal tradicionalmente um espaço multifuncional: de circulação, de comércio (muitas vezes feito ao ar livre), de encontro e convívio, de controlo social, funcionando por vezes até como uma extensão da casa (a roupa estendida na rua, ou os grelhados feitos num fogareiro). Era também, como já vimos, o espaço da festa, do encontro e da celebração ritual, de perpetuação dos momentos fulcrais para a memória colectiva.

Nas últimas décadas, os centros históricos não ficaram incólumes às alterações à estrutura urbana, aos sistemas de mobilidade e à própria vida social. Por exemplo, no que diz respeito ao comércio, nos centros históricos da Península de Setúbal, o comércio local continua a ter alguma expressão, mas para muitos moradores funciona em complemento com a oferta disponível das diversas médias e grandes superfícies existentes (mesmo quando os moradores não possuem carro próprio, muitas vezes recorrem a um familiar para o transporte). Por outro lado, o facto de haver maior mobilidade individual na Área Metropolitana de Lisboa permite deslocações aos centros históricos de habitantes de toda a região, o que potencia o aparecimento de novos tipos de comércio, sobretudo no domínio da restauração.

Os centros históricos são ainda, em muitos aspectos, os espaços da tradição, mas são também espaços da modernidade. No caso da Península de Setúbal, as situações são de alguma disparidade, uma vez que existem centros históricos que mantêm uma lógica de funcionamento mais local, ligada às vivências concelhias, outros mais ligados ao turismo e lazer, mas há também os que se encontram, de alguma forma, isolados, fruto da metropolitanização:

“Estes núcleos urbanos antigos ficaram envolvidos, ficaram colados, para o bem e para o mal, às novas urbanizações. Não creio que se possa dizer que os centros históricos foram desvalorizados por esquecimento, porque estão deslocados dos sítios que urbanisticamente pesam no quotidiano das pessoas. Não, as pessoas passam, são sítios de passagem, não estão dissociados do quotidiano da população do concelho.” (Entrevista n.º 10)

Quer seja para cativar turistas, moradores, ou para dar resposta aos problemas que os centros históricos vivem (circulação, estacionamento, desqualificação do espaço) muitas câmaras têm optado por realizar projectos de intervenção no espaço público designados como projectos de “requalificação urbana”. Uma opção comum tem sido a de realizar intervenções contemporâneas, por vezes da autoria de arquitectos de renome, numa tentativa de associar à requalificação um valor de marca socialmente reconhecido. Aquilo que questionamos,

actualmente, é por um lado o eventual culto do fantástico mais do que o espírito da integração e por outro o enquadramento futuro destas intervenções: neste momento são vistas como melhorias necessárias, e as mais adequadas aos dias de hoje, mas, daqui a algumas décadas, constituirão a marca de uma época e não cremos que estejam a ser feitas com plena consciência desse facto. Não defendemos que não seja positivo intervir, mas apenas que há que ter algum cuidado, pois, muitas vezes, são intervenções que destroem o pré-existente e interferem em espaços que são pertença do colectivo.

Temos na Península de Setúbal alguns centros históricos com características potencialmente semelhantes, não só em termos de edificado, mas também de espaço público (materiais e estruturas urbanas similares), como é o caso dos centros históricos da zona ribeirinha do Tejo. Alterar de forma independente o espaço público de cada um destes núcleos poderá interferir num conjunto mais vasto do que aquele que é definido pelos seus limites estritos. O facto de não existirem acções concertadas a nível intermunicipal no que diz respeito aos centros históricos reflecte-se neste e noutros aspectos. Não queremos com isto dizer que os centros históricos devam perder a sua individualidade, mas antes que há que operar mudanças conscientemente e que seria muito importante haver alguma concertação intermunicipal.

III.4 Identidade regional ou identidade metropolitana?

Como pudemos observar, não obstante as ligações entre a Península de Setúbal e Lisboa e a margem Norte serem ancestrais, tendo a cidade sempre funcionado como catalisador de muitos dos fenómenos (económicos, sociais, urbanísticos) que aconteciam nos seus arredores, a história do século XX é a de uma metropolitanação crescente desta região.

Pensamos que a ligação a Lisboa é inegável para todos os concelhos da Península de Setúbal, ainda que possa existir um número elevado de indivíduos que raramente atravessam o Tejo, nomeadamente aqueles que residem nos concelhos mais a Sul. Apesar de haver um sentimento de secundarização face à capital, em que se considera injusto que haja desequilíbrios económicos entre as duas margens, não há propriamente uma negação da pertença a esse espaço metropolitano.

Em simultâneo, há alguma identidade regional na península, fruto desse contraponto com a margem Norte e também da partilha de um passado comum, que podemos remontar à Ordem de Santiago e ao fornecimento de produtos agrícolas à capital, mas que é mais sentido actualmente no que diz respeito ao passado industrial do século XX e a todas as alterações – demográficas, paisagísticas, ambientais – que este acarretou:

“A gente passou de, há menos de 20 anos atrás, de quase sete mil trabalhadores na Siderurgia, para umas centenas, mas não se tiram as ilações. Há cinquenta anos, era quase a promessa de um mundo novo para esta região. E do ponto de vista ambiental, esta população tem que olhar o que foi a modificação radical do território para fazer a Siderurgia, e afinal essa proposta durou menos de cinquenta anos. Que não é nada. E que é irreversível, do ponto de vista ambiental é irreversível. Agora, ninguém vai desaterrar, ninguém vai reconstituir, nem ninguém vai despoluir.” (Entrevista n.º 10)

O facto de existir o reconhecimento de uma ligação histórica comum poderá permitir, na nossa opinião, um ponto de partida interessante para o desenvolvimento de trabalho comum entre os concelhos da península. Este facto não anula, como é evidente, as múltiplas diversidades existentes à escala local, assim como as agregações apresentadas entre o Norte e o Sul da península. Na realidade, estas constituem semelhanças e relacionamentos que podem ser potenciados, em termos de gestão dos centros históricos, nomeadamente na programação de iniciativas culturais e na instalação de estruturas museológicas. A título de exemplo, falamos das relações entre Palmela e Setúbal, Sesimbra e Setúbal, entre Baixa da Banheira e Barreiro, Alcochete e Montijo e nas semelhanças que se podem identificar nos centros históricos ribeirinhos ou nos rurais. Estas múltiplas identidades poderão ser fundamentais nas estratégias de promoção de centros históricos.

III.5 Vantagens e desvantagens de pertencer a uma área metropolitana

Os centros históricos da Península de Setúbal são indissociáveis da dinâmica metropolitana que temos vindo a apresentar, o que lhes confere algumas especificidades e lhes proporciona vantagens e desvantagens. Esta dinâmica resulta das chamadas forças de aglomeração que desencadeiam concentrações de actividades económicas complementares e infra-estruturas comuns geradoras de populações activas e residentes crescentes, traduzindo-se em expansões urbanas que se estendem a partir do centro histórico principal a distâncias cada vez maiores. Não obstante, este modelo não é territorialmente equilibrado, criando situações desiguais entre os vários centros históricos.

O facto de serem os pólos fundadores de núcleos urbanos metropolitanos garante-lhes um certo dinamismo económico e administrativo (em especial nos centros históricos que são sedes de concelho) que advém da proximidade da capital e lhes confere sinergias directas. Por outro lado, a existência dessa mesma capital, com o seu importante centro histórico, secundariza todos os outros que a rodeiam. Desta forma, por muito importante que possa ser um centro histórico da Península de Setúbal (em termos históricos, arquitectónicos ou de memória colectiva) nunca poderá ter a projecção, o turismo, a dimensão do centro da cidade de Lisboa.

Esta secundarização reflecte-se a vários níveis e não é necessariamente negativa. Tal como acontece com o dinamismo económico, observa-se uma influência que se propaga do centro da área metropolitana para a periferia, criando fenómenos de adopção de políticas e estratégias que surgiram primeiro na capital. Um exemplo interessante foi o da intervenção da zona da Expo '98, que criou uma vontade em muitos municípios de melhorar as suas zonas ribeirinhas, segundo padrões de ocupação do espaço diferentes das tradicionais áreas ajardinadas. Contudo, os centros históricos metropolitanos podem ser vanguardistas e seria interessante que fosse feito algum esforço na adopção de políticas inovadoras.

No caso da Península de Setúbal, para além da cidade de Lisboa, sente-se também, em alguns aspectos, a influência de algumas intervenções locais nos centros históricos. Assim, por exemplo, a pedonalização de várias ruas na Baixa de Setúbal foi-nos referida como um exemplo de sucesso, que poderia ser seguido noutros locais (como o Montijo ou a Moita).

Normalmente, os centros históricos metropolitanos são núcleos urbanos de pequena dimensão. Este aspecto constitui uma vantagem, por várias razões. Em primeiro lugar, torna a intervenção menos difícil e onerosa, podendo até constituir áreas de intervenção piloto. É o caso da intervenção em Almada Velha, que a câmara considera um caso de estudo para o resto do concelho. Por outro lado, o facto de serem centros históricos que podem facilmente ser

percorridos a pé permite gerir, numa lógica de proximidade, os espaços de comércio, de lazer e de circulação.

Os centros históricos metropolitanos têm também a vantagem de ser realidades muito diferentes do centro histórico da grande cidade. No caso da Península de Setúbal, falamos de núcleos ligados originalmente, alguns ainda hoje, a uma origem rural ou piscatória (como Canha ou Sesimbra) e também de outros, que se desenvolveram ligados à presença de quintas e solares nobres, associadas ou não à produção agrícola (como na Sobreda). Há ainda centros históricos que foram importantes locais de defesa e de comércio (como Palmela). Esta diversidade é uma das potencialidades metropolitanas, nomeadamente em termos de procura de espaços de lazer, mas também de espaços residenciais, como já referimos.

No fundo, falamos de espaços que se encontram integrados numa área metropolitana que lhes proporciona sinergias decorrentes das economias de aglomeração e de escala, que se propagam numa rede hierarquizada de centros históricos (sedes de concelho, outros centros), organizados em função das acessibilidades. Contudo, a propagação dessas sinergias é feita de forma desigual, criando bolsas edificadas envelhecidas e por vezes muito degradadas, onde o mercado de solos está abandonado a si próprio, inviabilizando a operacionalidade do ordenamento, sobretudo nas áreas onde as sinergias atingem já hoje os seus maiores valores.

III.6 Síntese

O crescimento urbano da Península de Setúbal tem genericamente seguido os mesmos modelos que observamos no território nacional, acentuado pela pressão imobiliária associada a uma área metropolitana. Neste sentido, não tem havido um grande esforço de diferenciação da expansão que é levada a cabo neste território.

“Estão tão próximos de uma ponte, ou mais, do que os outros, o modelo de cidade que se está a criar é o mesmo de lá, porque os urbanistas são os mesmos, são os promotores, são os especuladores, são os construtores. Esses é que são os urbanistas, urbanizaram Almada há trinta anos atrás e agora estão a urbanizar o Montijo.” (Entrevista n.º 9)

Neste contexto, qual será o papel dos centros históricos da Península de Setúbal no futuro? Pensamos que essa é uma questão à qual urge responder, com base numa lógica regional e não apenas concelhia. No próximo ponto elaboraremos algumas propostas nesse sentido. Apresentamos em seguida uma matriz com uma síntese dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças que mais se destacam nesta problemática.

Quadro II.6 - Análise SWOT dos centros históricos da Península de Setúbal

Pontos fortes	Pontos fracos
Proximidade de Lisboa Valor patrimonial de elementos e conjuntos Integração paisagística (junto a áreas de estuário e também em zonas rurais) Indícios de rejuvenescimento demográfico Condições de habitabilidade razoáveis Alguns espaços públicos renovados Espaços públicos importantes para os rituais locais	Proximidade de Lisboa Alguns centros encontram-se descaracterizados e desordenados Edifícios e espaços abandonados Centros históricos localizados em áreas urbanas desqualificadas Falta de políticas e estratégias supra-concelhias Acessibilidades e mobilidade desarticuladas População envelhecida Problemas de estacionamento
Oportunidades	Ameaças
Apelativos para novos residentes Apelativos para percursos de lazer Alternativa de turismo completando a cidade de Lisboa Planeamento integrado ao nível regional (museus, circuitos, políticas de gestão concertadas) Criação de uma rede de centros prestadores de serviços vários, no contexto de uma estrutura metropolitana	Pressão urbana Suburbanização Despovoamento Descaracterização do edificado <i>Pastiche</i> Desqualificação do espaço público Perda da importância enquanto espaços de identidade local e regional Exceder a capacidade de carga de visitantes Musealização dos centros históricos - estagnação

Conclusões e propostas

“Construir é colaborar com a terra; é pôr numa paisagem uma marca humana que a modificará para sempre; é contribuir também para essa lenta transformação que é a vida das cidades. Quantos cuidados para encontrar a situação exacta de uma ponte ou de uma fonte, para dar a uma estrada na montanha a curva ao mesmo tempo mais económica e mais pura...”

Marguerite Yourcenar, in *Memórias de Adriano*

Os modelos actuais de crescimento, e os reflexos da globalização e de uma modernidade emergente, caracterizada por uma mobilidade crescente e por uma democratização do consumo e da informação, tornam cada vez mais importante a preservação de espaços do passado, num desafio de manter o tradicional integrando o cosmopolita, numa lógica de valorização da diversidade. Neste sentido, os centros históricos constituem uma ponte importante entre o passado e o futuro, constituindo suportes importantes para a memória e história locais.

Os centros históricos da Península de Setúbal, a que nos dedicámos como caso de estudo nesta dissertação, não são um universo homogéneo. Na realidade, a constatação dessa diversidade foi um dos pontos de partida para o trabalho de terreno. Embora todos eles se enquadrem numa área geográfica de alguma forma reconhecida com autónoma, no contexto da Área Metropolitana de Lisboa, existem, neste universo, realidades muito diferentes, desde núcleos com uma vivência marcadamente rural (como é o caso de Canha) a centros indubitavelmente urbanos (como Setúbal ou Almada), passando até por núcleos associados a uma vivência industrial ou piscatória (como Paio Pires ou Sesimbra).

Face à análise apresentada nos capítulos precedentes, quais são os cenários possíveis para o futuro dos centros históricos da península? Perante a diversidade existente, há sobretudo dois tipos de cenário: centros históricos que manterão de forma dinâmica as suas características actuais, em termos de edificado, funções e estrutura urbana (ou seja, mantendo a sua importância residencial, complementada com algum tipo de actividade); e centros históricos incapazes de manter as características definidas, sofrendo uma descaracterização mais ou menos acelerada, que terá como consequência a perda da coerência do conjunto e do seu valor patrimonial. Estes espaços poderão continuar a ser o centro de um espaço urbano, mas deixarão de ser locais de referência em termos de património e memória colectiva da península.

Poderíamos argumentar que o facto de se manter a memória dos espaços, em simultâneo com alguns rituais, ainda que o edificado e o espaço público se alterem, poderá ser o suficiente para que um espaço seja considerado um centro histórico. Parece-nos pelo contrário que, a médio prazo, essa mudança seria tão profunda que destruiria, de facto, a própria memória do centro histórico. Isso passou-se, aliás, em antigos núcleos que foram desaparecendo com a expansão urbana (um exemplo é Alfirim), de tal forma que dificilmente seriam hoje considerados centros históricos, embora possam subsistir alguns vestígios do antigo edificado.

Os centros históricos correm pois o risco de desaparecer. Contudo, este é um cenário que parece impossível para aqueles que entrevistámos, que os consideram como parte da sua memória pessoal e da memória colectiva da península. Precisamente por serem ainda espaços fundamentais para a cultura e para a identidade não só de cada concelho individualmente, mas do conjunto da península é que nos parece importante que haja algum investimento nos centros históricos, quer ao nível financeiro, quer ao nível institucional. Ou seja, na nossa opinião, os centros históricos da Península de Setúbal (apesar de nem todos estarem na mesma situação) estão, globalmente, suficientemente “vivos” para que mereça a pena tomá-los como parte importante da gestão dos vários concelhos, em separado, e de todos, em conjunto. Não podemos esquecer que são espaços fundamentais em termos de saúde social, mas também, muitas vezes, em termos económicos. Neste ponto, poderíamos perguntar porque não deixamos o mercado agir livremente, por sua conta. A história da últimas décadas confirma-nos que a resposta reside no facto de o mercado não defender o bem comum; essa missão está a cargo dos órgãos eleitos para tal pelos cidadãos.

A gestão da mudança é difícil de fazer, em especial quando está associada a pressões económicas e sociais.

“Uma sociedade em mudança confronta-se, mais do que qualquer outra, com a questão da heterogeneidade. Gerir, em simultâneo, o que resta da tradição e o que a modernidade trouxe de novo corresponde a representar uma temporalidade complexa, por vezes aparentemente contraditória.” (Silvano 1997: 33)

A mudança não é mais do que o desenrolar de acontecimentos num determinado espaço ao longo do tempo. Hoje em dia, o grau de incerteza em relação ao que se passará no nosso universo diário no futuro aumenta, na medida em que cada vez menos podemos controlar os factores que influenciam o espaço, dado que as decisões são tomadas a níveis muito mais globais e exógenos do que o eram anteriormente:

“A abordagem das transformações do território passa necessariamente por uma abordagem dos novos géneros de vida. (...) A transformação dos novos géneros de vida

está associada a uma transformação global do espaço. Basicamente ao aparecimento de uma organização do tipo rede por oposição a uma organização tradicional, mais enraizada e sedentária, e a uma transformação, mais localizada, dos espaços públicos e semi privados, das suas características e das novas relações com os espaços envolventes.” (Silvano 1997: 67)

Precisamente por a lógica actual ser uma lógica de rede, e por a Península de Setúbal estar definitivamente inserida numa complexa rede (funcional, económica e social) que compõe a Área Metropolitana de Lisboa parece-nos interessante sugerir que os núcleos antigos sejam encarados desta forma. Esta questão prende-se com a necessidade de reforçar as identidades regionais e locais, de impulsionar o trabalho inter-municipal nesta área, de promover trocas de experiências, proporcionando um maior conhecimento da realidade, por parte de eleitos, técnicos e habitantes da península e também intervenções menos díspares. Esta necessidade é ainda mais premente pelo facto de não existir, a nível nacional, um enquadramento legislativo que proporcione aos municípios linhas orientadoras para a sua acção relativa aos centros históricos.

Em termos de gestão dessa rede, uma hipótese poderia ser a criação de uma sociedade à semelhança das sociedades de reabilitação, mas para toda a península. Outra solução poderia ser uma articulação mais informal entre os municípios, que promovesse o diálogo entre técnicos, e políticos, dos vários municípios. Contudo, devido às flutuações eleitorais, uma plataforma deste tipo teria certamente dificuldades de funcionamento a médio prazo.

Idealmente, esta estrutura poderia constituir um meio de concertação para a gestão dos centros históricos. Isto poderia ser útil não só para a gestão do edificado, mas também de programas culturais e mesmo de equipamentos como os museus (na realidade, os vários concelhos têm projectos semelhantes ao nível da museologia; por exemplo, vários concelhos pretendem recuperar moinhos de maré) pelo que seria interessante ver os equipamentos culturais da península de uma forma mais integrada.

Por outro lado, a existência de algo mais formal seria um bom ponto de partida para a promoção para o exterior, nomeadamente através da criação de rotas interconcelhias, divulgadas de forma articulada.

É importante referir que a hipótese de se criar uma estrutura supramunicipal não invalida a necessidade de trabalho municipal, nomeadamente ao nível do planeamento, devidamente acompanhado pelos técnicos das várias câmaras. Na realidade, consideramos imprescindível apostar na criação de planos ou de regulamentos específicos para os centros históricos, acompanhados de inventários actualizados.

Na Península de Setúbal só existem dois municípios que possuem estruturas municipais específicas para a gestão dos seus centros históricos, Palmela e Setúbal. Esta parece-nos ser uma boa opção, em especial quando falamos de conjuntos com alguma dimensão. A experiência de Guimarães mostrou-nos que a coerência de políticas, a celeridade dos processos e a relação com os moradores e ocupantes do centro histórico ganhou muito por haver um veículo directo de comunicação entre o município e a população para a gestão do centro histórico.

Um outro aspecto que nos parece de considerar no contexto da Península de Setúbal é a importância do património natural desta região. Consideramos que os centros históricos possuem muitas vezes enquadramentos extremamente interessantes, do ponto de vista patrimonial e paisagístico. Na realidade, é nossa convicção que a gestão dos centros históricos deveria ser, de alguma forma, relacionada com o sistema envolvente, estendendo a noção de centro histórico à de paisagem, uma vez que o sistema urbano assenta sempre em factores biofísicos. Por outro lado, a área envolvente pode ajudar a resolver alguns problemas do próprio centro histórico quer sob o ponto de vista dos espaços naturais, quer do estacionamento, serviços e infra-estruturas de apoio, funcionando como área de transição para outros tipos de tecido urbano.

Neste sentido, seria aconselhável estabelecer algumas ligações naturais ou culturais entre vários centros históricos, numa lógica, por exemplo de corredor verde. Pensamos que seria possível estudar a hipótese de estabelecer corredores verdes entre vários núcleos ribeirinhos (Moita, Alhos Vedros e Rosário ou Sarilhos Pequenos e Montijo, por exemplo), o que seria extremamente interessante e inovador em termos de espaços de lazer metropolitanos.

No que diz respeito ao papel dos centros históricos da península enquanto destino de turismo e lazer no contexto da Área Metropolitana de Lisboa, a estratégia, em nossa opinião, deveria assentar numa aposta na complementaridade ao turismo da capital, fornecendo circuitos alternativos, mais ligados a um património menos monumental, com o inevitável complemento da gastronomia e produtos locais, valorizado por algumas especificidades desta região (a existência de zonas balneares, por exemplo). Na realidade, esta diversidade não é muito comum noutras áreas metropolitanas europeias.

Um aspecto essencial em todo este processo é o da promoção da participação da população não só nos processos de planeamento, mas também na resolução de problemas e na gestão dos próprios centros históricos. São, maioritariamente, de espaços onde há relações de proximidade entre os moradores e onde seria possível promover uma intervenção mais activa

dos habitantes na sua gestão (há já algum trabalho neste domínio, nomeadamente através de contactos e apoios a associações e colectividades, mas é ainda insuficiente).

Por outro lado, é necessária alguma intervenção educativa sobre património que divulgue o valor dos centros históricos existentes, mas também que combata ideias como a de que os centros históricos são espaços degradados e sem condições de habitabilidade, bons para visitar, mas não para residir.

Este facto está relacionado com as políticas e regulamentos a adoptar e com o grau de permissividade a alterações nos imóveis que estes venham a definir. Aquilo que se constata é que é mais fácil cativar novos moradores quando se é mais permissivo em termos de alteração do edificado. Contudo, há que ter em conta que essas alterações, sem o adequado planeamento, podem ter como consequência muitos conflitos e uma descaracterização irreversível.

Os aspectos focados têm sobretudo a ver com a gestão da componente material dos centros históricos. O espaço não tem apenas uma dimensão – a dimensão visível – e mesmo essa pode ser representada de muitas formas, consoante quem a observa e vive, e consoante o tema de que está a falar. Intervir no espaço é intervir numa realidade muito mais complexa do que a simples funcionalidade ou estética da intervenção. É, em nosso entender, essencial ter em conta aspectos como o conceito de centro histórico e a representação dos seus limites e a sua relação com a identidade local e regional quando se pretende ordenar um território que é o resultado material das estruturas e dos modelos culturais das comunidades.

De uma forma geral, há que considerar que os centros históricos são territórios de valor, e que é fundamental reconhecê-los, divulgá-los e estabelecer para eles um rumo bem definido. Existem já várias experiências de gestão de centros históricos de sucesso, a nível nacional e internacional. Independentemente das especificidades inerentes a cada caso, são modelos que se poderão seguir, de forma mais ou menos adaptada. Há ainda que ter em conta que, no século XXI, as soluções inovadoras, criativas e ligeiras, concebidas por bons profissionais, são fundamentais em termos de competitividade. Logo, soluções pesadas de grandes obras de remodelação e de construções de infra-estruturas, embora necessárias, não representam tudo. Por vezes, há ideias que funcionam melhor do que obras.

Qualquer acção de construção no território constitui uma marca humana que o modificará para sempre e perdurará no tempo. Neste sentido, a gestão de um centro histórico deveria constituir um projecto de qualidade e continuidade, onde a renovação seria obtida por meio do confronto dinâmico e participado entre a tradição e a modernidade.

Bibliografia

- AAVV (1995) **Anthropologie de l'espace, 1ère rencontre intern. de Syros** Athenes, Laboratoire de la composition urbaine, Université Technique Nationale d'Athenes.
- AA.VV. (1988) **Arquitectura Popular Portuguesa**, Lisboa, AAP, 1988, 3ª ed., 3 v.
- AA.VV. (2000) **Patrimónios natural e cultural: de um olhar comum a uma intervenção integrada**, Lisboa, GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente.
- ALBERS, Patricia C.; JAMES, William R. (1988) "Travel photography A methodological Approach" in **Annals of Tourism Research**, Vol. 15, pp. 134-158.
- APPADURAI, A. (1988) **Modernity at large**, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- AUDRERIE, Dominique (2003) **Quéstions sur le patrimoine**, Bordeaux, Éditions confluences.
- AUGÉ, Marc (1994) **Não-lugares Introdução a uma antropologia da sobremodernidade**, Venda Nova, Bertrand Editora.
- BALSAS, Carlos J. L. (Nov. 2004) "City Centre Regeneration in the Context of the 2001 European Capital of Culture in Porto, Portugal" in **Local Economy**, vol. 19, n.º 4, pp. 396–410.
- BAKIS, Henri (2001) "Réseux sociaux, réseaux de la communication culturelle, et territoires" in **Bulletin de l'association de géographes français**, 2001-1.
- BOISSEVAIN, Jeremy (1997) **Revitalizing European Rituals**, s.l, Routledge.
- BOURDIEU, Pierre (2002) "A casa ou o mundo ao contrário" in **Esboço de uma teoria da prática, Precedido de três estudos de etnologia Cabila**, Oeiras, Celta.
- BRUNER, Edward M. (1989) "Of Cannibals, Tourists, and Ethographers" in **Cultural Anthropology**, Vol. IV n.º 4, pp. 438-445.
- CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES (1994) **RICUH - Regulamento de Intervenção no Centro Urbano e Histórico de Guimarães**, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães.
- MINISTÉRIO DA QUALIDADE DE VIDA, SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE, DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO (1988) **Carta Europeia do Ordenamento do Território** Lisboa, Ministério da Qualidade de Vida, Secretaria de Estado do Ambiente, Direcção Geral do Ordenamento.
- CHOAY, Françoise (2000) **A alegoria do património**, Lisboa, Presença.

- COHEN, Erik (1985) “The tourist guide The origins, Structure and Dynamics of a Role” in **Annals of Tourism Research**, Vol. 12, pp. 5-29.
- CONCEIÇÃO, Cristina Palma (1998) “Promoção turística e (re)construção social da realidade” in **Sociologia – Problemas e práticas**, n.º 28, pp.67-89.
- CONNERTON, Paul (1999) **Como as sociedades recordam**, Oeiras, Celta.
- CRICK, Malcom (1995) **Identity and change**, s.l, s.e.
- CRUZ, Maria Alfreda (1973) **A margem Sul do estuário do Tejo, Factores e formas de organização do espaço**, Montijo, s.e.
- DGOTDU (2005) **Vocabulário de termos e conceitos do ordenamento do território**, Lisboa, DGOTDU - Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- DGT (2006) **Férias dos portugueses 2005 Síntese dos aspectos mais relevantes**, Lisboa, Direcção-Geral do Turismo, Direcção de Serviços de Estudos e Estratégia Turísticos, Divisão de Recolha e Análise Estatística.
- DIAS, Manuel Graça (2006) “A cidade moderna falhou” in **Única Expresso** n.º 1735 de 28 de Janeiro.
- DURKHEIM, Émile (2002) **As formas elementares da vida religiosa**, Oeiras, Celta.
- ENNEN, Elke (2000) “The Meaning of Heritage According to Connoisseurs, Rejecters and Take-it-or-leavers in Historic City Centres: two Dutch cities experienced” in **International Journal of Heritage Studies**, vol. 6, n.º 4, pp. 331-349.
- FERRÃO, João (coord.) (2002) **As regiões metropolitanas portuguesas no contexto ibérico**, Lisboa, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Col. Estudos, 5.
- FERREIRA, Vítor Matias (1990) “La Península de Setúbal: une région industrielle à la recherche d’une autre logique de développement” in **Sociedade e Território, revista de estudos urbanos e regionais**, n.º especial, Enjeux Sociaux et transformations du territoire, Lisboa.
- FORTUNA, Carlos (1995) “Turismo, Autenticidade e Cultura Urbana: Percurso teórico, com paragens breves em Évora e Coimbra” in **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.º 43, Outubro, pp. 11-45.

GASPAR, Jorge (1987) **Portugal, os próximos 20 anos**, v. VI, Ocupação e organização do espaço, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

GEOTA (2003) **Mobilidade da Área Metropolitana de Lisboa Perspectivas e Propostas**, Lisboa, GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente.

GIDDENS, Anthony (1992) **As consequências da modernidade**, Oeiras, Celta Editora.

GUERRA, Isabel (Setembro 1990) “La Península de Setúbal: une région industrielle à la recherche d’une autre logique de développement”, **Sociedade e Território**, revista de estudos urbanos e regionais, n.º especial, Enjeux Sociaux et transformations du territoire, Lisboa.

GUERREIRO, José Emílio (Dezembro 1991) “O processo de recuperação do Centro Histórico de Évora. Planeamento e prática urbanística - Ligados à população”, **Sociedade e Território, Revista de estudos urbanos e regionais**, ano 5, nº 14/15, “Património, ambiente e reabilitação urbana”, Lisboa.

HENRIQUES, Eduardo Brito (2003) **Cultura e território, das políticas às intervenções, Estudo geográfico do património histórico-arquitectónico e da sua salvaguarda**, dissertação de doutoramento em geografia Humana, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

HERCULANO, Alexandre (1907) “Monumentos Pátrios, 1838” in **Opúsculos**, Tomo II, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, Livraria Editora.

HIDENOBU, Jinnai (1995) **Tokyo: A Spatial Anthropology**, Berkeley / Los Angeles / London, University of California Press.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2003) **Estatísticas demográficas, Cap. 6, População estrangeira**, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2002) **Atlas das cidades de Portugal**, Lisboa, INE.

JOHNSON-MARSHALL, Percy (1979) **Renovacion de ciudades**, Madrid, Instituto de Estudios de Administracion Local.

LEAL, João (2000) **Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional**, Lisboa, Dom Quixote.

LÉVI-STRAUSS, Claude (1979) **Tristes Trópicos**, Lisboa, Edições 70.

LINO, Raul (1992) **Casas Portuguesas, alguns apontamentos sobre o arquitectura das casas simples**, Lisboa, Cotovia, 9ª ed.

- LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito (2004) **Património arquitectónico e arqueológico, cartas, recomendações e convenções internacionais**, Lisboa, Livros Horizonte, Lda.
- LOWENTHAL, David (1985) *The Past is a Foreign Country*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LYNCH, Kevin (1980) **Managing the Sense of a Region**, Cambridge, Massachusetts; London, England, The MIT Press.
- MACHADO, João Reis (2000) **A Emergência dos Sistemas de Informação Geográfica, na Análise e Organização do Espaço**, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e da Tecnologia.
- MACHADO, João Reis (Jul. 2003) “Barcelos e os seus valores intrínsecos. Como conhecê-los, amá-los e valorizá-los” in **Urbanismo e Desenvolvimento**, Barcelos, Informação Municipal, n.º 2.
- MACHADO, João Reis et al (1997) “Greenways network for metropolitan areas of Lisbon”, in MACHADO, João Reis & AHERN, Jack (Eds), **Environmental Challenges in an Expanding Urban World and the Role of Emerging Information Technologies**, Lisboa, CNIG/MEPAT.
- MACHADO, João Reis et al. (1995) “Metropolitan Landscape Planning, a Greenway Vision for the Lisbon Metropolitan Area (AML)” in **Special Issue Landschap**, n.º 95. Arnhem, Holand, Dutch Association for Landscape Ecology.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (2003) “Enquadramento Histórico” in TENEDÓRIO, José António (coord.), **Atlas da Área Metropolitana de Lisboa**, Lisboa, Área Metropolitana Lisboa.
- MARQUES, Luís (2001) **Sistemas de informação geográfica e identificação de corredores verdes, para a bacia hidrográfica da Vala Real / Malpique** – Montijo, trabalho final de licenciatura em Geografia e Planeamento Regional, UNL/FCSH.
- MARQUEZ, Gabriel García (1988) **Cem anos de solidão**, Lisboa, Círculo de Leitores.
- MAUSS, Marcel (1974) “Ensaio sobre as variações sazoneiras das sociedades esquimós” in **Sociologia e Antropologia**, S. Paulo, EPU, v. 2.
- MÉO, Guy di (1995) “Patrimoine et territoire, une parenté conceptuelle” in **Espaces et Sociétés**, n.º 78, L’Harmattan.

MILHANO, José Vicente (1981) **Covilhã quem defende o património**, Covilhã, Casa Milhano.

NEMÉSIO, Vitorino (1978) **Portugal a terra e o homem**, Antologia de textos dos séculos XIX-XX, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando (1994) **Arquitectura tradicional portuguesa**, Lisboa, Dom Quixote, 2ª ed.

PELLEGRINO, P. et al (1986) **Espace et developpement, Tome I, Développement spatial et identités régionales au Portugal; espaces en interaction, transformations régionales et structures locales**, Genève, CRAAL-UNESCO.

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DISTRITO DE SETÚBAL (2004) **PEDEPES - Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal**, Setúbal, Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.

PONTES, Maria da Saudade Brito (2005) **Métrica e tipologia das áreas edificadas periurbanas da Grande Área Metropolitana de Lisboa**, dissertação de mestrado em Gestão do território, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

QUIVY, R. and L. V. CAMPENHOUDT (1998) **Manual de investigação em ciências sociais**, Lisboa, Gradiva.

RAMALHETE, Filipa; MACHADO, João Reis (2004) **Mitos e realidade Núcleos antigos: os sistemas de informação geográfica como instrumento de caracterização e estratégia**, Oeiras, actas do Esig – VIII Encontro de utilizadores de informação geográfica.

RAMALHETE, Ana Filipa Ribeiro (1999) **A ilusão do tempo – os núcleos antigos e o ordenamento do território. Alcochete: um estudo de caso**, dissertação de mestrado em Ordenamento do território e planeamento ambiental, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

RAMALHETE, Ana Filipa Ribeiro (1994) **De patrão a patrão: o declínio de um império. O trabalhador e a empresa na Quimigal Adubos**, dissertação de licenciatura em Antropologia, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

RAMALHETE, Filipa; ROCHA, Jorge (2000) “GIS as a tool for heritage and land-use planning studies – an approach to the Lisbon Metropolitan Area” in ESPOSITO, M.

Antonietta (ed.), **Historicity book, The best of 1990-2000 Network Research on: The Historical Cities Sustainable Development using GIS**, Firenze, Alinea Editrice.

RAMALHETE, Filipa; SIMÕES, Helena (1999) **(Con)viver com o património – problemas e práticas na salvaguarda da arquitectura tradicional**, Lisboa, GEOTA, texto policopiado.

Direcção-Geral do Ambiente (2001) **Relatório do Estado do Ambiente**, Lisboa, Direcção-Geral do Ambiente.

RAPOSO, Jorge (2003) “Planos Directores Municipais e Património, inquérito aos PDM de 1ª geração” in **Al-madan**, n.º 12, IIª Série. Almada, Centro de Arqueologia de Almada.

RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane (1994) **A Cidade : rumo a uma nova definição**, Lisboa, Edições Afrontamento.

RIBEIRO, Orlando (2004) **A Arrábida Esboço Geográfica**, s.l., Fundação Oriente e Câmara Municipal de Sesimbra.

STEINBERG, Jean (2001) “La périurbanisation en Europe” in **Bulletin de l’association de géographes français**, 2001-1.

SILVANO, Filomena (2001) **Antropologia do Espaço, Uma Introdução**, Oeiras, Celta, 2001.

SILVANO, Filomena (1997) **Territórios da Identidade**, Oeiras, Celta Editora.

SILVANO, Filomena (2003) “Patrimonialização do Espaço e Afirmação Identitária” in **Al-madan**, n.º 12, IIª Série, Almada, Centro de Arqueologia de Almada.

TENEDÓRIO, José António (coord.) (2003) **Atlas da Área Metropolitana de Lisboa**, Lisboa, Área Metropolitana Lisboa.

TENEDÓRIO, José António; RAMALHETE, Filipa (coord.) (2002) **Património metropolitano – inventário geo-referenciado do património da Área Metropolitana de Lisboa**, Lisboa, Área Metropolitana Lisboa.

THOMSIN, Laurence (2001) “Périurbanisation et rurbanisation en Wallonie et à bruxelles: contenu démographiques, économiques et sociaux” in **Bulletin de l’association de géographes français**, 2001-1.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA (s.d.) **Projecto de candidatura da Universidade de Coimbra a património mundial da UNESCO**, Coimbra, Universidade de Coimbra.

XAVIER, Sandra (2000) “O monumento é o vale, retórica da paisagem no Vale do Côa”, in **Etnográfica**, vol. IV, n. I.

Outras fontes

Entrevistas

Entrevista n.º 1: Setúbal – Aranha Figueiredo, vereador (6/3/2002)

Entrevista n.º 2: Moita – João Lobo, vice-presidente (7/03/2002)

Entrevista n.º 3: Palmela – Jorge Moura, Gabinete de Recuperação do Centro Histórico de Palmela (8/3/2002)

Entrevista n.º 4: Sesimbra – Augusto Pólvora, vereador (4/4/2002)

Entrevista n.º 5: Almada - António Lopes, vereadora (19/6/2002)

Entrevista n.º 6: Alcochete – José Dias Inocêncio, presidente (5/7/2002)

Entrevista n.º 7: Barreiro – António Barrigana, Departamento de Gestão Financeira (9/7/2002)

Entrevista n.º 8: Alcochete - Vítor Carvalheira, Chefe Departamento Acção Urbanística (23/8/2002)

Entrevista n.º 9: Montijo – Pedro Damas, arquitecto (27/8/2002)

Entrevista n.º 10: Seixal – Graça Filipe, Divisão de património e Ecomuseus (28/8/2002)

Fontes cartográficas

Atlas do Ambiente Digital - IA 2005.

CARTUS-AML 1990, Carta de Uso do Solo da Área Metropolitana de Lisboa, e-GEO, Linha Estratégica de Investigação Metodologias e Tecnologias de Informação Geográfica

IMAGE2000 de JRC, baseada no Landsat 7 ETM+ © ESA, distribuído por Eurimage.

Instituto de Conservação da Natureza 2001.

Instituto Geográfico do Exército, várias datas.

Instituto Nacional de Estatística 2001.

Plano Rodoviário Nacional 2000.

Planos Directores Municipais, vários anos.

Websites de referência

Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais: www.monumentos.pt, Março 2006

Grande Área Metropolitana de Lisboa: www.aml.pt, Março 2006

ICOMOS: www.icomos.org, Março 2006

Instituto de Conservação da Natureza: www.icn.pt, Março 2006

Instituto Português do Património Architectónico: www.ippar.pt, Março 2006

Organização Mundial de Turismo: <http://www.world-tourism.org/>, Março 2006

Património Mundial da UNESCO: <http://whc.unesco.org/>, Março 2006

Folhetos promocionais

A época romana na Costa Azul – Região de Turismo da Costa Azul

Alto Forno da Siderurgia Nacional, Circuito museológico industrial – Câmara Municipal do Seixal, Ecomuseu Municipal do Seixal

Barreiro – Região de Turismo da Costa Azul

Casa Bocage, património de Setúbal – Câmara Municipal de Setúbal, Casa de Bocage / Galeria Municipal de Artes Visuais

Castelos e fortalezas da Costa Azul – Região de Turismo da Costa Azul

Costa Azul Portugal um destino – Região de Turismo da Costa Azul

Igrejas e capelas da Costa Azul – Região de Turismo da Costa Azul

Moita – Região de Turismo da Costa Azul

Montijo Um novo conceito de cidade – Câmara Municipal do Montijo

Palmela – Região de Turismo da Costa Azul

Anexos

Centro Histórico de ...

Mapa do centro histórico de acordo com as especificações anteriormente referidas

Pequeno texto com informações sobre o centro histórico, adaptado do CD-rom do Inventário Geo-referenciado do Património da Área metropolitana de Lisboa (2002).

Foto do centro histórico (fontes diversas)

	Total de Alojamentos	Total de edifícios	Total de residentes	Total de Famílias

Fonte: INE, 2001

Informação estatística do centro histórico

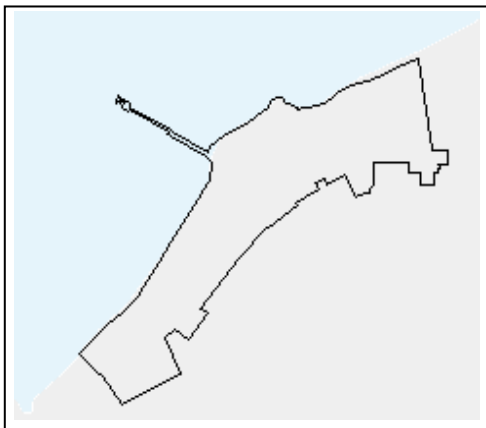
Mapa do uso do solo do centro histórico de acordo com o Cartus-AML 90 obtido a partir de foto-interpretação de fotografia aérea vertical, à escala 1:25000, para os anos 90 e ortorectificado pelos ortofotomapas do IPCC, de 1999, e-geo.fcsh.unl



Classes de uso do solo:	Área (m)	% (total por buffer)
Área agrícola	810682,13	68,94
Área edificada consolidada antiga	8792,59	0,75
Área florestal e matas	86928,05	7,39
Área de grandes equipamentos e infra-estruturas	5485,06	0,47
Área residencial de edificios unifamiliares	29165,20	2,48
Área militar	35368,27	3,01
Área de actividade agrícola abandonada, incultos e vazios urbanos	2192,74	0,19
Área de mato	197382,18	16,78
TOTAL	1175996,21	100,00

Valores obtido por somatório das áreas afectas ao Centro histórico a partir da Carta de do uso do solo acima descrita, para os anos 90

Centro Histórico de Alcochete



mapa do centro histórico

O Centro Histórico de Alcochete possui um traçado urbano que se tem mantido ao longo do tempo conservando ainda muitos vestígios do passado. Como conjunto mais significativo poderemos apontar o Bairro das Barrocas construído na primeira metade do séc. XIX, a partir da repetição de uma unidade tipológica - o que lhe confere uma identidade própria. O rei D. Manuel I concedeu-lhe foral em 1515.

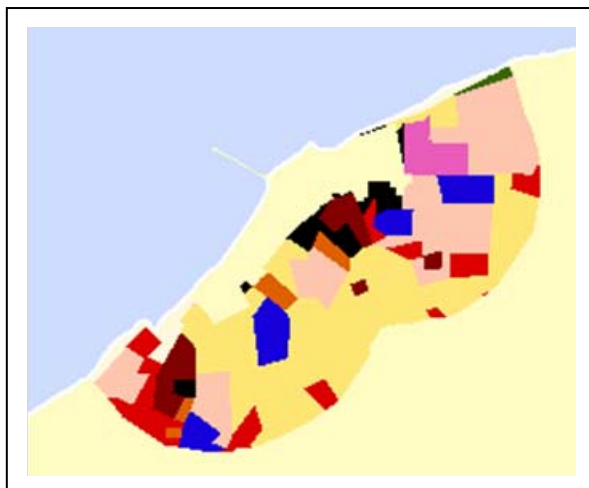


Foto do centro histórico

	Total de Alojamentos	Total de edifícios	Total de residentes	Total de Famílias
Alcochete	803	599	1258	532

Fonte: INE, 2001

Dados estatísticos do centro histórico

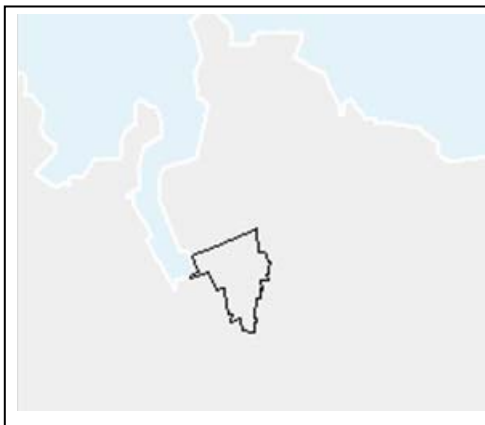


mapa do uso do solo do centro histórico

Classes de uso do solo:	Área (m)	% (total por buffer)
Área agrícola	420018,58	37,96
Área edificada consolidada antiga	48562,51	4,39
Área florestal e matas	6212,26	0,56
Área de grandes equipamentos e infra-estruturas	81494,54	7,36
Área residencial de edifícios plurifamiliares	59380,88	5,37
Área residencial de edifícios unifamiliares	98438,79	8,90
Área de actividade agrícola abandonada, incultos e vazios urbanos	279549,80	25,26
Loteamentos	27749,51	2,51
Praias, arribas e formações vegetais costeiras	45290,78	4,09
Área portuária, industrial ou de armazenagem	39859,01	3,60
TOTAL	1106556,66	100,00

Dados do uso do solo anos 90

Centro Histórico de Alhos Vedros



mapa do centro histórico

O Centro Histórico de Alhos Vedros está, como no caso da Moita, intimamente relacionado com as funções ribeirinhas que lhe serviram de suporte económico. A formação do núcleo antigo desenvolveu-se paralelamente ao esteiro, apoiando-se nos caminhos rurais.

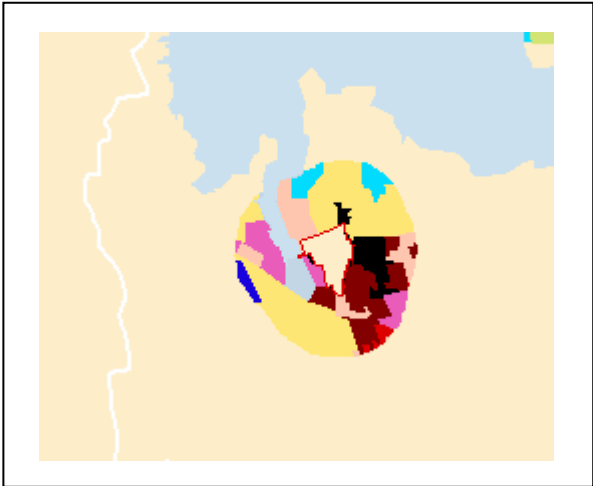


Foto do centro histórico

	Total de Alojamentos	Total de edifícios	Total de residentes	Total de Famílias
Alhos Vedros	363	242	703	260

Fonte: INE, 2001

Dados estatísticos do centro histórico

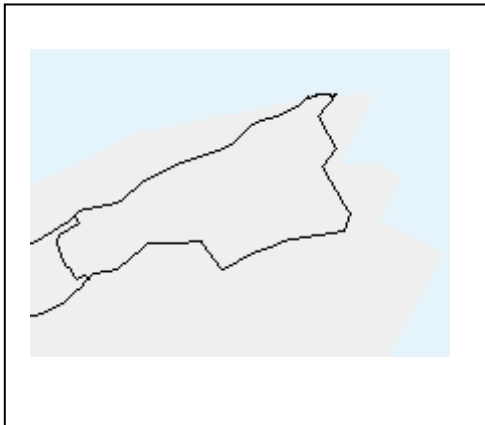


mapa do uso do solo do centro histórico

Classes de uso do solo:	Área (m)	% (total por buffer)
Área agrícola	650954,41	45,28
Planos de água, marinhas e salinas	78767,36	5,48
Área edificada consolidada antiga	116798,01	8,12
Área de grandes equipamentos e infra-estruturas	22680,74	1,58
Área residencial de edifícios plurifamiliares	214920,85	14,95
Área residencial de edifícios unifamiliares	19693,57	1,37
Área de actividade agrícola abandonada, incultos e vazios urbanos	190097,07	13,22
Área portuária, industrial ou de armazenagem	143826,81	10,00
Sapal e outras áreas alagadas	4,08	0,00
TOTAL	1437742,90	100,00

Dados do uso do solo anos 90

Centro Histórico de Almada



mapa do centro histórico

Núcleo embrionário da antiga vila e da cidade de hoje, Almada recebeu o primeiro foral em 1170, de D. Afonso Henriques, tendo sido elevada a cidade em 1973. Existem vestígios de ocupação muçulmana no Núcleo da vila antiga até ao séc. XII. Durante os séculos XIII a XV, a vila cresceu para fora da zona que fora ocupada pelos muçulmanos. Remanescem construções e vestígios de construções dos séculos XVI e XVII. Em 1755, o terramoto destruiu grande parte das edificações de Almada. Houve porém uma reconstrução dos imóveis danificados, tornando a imagem da vila muito recente. Nos anos 60 do séc. XX a zona começa a sofrer um declínio e estagnação, devido ao crescimento das outras áreas periféricas do concelho.



Foto do centro histórico

	Total de Alojamentos	Total de edifícios	Total de residentes	Total de Famílias
Almada	985	422	1581	710

Fonte: INE, 2001

Dados estatísticos do centro histórico

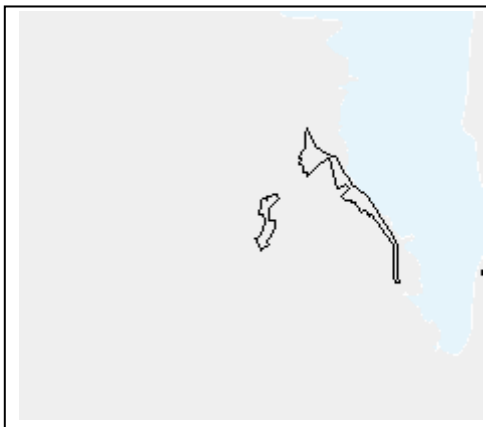


mapa do uso do solo do centro histórico

Classes de uso do solo:	Área (m)	% (total por buffer)
Área agrícola	36856,10	3,63
Área edificada consolidada antiga	617903,29	60,89
Área florestal e matas	60156,88	5,93
Área de grandes equipamentos e infra-estruturas	50422,69	4,97
Área residencial de edifícios plurifamiliares	75213,16	7,41
Área de actividade agrícola abandonada, incultos e vazios urbanos	23078,75	2,27
Área de mato	83222,81	8,20
Área portuária, industrial ou de armazenagem	67954,83	6,70
TOTAL	1014808,51	100,00

Dados do uso do solo anos 90

Centro Histórico de Amora



mapa do centro histórico

Caracteriza-se quer pela identidade arquitectónica do antigo bairro dos operários vidreiros e pelo coreto, quer pela estreita ligação ao rio, onde as marcas da construção naval convivem com as de outras actividades industriais, nomeadamente a corticeira, merecendo destaque a antiga fábrica de cortiça Queimado & Pampolim. Integra igualmente a capela de Nossa Senhora da Piedade da Quinta da Medideira e a Igreja Paroquial de Nossa Senhora de Monte Sião.

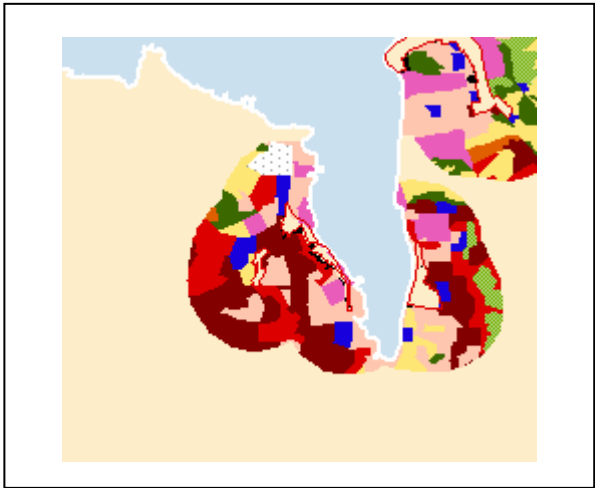


Foto do centro histórico

	Total de Alojamentos	Total de edifícios	Total de residentes	Total de Famílias
Amora	524	217	1173	440

Fonte: INE, 2001

Dados estatísticos do centro histórico

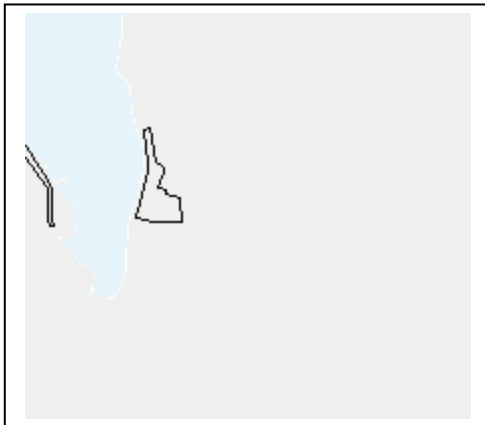


mapa do uso do solo do centro histórico

Classes de uso do solo:	Área (m)	% (total por buffer)
Área agrícola	107621,48	6,45
Área de extracção de inertes	65938,53	3,95
Área edificada consolidada antiga	17192,91	1,03
Área florestal e matas	54001,32	3,24
Área de grandes equipamentos e infra-estruturas	99479,03	5,96
Área residencial de edifícios plurifamiliares	516244,98	30,94
Área residencial de edifícios unifamiliares	315971,74	18,94
Área de actividade agrícola abandonada, incultos e vazios urbanos	376060,64	22,54
Loteamentos	9132,12	0,55
Área portuária, industrial ou de armazenagem	106966,68	6,41
TOTAL	1668609,43	100,00

Dados do uso do solo anos 90

Centro Histórico de Arrentela



mapa do centro histórico

Arrentela desenvolveu-se com base nas potencialidades do rio. Apresenta, na sua área de povoamento primitivo, um conjunto de construções e de espaços, que se caracterizam por ter ruas estreitas e inclinadas, sendo as casas na sua maioria térreas ou com dois pisos. Poucas têm varanda ou escada exterior. Os telhados são de telha vermelha e, geralmente, com chaminé. As fachadas dos edifícios são geralmente caiadas e nalguns casos decoradas com frisos e platibandas. O rodapé e as ombreiras das portas e janelas são em cantaria, por vezes pintada.

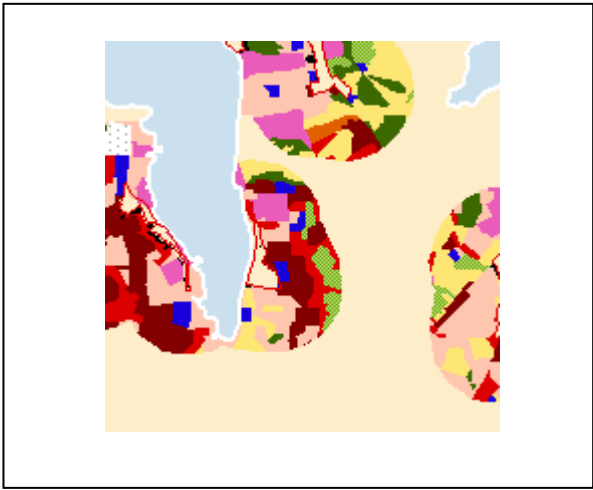


Foto do centro histórico

	Total de Alojamentos	Total de edifícios	Total de residentes	Total de Famílias
Arrentela	245	161	327	156

Fonte: INE, 2001

Dados estatísticos do centro histórico

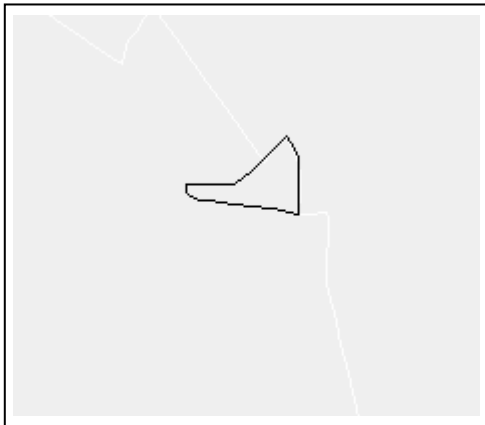


mapa do uso do solo do centro histórico

Classes de uso do solo:	Área (m)	% (total por buffer)
Área agrícola	116459,01	11,85
Área edificada consolidada antiga	3916,61	0,40
Área florestal e matas	28116,35	2,86
Área de grandes equipamentos e infra-estruturas	53700,68	5,46
Área residencial de edificios plurifamiliares	212440,88	21,62
Área residencial de edificios unifamiliares	130330,67	13,26
Área de actividade agrícola abandonada, incultos e vazios urbanos	277354,07	28,22
Área de mato	87482,89	8,90
Área portuária, industrial ou de armazenagem	73032,08	7,43
TOTAL	982833,23	100,00

Dados do uso do solo anos 90

Centro Histórico de Atalaia



mapa do centro histórico

O centro histórico de Atalaia formou-se a partir de um local de culto. A Atalaia nasce em torno da igreja (construída em 1623) que, a estender-se por uma ampla escadaria, motivou o aparecimento de algumas construções, que em banda se estendiam ao longo da encosta.

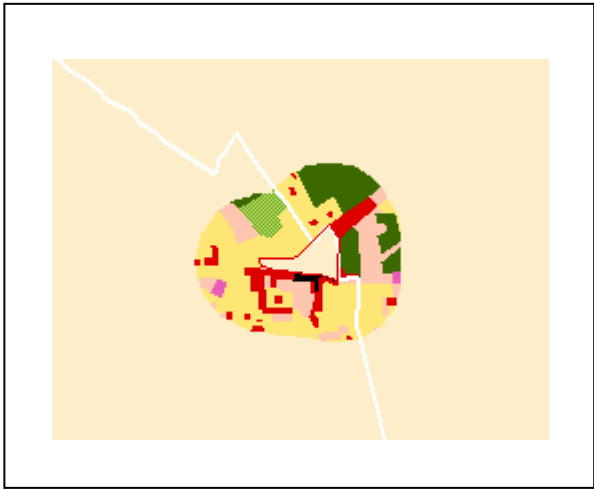


Foto do centro histórico

	Total de Alojamentos	Total de edifícios	Total de residentes	Total de Famílias
Atalaia	149	112	266	113

Fonte: INE, 2001

Dados estatísticos do centro histórico

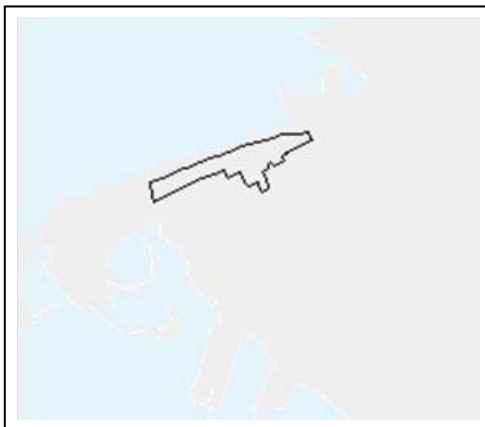


mapa do uso do solo do centro histórico

Classes de uso do solo:	Área (m)	% (total por buffer)
Área agrícola	784441,34	47,50
Área edificada consolidada antiga	16511,88	1,00
Área florestal e matas	286227,90	17,33
Área de grandes equipamentos e infra-estruturas	342,17	0,02
Área residencial de edifícios plurifamiliares	484,81	0,03
Área residencial de edifícios unifamiliares	186980,58	11,32
Área de actividade agrícola abandonada, incultos e vazios urbanos	277316,00	16,79
Área de mato	81498,87	4,94
Área portuária, industrial ou de armazenagem	17490,63	1,06
TOTAL	1651294,17	100,00

Dados do uso do solo anos 90

Centro Histórico de Barreiro



mapa do centro histórico

O Barreiro foi elevado a vila em 1521, por D. Manuel I. Presume-se que o primitivo núcleo de povoamento estruturado do Barreiro, de traçado e morfologia irregular, tenha surgido na área do Alto do Hospital estendendo-se para o bairro de S. Francisco, no sentido N, até à praia. O centro cívico localizava-se na Praça de Santa Cruz, onde se erguem ainda hoje os edifícios da Igreja Matriz (séc. XV), da Misericórdia (1569) e Casa da Câmara ou Paços do Município. Este Núcleo apresenta características arquitectónicas muito modestas, típicas da arquitectura vernacular, testemunhadas em telhados de duplo beiral, nas sacadas de ferro forjado ou ainda nas janelas de sistema de guilhotina.

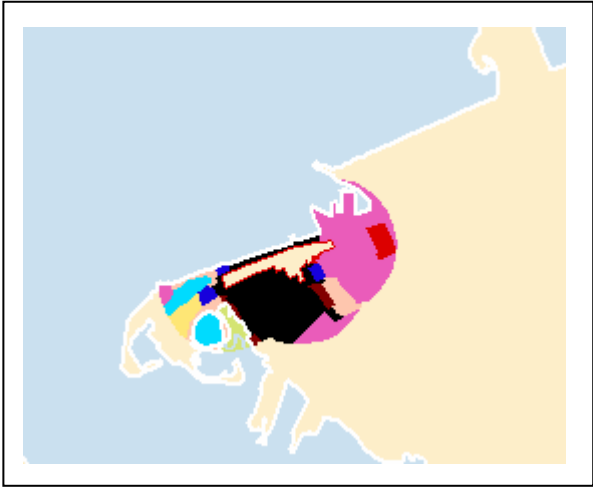


Foto do centro histórico

	Total de Alojamentos	Total de edifícios	Total de residentes	Total de Famílias
Barreiro	1097	576	1482	671

Fonte: INE, 2001

Dados estatísticos do centro histórico

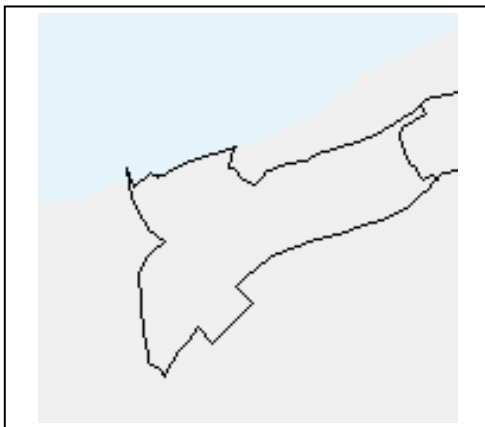


mapa do uso do solo do centro histórico

Classes de uso do solo:	Área (m)	% (total por buffer)
Área agrícola	40695,26	3,37
Planos de água, marinhas e salinas	101128,21	8,37
Área edificada consolidada antiga	382870,09	31,69
Área de grandes equipamentos e infra-estruturas	33223,64	2,75
Área residencial de edificios plurifamiliares	34474,72	2,85
Área residencial de edificios unifamiliares	42869,36	3,55
Área de actividade agrícola abandonada, incultos e vazios urbanos	101403,42	8,39
Área portuária, industrial ou de armazenagem	429364,56	35,54
Sapal e outras áreas alagadas	42151,24	3,49
TOTAL	1208180,51	100,00

Dados do uso do solo anos 90

Centro Histórico de Cacilhas



mapa do centro histórico

Núcleo habitacional mais antigo de Cacilhas, englobando a área de ocupação fenícia, árabe, romana, medieval, moderna. Alterações contemporâneas. Edifícios mais importantes: igreja (reconstruída após o terramoto); Quinta das Inglesas; Salgas de Peixe romanas; antigo Forte. Nos finais do séc. XIX/XX foi zona de expansão fabril (cortiça) e de construção naval. De acesso íngreme a Almada, a Rua da Pedreira esteve sempre ligada ao tráfego fluvial. Possuía farol e chafariz, retirados aquando do alargamento do terreiro rodoviário e cais fluvial.

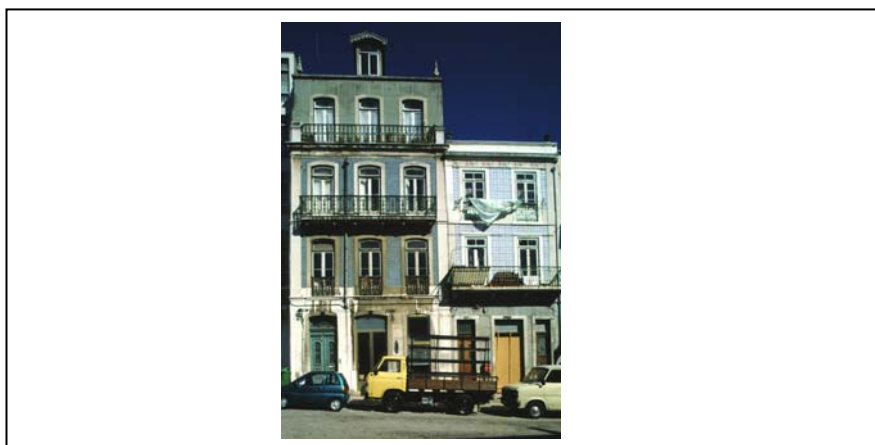


Foto do centro histórico

	Total de Alojamentos	Total de edifícios	Total de residentes	Total de Famílias
Cacilhas	999	177	1687	752

Fonte: INE, 2001

Dados estatísticos do centro histórico

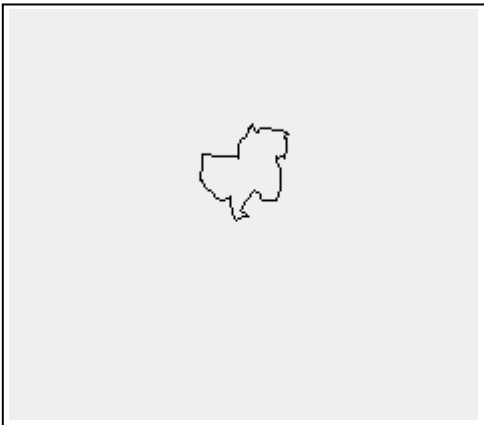


mapa do uso do solo do centro histórico

Classes de uso do solo:	Área (m)	% (total por buffer)
Área edificada consolidada antiga	325906,47	48,66
Área florestal e matas	2458,74	0,37
Área de grandes equipamentos e infra-estruturas	38203,43	5,70
Área residencial de edifícios plurifamiliares	53839,82	8,04
Área residencial de edifícios unifamiliares	6,06	0,00
Área de actividade agrícola abandonada, incultos e vazios urbanos	31556,63	4,71
Área de mato	33310,00	4,97
Área portuária, industrial ou de armazenagem	184425,79	27,54
TOTAL	669706,94	100,00

Dados do uso do solo anos 90

Centro Histórico de Canha



mapa do centro histórico

Recebeu foral em 1235, porém há quem afirme que D. Afonso Henriques lhe deu foral em 1172, posteriormente modificado pela reforma manuelina, em 1516. Destacam-se a *Domus Municipalis* com o brasão manuelino gravado, a Casa da Misericórdia com a capela de D. Sebastião fundada em 1616, o hospital e os templos instituídos em honra de Nossa Senhora da Oliveira.



Foto do centro histórico

	Total de Alojamentos	Total de edifícios	Total de residentes	Total de Famílias
Canha	270	256	543	204

Fonte: INE, 2001

Dados estatísticos do centro histórico

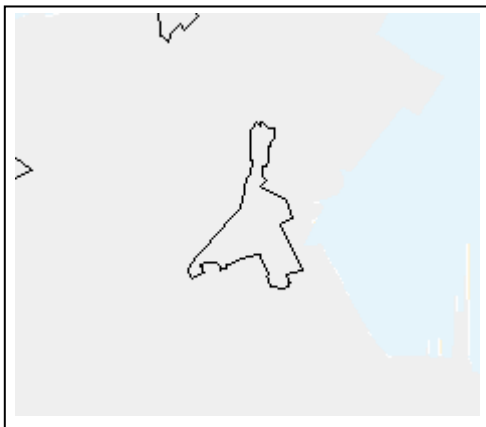


mapa do uso do solo do centro histórico

Classes de uso do solo:	Área (m)	% (total por buffer)
Área agrícola	872842,00	55,15
Área de montado	422557,01	26,70
Planos de água, marinhas e salinas	43326,06	2,74
Área edificada consolidada antiga	45970,90	2,90
Área florestal e matas	31800,21	2,01
Área de grandes equipamentos e infra-estruturas	10700,67	0,68
Área residencial de edificios plurifamiliares	4396,33	0,28
Área residencial de edificios unifamiliares	42,33	0,00
Área de mato	151171,65	9,55
TOTAL	1582807,16	100,00

Dados do uso do solo anos 90

Centro Histórico de Cova da Piedade



mapa do centro histórico

Conjunto fabril e habitações dos operários. Instalação das primeiras fábricas do concelho: finais do séc. XIX até anos 40 do séc. XX. Cortiça, moagem, Arsenal do Alfeite. Palácio de António José Gomes e *Chalet* do gerente da fábrica de moagem. Cais para escoamento de produtos junto ao rio. Ponte soterrada ligando à Mutela, pois estão sobre terrenos pantanosos e linhas de água (Ribeira do Caramujo). Instalações da Base Naval do Alfeite.

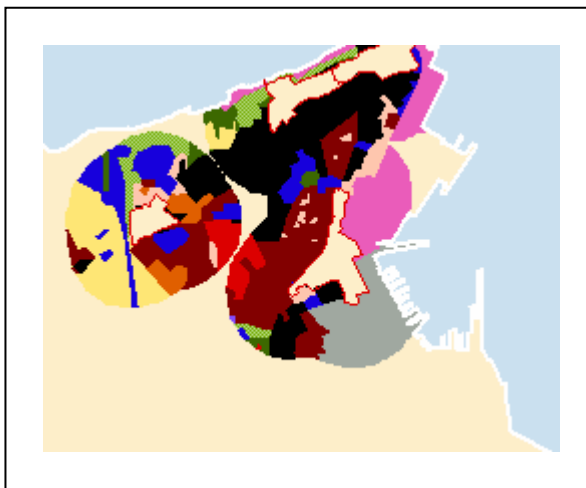


Foto do centro histórico

	Total de Alojamentos	Total de edifícios	Total de residentes	Total de Famílias
Cova da Piedade	520	155	982	421

Fonte: INE, 2001

Dados estatísticos do centro histórico

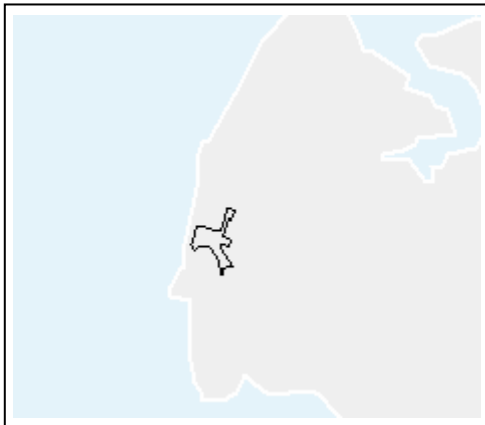


mapa do uso do solo do centro histórico

Classes de uso do solo:	Área (m)	% (total por buffer)
Área edificada consolidada antiga	318976,48	16,82
Área florestal e matas	29560,49	1,56
Grandes superfícies comerciais	2234,27	0,12
Área de grandes equipamentos e infra-estruturas	97603,93	5,15
Área residencial de edifícios plurifamiliares	542801,65	28,62
Área residencial de edifícios unifamiliares	73727,74	3,89
Área militar	430316,81	22,69
Área de actividade agrícola abandonada, incultos e vazios urbanos	85557,79	4,51
Área de mato	18851,25	0,99
Área portuária, industrial ou de armazenagem	296665,66	15,64
TOTAL	1896296,07	100,00

Dados do uso do solo anos 90

Centro Histórico de Rosário



mapa do centro histórico

O Centro Histórico do Rosário está implantado em forma de anfiteatro, aberto para o rio, criando um espaço de recepção. As habitações têm uma tipologia própria de uma povoação ribeirinha, desenvolvendo-se em correnteza e em pátio. As suas pinturas são de cores muito garridas, como o amarelo, o verde, o azul e o vermelho.

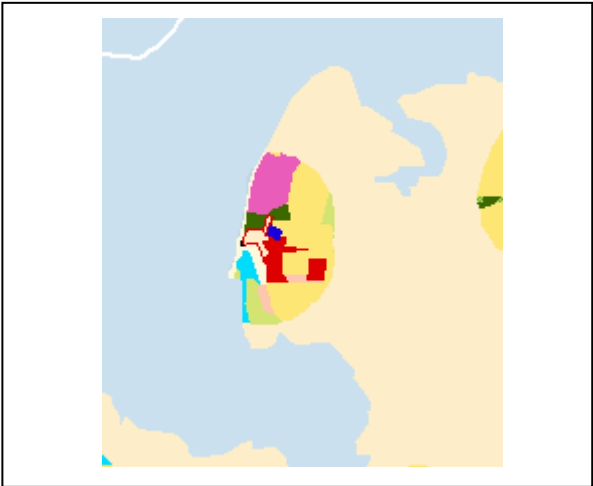


Foto do centro histórico

	Total de Alojamentos	Total de edifícios	Total de residentes	Total de Famílias
Rosário	142	128	253	110

Fonte: INE, 2001

Dados estatísticos do centro histórico

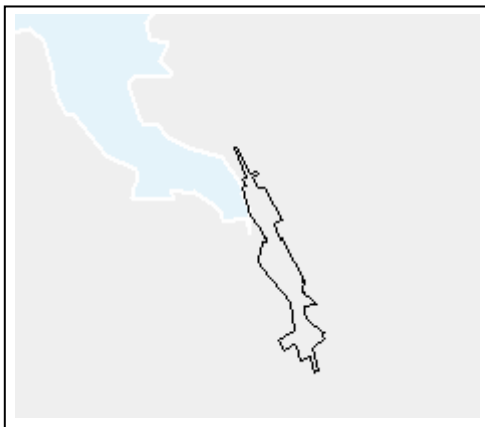


mapa do uso do solo do centro histórico

Classes de uso do solo:	Área (m)	% (total por buffer)
Área agrícola	347000,65	41,07
Planos de água, marinhas e salinas	40195,57	4,76
Área edificada consolidada antiga	4034,12	0,48
Área florestal e matas	35567,61	4,21
Área de grandes equipamentos e infra-estruturas	12064,47	1,43
Área residencial de edificios unifamiliares	82634,49	9,78
Área de actividade agrícola abandonada, incultos e vazios urbanos	31173,23	3,69
Praias, arribas e formações vegetais costeiras	58518,40	6,93
Área portuária, industrial ou de armazenagem	132832,44	15,72
Sapal e outras áreas alagadas	100795,19	11,93
TOTAL	844816,17	100,00

Dados do uso do solo anos 90

Centro Histórico de Moita



mapa do centro histórico

O Núcleo Antigo da Moita, com origem nos séculos XVI/XVII, desenvolveu-se numa relação directa e dependente do estuário onde se implantou. A sua estrutura encontra-se intimamente ligada às funções ribeirinhas e isto pode observar-se pela existência de uma rua direita, com travessas na direcção do cais.

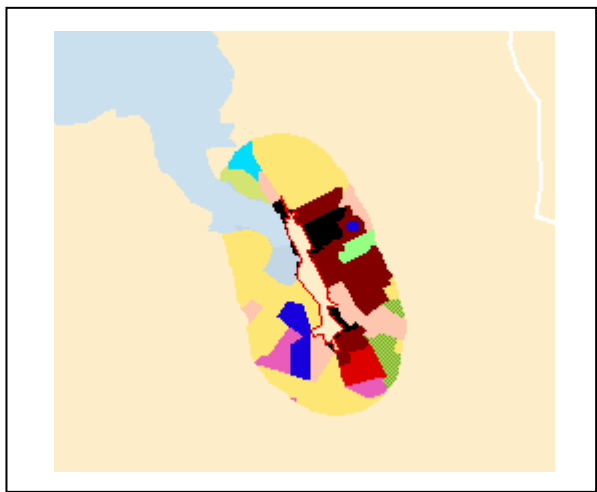


Foto do centro histórico

	Total de Alojamentos	Total de edifícios	Total de residentes	Total de Famílias
Moita	755	431	1318	536

Fonte: INE, 2001

Dados estatísticos do centro histórico



mapa do uso do solo do centro histórico

Classes de uso do solo:	Área (m)	% (total por buffer)
Área agrícola	818611,99	41,54
Planos de água, marinhas e salinas	41050,10	2,08
Área verde urbana	39444,97	2,00
Área edificada consolidada antiga	109803,37	5,57
Área de grandes equipamentos e infra-estruturas	100118,92	5,08
Área residencial de edifícios plurifamiliares	336484,01	17,07
Área residencial de edifícios unifamiliares	74283,84	3,77
Área de actividade agrícola abandonada, incultos e vazios urbanos	236153,64	11,98
Área de mato	72537,06	3,68
Área portuária, industrial ou de armazenagem	88545,56	4,49
Sapal e outras áreas alagadas	53636,99	2,72
TOTAL	1970670,44	100,00

Dados do uso do solo anos 90

Centro Histórico de Monte da Caparica



mapa do centro histórico

Zona medieval e moderna. Igreja sede de paróquia medieval. Inúmeras quintas rurais de tipologia semelhante aos séculos XVI/XVII/XVIII/XIX. Terrenos de agricultura auto-subsistente.

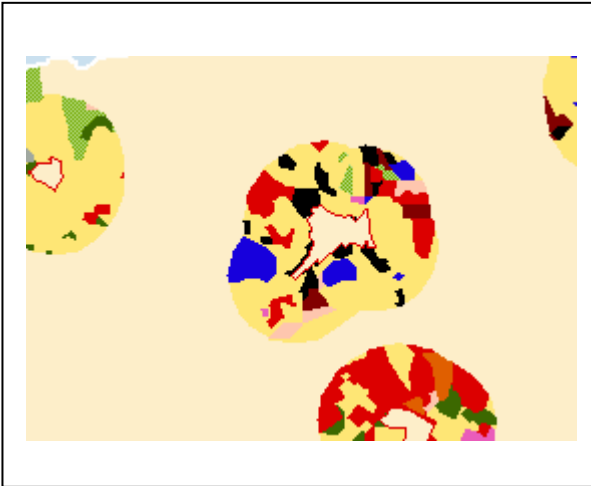


Foto do centro histórico

	Total de Alojamentos	Total de edifícios	Total de residentes	Total de Famílias
Monte da Caparica	801	288	796	350

Fonte: INE, 2001

Dados estatísticos do centro histórico

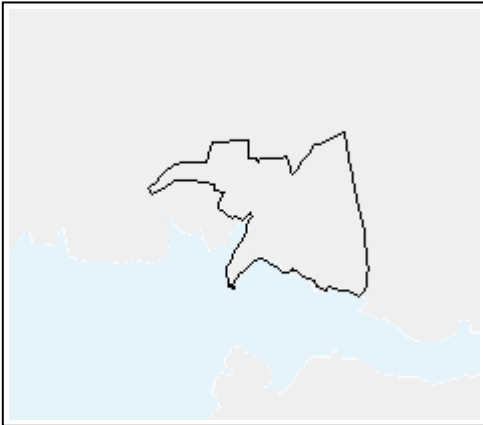


mapa do uso do solo do centro histórico

Classes de uso do solo:	Área (m)	% (total por buffer)
Área agrícola	1046919,67	57,26
Área edificada consolidada antiga	194189,52	10,62
Área de grandes equipamentos e infra-estruturas	174610,60	9,55
Área residencial de edifícios plurifamiliares	74975,97	4,10
Área residencial de edifícios unifamiliares	229606,93	12,56
Área de actividade agrícola abandonada, incultos e vazios urbanos	63878,37	3,49
Área de mato	34063,51	1,86
Área portuária, industrial ou de armazenagem	9968,21	0,55
TOTAL	1828212,77	100,00

Dados do uso do solo anos 90

Centro Histórico de Montijo



mapa do centro histórico

As origens da povoação devem-se à situação geográfica como ponto de ligação entre o Alentejo e Lisboa. Em 1514, D. Manuel I atribuiu foral a esta vila, sendo concedida, para além das regalias municipais, autonomia paroquial. Importante núcleo de comércio e exploração do rio: transporte de mercadorias e passageiros nos barcos tradicionais desta região. No decorrer dos séculos XIX/XX desenvolve-se a actividade industrial.

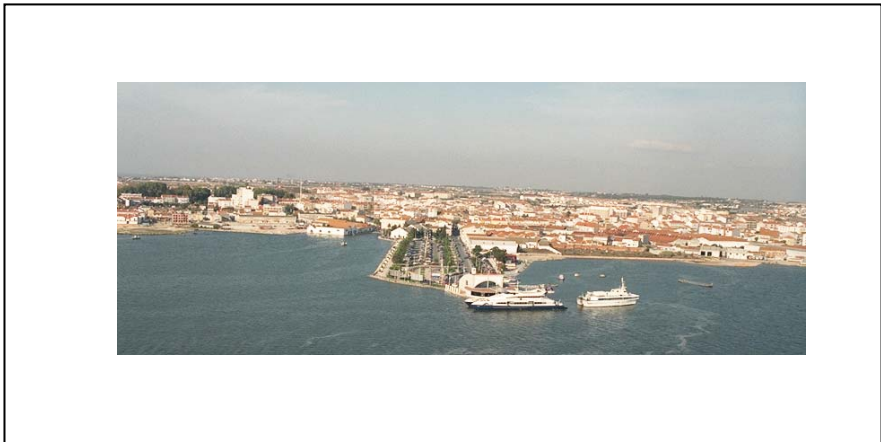
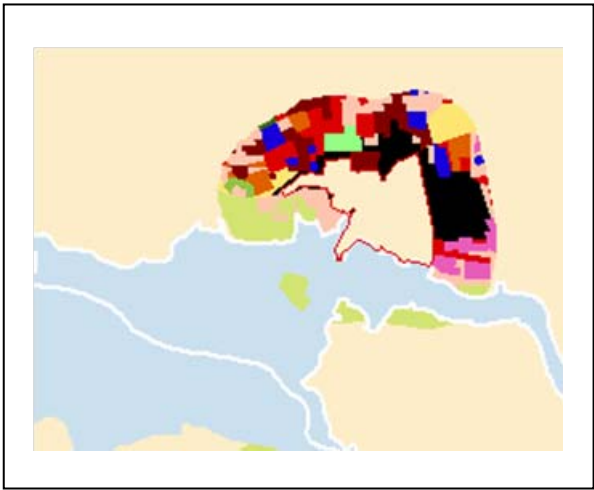


Foto do centro histórico

	Total de Alojamentos	Total de edifícios	Total de residentes	Total de Famílias
Montijo	1902	1158	2822	1286

Fonte: INE, 2001

Dados estatísticos do centro histórico

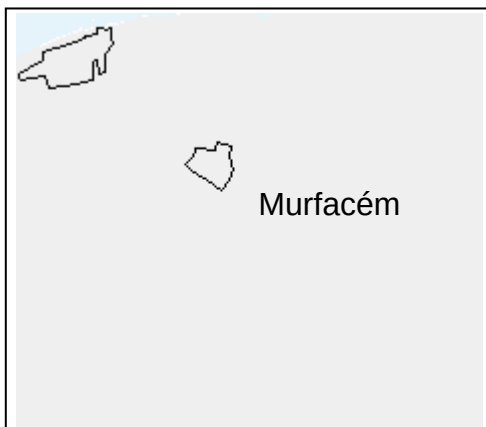


mapa do uso do solo do centro histórico

Classes de uso do solo:	Área (m)	% (total por buffer)
Área agrícola	109928,25	5,47
Área verde urbana	46486,50	2,31
Área edificada consolidada antiga	370839,74	18,44
Área florestal e matas	6008,63	0,30
Área de grandes equipamentos e infra-estruturas	88945,00	4,42
Área residencial de edifícios plurifamiliares	223548,01	11,11
Área residencial de edifícios unifamiliares	213435,05	10,61
Área de actividade agrícola abandonada, incultos e vazios urbanos	378319,50	18,81
Loteamentos	91451,58	4,55
Área de mato	19530,22	0,97
Área portuária, industrial ou de armazenagem	110813,94	5,51
Sapal e outras áreas alagadas	352136,03	17,51
TOTAL	2011442,45	100,00

Dados do uso do solo anos 90

Centro Histórico de Murfacém



mapa do centro histórico

Tipologia inicialmente muçulmana. Cisternas e azulejos árabes. Quinta com capela (séc. XVII).

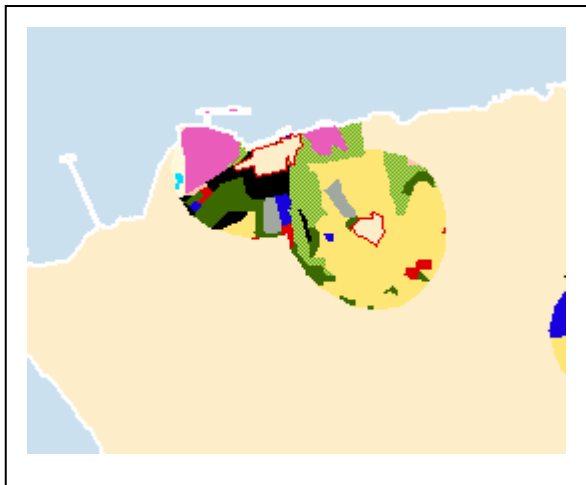


Foto do centro histórico

	Total de Alojamentos	Total de edifícios	Total de residentes	Total de Famílias
Murfacém	58	46	118	49

Fonte: INE, 2001

Dados estatísticos do centro histórico

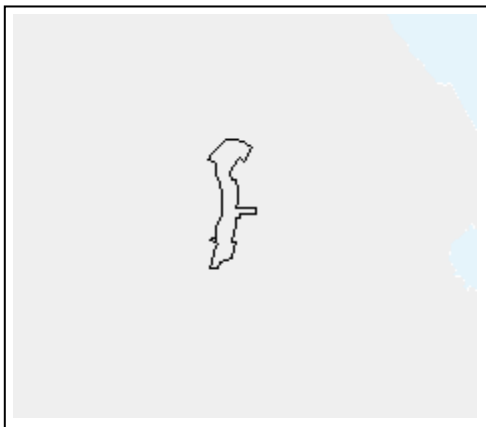


mapa do uso do solo do centro histórico

Classes de uso do solo:	Área (m)	% (total por buffer)
Área agrícola	810682,13	68,94
Área edificada consolidada antiga	8792,59	0,75
Área florestal e matas	86928,05	7,39
Área de grandes equipamentos e infra-estruturas	5485,06	0,47
Área residencial de edifícios unifamiliares	29165,20	2,48
Área militar	35368,27	3,01
Área de actividade agrícola abandonada, incultos e vazios urbanos	2192,74	0,19
Área de mato	197382,18	16,78
TOTAL	1175996,21	100,00

Dados do uso do solo anos 90

Centro Histórico de Paio Pires



mapa do centro histórico

A identidade do Núcleo Urbano Antigo de Paio Pires liga-se à organização do lugar – tendo por elemento estruturante a antiga “Rua Direita” – onde é evidente a sua origem rural, a qual não foi apagada pela população maioritariamente operária que trouxe novas marcas ao aglomerado. Destacam-se para além da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Anunciação e do coreto da Sociedade Musical 5 de Outubro um interessante registo azulejar datado de 1728; anterior, portanto, ao terramoto e os vestígios da estrutura edificada de um dos vários moinhos de vento que terão existido no concelho.



Foto do centro histórico

	Total de Alojamentos	Total de edifícios	Total de residentes	Total de Famílias
Paio Pires	337	170	689	275

Fonte: INE, 2001

Dados estatísticos do centro histórico

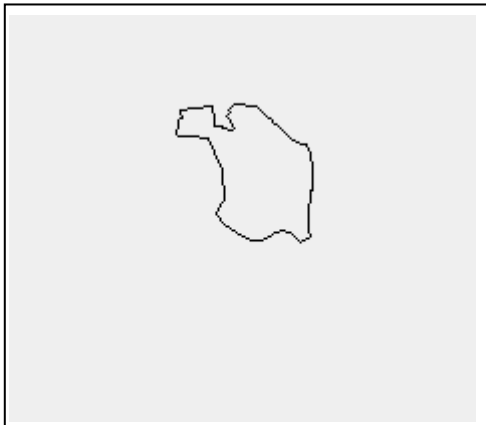


mapa do uso do solo do centro histórico

Classes de uso do solo:	Área (m)	% (total por buffer)
Área agrícola	455242,36	27,78
Área edificada consolidada antiga	3749,29	0,23
Área florestal e matas	50768,96	3,10
Área de grandes equipamentos e infra-estruturas	37710,46	2,30
Área residencial de edificios plurifamiliares	76418,95	4,66
Área residencial de edificios unifamiliares	60907,53	3,72
Área de actividade agrícola abandonada, incultos e vazios urbanos	416887,21	25,44
Área de mato	52210,76	3,19
Área portuária, industrial ou de armazenagem	484918,70	29,59
TOTAL	1638814,23	100,00

Dados do uso do solo anos 90

Centro Histórico de Palmela



mapa do centro histórico

A 232m de altitude, é um lugar estratégico, pois permite o controlo dos estuários do Sado e do Tejo. A instalação muçulmana está registada desde os séculos VIII-IX ao período Almorávida (séc. XII) no castelo de Palmela. Em 1147, Palmela é conquistada às tropas islâmicas por D. Afonso Henriques. Em 1186, o Castelo é doado por D. Sancho I à Ordem de Santiago. Em 1423, D. João I instala definitivamente a sede da Ordem de Santiago em Palmela. Em 1834 a extinção das Ordens Militares e Religiosas retira ao Castelo o prestígio de que até aí gozava. No final da década de 40, um Plano de Urbanização abre a expansão da vila para N. O último quartel do séc. XX fica marcado por novas urbanizações – de entre as quais se destaca a “Nova Palmela”.

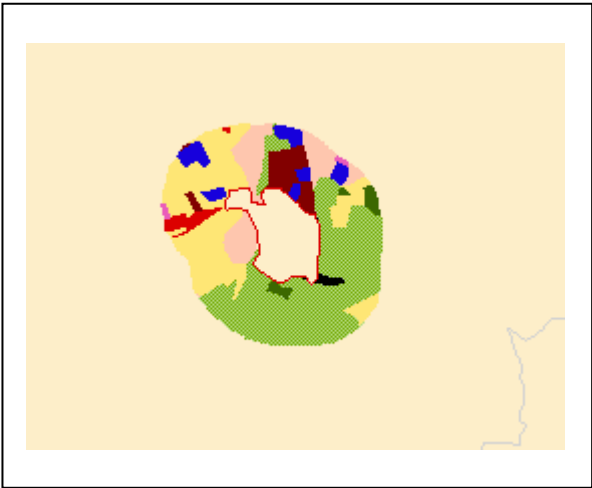


Foto do centro histórico

	Total de Alojamentos	Total de edifícios	Total de residentes	Total de Famílias
Palmela	1372	892	2625	1066

Fonte: INE, 2001

Dados estatísticos do centro histórico

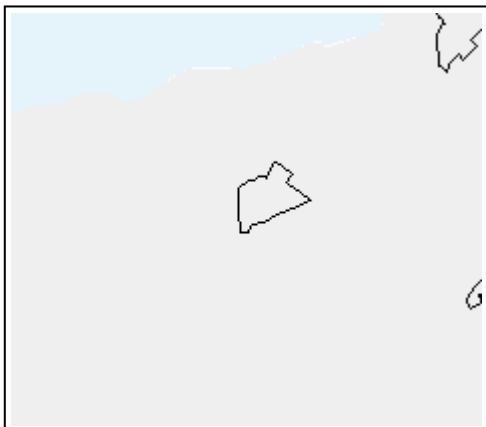


mapa do uso do solo do centro histórico

Classes de uso do solo:	Área (m)	% (total por buffer)
Área agrícola	580172,81	28,17
Área edificada consolidada antiga	16783,16	0,81
Área florestal e matas	38692,87	1,88
Área de grandes equipamentos e infra-estruturas	111567,88	5,42
Área residencial de edificios plurifamiliares	126348,41	6,13
Área residencial de edificios unifamiliares	44727,96	2,17
Área de actividade agrícola abandonada, incultos e vazios urbanos	257113,10	12,48
Área de mato	872222,38	42,35
Área portuária, industrial ou de armazenagem	11906,66	0,58
TOTAL	2059535,23	100,00

Dados do uso do solo anos 90

Centro Histórico de Pragal



mapa do centro histórico

Rural e urbano. Zona de quintas agrícolas. Bons terrenos para vinha, cereais e oliveira. Rua Direita de características burguesas. Comércio. O interior do Núcleo mantém tipologia rural. Perde parte da sua lógica com o rasgamento da auto-estrada de acesso à Praça da Portagem.

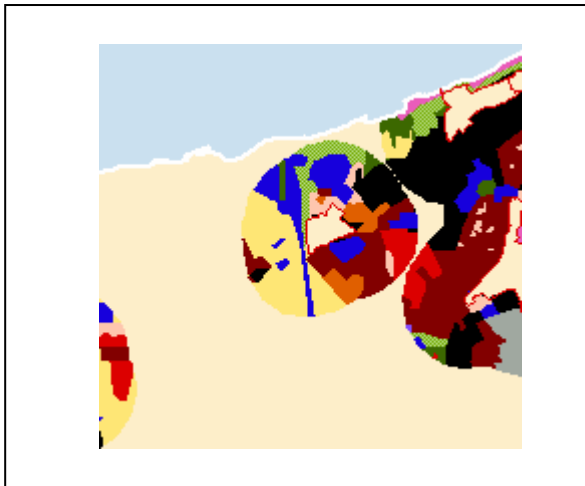


Foto do centro histórico

	Total de Alojamentos	Total de edifícios	Total de residentes	Total de Famílias
Pragal	318	174	539	225

Fonte: INE, 2001

Dados estatísticos do centro histórico

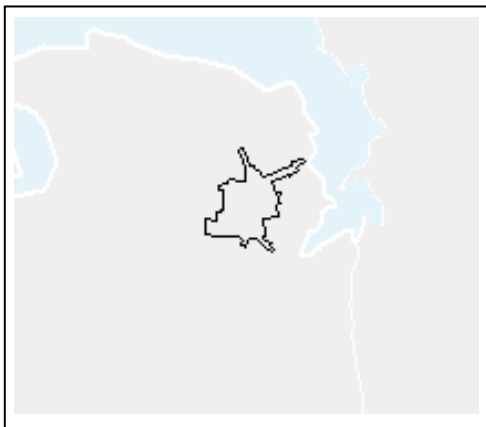


mapa do uso do solo do centro histórico

Classes de uso do solo:	Área (m)	% (total por buffer)
Área agrícola	362667,65	26,38
Área edificada consolidada antiga	118212,28	8,60
Área florestal e matas	29411,44	2,14
Área de grandes equipamentos e infra-estruturas	286848,99	20,86
Área residencial de edificios plurifamiliares	227408,24	16,54
Área residencial de edificios unifamiliares	69534,30	5,06
Área de actividade agrícola abandonada, incultos e vazios urbanos	62603,74	4,55
Loteamentos	110124,55	8,01
Área de mato	108174,05	7,87
TOTAL	1374985,24	100,00

Dados do uso do solo anos 90

Centro Histórico de Sarilhos Pequenos



mapa do centro histórico

O núcleo urbano de Sarilhos Pequenos formou-se numa relação directa com o rio. Encontra-se praticamente rodeado por grandes unidades agrícolas. O seu crescimento operou-se no sentido do esteiro, traduzindo-se numa malha urbana em estrela, com ruas a desembocar num largo central e com o rio nas traseiras. As suas pinturas são de cores muito garridas, como o amarelo, o verde, o azul e o vermelho.

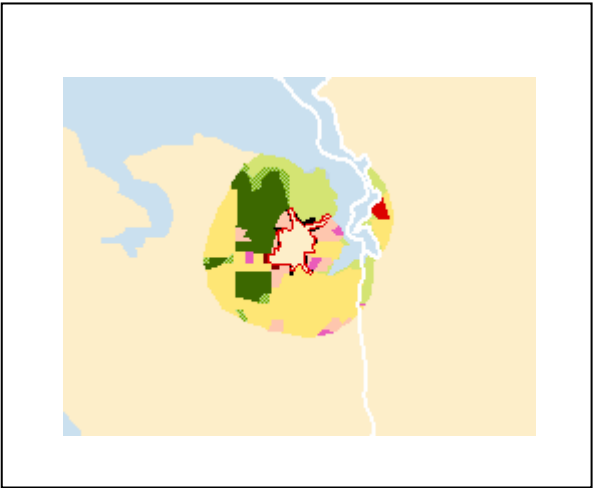


Foto do centro histórico

	Total de Alojamentos	Total de edifícios	Total de residentes	Total de Famílias
Sarilhos Pequenos	358	277	754	286

Fonte: INE, 2001

Dados estatísticos do centro histórico

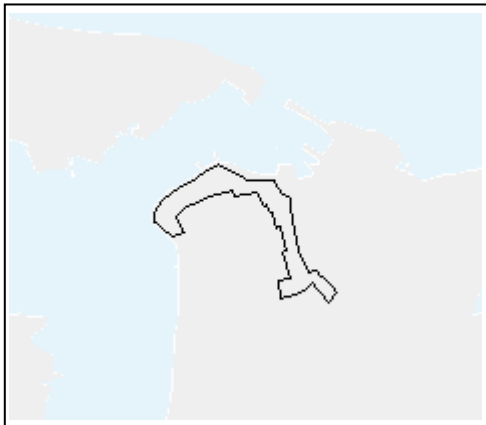


mapa do uso do solo do centro histórico

Classes de uso do solo:	Área (m)	% (total por buffer)
Área agrícola	606570,95	44,03
Área edificada consolidada antiga	21863,70	1,59
Área florestal e matas	257654,32	18,70
Área residencial de edificios plurifamiliares	6568,39	0,48
Área residencial de edificios unifamiliares	15781,29	1,15
Área de actividade agrícola abandonada, incultos e vazios urbanos	103832,54	7,54
Área de mato	46371,84	3,37
Área portuária, industrial ou de armazenagem	24542,62	1,78
Sapal e outras áreas alagadas	294520,98	21,38
TOTAL	1377706,62	100,00

Dados do uso do solo anos 90

Centro Histórico de Seixal



mapa do centro histórico

Localizado junto ao rio, este Núcleo Urbano caracteriza-se por uma diversidade de situações construtivas que reflectem as constantes transformações que caracterizam a evolução da sua malha urbana, e identifica-se pelo conjunto habitacional caracterizado por ruas estreitas de traçado irregular, na sua maioria paralelas à baía, característica comum a outras comunidades piscatórias. Com alguns pátios e pequenos largos, predominam as casas de um ou dois pisos. Destacam-se, no conjunto, alguns edifícios revestidos a azulejos e a utilização de ferros fundidos e forjados servindo de guarda-corpo às janelas de sacada sobre a rua.



Foto do centro histórico

	Total de Alojamentos	Total de edifícios	Total de residentes	Total de Famílias
Seixal	1259	509	2186	971

Fonte: INE, 2001

Dados estatísticos do centro histórico

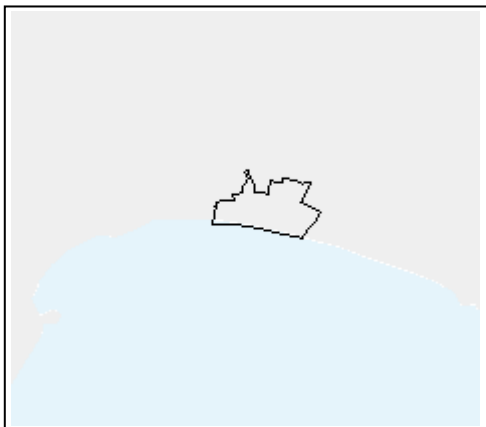


mapa do uso do solo do centro histórico

Classes de uso do solo:	Área (m)	% (total por buffer)
Área agrícola	290910,63	19,58
Planos de água, marinhas e salinas	16757,67	1,13
Área edificada consolidada antiga	14868,28	1,00
Área florestal e matas	200959,98	13,53
Área de grandes equipamentos e infra-estruturas	45270,05	3,05
Área residencial de edifícios plurifamiliares	50133,01	3,37
Área residencial de edifícios unifamiliares	30101,37	2,03
Área de actividade agrícola abandonada, incultos e vazios urbanos	302087,79	20,34
Loteamentos	38067,13	2,56
Área de mato	116558,12	7,85
Praias, arribas e formações vegetais costeiras	24785,31	1,67
Área portuária, industrial ou de armazenagem	339201,23	22,83
Sapal e outras áreas alagadas	15801,33	1,06
TOTAL	1485501,88	100,00

Dados do uso do solo anos 90

Centro Histórico de Sesimbra



mapa do centro histórico

A actual vila teve como origem a póvoa da Ribeira de Sesimbra, sendo edificada no séc. XIII por iniciativa de D. Dinis, acabando por crescer à mercê da sua ligação ao mar, que originará no segundo quartel do séc. XVI a criação da nova vila de Sesimbra e freguesia de Santiago, com um vasto conjunto de edifícios de importância sócio-económica. Hoje em dia, realizam-se nesse local os festejos de Carnaval (com corso, cegadas, enterro do bacalhau), a Queima do Judas, e as festividades dos Santos Populares.

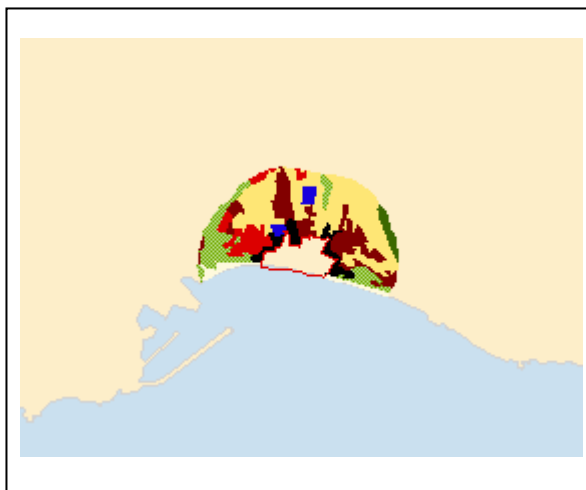


Foto do centro histórico

	Total de Alojamentos	Total de edifícios	Total de residentes	Total de Famílias
Sesimbra	1356	529	1700	762

Fonte: INE, 2001

Dados estatísticos do centro histórico

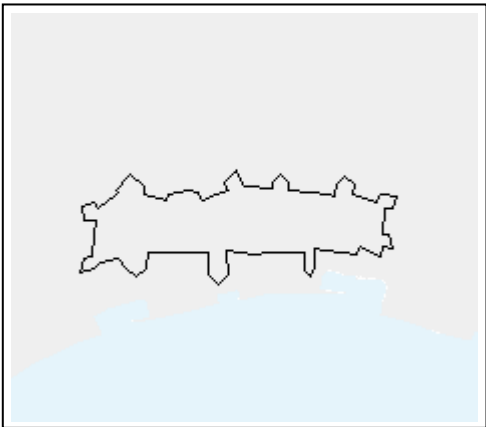


mapa do uso do solo do centro histórico

Classes de uso do solo:	Área (m)	% (total por buffer)
Área agrícola	398183,37	40,52
Área edificada consolidada antiga	74321,73	7,56
Área florestal e matas	26500,57	2,70
Área de grandes equipamentos e infra-estruturas	22847,23	2,33
Área residencial de edificios plurifamiliares	188975,18	19,23
Área residencial de edificios unifamiliares	87840,74	8,94
Área de mato	141583,57	14,41
Praias, arribas e formações vegetais costeiras	42146,08	4,29
Área portuária, industrial ou de armazenagem	168,42	0,02
TOTAL	982566,88	100,00

Dados do uso do solo anos 90

Centro Histórico de Setúbal



mapa do centro histórico

Entre os séculos I e IV d.C. Setúbal tem uma ocupação intensa e significativa, com base nas indústrias de preparados piscícolas. Do séc. VI ao séc. XIII, Setúbal parece ter sido apenas um pequeno conjunto de casas de populações que tinham a pesca como actividade principal. Com a conquista definitiva de Alcácer, a região tornou-se mais segura para o ressurgimento de um povoado à margem do Sado e na zona de Setúbal. Desenvolveu-se, então, um núcleo medieval na colina da Igreja de Santa Maria da Graça. No séc. XIV construiu-se a primeira muralha e, depois de 1640, a segunda. No séc. XVIII surgiram as primeiras indústrias. No séc. XIX terraplanou-se a Av. Luísa Todi e surgiu o caminho de ferro. A economia, ao longo do séc. XX, valorizou a pesca e a indústria conserveira.

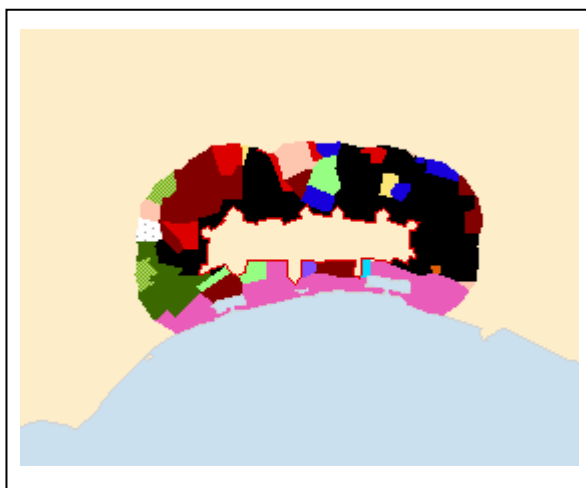


Foto do centro histórico

	Total de Alojamentos	Total de edifícios	Total de residentes	Total de Famílias
Setúbal	3492	1887	4341	2088

Fonte: INE, 2001

Dados estatísticos do centro histórico

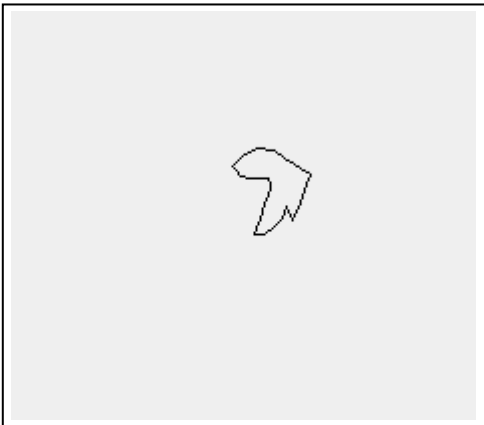


mapa do uso do solo do centro histórico

Classes de uso do solo:	Área (m)	% (total por buffer)
Área agrícola	24767,12	0,99
Planos de água, marinhas e salinas	10255,48	0,41
Área de extracção de inertes	32252,68	1,29
Área verde urbana	97001,60	3,87
Área edificada consolidada antiga	967949,37	38,64
Área florestal e matas	161534,24	6,45
Grandes superfícies comerciais	13159,51	0,53
Área de grandes equipamentos e infra-estruturas	94447,56	3,77
Área residencial de edifícios plurifamiliares	395682,13	15,79
Área residencial de edifícios unifamiliares	137086,47	5,47
Área de actividade agrícola abandonada, incultos e vazios urbanos	93155,39	3,72
Loteamentos	4043,75	0,16
Área de mato	63245,87	2,52
Área portuária, industrial ou de armazenagem	410585,58	16,39
TOTAL	2505166,75	100,00

Dados do uso do solo anos 90

Centro Histórico de Sobreda



mapa do centro histórico

Núcleo habitacional rural
envolvente do Solar dos
Zagallos



Foto do centro histórico

	Total de Alojamentos	Total de edifícios	Total de residentes	Total de Famílias
Sobreda	67	54	115	55

Fonte: INE, 2001

Dados estatísticos do centro histórico



mapa do uso do solo do centro histórico

Classes de uso do solo:	Área (m)	% (total por buffer)
Área agrícola	471623,28	31,76
Área florestal e matas	133216,71	8,97
Área de grandes equipamentos e infra-estruturas	18438,71	1,24
Área residencial de edifícios plurifamiliares	51566,68	3,47
Área residencial de edifícios unifamiliares	685345,90	46,15
Área de actividade agrícola abandonada, incultos e vazios urbanos	22403,36	1,51
Loteamentos	65889,49	4,44
Área de mato	2761,01	0,19
Área portuária, industrial ou de armazenagem	33706,60	2,27
TOTAL	1484951,73	100,00

Dados do uso do solo anos 90

Centro Histórico de Trafaria



mapa do centro histórico

Conjunto habitacional rural/piscatório. Antiga igreja medieval em ruínas; antiga fábrica de explosivos. Cais fluvial de embarque. Forte/Presídio da Trafaria.

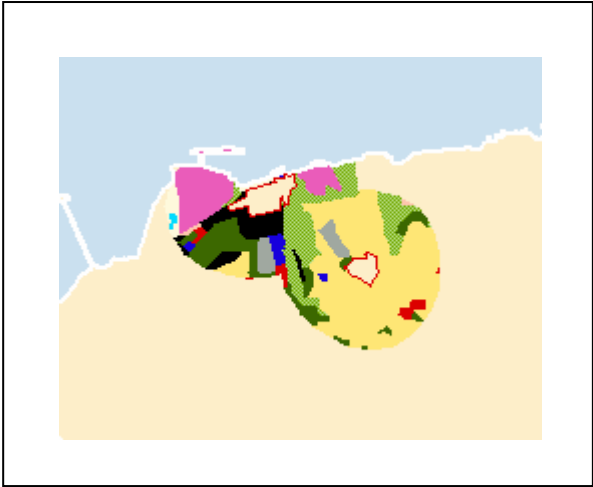


Foto do centro histórico

	Total de Alojamentos	Total de edifícios	Total de residentes	Total de Famílias
Trafaria	479	269	933	370

Fonte: INE, 2001

Dados estatísticos do centro histórico

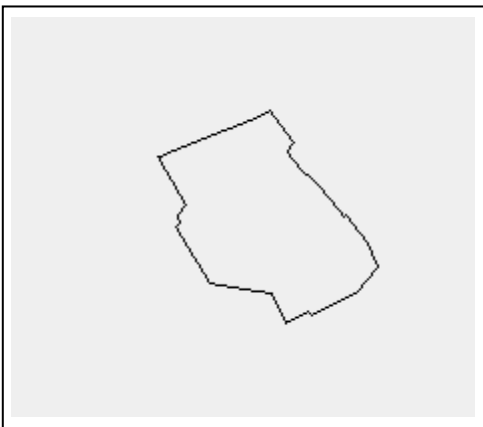


mapa do uso do solo do centro histórico

Classes de uso do solo:	Área (m)	% (total por buffer)
Área agrícola	120775,86	12,05
Planos de água, marinhas e salinas	5507,16	0,55
Área edificada consolidada antiga	134694,93	13,44
Área florestal e matas	132014,90	13,17
Área de grandes equipamentos e infra-estruturas	32717,15	3,26
Área residencial de edifícios unifamiliares	17391,97	1,74
Área militar	55964,07	5,58
Área de actividade agrícola abandonada, incultos e vazios urbanos	6159,05	0,61
Área de mato	209798,26	20,93
Praias, arribas e formações vegetais costeiras	46811,69	4,67
Área portuária, industrial ou de armazenagem	240577,13	24,00
TOTAL	1002412,17	100,00

Dados do uso do solo anos 90

Centro Histórico de Vila Fresca de Azeitão



mapa do centro histórico

Um Casco Histórico é uma área urbana que abrange diversos edifícios, muitos deles mencionados nesta listagem, para além do reticulado urbano e do conjunto de simples casas de habitação. Vila Fresca segue-se imediatamente a Vila Nogueira em termos de importância



Foto do centro histórico

	Total de Alojamentos	Total de edifícios	Total de residentes	Total de Famílias
Vila Fresca de Azeitão	184	140	319	125

Fonte: INE, 2001

Dados estatísticos do centro histórico

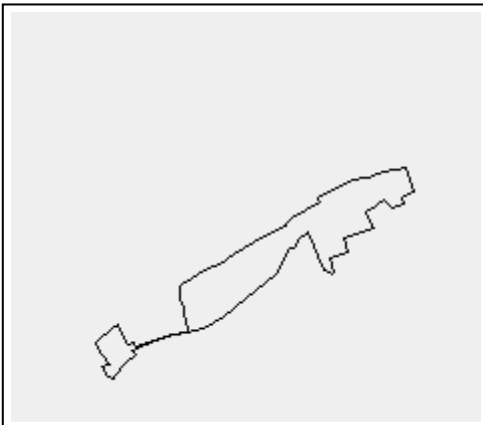


mapa do uso do solo do centro histórico

Classes de uso do solo:	Área (m)	% (total por buffer)
Área agrícola	1259479,88	49,22
Área edificada consolidada antiga	56812,06	2,22
Área florestal e matas	421275,73	16,46
Área residencial de edifícios unifamiliares	160182,80	6,26
Área de actividade agrícola abandonada, incultos e vazios urbanos	236969,63	9,26
Loteamentos	22581,15	0,88
Área de mato	361499,77	14,13
Área portuária, industrial ou de armazenagem	40051,01	1,57
TOTAL	2558852,04	100,00

Dados do uso do solo anos 90

Centro Histórico de Vila Nogueira de Azeitão



mapa do centro histórico

A Vila Nogueira de Azeitão é umas das povoações, com maior importância, que constituem Azeitão. A sua origem medieval poder-se-á explicar pelo crescimento populacional, consequente do agrupamento de casas dos trabalhadores da Quinta dos Nogueiras, que terá passado, posteriormente, para D.^a Constança, mulher de D. Pedro I. Foi elevada a vila em 1786, passando a sede de Concelho até 1855.

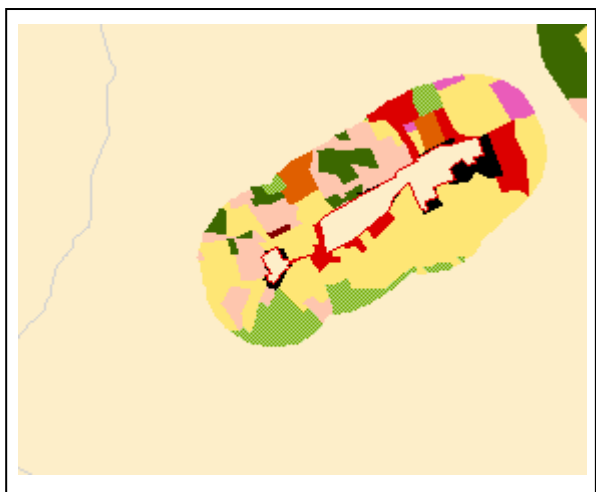


Foto do centro histórico

	Total de Alojamentos	Total de edifícios	Total de residentes	Total de Famílias
Vila Nogueira de Azeitão	239	194	463	187

Fonte: INE, 2001

Dados estatísticos do centro histórico



mapa do uso do solo do centro histórico

Classes de uso do solo:	Área (m)	% (total por buffer)
Área agrícola	1469723,04	48,06
Área edificada consolidada antiga	110696,62	3,62
Área florestal e matas	166095,99	5,43
Área residencial de edificios plurifamiliares	8577,15	0,28
Área residencial de edificios unifamiliares	300715,67	9,83
Área de actividade agrícola abandonada, incultos e vazios urbanos	468703,53	15,33
Loteamentos	125169,99	4,09
Área de mato	331959,33	10,86
Área portuária, industrial ou de armazenagem	76391,11	2,50
TOTAL	3058032,43	100,00

Dados do uso do solo anos 90

Património classificado da Península de Setúbal

(Fonte: Área Metropolitana de Lisboa 2002)



Igreja Matriz / Igreja de São João Baptista (Alcochete)



Igreja da Misericórdia de Alcochete



Capela de Nossa Senhora da Vida / Capela da Senhora da Vida / Antiga Capela do Espírito Santo (Alcochete)



Pelourinho de Alcochete (fragmento)



Pórtico do antigo convento de São Francisco (Alcochete)



Quinta de São Francisco Borja (Almada)



Palácio da Cerca (Almada)



Edifício da antiga Igreja de São Sebastião (Almada)



Quinta de Nossa Senhora da Conceição, incluindo o celeiro, o pombal, a nora e o jardim (Almada)



Capela de São Tomás de Aquino (Almada)



Fortaleza da Torre Velha / Torre de São Sebastião da Caparica (Almada)



Quinta de São Miguel (Almada)



Nora de ferro, situada nos terrenos da Escola Preparatória da Cova da Piedade (Almada)



Fábrica de Moagem (Almada)



Quinta de São Lourenço (Almada)



Quinta de Santo António da Bela Vista (Almada)



Quinta de São Miguel (Almada)



Quinta de Santa Rita incluindo a casa de fresco e o poço (Almada)



Cineteatro Barreirense (Barreiro)



Antiga Igreja de Palhais / Igreja de Nossa Senhora da Graça (Barreiro)



Antiga Igreja de Palhais /
Igreja de Nossa Senhora
da Graça (Barreiro)



Real Fábrica de Vidros de Coina (Barreiro)



Largo do Descarregador, palácio, moinho de maré, cais / Palacete da Cova
(Moita)



Capela da Igreja Matriz de Alhos Vedros / Capela de São Sebastião
(Moita)



**Capela da Igreja Matriz
de Alhos Vedros / Capela
de São Sebastião (Moita)**



Pelourinho de Alhos Vedros (Moita)



Capela da Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros (Moita)



**Ermida de Nossa Senhora do Rosário / Capela de Nossa Senhora do
Rosário (Moita)**



**Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira / Igreja Paroquial de São
Sebastião de Canha (Montijo)**



Ermida de São Sebastião / Igreja da Misericórdia (Montijo)



Ermida de São Sebastião (Montijo)



Capela de Nosso Senhor Jesus dos Aflitos e anexos da Quinta do Saldanha (Montijo)



Igreja Matriz do Montijo / Igreja do Espírito Santo



Igreja da Misericórdia do Montijo



Casa da Quinta do Pátio de Água e Ermida de Santo António (Montijo)



Cineteatro Joaquim de Almeida (Montijo)



Fontanário de Pegões Velhos (Montijo)



Igreja de São Jorge e Ermida de Nossa Senhora da Piedade (Montijo)



Igreja de São Jorge e Ermida de Nossa Senhora da Piedade (Montijo)



Igreja de Nossa Senhora da Atalaia (Montijo)



Cruzeiro-mor da Atalaia (Montijo)



Cruzeiro Sul da Atalaia (Montijo)



Cruzeiro Norte da Atalaia (Montijo)



Castelo de Palmela



Igreja de Santiago de Palmela, compreendendo o túmulo de D. Jorge (1481-1550), último mestre da Ordem de Santiago (Palmela)



Túmulo de D. Jorge (1481-1550), último mestre da Ordem de Santiago (Palmela)



Igreja de Santiago de Palmela, compreendendo o túmulo de D. Jorge (1481-1550), último mestre da Ordem de Santiago (Palmela)



Pelourinho de Palmela



Capela de São João Baptista (Palmela)



Grutas da Quinta do Anjo (Palmela)



Moinhos de maré existentes no Seixal - Moinho de Maré do Zeimoto



Moinhos de maré existentes no Seixal - Moinho de Maré Velho do Breyner



Moinhos de maré existentes no Seixal - Moinho de Maré da Passagem



Moinhos de maré existentes no Seixal - Moinho de Maré Novo da Torre



Moinhos de maré existentes no Seixal - Moinho de Maré Novo do Galvão



Moinhos de maré existentes no Seixal - Moinho de Maré Novo do Capitão



Igreja Paroquial da Arrentela / Igreja de Nossa Senhora da Consolação (Seixal)



Moinhos de maré existentes no Seixal - Moinho de Maré Velho dos Paulistas



Moinhos de maré existentes no Seixal - Moinho de Maré Novo dos Paulistas



Residência da Quinta da Trindade (Seixal)



Olaria romana da Quinta do Rouxinol (Seixal)



Moinhos de maré existentes no Seixal - Moinho de Maré de Corroios



Santuário de Nossa Senhora do Cabo, Casa dos Círios e terreiro, no Cabo Espichel / Santuário de Nossa Senhora da Pedra da Mua (Sesimbra)



Monumento megalítico da Roça do Casal do Meio (Sesimbra)



Castelo de Sesimbra



Forte do Cavalo / Forte de São Teodósio (esporão da rocha do Cavalo) (Sesimbra)



Estação arqueológica da Lapa do Fumo (Sesimbra)



Jazida icnofossil da Pedreira do Avelino (Zambujal, Sesimbra)



Jazida de icnofósseis da Pedra da Mua (Cabo Espichel, Sesimbra)



Pelourinho de Sesimbra



Capela do Espírito Santo dos Mareantes (Sesimbra)



Forte de Santiago (Sesimbra)



Fortaleza de São Filipe (Setúbal)



Quinta do Esteval (Setúbal)



Pelourinho de Setúbal



Forte de Santiago do Outão (Setúbal)



Fábrica romana de salga, nas caves do edifício na Travessa de Frei Gaspar, n.º 10 (Setúbal)



Escadaria do antigo hospital da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal



Igreja de Santa Maria da Graça (Setúbal)



Portal da Gafaria
(Setúbal)



Aqueduto de Setúbal



Casa das Quatro Cabeças (Setúbal)



Chafariz Teófilo Braga (Setúbal)



Cruzeiro de Setúbal



Edifício do Grande Salão de Recreio do Povo (Setúbal)



Igreja de São Julião (Setúbal)



Igreja do antigo Mosteiro de Jesus, Claustro, incluindo a primitiva Casa do Capítulo (Setúbal)



Igreja do antigo Mosteiro de Jesus, Claustro, incluindo a primitiva Casa do Capítulo (Setúbal)



Pelourinho de Vila Nogueira de Azeitão (Setúbal)



Toda a zona que rodeia o Portinho da Arrábida, incluindo o Conventinho e a Mata de Carvalhos (Setúbal)



Palácio dos Duques de Aveiro (Setúbal)



Quinta da Torre (Setúbal)



Fontanário de Vila Nogueira de Azeitão (Setúbal)



Igreja de São Lourenço e recheio (Setúbal)



Quinta da Bacalhoa (Setúbal)



Igreja Paroquial de São Sebastião / Igreja do antigo Convento de São Domingos, incluindo parte do claustro anexo à Igreja (Setúbal)

Instrumentos de Gestão Territorial vigentes na Península de Setúbal

(Fonte: DGOTDU 2006)

Instrumentos de Gestão Territorial vigentes nos concelhos da Península de Setúbal

Concelho	Planos aprovados	Publicação em Diário da República
Alcochete	Plano Director Municipal de Alcochete	193 IS-B, 22/08/97
	Plano de Pormenor Passil Norte	126 IS-B, 31/05/01
	Plano de Pormenor 4 – Samouco	249 IIS-B, 29/10/97
	Plano de Pormenor Quinta do Flamingo	106 IS-B, 08/05/97
	Plano de Pormenor Quinta dos Barris	230 IIS-B, 04/10/00
	Plano de Pormenor Zona da Quebrada Norte – Alcochete	7 IIS, 09/01/01
	Plano de Pormenor Zona da Quebrada Sul – Alcochete	24 IIS, 29/01/01
	Plano de Pormenor Zona envolvente ao quartel da GNR	16 IIS, 20/01/98
	Zona poente do Samouco-Terra Nova	78 IIS, 03/04/02
Almada	Plano Director Municipal de Almada	11 IS-B, 14/01/97
	Alteração	178 IS-B, 04/08/98
	Plano de Pormenor Bairro do Campo da Bola- Costa da Caparica	37 IS-B, 22/02/05
	Plano de Pormenor Jardim Urbano – Costa da Caparica	37 IS-B, 22/02/05
	Plano de Pormenor Novos Parques de Campismo	43 IS-B, 02/03/05
	Plano de Pormenor Praias urbanas (PP1) Costa da Caparica	186 IS-B, 26/09/05
	Plano de Urbanização Almada PP9, PP7 e Centro Sul	195 IIS-B, 25/08/92
	Plano de Urbanização Almada-Trafaria-Cacilhas	anterior 1953
Barreiro	Plano de Urbanização Costa da Caparica	anterior 1953
	Plano Director Municipal do Barreiro	103 IS-B, 04/05/94
	Plano de Pormenor Quinta da Migalha	213 IIS, 07/11/05
	Plano de Pormenor Casquilhos	249 IIS, 29/10/91
	Alteração	165 IIS, 20/07/98
	Plano de Pormenor Quinta da Lomba – Lavradio	190 IIS, 19/08/89
	Plano de Pormenor Quinta dos Arcos – Quinta das Canas	125 IIS, 30/05/95
Moita	Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística Barreiro Antigo	274 IS-B, 26/11/96
	Plano Director Municipal da Moita	213 IS-B, 15/09/97
	1ª alteração	213 IS-B, 15/09/97
	2ª alteração	151 IIS, 01/07/99
	Plano de Pormenor Frente Nascente Largo Conde Ferreira	185 IIS, 11/08/95
	Plano de Pormenor Marginal da Moita	158 IIS, 11/07/95
Montijo	Plano de Pormenor Quinta da Fonte da Prata Sul – Alhos Vedros	76 IIS, 01/04/97
	Plano Director Municipal do Montijo	27 IS-B, 01/02/97
	Plano de Pormenor Bairro Novo do Parque	281 IIS, 08/04/02
Palmela	Plano Director Municipal de Palmela	156 IS-B, 09/07/97
	1ª alteração	137 IIS, 17/06/02
	2ª alteração	143 IIS, 27/07/05
	Plano de Urbanização de Cabanas	212 IIS, 04/11/02
	Plano de Urbanização Aires	17 IS-B, 29/01/95
	Plano de Urbanização Lagoinha, Olhos d'Água, Barra Cheia	254 IIS, 03/11/92
	Plano de Urbanização Palmela	290 IIS, 19/12/89
	Parque Industrial Ecoparque PI ??	143 IS-B, 23/06/94
Seixal	Plano de Pormenor Alfacinhas – Escalrachal	296 IIS, 24/12/92
	Plano Director Municipal do Seixal	264 IS-B, 07/12/01
	Plano de Pormenor Cucena, Paio Pires	18 IS-B, 22/01/02
	Plano de Pormenor EN10 de Santa Marta de Corroios	61 IS-B, 13/03/02
	Plano de Pormenor Foros de Catrapona	150 IIS, 02/07/97
	Plano de Pormenor Pinhal do Conde da Cunha	230 IIS, 03/10/96
	Ratificação	221 IS-B, 17/11/05
	Plano de Pormenor Quinta da Fábrica	119 IIS, 29/08/05
	Plano de Pormenor Quinta da Vinha Grande	116 IS-B, 19/05/00
	Plano de Pormenor Quinta das Laranjeiras	76 IIS, 01/04/97
	Plano de Pormenor Quinta de D. Maria	83 IIS, 09/04/97
	Plano de Pormenor Quinta de Valadares	62 IS-B, 14/03/02

	Plano de Pormenor Quinta do Conde 1ª fase – Corroios	252 IIS, 30/10/96
	Plano de Pormenor Quinta do Rego Travesso	53 IIS, 11/02/02
	Plano de Pormenor Quinta de São Nicolau de Fora	163 IIS, 17/07/90
	Plano de Pormenor Redondos	158 IIS, 11/07/90
	Plano de Pormenor Zona Antigo Campo Arrentela	230 IIS, 06/10/92
	Plano de Urbanização Arrentela	Antes de 1953
	Plano de Urbanização Atalaia	Antes de 1953
Sesimbra	Plano Director Municipal de Sesimbra	27 IS-B, 02/02/98
	1ª alteração	4 IIS, 06/01/99
	2ª alteração	224 IIS, 24/09/99
	3ª alteração	211 IIS, 11/09/01
	4ª alteração	31 IIS, 06/02/04
	Plano de Pormenor AUGI n.º 24 da Ribeira do Marchante	11 IS-B, 17/01/05
	Plano de Pormenor Pinhal do General	229 IIS, 03/10/00
	1ª alteração	257 IIS, 07/11/02
	Plano de Urbanização Fontainhas, Casal do Sapo e Courelas da Brava	118 IIS, 21/05/99
	Plano de Urbanização Lagoa de Albufeira	145 IS-B, 26/06/95
	Plano de Urbanização Quinta do Conde	270 IIS, 22/11/86
Setúbal	Aditamento	110 IIS, 14/05/87
	Plano de Urbanização Ribeira Marchante	30 IIS, 05/02/91
	Plano Director Municipal de Setúbal	184 IS-B, 10/08/94
	1ª alteração	292 IIS, 17/02/99
	2ª alteração	47 IIS, 25/02/00
	3ª alteração	75 IS-B, 29/03/01
	4ª alteração	207 IIS, 06/09/01
	suspensão parcial	230 IS-B, 30/11/05
	Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística Terrenos a Sul do Bairro Humberto Delgado	8 IS, 10/01/84
	Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística Zona das Azinhagas do Maltalhado	239 IS, 15/10/82
	PI Parque Industrial Sapeç Bay	23 IS-B, 28/01/94
	Plano de Pormenor Comércio de grande superfície na Azeda	169 IS-B, 23/07/94
	Plano de Pormenor Mitrena	156 IIS, 10/07/89
	1ª alteração	195 IIS, 25/08/92
	2ª alteração	206 IIS, 05/09/01
	3ª alteração	195 IIS, 19/08/94
	Plano de Pormenor Parcelas no sítio denominado Estacal – Brejos de Azeitão	229 IIS, 30/09/99
	Alteração	186 IIS, 27/09/05
	Plano de Pormenor Quinta do Picão – Azeitão	250 IS-B, 28/10/97
	Alteração	7 IIS, 09/01/01
	Plano de Pormenor Vale de Cerejeiras	250 IIS, 28/10/95
	Plano de Pormenor Vale de Mulatas	33 IS-B, 08/02/02
	Plano de Pormenor Vale Florete I – Azeitão	61 IS-B, 13/03/02
	Plano de Pormenor Vale Florete II	75 IS-B, 29/03/03
Todos	Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo	283 IS-B, 07/12/01
Todos	Plano Regional de Ordenamento do Território	82 IS-B, 08/04/02
Almada, Sesimbra	Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra - Sado	144 IS-B, 25/06/03
Montijo, Palmela, Setúbal	Plano da Bacia Hidrográfica do Sado	36 IS-B, 12/02/02
Palmela, Setúbal, Sesimbra	Plano de Ordenamento da Área Protegida do Parque Natural da Arrábida	RCM 141/2005, 23/08/05

Fonte: DGOTDU 2006

Conceitos estatísticos

(Fonte: Instituto Nacional de Estatística 2001)

Conceitos Estatísticos (INE 2001)

Família clássica: Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco de (direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupa uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento. São incluídos na família residente num alojamento familiar as empregadas domésticas internas, desde que não se desloquem todas ou quase todas as semanas à residência da respectiva família.

População activa: Conjunto de indivíduos com idade mínima de 12 anos (nos censos de 1991) ou de 15 anos (nos censos de 2001) que, no período de referência, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico. Inclui empregados (empregos civil e militares de carreira) e desempregados (à procura de primeiro ou novo emprego).

População desempregada: Conjunto de indivíduos, com uma idade mínima especificada que, no período de referência, se encontrava simultaneamente das situações seguintes: a) Não tem trabalho remunerado nem qualquer outro; b) Está disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não; c) Tenha procurado um trabalho, isto é, feito diligências ao longo de um período especificado para encontrar um emprego remunerado ou não. Consideram-se como diligências: a) Contacto com um centro de emprego público ou agências privadas; b) Contacto com empregadores; c) Contactos pessoais; d) Colocação ou resposta a anúncio; e) Realização de provas ou entrevistas de selecção; f) Procura de terrenos, imóveis ou equipamento; g) Solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria.

População residente: Indivíduos que, independentemente de no momento censitário estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento, aí residem com a respectiva família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Alojamento: Local distinto e independente construído, reconstruído, ampliado ou transformado para habitação humana e que, no período de observação, não está a ser utilizado, totalmente, para outros fins. Por distinto e independente pretende-se significar o seguinte: Distinto – significa que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, que é coberto e permite que um indivíduo ou grupo de indivíduos possa dormir,

preparar refeições e abrigar-se das intempéries, separado de outros membros da colectividade. Independente – significa que os seus ocupantes não têm que atravessar outras unidades de alojamento para entrar ou sair da unidade de alojamento onde habitam.

Alojamento familiar clássico: Local distinto e independente, constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural), que considerando a maneira como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado se destina a servir de habitação, normalmente, apenas de uma família/agregado doméstico privado. Deve ter uma entrada independente que dê acesso (quer directamente, quer através de um jardim ou um terreno) a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, etc.). As divisões isoladas, manifestamente construídas, ampliadas ou transformadas para fazer parte do alojamento familiar clássico/fogo são consideradas como parte integrante do mesmo.

Edifício: Construção independente, coberta, limitada por paredes exteriores ou paredes meias que vão das fundações à cobertura, destinada a servir de habitação (com um ou mais alojamentos/fogos) ou outros afins.

Época de construção do edifício: Considera-se como tal o período de construção do edifício propriamente dito, ou o período de construção da parte principal do edifício, quando diferentes partes de um edifício correspondem a épocas distintas ou o período de reconstrução para os edifícios que sofreram transformação completa.

Centros históricos classificados como Património Mundial

(Fonte: UNESCO 2005)

Designação	Região	País	Ano da classificação
Lamu Old Town (Kenya)	África	Kenya	2001
Old Towns of Djenné (Mali)	África	Mali	1988
Old City of Jerusalem and its Walls (Jerusalem (Site proposed by Jordan))	Arab states	Jerusalem (Site proposed by Jordan)	1981
Old Town of Ghadames (Libyan Arab Jamahiriya)	Arab states	Libyan Arab Jamahiriya	1986
Ancient Ksour of Ouadane, Chinguetti, Tichitt and Oualata (Mauritania)	Arab states	Mauritania	1996
Historic City of Meknes (Morocco)	Arab states	Morocco	1996
Medina of Essaouira (formerly Mogador) (Morocco)	Arab states	Morocco	2001
Medina of Fez (Morocco)	Arab states	Morocco	1981
Medina of Marrakesh (Morocco)	Arab states	Morocco	1985
Medina of Tétouan (formerly known as Titawin) (Morocco)	Arab states	Morocco	1997
Portuguese City of Mazagan (El Jadida) (Morocco)	Arab states	Morocco	2004
Ancient City of Aleppo (Syrian Arab Republic)	Arab states	Syrian Arab Republic	1986
Ancient City of Bosra (Syrian Arab Republic)	Arab states	Syrian Arab Republic	1980
Ancient City of Damascus (Syrian Arab Republic)	Arab states	Syrian Arab Republic	1979
Medina of Sousse (Tunisia)	Arab states	Tunisia	1988
Medina of Tunis (Tunisia)	Arab states	Tunisia	1979
Historic Town of Zabid (Yemen)	Arab states	Yemen	1993
Old City of Sana'a (Yemen)	Arab states	Yemen	1986
Old Walled City of Shibam (Yemen)	Arab states	Yemen	1982
Ancient City of Ping Yao (China)	Asia and the Pacific	China	1997
Ancient Villages in Southern Anhui - Xidi and Hongcun (China)	Asia and the Pacific	China	2000
Historic Centre of Macao (China)	Asia and the Pacific	China	2005
Historic Ensemble of the Potala Palace, Lhasa (China)	Asia and the Pacific	China	1994
Old Town of Lijiang (China)	Asia and the Pacific	China	1997
Historic Villages of Shirakawa-go and Gokayama (Japan)	Asia and the Pacific	Japan	1995
Historic Town of Vigan (Philippines)	Asia and the Pacific	Philippines	1999
Ancient City of Polonnaruwa (Sri Lanka)	Asia and the Pacific	Sri Lanka	1982
Ancient City of Sigiriya (Sri Lanka)	Asia and the Pacific	Sri Lanka	1982
Old Town of Galle and its Fortifications (Sri Lanka)	Asia and the Pacific	Sri Lanka	1988
Historic City of Ayutthaya and Associated Historic Towns (Thailand)	Asia and the Pacific	Thailand	1991
Historic Town of Sukhotai and Associated Historic Towns (Thailand)	Asia and the Pacific	Thailand	1991
Historic Centre of Bukhara (Uzbekistan)	Asia and the Pacific	Uzbekistan	1993
Historic Centre of Shakhrisyabz (Uzbekistan)	Asia and the Pacific	Uzbekistan	2000
Hoi An Ancient Town (Viet Nam)	Asia and the Pacific	Viet Nam	1999
City of Graz - Historic Centre (Austria)	Europe and North America	Austria	1999
Historic Centre of the City of Salzburg (Austria)	Europe and North America	Austria	1996
Historic Centre of Vienna (Austria)	Europe and North America	Austria	2001
Historic Centre of Brugge (Belgium)	Europe and North America	Belgium	2000
Old Bridge Area of the Old City of Mostar (Bosnia and Herzegovina)	Europe and North America	Bosnia and Herzegovina	2005
Ancient City of Nessebar (Bulgaria)	Europe and North America	Bulgaria	1983
Historic District of Québec (Canada)	Europe and North America	Canada	1985
Old Town Lunenburg (Canada)	Europe and North America	Canada	1995
Episcopal Complex of the Euphrasian Basilica in the Historic Centre of Pore (Croatia)	Europe and North America	Croatia	1997
Historic City of Trogir (Croatia)	Europe and North America	Croatia	1997
Old City of Dubrovnik (Croatia)	Europe and North America	Croatia	1979
Historic Centre of Český Krumlov (Czech Republic)	Europe and North America	Czech Republic	1992
Historic Centre of Prague (Czech Republic)	Europe and North America	Czech Republic	1992
Historic Centre of Tel (Czech Republic)	Europe and North America	Czech Republic	1992
Holašovice Historical Village Reservation (Czech Republic)	Europe and North America	Czech Republic	1998
Kutná Hora: Historical Town Centre with the Church of St Barbara and the Cathedral of Our Lady at Sedlec (Czech Republic)	Europe and North America	Czech Republic	1995
Historic Centre (Old Town) of Tallinn (Estonia)	Europe and North America	Estonia	1997
Old Rauma (Finland)	Europe and North America	Finland	1991

	America		
Historic Centre of Avignon (France)	Europe and North America	France	1995
Historic Fortified City of Carcassonne (France)	Europe and North America	France	1997
Historic Centres of Stralsund and Wismar (Germany)	Europe and North America	Germany	2002
Historic Centre (Chorá) with the Monastery of Saint John "the Theologian" and the Cave of the Apocalypse on the Island of Pátmos (Greece)	Europe and North America	Greece	1999
Medieval City of Rhodes (Greece)	Europe and North America	Greece	1988
Historic Centre of Rome, the Properties of the Holy See in that City Enjoying Extraterritorial Rights and San Paolo Fuori le Mura (Holy See, Italy)	Europe and North America	Holy See, Italy	1980
Old Village of Hollókő and its Surroundings (Hungary)	Europe and North America	Hungary	1987
Old City of Acre (Israel)	Europe and North America	Israel	2001
City of Verona (Italy)	Europe and North America	Italy	2000
City of Vicenza and the Palladian Villas of the Veneto (Italy)	Europe and North America	Italy	1994
Historic Centre of Florence (Italy)	Europe and North America	Italy	1982
Historic Centre of Naples (Italy)	Europe and North America	Italy	1995
Historic Centre of San Gimignano (Italy)	Europe and North America	Italy	1990
Historic Centre of Siena (Italy)	Europe and North America	Italy	1995
Historic Centre of the City of Pienza (Italy)	Europe and North America	Italy	1996
Historic Centre of Urbino (Italy)	Europe and North America	Italy	1998
Historic Centre of Riga (Latvia)	Europe and North America	Latvia	1997
Vilnius Historic Centre (Lithuania)	Europe and North America	Lithuania	1994
City of Luxembourg: its Old Quarters and Fortifications (Luxembourg)	Europe and North America	Luxembourg	1994
City of Valletta (Malta)	Europe and North America	Malta	1980
Historic Area of Willemstad, Inner City and Harbour, Netherlands Antilles (Netherlands)	Europe and North America	Netherlands	1997
Cracow's Historic Centre (Poland)	Europe and North America	Poland	1978
Historic Centre of Warsaw (Poland)	Europe and North America	Poland	1980
Medieval Town of Toru (Poland)	Europe and North America	Poland	1997
Old City of Zamo (Poland)	Europe and North America	Poland	1992
Central Zone of the Town of Angra do Heroísmo in the Azores (Portugal)	Europe and North America	Portugal	1983
Historic Centre of Evora (Portugal)	Europe and North America	Portugal	1986
Historic Centre of Guimarães (Portugal)	Europe and North America	Portugal	2001
Historic Centre of Oporto (Portugal)	Europe and North America	Portugal	1996
Historic Centre of Sighioara (Romania)	Europe and North America	Romania	1999
Citadel, Ancient City and Fortress Buildings of Derbent (Russian Federation)	Europe and North America	Russian Federation	2003
Historic Centre of Saint Petersburg and Related Groups of Monuments (Russian Federation)	Europe and North America	Russian Federation	1990
Historical Centre of the City of Yaroslavl (Russian Federation)	Europe and North America	Russian Federation	2005
Bardejov Town Conservation Reserve (Slovakia)	Europe and North America	Slovakia	2000
Historic Centre of Cordoba (Spain)	Europe and North America	Spain	1984
Historic City of Toledo (Spain)	Europe and North America	Spain	1986
Historic Walled Town of Cuenca (Spain)	Europe and North America	Spain	1996

Old City of Salamanca (Spain)	Europe and North America	Spain	1988
Old Town of Avila with its Extra-Muros Churches (Spain)	Europe and North America	Spain	1985
Old Town of Cáceres (Spain)	Europe and North America	Spain	1986
Old Town of Segovia and its Aqueduct (Spain)	Europe and North America	Spain	1985
Old City of Berne (Switzerland)	Europe and North America	Switzerland	1983
City of Safranbolu (Turkey)	Europe and North America	Turkey	1994
Historic Areas of Istanbul (Turkey)	Europe and North America	Turkey	1985
L'viv - the Ensemble of the Historic Centre (Ukraine)	Europe and North America	Ukraine	1998
City of Bath (United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland)	Europe and North America	United Kingdom of Great Britain,Northern Ireland	1987
Historic Town of St George and Related Fortifications, Bermuda (United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland)	Europe and North America	United Kingdom of Great Britain,Northern Ireland	2000
Old and New Towns of Edinburgh (United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland)	Europe and North America	United Kingdom of Great Britain,Northern Ireland	1995
City of Potosi (Bolivia)	Latin America and the Caribbean	Bolivia	1987
Historic City of Sucre (Bolivia)	Latin America and the Caribbean	Bolivia	1991
Historic Centre of Salvador de Bahia (Brazil)	Latin America and the Caribbean	Brazil	1985
Historic Centre of São Luis (Brazil)	Latin America and the Caribbean	Brazil	1997
Historic Centre of the Town of Diamantina (Brazil)	Latin America and the Caribbean	Brazil	1999
Historic Centre of the Town of Goiás (Brazil)	Latin America and the Caribbean	Brazil	2001
Historic Centre of the Town of Olinda (Brazil)	Latin America and the Caribbean	Brazil	1982
Historic Town of Ouro Preto (Brazil)	Latin America and the Caribbean	Brazil	1980
Historic Quarter of the Seaport City of Valparaíso (Chile)	Latin America and the Caribbean	Chile	2003
Historic Centre of Santa Cruz de Mompox (Colombia)	Latin America and the Caribbean	Colombia	1995
Old Havana and its Fortifications (Cuba)	Latin America and the Caribbean	Cuba	1982
Urban Historic Centre of Cienfuegos (Cuba)	Latin America and the Caribbean	Cuba	2005
Historic Centre of Santa Ana de los Ríos de Cuenca (Ecuador)	Latin America and the Caribbean	Ecuador	1999
City of Quito (Ecuador)	Latin America and the Caribbean	Ecuador	1978
Historic Centre of Mexico City and Xochimilco (Mexico)	Latin America and the Caribbean	Mexico	1987
Historic Centre of Morelia (Mexico)	Latin America and the Caribbean	Mexico	1991
Historic Centre of Oaxaca and Archaeological Site of Monte Albán (Mexico)	Latin America and the Caribbean	Mexico	1987
Historic Centre of Puebla (Mexico)	Latin America and the Caribbean	Mexico	1987
Historic Centre of Zacatecas (Mexico)	Latin America and the Caribbean	Mexico	1993
Historic Fortified Town of Campeche (Mexico)	Latin America and the Caribbean	Mexico	1999
Historic Town of Guanajuato and Adjacent Mines (Mexico)	Latin America and the Caribbean	Mexico	1988
City of Cuzco (Peru)	Latin America and the Caribbean	Peru	1983
Historic Centre of Lima (Peru)	Latin America and the Caribbean	Peru	1988
Historical Centre of the City of Arequipa (Peru)	Latin America and the Caribbean	Peru	2000
Historic Inner City of Paramaribo (Suriname)	Latin America and the Caribbean	Suriname	2002

	Caribbean		
Historic Quarter of the City of Colonia del Sacramento (Uruguay)	Latin America and the Caribbean	Uruguay	1995

Guião de entrevistas e inquérito às Juntas de Freguesia

Guião das entrevistas a realizar

Objectivos das entrevistas

O objectivo das entrevistas a realizar (solicitadas aos presidentes, e reencaminhadas usualmente para os vereadores do pelouro ou para os chefes de divisão) é observar o modo como os eleitos/responsáveis locais pensam os Núcleos Antigos (NA) do seu conselho. Pretendem-se conhecer as temáticas privilegiadas pelos interlocutores quando falam sobre os NA do seu concelho no passado, o presente, e no futuro. É esperado que as respostas revelem uma representação espacial diferente, consoante as temáticas abordadas (história, património, turismo, economia, etc.).

Entrevista - Informar o inquirido sobre os objectivos da entrevista – os núcleos antigos e o OT na Península de Setúbal.

Caracterização e delimitação dos Núcleos Antigos existentes no concelho

1. Afirmar quais os NA que existem no concelho. Concorde com esta listagem? E qual a designação correcta? Há NA que não estejam nesta listagem?
2. Concorde com a sua delimitação (com o apoio de uma impressão no orto)?
3. Possibilidade da existência de semelhanças entre os NA do concelho e entre estes e outros (por ex. PSetúbal)

Caracterização das vivências dos NA. Papel, em termos sócio-culturais, dos NA no concelho

4. Qual é, sua opinião, o papel dos Núcleos Antigos no OT do seu concelho (passado e futuro)?
 - a) São espaços de referência para a maioria dos habitantes do concelho? De que forma (em que temas)?
 - b) São espaços de comércio (tradicional ou centros comerciais), de lazer, de trabalho?
 - c) Qual a sua importância, em termos de património, no concelho?
 - d) Que tipo de vivências os caracteriza?
5. Os habitantes do concelho conhecem bem os núcleos antigos? Os habitantes de um núcleo deslocam-se aos outros?

Gestão do núcleo antigo

6. Qual o modelo de gestão urbanística seguido?
7. Quais os principais problemas dos NA?
8. Que futuro para os núcleos antigos do concelho?
9. Qual o papel do turismo nos NA do concelho?
10. Qual a importância do espaço público nos núcleos antigos?

Outros temas

11. Comparar com inquéritos feitos aos presidentes das Juntas de Freguesia.
12. Relação NA/património do concelho.

Este questionário destina-se a recolher dados para a dissertação de doutoramento de Filipa Ramalhete, cujo tema aborda os conjuntos urbanos antigos da Península de Setúbal (incluindo centros históricos, bairros antigos, núcleos urbanos ou rurais históricos), tendo como objectivos a valorização do património existente e a redescoberta dos valores do território. É enviado um questionário para todas as Juntas de Freguesia desta região, uma vez que são estas que lidam mais de perto com a realidade local. O questionário demora cerca de 15m a preencher e a sua informação é uma parte essencial da pesquisa que se encontra em curso. Por favor, leia atentamente as questões e respeite as opções de resposta. Em caso de dúvida, poderá contactar o tel. 933790357 ou o e-mail framalhete@esoterica.pt

Após o tratamento dos dados, os resultados serão divulgados por todas as Juntas de Freguesia.

O questionário deverá ser enviado, ao cuidado de Filipa Ramalhete, para a Área Metropolitana de Lisboa, Rua Carlos Mayer, 2 r/c, 1700-102 LISBOA ou para o fax 218428577.

Muito obrigada pela sua colaboração.

IDENTIFICAÇÃO DE QUEM RESPONDE AO QUESTIONÁRIO

Nome _____ Cargo _____
Freguesia _____
Telefone _____ Fax _____ E-mail _____

1. Este ponto destina-se a identificar os conjuntos urbanos antigos existentes na freguesia

1.1. Existem conjuntos urbanos antigos na sua freguesia (se a resposta for negativa ou desconhecida, passe para a pergunta 1.8.)?

Sim ☐ Não ☐ Desconheço ☐

1.2. Qual ou quais?

1. _____
2. _____
3. _____

Nt. Para as perguntas seguintes, use a mesma ordem de respostas da pergunta anterior.

1.3. Como é que são habitualmente designados?

	1	2	3
Centro Histórico	☐	☐	☐
Núcleo Antigo	☐	☐	☐
Núcleo Histórico	☐	☐	☐
Desconheço	☐	☐	☐
Outra	☐ _____	☐ _____	☐ _____

1.4. Tem conhecimento da existência de uma planta com a delimitação desses conjuntos (se a resposta for negativa ou desconhecida, passe para a pergunta 1.7.)?

1. Sim ☐ Não ☐ Desconheço ☐
2. Sim ☐ Não ☐ Desconheço ☐
3. Sim ☐ Não ☐ Desconheço ☐

1.5. Como é que essas delimitações foram feitas?

	1	2	3
Através do Plano Director Municipal	☐	☐	☐
Através de um Plano de Pormenor	☐	☐	☐
Através de um Gabinete Técnico Local	☐	☐	☐
Através de um Plano Estratégico	☐	☐	☐
Através de um Plano de Urbanização	☐	☐	☐
Desconheço como foi feita	☐	☐	☐
Outros	☐ _____	☐ _____	☐ _____

1.6. Pensa que as delimitações foram feitas correctamente? Justifique a sua opção, quer seja negativa ou positiva.

1. Sim ☐ Não ☐ Porquê? _____
2. Sim ☐ Não ☐ Porquê? _____
3. Sim ☐ Não ☐ Porquê? _____

1.7. No caso de existir mais do que um conjunto urbano antigo na sua freguesia, eles são semelhantes entre si ou não (se existir apenas um, passe à pergunta seguinte)? Justifique a sua opção, quer seja negativa ou positiva.

1. Sim ☐ Não ☐ Porquê? _____
2. Sim ☐ Não ☐ Porquê? _____
3. Sim ☐ Não ☐ Porquê? _____

1.8. Existem outros conjuntos urbanos antigos no seu concelho (para além dos da sua freguesia)?

Sim ☐ Não ☐

1.9. Quais?

1. _____
2. _____
3. _____

1.10. Esses conjuntos são, de alguma forma, semelhantes aos da sua freguesia (se não houver nenhum núcleo antigo na sua freguesia passe ao ponto seguinte)? Justifique a sua opção, quer seja negativa ou positiva.

1. Sim ☐ Não ☐ Porquê? _____
2. Sim ☐ Não ☐ Porquê? _____
3. Sim ☐ Não ☐ Porquê? _____

2. Este ponto destina-se a conhecer a sua opinião sobre os elementos mais marcantes da sua freguesia

2.1. Quais são, na sua opinião, os elementos (em termos de património, cultural ou natural) mais significativos da sua freguesia (do mais importante para o menos importante; procure preencher as cinco alíneas)?

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

2.2. Os elementos que referiu na questão anterior encontram-se dentro de algum conjunto urbano antigo (indique o elemento, se está ou não dentro de um aglomerado urbano antigo e qual é)?

Elemento	Está dentro de um núcleo antigo (sim/não)?	Núcleo antigo
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		

3. Este ponto destina-se a conhecer a importância de outros conjuntos urbanos antigos para os habitantes de cada concelho, assim como a identificar a existência de inter-relações entre os vários conjuntos

3.1. Refira os três conjuntos urbanos antigos da Área Metropolitana de Lisboa que melhor conhece (exceptuando os do seu concelho):

1. _____
2. _____
3. _____

Nt. Para as perguntas seguintes, use a mesma ordem de respostas desta pergunta.

3.2. Com que frequência costuma deslocar-se a esses núcleos antigos?

- | | | |
|---|--|---|
| 1. Diariamente ☐ | 1 ou 2 vezes por semana ☐ | 1 ou 2 vezes em cada quinze dias ☐ |
| 1 vez por mês ☐ | 2 ou 3 vezes por ano ☐ | Outro _____ ☐ |
| 2. Diariamente ☐ | 1 ou 2 vezes por semana ☐ | 1 ou 2 vezes em cada quinze dias ☐ |
| 1 vez por mês ☐ | 2 ou 3 vezes por ano ☐ | Outro _____ ☐ |

-
3. Diariamente ☐ 1 ou 2 vezes por semana ☐ 1 ou 2 vezes em cada quinze dias ☐
1 vez por mês ☐ 2 ou 3 vezes por ano ☐ Outro _____ ☐

3.3. Qual a duração normal de cada deslocação?

1. 1 ou 2 horas ☐ 1 tarde ou 1 manhã ☐ 1 dia ☐ 2 a 4 dias ☐
1 semana ☐ Mais de uma semana ☐
2. 1 ou 2 horas ☐ 1 tarde ou 1 manhã ☐ 1 dia ☐ 2 a 4 dias ☐
1 semana ☐ Mais de uma semana ☐
3. 1 ou 2 horas ☐ 1 tarde ou 1 manhã ☐ 1 dia ☐ 2 a 4 dias ☐
1 semana ☐ Mais de uma semana ☐

3.4. Por que razão se desloca a esses conjuntos urbanos antigos (escolha até três razões; no caso de serem possíveis mais de três, escolha as mais importantes)?

1. Profissionais ☐ Actividades relacionadas com a Junta de Freguesia ☐
Desportivas ☐ Visita a amigos ou familiares ☐
Férias ☐ Acesso a serviços (banco, centro médico, etc.) ☐
Lazer durante a semana ☐ Outros _____ ☐
Lazer ao fim-de-semana ☐
2. Profissionais ☐ Actividades relacionadas com a Junta de Freguesia ☐
Desportivas ☐ Visita a amigos ou familiares ☐
Férias ☐ Acesso a serviços (banco, centro médico, etc.) ☐
Lazer durante a semana ☐ Outros _____ ☐
Lazer ao fim-de-semana ☐
3. Profissionais ☐ Actividades relacionadas com a Junta de Freguesia ☐
Desportivas ☐ Visita a amigos ou familiares ☐
Férias ☐ Acesso a serviços (banco, centro médico, etc.) ☐
Lazer durante a semana ☐ Outros _____ ☐
Lazer ao fim-de-semana ☐

3.5. Que meio de transporte utiliza (se utilizar mais do que um, escolha aquele que utiliza com mais frequência)?

1. Carro ou mota ☐ Transporte público ☐ Bicicleta ☐ A pé ☐
2. Carro ou mota ☐ Transporte público ☐ Bicicleta ☐ A pé ☐
3. Carro ou mota ☐ Transporte público ☐ Bicicleta ☐ A pé ☐

Observações:
